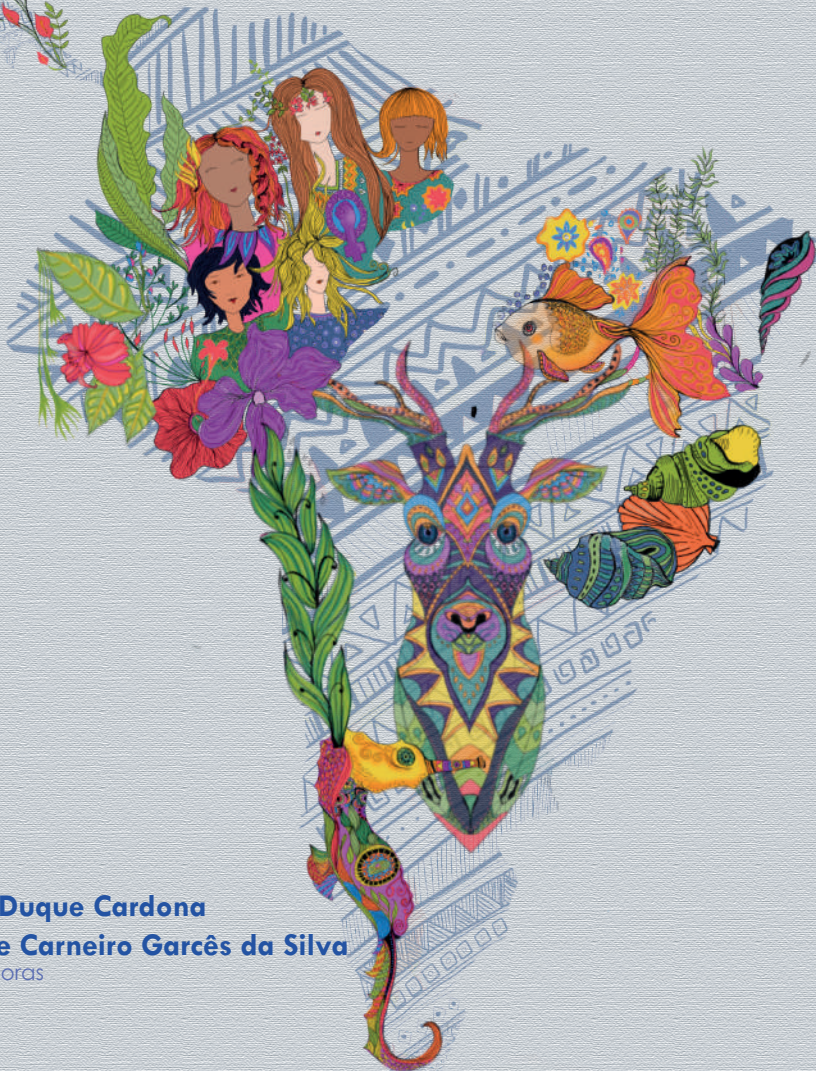


EPISTEMOLOGIAS LATINO-AMERICANAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BIBLIOTECAS DESDE ABYA YALA E AS SOCIEDADES
E CULTURAS NA PERSPECTIVA SUL

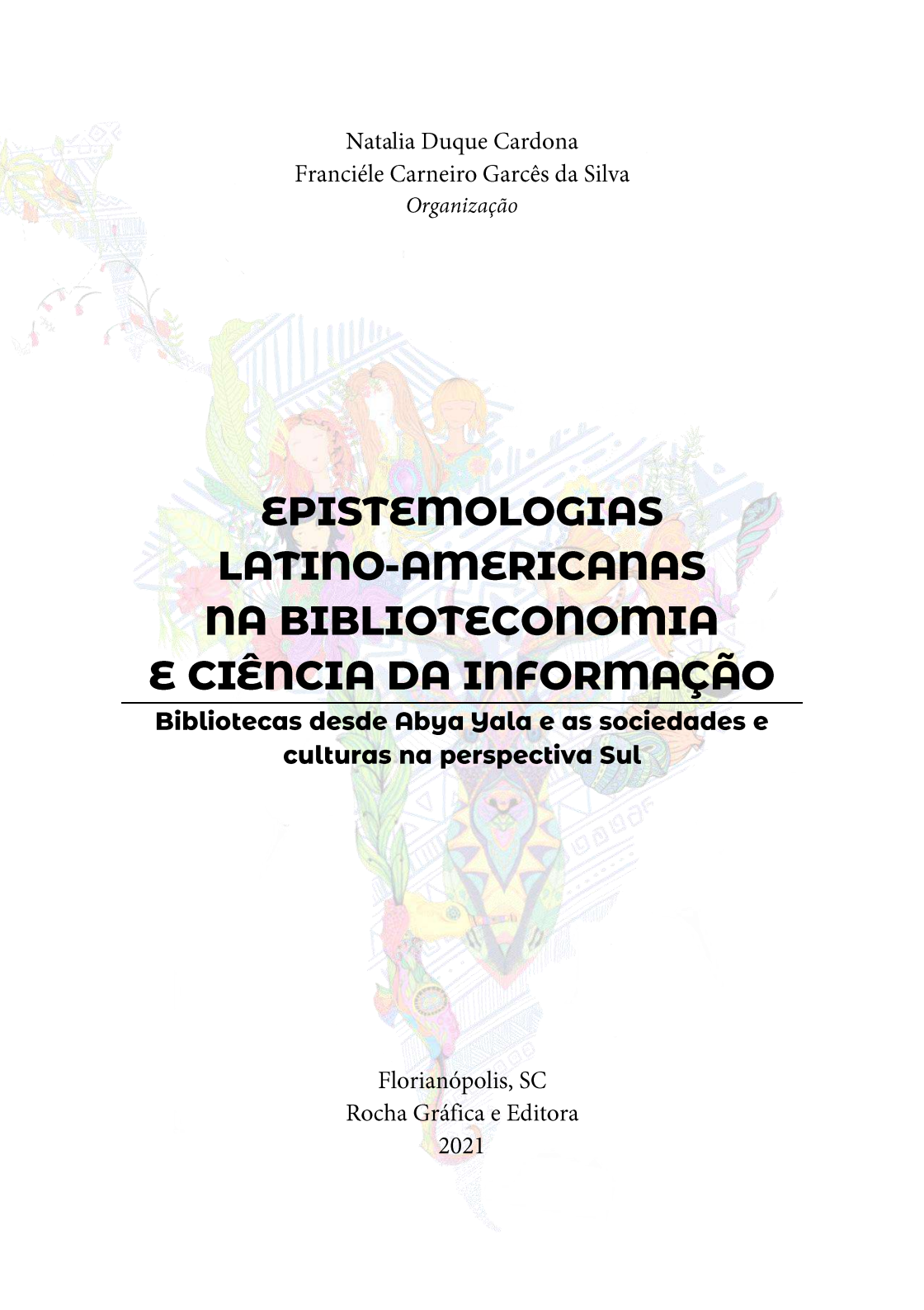


Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Organizadoras

NYOTA



Natalia Duque Cardona
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Organização

EPISTEMOLOGIAS LATINO-AMERICANAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e
culturas na perspectiva Sul**

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora
2021

Coordenação do Selo Nyota
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Editorial e Científico

| | |
|----------------------------------------|-----------------------------------------|
| Daniella Camara Pizarro (UDESC) | Mariana Cortez (UNILA) |
| Priscila Rufino Fevrier (IBICT/UFRJ) | Wellington Marçal de Carvalho (UFMG) |
| Mary Luz Alzate (UNAL) | Márcio Ferreira da Silva (UFMA) |
| Didier Álvarez Zapata (U. de A.) | Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFES) |
| Claudia Mortari (UDESC) | Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA) |
| Fernanda Oliveira (UFRGS) | Luisa Tombini Wittmann (UDESC) |
| Maria do Carmo Moreira Aguiar (UFRGS) | Lourenço Cardoso (UNILAB) |
| Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA) | Edilson Targino de Melo Filho (UFPB) |
| Carina Santiago dos Santos (UDESC) | Bruno Almeida (UFBA) |
| Ana Cláudia Borges (UFES) | Lia Vainer Schucman (UFSC) |

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

| | |
|----------------------------------------|--------------------------------------|
| Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA) | Edilson Targino de Melo Filho (UFPB) |
| Carina Santiago dos Santos (UDESC) | Bruno Almeida (UFBA) |
| Dorys Liliana Henao (U. de A.) | Samanta Coan (UFMG) |

Revisão textual: Pedro Giovani da Silva
Diagramação: Franciéle Garcês
Arte da Capa: Andrea Trujillo Rendon
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

C268e

Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul / Natalia Duque Cardona, Franciéle Carneiro Garcês da Silva. (org.) - Florianópolis, SC: RochaGráfica e Editora; Neppamcs, 2021. 316 p. (Selo Nyota)

Inclui Bibliografia.
Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>
ISBN 978-65-87264-80-6 (E-book)
ISBN 978-65-87264-81-3 (Impresso)

1. Epistemologias. 2. Epistemologias críticas. 3. Epistemologias negras. 4. Decolonialidade. 5. Biblioteconomia. 6. Ciência da Informação. I. Cardona, Natalia Duque (org.). II. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). III. Título.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2021.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2021.



SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 9

DIVERSIDADE EPISTÊMICA EM ABYA YALA

Rubens Alves da Silva

PRÓLOGO

DIVERSIDAD EPISTÉMICA EN ABYA YALA 17

Rubens Alves da Silva

APRESENTAÇÃO 25

Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

PRESENTACIÓN..... 33

Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

LENGUAJE, MEMORIA E INFORMACIÓN: UN ACERCAMIENTO A LAS CATEGORÍAS DEL NÚCLEO DURO DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN (CI) Y LA BIBLIOTECOLOGÍA LATINOAMERICANA 41

Natalia Duque-Cardona

María Camila Restrepo-Fernández

Santiago Velásquez-Yepes

LA PRAXIS SOCIAL Y POLÍTICA EN EL CONTEXTO BIBLIOTECARIO PARA INTERPRETAR Y TRANSFORMAR LA SOCIEDAD 67

Felipe Meneses-Tello

**O *BEM VIVER* ENQUANTO UTOPIA OU
EPISTEMOLOGIA PARA A BIBLIOTECONOMIA93**

Luciana de Souza Gracioso

Luzia Sigoli Fernandes Costa

Jhonny Passos de Oliveira

**OS LIVROS DE ABYA YALA: UMA MIRADA
PERSPECTIVA DO MULTINATURALISMO AMERÍNDIO
..... 113**

Vinícios Souza de Menezes

**O QUE OS SILÊNCIOS ESTÃO FALANDO? ENCONTROS
ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E AFETO NA
BIBLIOTECA PÚBLICA..... 161**

Eli Lemos de Oliveira

Andre Vieira de Freitas Araujo

**BIBLIOTECA COMO UM CONTRADISPOSITIVO DE
RESISTÊNCIA E DECOLONIALIDADE 183**

Rodrigo de Sales

Dirnéle Carneiro Garcez

**A MEDIAÇÃO DA LITERATURA HOMOERÓTICA
BRASILEIRA: ABORDAGENS REFLEXIVAS SOBRE O
PAPEL CULTURAL DA *BIBLIOTECA UNIVERSAL GUEI*
..... 209**

Diogo Roberto da Silva Andrade

Ana Paula Meneses Alves

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS
ESCOLARES COMO ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO
DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO 235**

Nathália Lima Romeiro

**UMA “ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS”:
BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DITADURA MILITAR
BRASILEIRA 261**

Ana Carla Bilhar

Ana Claudia Perpétuo de Oliveira

Laila Figueiredo Di Pietro

**APROXIMACIÓN DEL BIBLIOTECARIO ESCOLAR EN
CUBA COMO PROMOTOR DE LECTURA EN LA
ESCUELA PRIMARIA 289**

Mercedes Alfonso Chomat

SOBRE O PREFACIADOR 305

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS 307

SOBRE AS ORGANIZADORAS 315





PREFÁCIO

DIVERSIDADE EPISTÊMICA EM ABYA YALA

Rubens Alves da Silva

A diversidade epistêmica destaca-se nos últimos anos como tema para o qual se tem chamado em especial atenção nas universidades públicas brasileiras e outros países latino-americanos, mobilizado principalmente pela agência de pessoas, docentes e discentes, comprometidas com o ideal de mudanças e transformação da sociedade, atentos aos problemas de longa duração não resolvidos e, por conseguinte, persistentes ainda nos dias de hoje, colocando o desafio ético e político para nós enquanto pesquisadores, educadores e intelectuais, ou seja, o da reflexão crítica conjugada com a práxis de ações colaborativas para a superação. Em outras palavras, estou me referindo ao racismo, ao machismo, ao patriarcalismo e os seus efeitos perversos – o genocídio, o feminicídio, o epistemicídio, a discriminação e os preconceitos de gênero e étnico-racial. Esses tipos de violência física e simbólica que afetam a subjetividade e causam o infortúnio e o horror da vida de pessoas e sucessivas gerações subjugadas à condição de “condenados da terra”, cujos corpos foram e são explorados e a dignidade humana vilipendiada pelos “donos do poder”.

Trata-se, portanto, das mazelas estruturais que no registro pós colonial e decolonial se destacam como sintomáticas das contradições, conflitos e tensões sociais de interseccionalidade classe, gênero e raça, legadas pelo modus operandi do processo de instauração do capitalismo nas terras de

Abya Yala. Produzidas dinamicamente pelas engrenagens desse sistema racional, inventado por homens brancos europeus, constitutivo da modernidade que garante desde longa duração a fortuna a sustentação de privilégios e o cálculo da proteção dos interesses materiais e imateriais, em excesso, que tanto satisfaz os desejos e as fantasias deles “vencedores” da história – que controlam o relógio do mundo porque “tempo é dinheiro!”. Contudo, a tomada de consciência desse “controle” e a consequência social e humanitária que implica é o que leva as pessoas ativistas, engajadas na causa da justiça social, a ter “um sonho” – como aquele de Martin Luther King Jr – , pois estar alertas para o fato – nas palavras cantadas – de que “o tempo não para, não para não” e, por isso mesmo, é preciso fazermos a nossa parte no tempo presente, no aqui e agora, para esse “sonho” tornar-se realidade, isto é, a hora chegada da mudança das coisas. Sendo essa a certeza – num relamejo de esperança – de o porquê não temos tempo a perder...

O presente livro é a expressão de “um sonho” – e acrescento com outras palavras cantadas – “um sonho que se sonha junto”. Nas palavras das organizadoras – “Esta publicación es uno de los primeros pasos para el trabajo que soñamos seguir.” Reúne escritos de pesquisadoras e pesquisadores convidados para com suas ideias, reflexões teóricas e relatos de experiências de pesquisa contribuir para a fundamentação e fortalecimento almejado do projeto de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação crítica. Pensada com ênfase numa abordagem pluriépistêmica, inspirada nos estudos de Boaventura dos Santos sobre as “epistemologias do sur” em diálogo com demais referências teóricas pós-colonial e decolonial, cuja proposta evidencia a ressonância da voz coletiva dos movimentos sociais (indígenas, negros, feministas, LGBTQA+ e outros correlatos), que desde o século XX lutam por justiça social e os direitos humanos. Conforme pode-se ler no título da publicação, com atenção para a palavra “Abya Yala”. Se porventura o leitor ou a leitora não souberem, *Abya Yala* é uma expressão da língua do povo Kuna, reivindicada em substituição ao nome América pelo Movimento dos Povos Originários do Continente do sul, num processo de autoidentificação e restauração do sentimento de unidade coletiva e pertencimento territorial.

Essa reivindicação tem como marco dois eventos importantes realizados nos anos de 2004 e 2007, sendo estes respectivamente – “II Cumbre

Continental de Los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala”, no Quito e o “III Cumbre Continental de Los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala”, em Ixinche – Guatemala. Espaços dialógicos, portanto, da representatividade da “fala” de resistência e de “escuta” das pessoas indígenas, engajadas no processo de resistência e afirmação do seu lugar enquanto sujeitos da enunciação, engajadas no processo de restauração da sua história como povos originários do Continente do sul.

A publicação conecta-se com outras frentes de ação emergentes neste século XXI no meio universitário, que provocam um deslocamento para revisão do padrão eurocêntrico epistêmico predominante no mundo acadêmico. Ficarei aqui com dois exemplos do Brasil, destacando primeiramente o movimento pela inclusão de disciplinas com foco de abordagem da temática étnico-racial e de gênero nos PPCs, currículos e programas de cursos nas universidades. A obrigatoriedade dessa especificidade de disciplina no Brasil, é uma das conquistas pelos movimentos negros retomados em finais dos anos 1970 – e o ativismo dos negros em movimento –, que persistiram ao longo dos anos na mobilização reivindicativa e pressão junto ao poder público que resultou na formulação e aprovação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que regulamentam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas do ensino básico.

Com vista a esse instrumento legal, é que surge no âmbito das universidades públicas brasileiras, a manifestação de jovens estudantes pela inclusão dessa temática e de gênero no ensino superior acadêmico. Observando-se que a maioria destes reivindicantes são pessoas negras e indígenas ativistas, que ingressaram na universidade estimuladas pelas cotas de inclusão étnico-racial e social (aprovadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e, portanto, interessadas que o ensino superior também propicie no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, o acesso a conteúdo com a história de suas origens, a cultura, as práticas de saberes e conhecimentos ancestrais – não apenas pelo que isso significa para eles subjetivamente, mas sobretudo pela compreensão que essa experiência no processo de formação acadêmica traz uma contribuição indispensável para o enfrentamento e superação dos problemas não resolvidos do racismo,

genocídio, machismo entre outras tipos de violência social e estrutural que assusta no nosso cotidiano.

Em afinidade com esse movimento pela revisão curricular no ensino superior, eu o destaco uma segunda frente ativista que é o projeto Encontro de Saberes, inaugurado na Universidade de Brasília [UnB] no ano de 2010. Este projeto foi pensado a partir da reivindicação de mestras e mestres dos saberes tradicionais e populares para atuarem como professores e professoras no ensino superior. Essa manifestação ocorreu no contexto de dois Seminários realizados pelo Ministério da Cultura do governo Lula – respectivamente nos anos de 2005 e 2006.

O Encontro de Saberes foi criado com a proposta de constituir-se em uma “plataforma descolonizadora” conectada em rede replicante no conjunto das universidades públicas brasileiras e, também, outras instituições acadêmicas da América Latina. Com o objetivo, portanto, de promover no âmbito acadêmico um compromisso ético e político institucional com o enfrentamento visando a superação dos problemas não resolvidos já referidos anteriormente. É nesse sentido, o projeto defende a inclusão de mestras e mestres dos povos originários, das comunidades quilombolas e religiões afro-brasileiras e culturas populares no ensino superior das universidades, com o entendimento dessa interlocução propiciar aos estudantes ter acesso ao conteúdo das disciplinas afins, ministradas diretamente por pessoas que possuem a experiência vivenciada ao longo da vida e são as detentoras e guardiãs de um patrimônio cultural em compartilhamento. O Encontro de Saberes, portanto, é um movimento questionador do padrão monoepistêmico eurocêntrico, ainda predominante no ensino superior, e a inclusão desse/as mestres e mestras pode ser valorizado como um abrir das portas acadêmicas para o estabelecimento dialógico pluriepistêmico e a troca de experiências que qualifica a diversidade e enriquece o processo de ensino-aprendizagem com a interlocução das diferenças.

Com essa confiança é que o projeto de Encontro de Saberes deu o primeiro passo na inclusão dessas pessoas mestras e mestres no ensino superior, com a experiência pioneira na Universidade de Brasília (UnB), replicada depois, com apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), em outras universidades públicas brasileiras, entre elas, a

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A abertura de cursos temáticos, com abordagem do repertório de saberes tradicionais e populares, ministradas por esses *intelectuais orgânicos*, com apoio formal dos denominados “professores parceiros”, ofertados – exemplificando com o projeto na UFMG – como disciplinas Optativas da categoria de “Formação Transversal”. Diga-se de passagem, que tem despertado muito o interesse de estudantes de diferentes áreas do conhecimento da UFMG em geral.

Em suma, o projeto *Encontro de Saberes* é um movimento ético e político que tem objetivo delineado a implementação nas universidades brasileiras da chamada “cotas epistêmicas”. Nesse sentido, o projeto estabeleceu como meta principal criação do título de Doutor do Notório Saber dos Saberes Tradicionais e populares, que é equivalente ao de quem tem o privilégio ou a oportunidade seguir o percurso da formação acadêmica formal.

Creio que as duas experiências descritas acima são válidas para as pessoas leitoras e leitores (em especial da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação – que é o público-alvo) avaliarem a dimensão contextual mais ampla do diálogo estabelecido neste livro como “uno de los primeros pasos para el trabajo que soñamos seguir”.

Por isso, eu quero no encaminhamento para o final deste prefácio, fazer uma breve apresentação das pessoas que tiveram a iniciativa de dar os primeiros passos para o trabalho desta publicação – pela importância que atribuo ao protagonismo: Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Natalia Duque-Cardona, duas mulheres bibliotecárias pesquisadoras, intelectuais assumidamente militantes feministas anticolonialismo, ativistas engajadas na causa da justiça social levantando a bandeira étnico-racial e de gênero; dedicadas estudiosas da temática da diversidade epistêmica conectada à interseccionalidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Garcês da Silva é uma mulher negra brasileira que desenvolve estudos sobre as epistemologias negro-africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir do olhar da Teoria Crítica Racial; e Duque-Cardona é uma mulher afro-colombiana, estudiosa das epistemologias Latinas-Americanas e interculturalidade. Ambas têm compartilhado em livros,

comunicações e artigos publicados em revistas especializadas da área, os resultados de suas respectivas pesquisas.

Em paralelo aos estudos e pesquisas, Garcês da Silva e Duque-Cardona assumem o papel delas de intelectuais acadêmicas militantes, com protagonismo na iniciativa da organização de eventos acadêmico-científicos, criação de oficinas, introdução de cursos, entre outras ações propiciadoras da abertura de espaços universitários de vínculo ou interlocução para promover o debate, reflexão e, enfim, o compartilhamento de experiências em torno das temáticas já mencionadas em conexão com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

Relacionado com essa militância, é importante o destaque para o selo que publica este livro: Selo NYOTA. Trata-se de uma plataforma que foi criada em 2018, por iniciativa de uma dupla de mulheres ativistas, sendo uma delas: Nathália Lima Romeiro e a organizadora desta coletânea – Franciéle Carneiro Garcês da Silva. Conforme expõe, o objetivo do Selo é promover a divulgação de teses, dissertações e outros escritos de pesquisadoras e pesquisadores da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (e outras correlatas) pertencentes às populações negras, indígenas, e LGBTQIA+, entre outras, assim como trabalhos cuja ênfase de abordagem seja relacionada com a temática étnico-racial e de gênero na América-Latina. E, diferentemente de outras iniciativas semelhantes, o Selo adota o princípio, por assim dizer, da “rota de fuga” mercadológica. Isto é, não tem fins lucrativos e busca se manter por meio do auxílio colaborativo de autores e autoras indispensáveis para cobrir custos do processo de edição dos originais. As publicações em geral, são no formato eletrônico, disponibilizados ao livre acesso e gratuito, bem como é possível que a pessoa interessada no livro físico faça a encomenda de seu exemplar.

Este livro, portanto, é uma nova publicação que se acrescenta ao volume crescente do catálogo da Selo NYOTA. E como a publicação anterior que ensejou a retomada da experiência pelas organizadoras, *“Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil”* (2020), este novo livro *“Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul”* pode também

ser lido como obra de referência dos primeiros passos de introdução da abordagem da diversidade epistêmica no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. E ao enfrentar o desafio dessa discussão, o livro traz contribuições também para outras áreas do conhecimento – sobretudo por mobilizar uma reflexão atual e de interesse multidisciplinar.





PRÓLOGO

DIVERSIDAD EPISTÉMICA EN ABYA YALA

Rubens Alves da Silva

La diversidad epistémica se destaca en los últimos años como un tema al que se le ha prestado especial atención en las universidades públicas brasileñas y en otros países de América Latina, principalmente movilizada por la agencia de personas, profesores y estudiantes, comprometidos con el ideal de cambio y transformación de la sociedad, atenta a los problemas de largo plazo no resueltos y, por tanto, persistente aún hoy, planteándonos como investigadores, educadores e intelectuales el desafío ético y político, es decir, el de la reflexión crítica combinada con la praxis de acciones colaborativas de superación. En otras palabras, me refiero al racismo, al machismo, al patriarcado y sus efectos perversos: genocidio, feminicidio, epistemicidio, discriminación y prejuicios de género y étnico-raciales. Este tipo de violencias físicas y simbólicas que afectan la subjetividad y provocan la desgracia y el horror de la vida de las personas y de las sucesivas generaciones sometidas a la condición de “malditos de la tierra”, cuyos cuerpos fueron y son explotados y la dignidad humana vilipendiada por los “dueños de poder”.

Son, por tanto, los males estructurales los que, en el registro poscolonial y decolonial, se destacan como sintomáticos de las contradicciones, conflictos y tensiones sociales de la interseccionalidad de clase, género y raza, legados por el modus operandi del proceso de instauración del capitalismo, en las tierras de Abya Ayala. Producido dinámicamente por los engranajes de este sistema racional, inventado por los

hombres blancos europeos, constitutivo de la modernidad que garantiza por mucho tiempo la fortuna, el sostenimiento de los privilegios y el cálculo de la protección de los intereses materiales e inmateriales, en exceso, que tanto satisface. deseos y fantasías de ellos “ganadores” de la historia – que controlan el reloj mundial porque “¡el tiempo es dinero!”. Sin embargo, la conciencia de este “control” y la consecuencia social y humanitaria que implica es lo que lleva a las personas activistas, comprometidas con la causa de la justicia social, a tener “un sueño” –como el de Martin Luther King Jr. –, porque ser atentos a que – en palabras cantadas– que “el tiempo no se detiene, no se detiene” y, por eso mismo, necesitamos poner de nuestra parte en el tiempo presente, en el aquí y ahora, para ello “sueño” para convertirse en realidad, si es realidad, es decir, ha llegado el momento de que las cosas cambien. Siendo esta la certeza – en un relámpago de esperanza – de por qué no tenemos tiempo que perder...

El presente libro es la expresión de “un sueño” – y añadido con otras palabras cantadas– “un sueño que se sueña juntos”. En palabras de las organizadoras – “Esta publicación es uno de los primeros pasos del trabajo que soñamos seguir”. Reúne escritos de investigadoras e investigadores invitados cuyas ideas, reflexiones teóricas y relatos de experiencias de investigación contribuyen a la fundamentación y anhelo fortalecimiento del proyecto de una Biblioteconomía y Ciencias de la Información Crítica. Pensado con énfasis en un abordaje pluriépistémico, inspirado en los estudios de Boaventura dos Santos sobre las “epistemologías del sur” en diálogo con otros referentes teóricos poscoloniales y decoloniales, cuya propuesta destaca la resonancia de la voz colectiva de los movimientos sociales (indígenas, negros, feministas, LGBTQA+ y otras), que luchan por la justicia social y los derechos humanos desde el siglo XX. Como se puede leer en el título de la publicación, con atención a la palabra “Abya Yala”. Por si el lector no lo sabe, Abya Yala es una expresión de la lengua del pueblo Kuna, pretendida para sustituir el nombre América por el de Movimiento de Pueblos Originarios del Continente Sur, en un proceso de autoidentificación y restauración del sentimiento. de unidad colectiva y pertenencia territorial.

Este reclamo se basa en dos eventos importantes que tuvieron lugar en 2004 y 2007, respectivamente: la “II Cumbre Continental de los Pueblos y

Nacionalidades Indígenas de Abya Yala”, en Quito y la “III Cumbre Continental de Los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala”, en Quito. Abya Yala”, en Ixínche – Guatemala.

Espacios dialógicos, por tanto, de la representatividad del “discurso” de resistencia y de la “escucha” de los indígenas, comprometidos en el proceso de resistencia y afirmación de su lugar como sujetos de enunciación, comprometidos en el proceso de restauración de su historia como indígenas pueblos del Continente del Sur.

La publicación conecta con otros frentes de acción emergentes en este siglo XXI en el ámbito universitario, que provocan un giro hacia la revisión del patrón epistémico eurocéntrico imperante en el mundo académico. Me quedaré con dos ejemplos de Brasil, destacando primero el movimiento por la inclusión de disciplinas con enfoque en el abordaje de temas étnico-raciales y de género en los proyectos políticos pedagógicos, currículos y programas de cursos en las universidades. La obligatoriedad de esta especificidad de disciplina en Brasil es una de las conquistas de los movimientos negros que se reanudaron a fines de la década de 1970 – y el activismo de los negros en movimiento –, que persistió a lo largo de los años en la movilización de demandas y presiones con el poder público que resultó en la formulación y aprobación de las Leyes Federales nº 10.639/2003 y nº 11.645/2008, que regulan la enseñanza de la historia y cultura afrobrasileña e indígena en los planes de estudio de las escuelas primarias.

Con vistas a este instrumento legal, en el ámbito de las universidades públicas brasileñas, surge la manifestación de jóvenes estudiantes para la inclusión de esta temática y género en la enseñanza superior académica. Constatando que la mayoría de estos reclamantes son negros y activistas indígenas, que ingresaron a la universidad estimulados por las cuotas étnico-raciales y de inclusión social (aprobadas durante el gobierno del presidente Luiz Inácio Lula da Silva) y, por lo tanto, interesados en enseñar en la enseñanza superior también brinda, en el proceso de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes, acceder a contenidos con la historia de sus orígenes, cultura, prácticas de saberes y saberes ancestrales -no solo por lo que significa para ellos subjetivamente, sino sobre todo por la comprensión que esta experiencia en el proceso de formación académica hace un aporte

indispensable para enfrentar y superar los problemas no resueltos del racismo, el genocidio, el machismo, entre otros tipos de violencia social y estructural que nos atemorizan en nuestra vida cotidiana.

En afinidad con este movimiento de revisión curricular en la educación superior, destaco un segundo frente activista que es el proyecto *Encontro de Saberes*, inaugurado en la Universidad de Brasilia (UnB) en 2010. Este proyecto fue concebido a partir del reclamo de maestros y maestras de saberes tradicionales y populares para actuar como profesores en la educación superior. Esta manifestación ocurrió en el contexto de dos Seminarios realizados por el Ministerio de Cultura del gobierno Lula – respectivamente en 2005 y 2006.

El *Encontro de Saberes* fue creado con la propuesta de constituir una “plataforma descolonizadora” conectada en red replicante en el conjunto de las universidades públicas brasileñas y, también, de otras instituciones académicas de América Latina. Con el objetivo, por lo tanto, de promover en el ámbito académico un compromiso institucional ético y político con el enfrentamiento encaminado a la superación de los problemas no resueltos ya mencionados anteriormente. En este sentido, el proyecto defiende la inclusión de docentes de pueblos originarios, comunidades quilombolas y religiones y culturas populares afrobrasileñas en la educación superior de las universidades, en el entendido de que este diálogo permite a los estudiantes acceder a los contenidos de disciplinas afines, impartidos directamente, por personas que tienen una experiencia de vida y son los poseedores y guardianes de un patrimonio cultural compartido. El *Encontro de Saberes*, por tanto, es un movimiento de cuestionamiento del patrón monoepistémico eurocéntrico, aún predominante en la educación superior, y la inclusión de estas maestrías puede ser valorada como una apertura de puertas académicas para el establecimiento dialógico pluriépistémico y el intercambio de experiencias. cualifica la diversidad y enriquece el proceso de enseñanza-aprendizaje con el diálogo de las diferencias.

Con esa confianza en mente, el proyecto *Encontro de Saberes* dio el primer paso para incluir estas maestrías en la educación superior, con la experiencia pionera en la Universidad de Brasilia (UnB), luego replicada con el apoyo de los Institutos Nacionales de Ciencia y Tecnología (INCT), en

otras universidades públicas brasileñas, entre ellas, la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). La apertura de cursos temáticos, con acercamiento al repertorio de saberes tradicionales y populares, impartidos por estos intelectuales orgánicos, con apoyo formal de los llamados “profesores socios”, ofrecidos - ejemplificando con el proyecto en la UFMG - como disciplinas Optativas de la categoría de “Formación Transversal”. Por cierto, ha despertado el interés de estudiantes de diferentes áreas del conocimiento de la UFMG en general.

En resumen, el proyecto *Encontro de Saberes* es un movimiento ético y político que tiene como objetivo delinear la implementación en las universidades brasileñas de las llamadas “cuotas epistémicas”. En ese sentido, el proyecto estableció como objetivo principal la creación del título de Doctor en Saberes Notorios de los Saber Tradicional y Popular, que es equivalente al de quienes tienen el privilegio u oportunidad de seguir el camino de la formación académica formal.

Considero que las dos experiencias descritas anteriormente son válidas para lectores y lectoras (especialmente en el área de Biblioteconomía y Ciencias de la Información –que es el público objetivo) para evaluar la dimensión contextual más amplia del diálogo establecido en este libro como “uno de los primeros pasos hacia el trabajo que soñamos emprender”.

Por lo tanto, me gustaría referirles al final de este prefacio haciendo una breve presentación de las personas que tomaron la iniciativa de dar los primeros pasos hacia el trabajo de esta publicación, debido a la importancia que atribuyo al papel principal: Franciéle Carneiro Garcês da Silva y Natalia Duque-Cardona, dos bibliotecarias investigadoras, intelectuales abiertamente feministas militantes contra el colonialismo, activistas comprometidas con la causa de la justicia social enarbolando la bandera étnico-racial y de género; académicas dedicadas al tema de la diversidad epistémica relacionada con la interseccionalidad en Biblioteconomía y Ciencias de la Información. Garcês da Silva es una mujer negra brasileña que desarrolla estudios sobre epistemologías negro-africanas en Biblioteconomía y Ciencias de la Información, desde la perspectiva de la Teoría Crítica Racial; y Duque-Cardona es una mujer afrocolombiana que estudia las epistemologías latinoamericanas y la interculturalidad. Ambas han

compartido los resultados de sus respectivas investigaciones en libros, comunicaciones y artículos publicados en revistas especializadas en el área.

Paralelamente a sus estudios e investigaciones, Garcês da Silva y Duque-Cardona asumen su papel de intelectuales académicas militantes, con protagonismo en la iniciativa de organizar eventos académico-científicos, crear talleres, impartir cursos, entre otras acciones que favorezcan la apertura de espacios universitarios de vínculo o diálogo para promover el debate, la reflexión y, finalmente, el intercambio de experiencias en torno a los temas ya mencionados en relación con la Bibliotecología y las Ciencias de la Información.

Relacionado con esta militancia, es importante destacar el sello que publica este libro: Selo NYOTA. Es una plataforma que fue creada en 2018, por iniciativa de un par de mujeres activistas, una de ellas: Nathália Lima Romeiro y la organizadora de esta colección – Franciéle Carneiro Garcês da Silva. Según explica, el Sello tiene como objetivo promover la difusión de tesis, disertaciones y otros escritos de investigadores del área de Biblioteconomía y Ciencias de la Información (y otras afines) pertenecientes a poblaciones negras, indígenas, LGBTQIA+, entre otras. así como obras cuyo énfasis está relacionado con las cuestiones étnico-raciales y de género en América Latina. Y, a diferencia de otras iniciativas similares, el Sello adopta el principio, por así decirlo, de la “vía de escape” del marketing. Es decir, no tiene fines de lucro y busca mantenerse a través de la asistencia colaborativa de los autores indispensable para cubrir los costos del proceso de edición de los originales. Las publicaciones en general se encuentran en formato electrónico, disponibles para acceso gratuito, y es posible que la persona interesada en el libro físico solicite una copia.

Este libro, por lo tanto, es una nueva publicación que se suma al creciente volumen del catálogo del sello NYOTA. Y al igual que la publicación anterior que dio lugar a la reanudación de la experiencia por parte de las organizadoras, “*Epistemologías latinoamericanas en biblioteconomía y ciencia de la información: aportes de Colombia y Brasil*” (2020), este nuevo libro “*Epistemologías latinoamericanas en biblioteconomía y ciencia de Información: bibliotecas de Abya Yala y sociedades y culturas en la perspectiva del Sur*” también puede leerse como una obra de referencia para los primeros

pasos para introducir el enfoque de la diversidad epistémica en el campo de la Biblioteconomía y las Ciencias de la Información. Y frente al desafío de esta discusión, el libro también permite aportes a otras áreas del conocimiento, sobre todo al movilizar una reflexión actual de interés multidisciplinario.





APRESENTAÇÃO

Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

El saqueo sistemático del lenguaje puede ser reconocido como la tendencia de sus hablantes a renunciar a sus matizadas, complejas y mayéuticas propiedades para usarlo como medio de amenaza y subyugación. El lenguaje opresivo hace más que representar la violencia; es violencia; hace más que representar los límites del conocimiento, lo limita.³

Retomando a experiência do livro *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (2020), em que se insiste na necessidade de ressaltar o conhecimento científico proposto pela modernidade, este novo livro reconhece a ciência, como proposto por Paul Feyerabend (2017), como uma empresa essencialmente anarquista, humanista, não restritiva e libertária, e convida colegas, camaradas, amigos de vários lugares da América Latina e Caribe – de Abya-Yala – a colocar suas ideias em uma das principais armas do anarquismo: o livro e a palavra, como possibilidades de questionamento e debate, mas sobretudo para pensar outras formas de colocar a ciência a serviço da humanidade

³ Discurso de Toni Morrison al recibir el Premio Nobel de Literatura el 7 de diciembre de 1993

as armas do anarquismo são o livro, a obra, é a palavra (...) com o livro, com a obra, com a palavra todos se chamam, fazendo-os ver que sobre a força bruta nasce a força da ideia cujo triunfo final não pode ser discutido (Emmanuel, 2018)

Epistemologias Latino-Americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul tem como pano de fundo uma questão que ganha cada vez mais força: *Biblioteca e CI a partir de uma perspectiva do Sul?* Isso nos implica como pessoas profissionais, bibliotecárias, professoras, pesquisadoras, bibliotecárias e ativistas da Ciência da Informação, a continuar gerando reflexões que nos permitam consolidar e dar vida a um coletivo latino-americano de Bibliotecas de Abya-Yala. Assim, este livro, além de um convite para escrever, é um convite para se reunir, para tecer um coletivo latino-americano que revive e mantém a discussão e a co-construção da Biblioteconomia e da Ciência da Informação de Abya Yala. Esta publicação é um dos primeiros passos para o trabalho que sonhamos continuar.

E por que nomeá-la como *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação?* Neste ponto, queremos insistir que quando nos referimos à epistemologia nos referimos à oportunidade de fundamentar a ciência, de realizar um exercício intelectual que deve incluir as comunidades, territórios e atores envolvidos na produção do conhecimento, e como sendo orgânico e dialógico, ir à experiência para refletir sobre a ciência e ir à ciência para voltar à experiência. Nesta ordem de ideias, embora você encontre reflexões conceituais de categorias fundamentais para a biblioteconomia e CI, você encontrará neste livro a experiência, o fazer e o caminhar da Biblioteconomia em uma perspectiva crítica latino-americana.

Este livro apresenta um conjunto de capítulos que expõem desde diversas abordagens e dão vida ao programa de ação/pesquisa das bibliotecas de Abya Yala: sociedades e culturas do Sul, composto por seis linhas temáticas que propõem um percurso possível, que além de concluir, permite vislumbrar

ações, caminhos e estratégias para contribuir para a redução das desigualdades sociais na América Latina (Duque-Cardona, 2018). Em nove capítulos vinculados à biblioteca, linguagem, memória e informação, abordamos o pensamento bibliotecário latino-americano e caribenho que nos dá pistas de como temos caminhado pela palavra e de quais ideias, conceitos e propostas podem contribuir para fundar Biblioteconomia de Abya-Yala.

Inicialmente *Lenguaje, Memoria e Información: un acercamiento a las categorías del núcleo duro de la Ciencia de la Información (CI) y la Bibliotecología Latinoamericana*, desenvolvido pela Natalia Duque Cardona, Camila Restrepo Fernández e Santiago Velásquez, todos professores da Escola Interamericana de Biblioteconomia da Universidade de Antioquia, na Colômbia, abordam as categorias Linguagem, Memória, Informação (LMI), considerando que fazem parte do núcleo duro da biblioteca ciência, Biblioteconomia e CI. Para isso, apresentam inicialmente uma introdução na qual são dados os lugares de enunciação dos autores. A razão pela qual se decidiu realizar a exploração da América Latina e Caribe é explicada a seguir. E então os conceitos de linguagem, memória e informação são desenvolvidos em três breves seções; recorrer a diversos referenciais teóricos que possam permitir às ciências em questão ampliar as perspectivas desses conceitos para avançar em uma proposta localizada nas realidades e necessidades da região. Por fim, encerra com algumas contribuições que o vínculo entre LMI pode proporcionar à Biblioteconomia e à CI para se fundamentar além das abstrações e vincular-se à realidade, cumprindo a função social da ciência: estar a serviço da sociedade e transformá-la. Este primeiro capítulo abre as portas para os demais capítulos que desenvolvem experiências e reflexões que vinculam a LMI, no contexto social, lembrando que esta publicação, assim como a escrita de cada um, é um ato político em relação à construção da ciência.

Felipe Meneses-Tello (México), por meio de seu capítulo *La Praxis social y política en el contexto bibliotecario para interpretar y transformar la sociedad*, permite-nos observar as bibliotecas como instituições que possibilitam o processo de práxis, ou seja, de interpretação e transformação das realidades. Uma questão que tem sido praticamente esquecida na teoria-prática ortodoxa da Biblioteconomia (como disciplina) e da Biblioteconomia

(como profissão) produzida na América Latina. A prática da biblioteca nas esferas da história e da teoria mostra que as bibliotecas são organismos de dois gumes. Por um lado, têm atuado para colaborar com o *status quo*, reproduzindo assim as relações sociais de dominação; por outro, têm contribuído para o desenvolvimento de processos de emancipação dos povos subjogados. Assim, para discernir a unidade de interpretação-transformação do mundo, infestada de injustiça social, o eixo substancial desse discurso é refletir sobre o fenômeno conhecido como “práxis”, mas no contexto social da biblioteca. Para tanto, são detalhadas diferentes categorias, como *práxis bibliotecária*, *práxis bibliográfica*, *práxis leitora* e *práxis revolucionária*. De uma perspectiva marxista, detalha-se que a práxis não passou despercebida na literatura de Biblioteconomia. Finaliza com a importância que pode ter o processo de práxis multicultural da biblioteca, ou seja, em um mundo onde os fenômenos de raça, classe e gênero compõem uma forte estrutura de subjugação.

De fato, escrever é uma forma de denunciar essa subjugação que está presente nos capítulos seguintes, onde a memória, a linguagem, a informação são apresentadas como elementos de resistência em relação ao étnico-racial, a memória da violência política e a biblioteca. dispositivo que permanece de pé, com dignidade e com possibilidade de se reinventar a serviço da justiça social.

As professoras do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, Luciana de Souza Gracioso e Luzia Sigoli Fernandes Costa, e o bibliotecário indígena Jhonny Passos de Oliveira nos apresentam *O Bem Viver enquanto utopia ou epistemologia para a Biblioteconomia*, um texto sem pretensões de universalidade, um chamado para tecer algumas reflexões sobre possíveis caminhos para a Biblioteconomia Contemporânea Latino-Americana, ou mesmo identificar outras utopias que nos permitam pensar, confabular uma Biblioteconomia *do e para o Bem Viver*. Desta mesma forma, retomando a ideia de Abya-Yala em relação ao bem viver, torna-se incontornável reconhecer o conhecimento que vive em cada pessoa, e particularmente nas bibliotecas humanas, livros vivos. Neles há linguagens, linguagens, textos e textualidades que se diferenciam da escrita alfanumérica e um distanciamento das memórias nacionais.

E desta mesma forma, retomando a ideia de Abya-Yala em relação ao bem viver, torna-se incontornável reconhecer o conhecimento que vive em cada pessoa, e particularmente nas bibliotecas humanas, livros vivos. Neles há linguagens, textos e textualidades que se diferenciam da escrita alfanumérica e um distanciamento das memórias nacionais.

Vinícios Souza de Menezes, professor do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), compartilha nesta publicação *Os Livros de Abya Yala: uma mirada perspectiva do Multinaturalismo Ameríndio*, abordando sobre a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e seu desenvolvimento em torno da leitura do mundo, e também retoma autores como Deleuze, Guattari, Tânia Stolze Lima e Eduardo Viveiros de Castro, Derrida, entre outros, para nos lembrar que a leitura não se limita apenas à concepção ocidental do mundo.

Eli Lemos de Oliveira, graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da UFRJ e André Vieira de Freitas Araujo, Doutor em Ciência da Informação e Professor do Ensino Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos movem para o público e a biblioteca, considerando esta última como um território ligado à memória, onde pode acontecer ou bem viver, onde vivemos livros vivos e onde temos relações entre identidade, memória e afeto. Em *O que os silêncios estão falando? encontros entre memória, identidade e afeto na biblioteca pública*, as dimensões social e simbólica da biblioteca são traçadas para a conversação, entendida como um território em andamento porque é um corpo que é mobilizado por outros corpos que usufruem e constroem, aproveitando seu espaço como lugar de narrativa que retoma experiências locais, centrada na ética da compreensão do diferente.

É esse mesmo território que está gerando ações de resistência e descolonialidade.

Rodrigo de Sales, Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina e Dirnéle Carneiro Garcez, Doutoranda em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se perguntam em *Biblioteca como um contradispositivo de resistência e decolonialidade*, se é possível transformar a biblioteca em um contradispositivo de resistência e descolonialidade? Este

capítulo é baseado em reflexões teóricas e produções científicas de indígenas, negros e outros grupos étnico-raciais, bem como pensadores nos campos cultural, social e bibliotecário.

E de fato é provavelmente possível, pois os capítulos seguintes nos mostram como a biblioteca se torna um espaço de mediação cultural e questionamento em torno da violência política e da projeção de ordens sociais baseadas na justiça social.

Diogo Roberto da Silva Andrade, Bibliotecário formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e Ana Paula Meneses Alves, Professora da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, são os autores do capítulo *A mediação da literatura homoerótica brasileira: abordagens reflexivas sobre o papel cultural da Biblioteca Universal Guei*. Os autores trazem uma análise bibliográfica e documental do jornal alternativo gay *Lampião da Esquina*, observa-se que em meio à abertura política democrática da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) o jornal atuou como interlocutor jornalístico, informativo e cultural de temas à margem do Brasil, como: gays, lésbicas, mulheres, negros, pardos e indígenas. O capítulo analisa o papel da seção Biblioteca Universal Guei na promoção da visibilidade da literatura homoerótica brasileira, que novamente insiste nas possibilidades que a biblioteca oferece como dispositivo cultural, em torno da linguagem, tornando a tríade consciente de saber, poder e subjetividade.

A doutoranda em Ciência da Informação e pesquisadora de gênero, Nathália Lima Romeiro, em seu texto intitulado *Mediação da informação em bibliotecas escolares como estratégia para prevenção da violência de gênero* apresenta bibliotecas escolares como um espaço para prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

Tríade que com muito esforço apresenta Ana Carla Bilhar, Bacharela em Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ana Claudia Perpétuo de Oliveira, Professora da UFSC e Laila Figueiredo Di Pietro, Doutora em Ciência da Informação, em seu capítulo *Uma “roupa que não nos serve mais”: bibliotecas públicas e ditadura militar brasileira*, resgatam a

articulação entre linguagem, memória e informação em torno das funções sociais das bibliotecas e em contextos de violência política.

Por fim, a partir de Cuba e da importante tradição que teve em processos de alfabetização que apontam para a redução das desigualdades sociais, Mercedes Alfonso Chomat, professora e bibliotecária, nos permite gerar uma aproximação do bibliotecário escolar em Cuba como promotor da leitura na escola primária, oficina da humanidade que, como disse Comenius, sustenta o espírito.

Esperamos que este exercício em que se unam vozes de quatro países: Brasil, Cuba, Colômbia e México, seja uma oportunidade para continuar caminhando em um sonho comum, a fundação de uma biblioteconomia de Abya-Yala.

REFERENCIAS

- Duque Cardona, N. (2018). La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. *Códices*, 14(1), 79-113.
- Emmanuel., J. A. (2018). *La anarquía explicada a los niños*. Santiago de Chile: Los perros románticos.
- Feyerabend, P. (2017). *Tratado contra el método: esquema de una teoría anarquista del conocimiento*. España: Tecnos.
- Morrison, T. (1993). *Discurso al recibir el Premio Nobel de Literatura*. Estocolmo, Suecia.





PRESENTACIÓN

Natalia Duque Cardona

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

El saqueo sistemático del lenguaje puede ser reconocido como la tendencia de sus hablantes a renunciar a sus matizadas, complejas y mayéuticas propiedades para usarlo como medio de amenaza y subyugación. El lenguaje opresivo hace más que representar la violencia; es violencia; hace más que representar los límites del conocimiento, lo limita.⁴

Retomando la experiencia del libro *Epistemologías Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (2020) en el cual hay una insistencia en la necesidad de tensionar el conocimiento científico propuesto por la modernidad; este nuevo libro reconoce la ciencia como lo propone Paul Feyerabend (2017), como una empresa esencialmente anarquista, humanista, no restrictiva y libertaria y en tanto invita a colegas, camaradas, amigos de diversos lugares de latinoamérica y el caribe, de Abya-Yala a poner sus ideas en una de las principales armas del anarquismo: el libro y la palabra, como posibilidades de interpelación y debate, pero sobre todo de pensar formas otras poner las ciencias al servicio de de la humanidad

las armas del anarquismo son el libro, el trabajo, es la palabra (...) con el libro, con el trabajo, con la palabra se llama a todos haciéndoles ver que

⁴ Discurso de Toni Morrison al recibir el Premio Nobel de Literatura el 7 de diciembre de 1993

sobre la fuerza bruta se alza la fuerza de la idea cuyo triunfo final no puede discutirse (Emmanuel, 2018)

Epistemologías Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya-Yala y las sociedades y culturas en perspectiva Sur, tiene de trasfondo una pregunta que cada vez cobra mayor fuerza ¿*Bibliotecología y CI en perspectiva Sur?*, lo cual nos implica como profesionales, bibliotecarios, docentes, investigadores, militantes de la bibliotecología y la Ciencia de la Información, seguir generando reflexiones que nos permitan consolidar y dar vida a un colectivo latinoamericano de Bibliotecas desde Abya-Yala. Así que este libro, además de una invitación a la escritura es una invitación a la juntanza, a ser tejer un colectivo latinoamericano avive y mantenga la discusión y co-construcción de la ciencia bibliotecológica y la ciencia de la información desde Abya Yala. Esta publicación es uno de los primeros pasos para el trabajo que soñamos seguir.

¿Y por qué nombrarlo como *Epistemologías Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação?* En este punto queremos insistir en que al referirnos a la epistemología aludimos a la oportunidad de fundamentar la ciencia, de llevar a cabo un ejercicio intelectual que debe incluir a las comunidades, territorios y actores implicados en la producción de conocimiento y en tanto ser orgánico y dialógico, ir a la experiencia para reflexionar la ciencia e ir a la ciencia para volver sobre la experiencia. En este orden de ideas si bien encontrará reflexiones conceptuales de categorías fundamentales para la bibliotecología y la CI, hallar en este libro la experiencia, el hacer y caminar la ciencia bibliotecológica en perspectiva crítica latinoamericana.

Este libro presenta un conjunto de capítulos que exponen desde abordajes diversos y dan vida al programa de acción/investigación de bibliotecas desde Abya Yala: sociedades y culturas del Sur, compuesto por seis líneas temáticas que plantean una posible ruta, que más allá de concluir, permita vislumbrar acciones, caminos y estrategias para contribuir a la disminución de las desigualdades sociales en Latinoamérica (Duque-Cardona, 2018). En nueve capítulos vinculados con la biblioteca, el lenguaje,

la memoria y la información nos acercamos al pensamiento bibliotecológico latinoamericano y del Caribe que nos da pistas de cómo venimos caminando la palabra, y en tanto de qué ideas, conceptos y propuestas pueden contribuir a fundamentar la Bibliotecología desde Abya-Yala.

Inicialmente *Lenguaje, memoria e información: un acercamiento a las categorías del núcleo duro de la Ciencia de la Información (CI) y la bibliotecología latinoamericana*, desarrollado por Natalia Duque Cardona, Camila Restrepo Fernández y Santiago Velásquez, todos profesores de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia en Colombia, realiza un acercamiento a las categorías Lenguaje, Memoria, Información (LMI), considerando que estas hacen parte del núcleo duro de la bibliotecología y la CI. Para ello se presenta inicialmente una introducción en la que se da cuenta de los lugares de enunciación de las autoras. A continuación se expone el porqué se decide realizar la exploración desde Latinoamérica y el Caribe. Y seguidamente se desarrollan en tres breves apartados los conceptos lenguaje, memoria e información; recurriendo a diversos referentes teóricos que pueden permitirles a las ciencias en cuestión ampliar las perspectivas de estos conceptos para avanzar en una propuesta situada en las realidades y necesidades de la región. Finalmente se cierra con algunos aportes que la vinculación entre LMI pueden brindar a la bibliotecología y la CI para fundamentarse más allá de abstracciones y vincularse con la realidad cumpliendo con la función social de la ciencia: estar al servicio de la sociedad y transformarla. Este primer capítulo abre la puerta a los demás capítulos que desarrollan experiencias y reflexiones que vinculan LMI, en el contexto social, recordando que esta publicación, así como la escritura de cada quien es un acto político en relación con la construcción de la ciencia.

Felipe Meneses-Tello (México), a través de su capítulo *La praxis social y política en el contexto bibliotecario para interpretar y transformar la sociedad*, nos permite observar las bibliotecas como instituciones que posibilitan el proceso de la praxis, es decir, de interpretación y transformación de la realidad social. Asunto que ha sido prácticamente pasado por alto en la teoría-práctica ortodoxa de la bibliotecología (como disciplina) y la biblioteconomía (como profesión) producida en América

Latina. La práctica bibliotecaria en las esferas de la historia y la teoría evidencia que las bibliotecas son organismos con doble filo. Por un lado, han actuado para colaborar con el *statu quo*, reproduciendo así las relaciones sociales de dominio; por el otro, han contribuido al desarrollo de procesos de emancipación de los pueblos subyugados. Así, para discernir la unidad interpretación-transformación del mundo, infestado de injusticia social, el eje sustancial de este discurso es reflexionar el fenómeno conocido como “praxis”, pero en el contexto social bibliotecario. Con esta finalidad, se detallan diferentes categorías, como praxis bibliotecaria, praxis bibliográfica, praxis lectora y praxis revolucionaria. Desde una perspectiva marxista, se detalla que la praxis no ha pasado inadvertida en la literatura bibliotecológica. Se finaliza con la importancia que puede tener el proceso de la praxis bibliotecaria multicultural, es decir, en un mundo donde los fenómenos de raza, clase y género conforman una recia estructura de avasallamiento.

De hecho la escritura es una forma de denunciar ese avasallamiento que está presente en los capítulos siguientes donde se presenta la memoria, el lenguaje, la información como elementos de resistencia en relación con lo étnico-racial, la memoria de la violencia política y la biblioteca como un contra dispositivo que permanece en pie, dignamente y con la posibilidad de reinventarse al servicio de la justicia social.

Las profesoras del Departamento de Ciencias de la Información de la Universidad Federal de São Carlos, Luciana de Souza Gracioso y Luzia Sigoli Fernandes Costa, y el bibliotecario indígena Jhonny Passos de Oliveira nos presentan *El buen vivir como utopía o epistemología para la bibliotecología*, un texto sin pretensiones de universalidad, un llamado a tejer algunas reflexiones sobre posibles caminos para la Bibliotecología latinoamericana contemporánea, o incluso a identificar otras utopías que nos permitan pensar, fabular una Bibliotecología del y para el Buen Vivir.

Y en esta misma vía, retomando la idea de Abya-Yala en relación con el buen vivir, se hace ineludible reconocer el saber que habita en cada persona, y particularmente en las bibliotecas humanas, los libros vivos. En estos acontecen lenguas, lenguajes, textos y textualidades disímiles a la escritura alfanumérica y un distanciamiento con las memorias nacionales.

Vinícios Souza de Menezes, profesor del Departamento de Ciencia da Información (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), comparte en esta publicación *Los libros de Abya-Yala: una mirada en perspectiva del multinaturalismo amerindio*, para ello se basa en la pedagogía de los oprimidos de Paulo Freire y su desarrollo alrededor de la lectura del mundo, retoma además autores como Deleuze, Guattari, Tânia Stolze Lima y Eduardo Viveiros de Castro, Derrida, entre otros, para recordarnos que la lectura no se limita solo a la concepción occidental del mundo.

Eli Lemos de Oliveira, profesional en Biblioteconomía e Gestión de Unidades de Información, da UFRJ y Andre Vieira de Freitas Araujo, Profesor del Magisterio Superior de la Universidad Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), nos desplazan a la biblioteca pública considerándola como un territorio vinculado con la memoria, donde puede acontecer el buen vivir, donde habitan libros vivos y donde acontecen relaciones entre identidad, memoria y afecto. En ¿De qué hablan los silencios? encuentros entre memoria, identidad y afecto en la biblioteca pública, se trae a la conversación la dimensión social y simbólica de la biblioteca entendiéndose como un territorio en progreso por ser un cuerpo que es movilizado por otros cuerpos que la disfrutan y la construyen, aprovechando su espacio como lugar de narrativa que retoma experiencias locales, enfocadas en la ética del entendimiento frente a lo diferente.

Y es en este mismo territorio donde se generan acciones de resistencia y decolonialidad. Rodrigo de Sales, Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina y Dirnéle Carneiro Garcez, Doctoranda en Ciencia de la Información, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se preguntan en *La biblioteca como dispositivo contador de resistencia y decolonialidad*, si es posible transformar la biblioteca en ¿un contra-dispositivo de resistencia y descolonialidad? este capítulo se fundamenta en reflexiones teóricas y producciones científicas de grupos indígenas, negros y otros grupos étnico-raciales, así como pensadores en los campos cultural, social y bibliotecario.

Y de hecho es probable que sí sea posible, pues los siguientes capítulos nos muestran como la biblioteca se constituye en un espacio para la

mediación cultural y el cuestionamiento alrededor de la violencia política y la proyección de órdenes sociales basados en la justicia social.

Diogo Roberto da Silva Andrade, Bibliotecario egresado de la Universidad Federal de Minas Gerais y Ana Paula Meneses Alves, Profesor de la Facultad de Ciencias de la Información, de la Universidad Federal de Minas Gerais, son los autores del capítulo *La mediación de la literatura homoerótica brasileña: enfoques reflexivos sobre el papel cultural de la Biblioteca Universal Guei*. Los autores traem un análisis bibliográfico y documental del diario alternativo gay Lampião da Esquina, se observa que en medio de la apertura política democrática de la Dictadura Militar Brasileña (1964-1985) el diario actuó como interlocutor periodístico, informativo y cultural de temas sobre el márgenes del en Brasil, tales como: gays, lesbianas, mujeres, negros, pardos e indígenas. En el capítulo se analiza el papel de la sección Biblioteca Universal Guei en la promoción de la visibilidad de la literatura homoerótica brasileña, lo cual nuevamente insiste en las posibilidades que da la biblioteca como dispositivo cultural, alrededor del lenguaje, haciendo consciente la tríada saber, poder y subjetividad.

La estudiante de doctorado en Ciencias de la Información e investigadora de género, Nathália Lima Romeiro, en su texto titulado *Mediación de la información en las bibliotecas escolares como estrategia para prevenir la violencia de género*, presenta a las bibliotecas escolares como un espacio de prevención y enfrentamiento de la violencia de género.

Tríada que con gran empeño presenta Ana Carla Bilhar, Bacharel em Biblioteconomia pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ana Claudia Perpétuo de Oliveira, Profesora de la UFSC y Laila Figueiredo Di Pietro, Doutora e Mestra em Ciência da Informação, en su capítulo *Una ropa que no nos sirve más: bibliotecas públicas y dictadura militar brasileira*, trae de nuevo la vinculación entre lenguaje, memoria e información alrededor de las funciones sociales de las bibliotecas y en contextos de violencia política.

Finalmente, desde Cuba y la importante tradición que ha tenido en los procesos de alfabetización que apuntan a la disminución de las brechas de desigualdad social, Mercedes Alfonso Chomat maestra y bibliotecaria nos permite generar una aproximación del bibliotecario escolar en cuba como

promotor de lectura en la escuela primaria, taller de humanidad que como decía Comenio enarbola al espíritu.

Anhelamos que este ejercicio en el cual se suman voces de cuatro países: Brasil, Cuba, Colombia y México, sea una oportunidad para seguir caminando un sueño en común, la fundamentación de una bibliotecología desde Abya-Yala.

REFERÊNCIAS

- Duque Cardona, N. (2018). La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. *Códices*, 14(1), 79-113.
- Emmanuel, J. A. (2018). *La anarquía explicada a los niños*. Santiago de Chile: Los perros románticos.
- Feyerabend, P. (2017). *Tratado contra el método: esquema de una teoría anarquista del conocimiento*. España: Tecnos.
- Morrison, T. (1993). *Discurso al recibir el Premio Nobel de Literatura*. Estocolmo, Suecia.



LENGUAJE, MEMORIA E INFORMACIÓN: UN ACERCAMIENTO A LAS CATEGORÍAS DEL NÚCLEO DURO DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN (CI) Y LA BIBLIOTECOLOGÍA LATINOAMERICANA⁵

Natalia Duque-Cardona
María Camila Restrepo-Fernández
Santiago Velásquez-Yepes

1 INTRODUCCIÓN

Este capítulo busca aportar en la fundamentación y fortalecimiento de una Bibliotecología y la CI contextualizadas y situadas en las necesidades actuales de la región, sin desconocer un contexto global. Lo que implica ir casa adentro para tejer casa afuera, propiciando la conformación de unidades de análisis epistemológico que reconozcan la tradición de la ciencia, pero no se limite a ella, e incluso cuando sea necesario puedan cuestionar y proponer nuevas alternativas para caminar.

⁵ Los insumos principales para el desarrollo de este capítulo son la propuesta de investigación *Relaciones entre lenguaje, memoria e información: aportes a un Programa de Investigación Científica para la Ciencia de la Información y la bibliotecología en perspectiva crítica latinoamericana* y la presentación realizada de esta en el marco del Concurso Público de Méritos 2019 de la Universidad de Antioquia, Colombia.



Y de modo particular epistémicamente se sitúa en el marco comprensivo y de acción propuesto por Paul Feyerabend (2017), el anarquismo epistemológico, en su obra *Contra el método* una vez estamos convencidas que “el anarquismo estimula el progreso cualquiera que sea el sentido en que se tome este término. Incluso una ciencia basada en la ley y el orden, sólo tendrá éxito si permite que se den pasos anarquistas ocasionales” (p.12)

Lo anterior nos lleva a reconocer que hoy día la CI y la bibliotecología tiene nuevos desafíos epistemológicos como:

- Trazar rutas para un pensamiento de la CI y la bibliotecología desde el Sur, desde Abya-Yala
- Pensar para qué y para quién la información de acuerdo con los retos de la infodemia de desinformación que vivimos, causa de la cual se instalan discursos de odio y regímenes autoritarios
- Comprender cómo se dan las relaciones entre cultura-información-lenguaje y sobre todo reconocer la urgencia de una bibliotecología y CI para Abya-Yala, ciencias que abracen y cuiden la vida y los bienes comunes explicitando las relaciones entre LMI, poder y democracia.

Así que este capítulo tiene sus lugares de enunciación en una propuesta amplia que es bibliotecología y CI desde Abya-Yala la cual surge diez años atrás (2011) en el marco de la maestría en educación con el Grupo de Investigación Diverser de la Facultad de Educación de la Universidad de Antioquia y que día a día se ha fortalecido gracias a la suma de cooperaciones y voluntades.

Es importante anotar que este ejercicio pensado desde latinoamérica no implica la exclusión de teóricos y teorías situadas en otros contextos puesto que la discusión de la ciencia anticolonial en este trabajo no radica en la exclusión de Europa y Norteamérica del campo científico, sino en la toma de conciencia que implica reconocer que estos lugares hegemónicos de producción del conocimiento no son el centro y que filosofías y conocimientos subalternizados deben ser incluidos y puestos en conversación con el conocimiento existente, nunca bajo una perspectiva de minoría de

edad, sino bajo una diálogo intercultural que permita además de dinamizar la ciencia, tener una mirada más amplia del mundo, que vaya más allá de la historia enmarcada en un calendario judeo-cristiano.

La arrogancia intelectual de pensar en abolir, o eliminar referentes fundamentales para las ciencias sociales y humanas, solo por su procedencia demuestra una incapacidad de diálogo y sobre todo la réplica de las prácticas del opresor, ya anunciaba Freire en su *Pedagogía del oprimido*, la facilidad que tenemos en convertirnos en opresoras de modo natural y “justificado”.

Nombrar la diferencia, los procesos de colonialidad, los centros de poder en los cuales se han construido hegemonías de producción de conocimiento es un deber ético y político para quienes hemos comprendido que la única forma de producción de conocimiento no está basada en el método científico como lo conocemos, esto en ningún caso implica dejos de arrogancia académica, al contrario da cuenta de la honestidad intelectual que nos ha llevado bajo una adhesión ilustrada a tomar distancia de la tradición, cuestionarla y buscar puntos de encuentro otras perspectivas con las formas tradicionales de producción de conocimiento.

Hablamos entonces como maestras, bibliotecólogas, feministas, militantes de la educación, la cultura y las bibliotecas que conjuran y conjugan las ciencias humanas y sociales creyendo que estas son y serán siempre una oportunidad para caminar por verdades probables más que por verdades inmodificables. Y que en tanto la honestidad intelectual no busca socavar el conocimiento para probar las propias ideas, sino al contrario es un acto en el cual podemos hablar sin temor de las circunstancias bajo las cuales abandonaríamos nuestras propias posiciones.

Los marcos analíticos bajos los cuales se ha desarrollado este capítulo convocan el pensar y reflexionar la bibliotecología y la CI en Latinoamérica y el Caribe recurriendo al conocimiento situado en la perspectiva de Donna Haraway (1991) comprendiéndolo como conocimientos parciales, localizables y críticos, que admiten la posibilidad de conexiones llamadas solidaridad en la política y conversaciones compartidas en la epistemología.

Figura 1 – Conjurar/Conjugar las Ciencias Humanas y Sociales



Fuente: elaboración propia.

Las filosofías del sur que además de las de Boaventura Sousa Santos, incluyen las negras, feministas, indígenas, campesinas, queer, y en tanto los saberes y tradición de los pueblos de Abya-Yala. En otras palabras, nuestro lugar para este ejercicio es una mirada anticolonial a las ciencias.

Aclaremos que una mirada anticolonial de la ciencia recordando las enseñanzas de Silvia Rivera Cusicanqui nos lleva a proponer lo anticolonial como una lucha o resistencia en el campo científico que no deshumanice el sentido social de la misma. Hace pocos años no usamos el término decolonial,

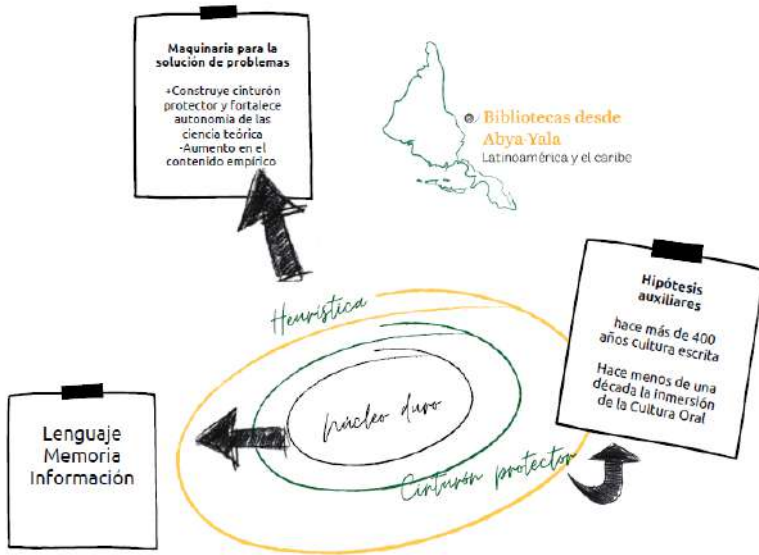
aunque lo usamos largo tiempo, pues hemos comprendido que este se ha convertido después de la conocida inflexión decolonial en los 90 en una moda y una especie de eufemismo para seguir nombrando desde la academia “otros modos” de producción científica validados bajos los mismos criterios de cientificidad que tanto hemos debatido quienes creemos en las funciones sociales de la ciencia y en otros modos de producción de conocimiento, de fundamentación (honestidad intelectual)

De este modo, el capítulo tiene como propósito, partiendo de la hipótesis de considerar que LMI son parte del núcleo duro para la ciencia bibliotecológica y la CI, acercarse a estas categorías a través de algunos de los referentes teóricos que han sido referentes para las ciencias, generando un primer acercamiento a cómo estos han contribuido al fortalecimiento del corpus epistemológico en una perspectiva crítica latinoamericana.

Recordemos que el PIC, propuesta por Lakatos (1978), está constituido por tres elementos: Núcleo Duro, Cinturón protector y Heurística. Este objetivo lo planteamos partiendo de reconocer un PCI para la CI y la bibliotecología como una unidad de análisis epistemológico, compuesta por una serie de teorías relacionadas entre sí, de manera que unas se generan partiendo de las anteriores y que, en este caso, tiene un núcleo duro constituido por las categorías enunciadas. Este ejercicio abre posibilidades de nutrir el cinturón protector del PIC con nuevas hipótesis auxiliares. De hecho, estas mismas ponen en cuestión las formas de relacionamiento histórico del LMI en la CI y la bibliotecología lo cual lleva a un análisis situado y contextualizado.

Proponemos en esta representación gráfica (Figura 2) ver un poco más acerca de lo expuesto.

Figura 2 – Composición de los PIC



Composición de los PIC

Fuente: elaboración propia.

Un ejemplo alrededor de LMI es que estos en la CI y la bibliotecología han privilegiado para Abya-Yala la cultura escrita por más de 400 años y hace un poco más de una década se ha permitido la entrada de la cultura oral a las disciplinas, sin embargo no plenamente pues rompe con teorías funcionales y hegemónicas de la ciencia, a lo cual no hay que temer sino ver en ello una posibilidad de progreso que como se decía en el inicio no desconoce la tradición pero si la cuestiona y busca modos a través de la heurística del programa para consolidar una maquinaria para la solución de problemas que se deriven de esta dinámica.

Por ejemplo, saber que 1000 años antes de la biblioteca occidental más antigua conocida ya existía una cultura como la del Pueblo Caral en Ecuador que poseía registro de la información a través de quipus y que era un pueblo al nivel de los egipcios, mesopotámicos e hindúes. O que 500 a.C. la Cultura Paracas del Perú tenía códigos no alfanuméricos de registro de información como los tocapus son indicios para pensar imperativamente un PIC que fundamente la CI y la bibliotecología desde Latinoamérica y el Caribe.

2 ¿POR QUÉ LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE?

Partimos de plantear que esta es una decisión ética y política. El lugar de enunciación, desde donde se observa el horizonte no es un acto caprichoso, es ante todo una decisión política que considera el territorio, las lenguas y el capital económico de la ciencia. Si bien en la ciencia se libran batallas, en ningún caso buscamos que una perspectiva esté por encima de otra, buscamos que los modos que han sido invisibilizados en la producción de conocimiento surjan a la superficie y nos recuerdan que hablar de la ciencia en Latinoamérica y el Caribe responde a la diferencia como posibilidad de enriquecer la cultura.

Pensar lenguaje, memoria e información en Latinoamérica y el Caribe y no referirnos a Iberoamérica, parte en primer lugar en reconocer que esta última es entendida aún por la RAE como los países americanos que formaron parte de los reinos de España y Portugal. Es decir que una parte de la idea de Iberoamérica sigue reconociendo las relaciones de poder y de dominación de las épocas coloniales. Mientras que en Latinoamérica hay una insistencia académica y social de diálogos interculturales que implica ocuparse cada adentro de observarse sin la sombra colonial, de nuevas construcciones que puedan hacerse con el Nuevo Mundo, sino a partir de un Mundo Nuevo.

La idea de Iberoamérica no concibe a Abya-Yala, el cual fue el nombre dado a Latinoamérica antes del saqueo cultural del que fuimos parte, mucho menos implica la idea de Indoamérica que hoy día los pueblos originarios de América incluida Norteamérica caminan y piensan. Iberoamérica como idea se consolida en 1991 con las cumbres Iberoamericanas en los fundacionales

de Guadalajara y en Madrid en 1992 como respuesta a formalizar un vínculo histórico entre América Latina, el Caribe y Europa, un vínculo que desconoce la memoria subterránea del otro lado del atlántico. Se instala así como un pacto que desconoce que los vínculos históricos implican procesos de dominación, saqueo y aculturación permanente.

Apenas en los 90 comenzaba la inflexión decolonial como posibilidad que abrió en el campo académico alternativas para pensar la uniformidad que nos destruye. En términos epistémicos aproximarnos a LMI en un marco iberoamericano privilegia las memorias nacionales, la información en una mirada tradicional de la ciencia, mientras que latinoamérica nos da la posibilidad de abrirnos a a memorias subterráneas que cada vez más emergen con mayor fuerza y en tanto a diversos y singulares tipos de registro de información de pueblos originarios que no hemos considerado en la bibliotecología y la CI.

La producción de conocimiento, la ciencia, no es neutral involucra LMI y en este orden de ideas a la lengua castellana y portuguesa desde el lugar de los colonizadores. Si bien aproximadamente existen 600 millones de personas que hablan castellano, el 90% está en América Latina y aproximadamente 200 millones de hablantes de portugués de los cuales el 80% está en América Latina. En tanto la voz y la producción de conocimiento puede darse allí, desde Abya-Yala, lo cual no quiere decir que se invisibiliza la producción en castellano de centros de poder hegemónicos, sino que como lo decía José Martí

*Injértese en nuestra cultura,
lo mejor de la cultura universal,
pero el tronco ha de seguir
siendo nuestra cultura*

Trabajar desde Latinoamérica y el Caribe implica reconocer que además del castellano y portugués, la región es diversa lingüísticamente, y en tanto una “ciencia plurilingüe permitirá un reconocimiento de todas las comunidades con un diálogo simétrico, un mutuo reconocimiento donde hay iguales derechos de argumentación” (Tatian), nos urge vernos en nuestras

diferencias para encontrar puntos de encuentro sin intención de uniformidad. De aquí que nuestro lugar de enunciación, por ahora, sea Latinoamérica y el Caribe.

A continuación, y con el ánimo de poner en tensión y dinamizar las relaciones entre LMI, planteamos algunas ideas que nos permitan comenzar a dilucidar estos tres conceptos y los referentes desde los cuales se comienzan a abordar la investigación *Relaciones entre lenguaje, memoria e información: aportes a un Programa de Investigación Científica para la Ciencia de la Información y la bibliotecología en perspectiva crítica latinoamericana*.

Es importante dejar en claro que cuando hablamos de un inicio en este ejercicio escritural, este corresponde a un etapa inicial de la investigación, la cual en la medida que vaya consolidando sus propuestas buscará los modos de poner sus discusiones en la esfera pública, académica y bibliotecaria, pues la perspectiva de construcción de conocimiento en la que se ubican las investigadoras implica una postura ética y política desde la cual se concibe que la construcción de la ciencia y la fundamentación epistemológica no se da de manera exclusiva teóricamente, sino que requiere ser puesta a disposición de la comunidad académica para ser discutida, alimentada e incluso refutada.

3 LENGUAJE

La sociedad humana se formó primero con la ayuda del lenguaje oral; aprendió a leer en una etapa muy posterior de su historia y al principio, sólo ciertos grupos podían hacerlo. El *homo sapiens* existe desde hace 30 mil y 50 mil años. El escrito más antiguo data de apenas 6 mil años. (...) La capacidad de leer comenzó con la escritura.

Walter J. Ong (2009, p. 12).

La intención de una perspectiva latinoamericana implica reconocer la información, la memoria y el lenguaje como categorías conceptuales que han

sido narradas y construidas en una perspectiva eurocentrada, lo que ha implicado la exclusión de diversos modos de producción de conocimiento, registro de información, lenguas y lenguajes que están ausentes de la fundamentación de la CI y la bibliotecología y de la praxis de la disciplina.

En tanto esta exclusión contribuye al aumento de la desigualdad social y requiere dejar en evidencia cómo la memoria y la información en los procesos de mediación del lenguaje dependiendo de su comprensión y tratamiento siguen contribuyendo a aumentar o disminuir brechas sociales.

De este modo, el lenguaje, constituido por las LEO, puede ser entendido bajo una perspectiva Foucaultiana cómo una tecnología de poder que contribuye a perpetuar/ y/o revolucionar el capital cultural y, en este orden de ideas los procesos de mediación del lenguaje dados en Unidades de Información (UI) inciden en la desigualdad social posibilitando o censurando acceso a la información, y con ello la activación de ciertos tipos de memoria.

Lo anterior deja ver que una fundamentación epistemológica de la Ciencia de la Información y la Bibliotecología en diálogo con la sociología implica posibilidades importantes de develar las relaciones de saber, subjetividad y poder, en relación con la memoria y la información, mediadas por el lenguaje que acontecen en espacios como las bibliotecas. Un ejercicio de este tipo ubica a la CI a la altura de las discusiones de teóricos sociales como Deleuze (1990) y Agamben (2011), quienes permiten una comprensión amplia de instituciones sociales como dispositivos culturales.

Además de la perspectiva en teoría social que la obra de referentes cómo Deleuze, Foucault (1975, 1988) y Agamben puede permitirnos a la Bibliotecología y la CI para interpretar el lenguaje y sus funciones sociales, hay varias referentes relevantes para esta propuesta: Judith Bautler (2004), María Teresa Andruetto (2019), Walter Ong (2009), Virginia Zabala y Victor Vich (2004), Iuri Lotman (2019) y Michael Halliday (1986).

Judith Bautler es una de las principales autoras de la teoría queer, propuesta que ha permitido caminar en una comprensión no binaria del mundo y en tanto sus aportes en torno al lenguaje sean tan potentes y develan las relaciones del mismo con el mantenimiento del *status quo* y un orden social preponderante. En su obra *lenguaje poder e identidad* (2004) la autora nos permite reconocer la palabra como una tecnología de poder que agencia

la realidad social y contribuye en tanto al mantenimiento o subversión de órdenes sociales en cuanto es determinante en la producción de subjetividades. Además la autora en su obra pone en evidencia con todo esplendor la dimensión política del lenguaje, esa que en la bibliotecología hemos trabajado alrededor de los lenguajes políticos de la lectura, se nos presenta como posibilidad para la interpelación

(...) es imprescindible aportar una perspectiva crítica sobre los tipos de lenguaje que gobiernan la regulación y la constitución de sujetos, si tenemos en cuenta que dependemos inevitablemente de formas en las que los otros se dirigen a nosotros para poder ejercer cualquier tipo de agencia. (Butler, 2004, p. 53)

Para la bibliotecología y la CI, que trabajan en el campo del lenguaje en cuanto es esta tecnología la que nos permite ser parte de una cultura y en tanto de un orden social se hace relevante la comprensión del mismo en relación con los procesos no sólo de circulación de la información sino de medicación que implican el tejido de saber, poder y subjetividad que acontece en los diversos espacios culturales donde se desempeñan los bibliotecólogos y profesionales de la información. La comprensión del lenguaje en término de la capacidad de agencia que este posee nos implica importantes retos en las ciencias en mención puesto que se evidencia una mayoría de edad en la cual dejan de estar limitadas a tareas funcionales y se insertan en el campo de la cultura y los procesos de mediación y gestión cultural.

Por supuesto, que presentar esta perspectiva del lenguaje nos implica como profesionales una deconstrucción e incluso en muchas ocasiones una comprensión del mismo como parte fundamental del hacer bibliotecológico, nos pone desafíos en relación con las formas no legitimadas de producción del capital cultural y nos reta a revolucionar paradigmas que impliquen la vinculación de la palabra en sus diversas formas, formatos, lenguajes y textualidades bajo una adhesión ilustrada que nos permita ciencia situadas, conocimiento situado a las necesidades y realidades de latinoamérica y el

Caribe, donde esta tecnología de poder camine hacia la justicia social, no sólo a través del nombrar al otro, a a la otra, el saber tradicional, ancestral. Sino también redistribuyendo el uso de la palabra, redistribuyendo el uso del lenguaje bajo condiciones de equidad y haciendo del lenguaje una posibilidad real para una plena asunción de nuestra humana condición. Es innegable, el lenguaje es plenamente político y su uso no casual, siempre hay una intencionalidad en el mismo.

En esta misma línea, y en relación con la dimensión política del lenguaje, María Teresa Andruetto en su *Discurso completo en el Congreso de la Lengua Española en Córdoba (2019)*, nos recuerda que “en el lenguaje se libran batallas, se disputan sentidos, se consolida lo ganado y los nuevos modos de nombrar vuelven visible nuevas formas u otras invisibilizadas de conocimiento” y es a través de este que privilegiamos unos relatos sobre otros y hemos dado lugar a memorias que buscan universalidad y en tanto la capacidad de agencia del lenguaje se limita, se cohibe y se destruye la diferencia. No se trata en ningún caso, como ya se ha mencionado anteriormente de evadir la riqueza que acontece en culturas como la anglosajona o la europea en relación con la producción de conocimiento, se trata de que además de esa palabra acontezca la india, la campesina, la trans, la negra, que recordemos que

El lenguaje de esta América es un conjunto de variables mestizadas por pueblos originarios que esclavizados, sometidos, bienvenidos, subyugados, impregnaron nuestros modos de decir y pensar (Andruetto, 2019)

Y en tanto las ciencias sociales que se vinculan como el lenguaje y conservan, preservan y dinamizan la memoria cultural deben tener presente que este no es neutral y que las decisiones alrededor del mismo son políticas, y en este caso las concebimos a favor de la vida y la dignidad.

Ese mismo lenguaje al que se refiere Toni Morrison en relación con la medida de nuestras vidas, en su discurso de aceptación del Premio Nobel en 1993, es ese que nos recuerda que como especie antes de la palabra escrita, se encontraba la palabra hablada, la oralidad: hermana mayor de la lectura y la

escritura. Walter Ong, en su libro *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra* (2009), además de hacer un ejercicio que nos permite distinguir entre las culturas orales y las que se han apropiado del código escrito, nos permite observar cómo la invención del lenguaje y de la apropiación de la cultura a través de la información oral nos constituye como especie, dando lugar a la memoria y a la construcción de comunidad

La palabra hablada proviene del interior humano y hace que los seres humanos se comuniquen entre sí como interiores conscientes, como personas, la palabra hablada hace que los seres humanos formen grupos estrechamente unidos (Ong, 2009, 77)

De ninguna manera desconocemos que la escritura como invención de la especie humana es fundamental en la reestructuración de nuestra comprensión del mundo y de nuestra conciencia y por supuesto en la preservación de información, empero es relevante recordar que no es exclusivo de esta tecnología de poder la palabra, y que en perspectiva crítica latinoamericana la oralidad es fundamental para pensar el lenguaje, pues los pueblos de Abya-Yala siguen conservando una importante tradición oral. Concebir la oralidad como parte fundamental del lenguaje para la bibliotecología y la CI es un ejercicio que amplía la visión binaria de trabajo de estas ciencias desenmarcandola de lo registrado/no registrado en códigos alfanuméricos y dando lugar niveles de justicia social que implican una nueva/vieja perspectiva del conocimiento.

La oralidad, como elemento constitutivo del lenguaje también es una categoría desarrollada de modo interesante por Virginia Zavala y Victor Vich, en el libro *Oralidad y poder* (2004), el cual en relación con la bibliotecología y la CI da la posibilidad de su comprensión alrededor de diversas facetas: como performance, testimonio, voces subalternas. tradición oral, oralitura, entre otras.

(...) la oralidad no solo es un texto; es un evento, un performance y al estudiarla siempre debemos hacer referencia a un determinado tipo de interacción social (...) muchos discursos orales son formas de memoria colectiva a través de las cuales los sujetos encuentran fundamentos para constituir su identidad y repensar su presente. En efecto, la oralidad es una de las instancias mediante las cuales las sociedades construyen un archivo de conocimiento destinado a interpretar y negociar el pasado. Actualizadas en situaciones concretas como algunas performances orales funcionan como rituales que significan las experiencias vividas y aspiran a intervenir en las políticas de la memoria (Zavala & Vich, 2004, p. 18)

Vemos así, que la oralidad en el campo del lenguaje para la bibliotecología y la CI, si bien escasamente ha sido trabajada y vinculada hace muy poco tiempo, cada vez tiene mayor relevancia, pues esta implica tender puentes claros y contundentes con la información y la memoria, y si bien hay reticencias a esta pues implica cuestionar la tradición estamos de acuerdo con Feyerabend cuando nos plantea que no existe ninguna idea, por antigua y absurda que sea, que no pueda mejorar el conocimiento. La oralidad, estamos seguras aporta significativamente a un desarrollo de la bibliotecología y CI desde Abya Yala.

Ahora bien finalmente queremos referirnos a la escritura, tecnología del lenguaje vinculada históricamente con la bibliotecología, para ello encontramos dos referentes que vinculando la cultura podrían permitir a las ciencias en cuestión un escenario amplio para la comprensión de las tecnologías de poder (LEO). Iuri Lotman semiólogo ruso, y padre de la culturología, presenta una perspectiva amplia del lenguaje a través de los sistemas de codificación creados por una cultura y Halliday (1986), quien comprende el texto como forma de información convertida en discurso.

Halliday nos permite acercarnos al lenguaje bajo una perspectiva sociocrítica del mismo en el cual concibe el entorno que enmarca la palabra, este se refiere al texto como

[...] Un texto es una unidad semántica, que no está compuesta de oraciones sino que se realiza en oraciones. Un texto es al sistema semántico lo que una cláusula al sistema lexicogramatical y una sílaba al sistema fonológico. (...) un texto posee una estructura genérica, tiene cohesión interna y constituye el entorno pertinente para la selección en los sistemas “textuales” de la gramática, pero es posible que su unidad como texto también se despliegue en patrones de significado ideacional e interpersonal; un texto es producto de su entorno y funciona en él. (Halliday, 1986, p.178)

Lotman (2019) nos habilita a través de su idea de la semiosfera un marco que contiene todo lo cultural, es decir toda la información transmitida por aprendizaje social (Mosterín, 1994), en donde funciona una infinidad de lenguajes, de textos, el autor define este término

(...) como espacio semiótico necesario para la existencia y funcionamiento de los diferentes lenguajes, y no en cuanto suma de los lenguajes existentes. En un sentido, la semiosfera tiene una existencia anterior a esos lenguajes y se encuentra en constante interacción con ellos (...) pero otro punto es también esencial: la paleta de lenguajes dentro de un campo cultural activo está en evolución continua, y el valor axiológico, así como la posición jerárquica de sus elementos,

están sujetos a cambios más importantes aún”
(Lotman, 2019, p. 11).

Y es en este campo cultural donde vemos una posibilidad para la bibliotecología y la CI como escenario que permita a la palabra vivificarse en relación con las funciones sociales de la ciencia a través de la comprensión de las LEO como tecnologías de poder constitutivas del lenguaje.

3.1 MEMORIA

Ahora bien, cuando hablamos de memoria la entendemos como un proyecto social de selección y omisión de interpretaciones sobre hechos ocurridos en el pasado con el fin de justificar o negar determinadas situaciones en el presente, teniendo como referente un futuro deseado. La memoria es el *momento* en el que todos los tiempos se encuentran. Dado su carácter social, la memoria se ve afectada por el sistema de organización social en el que se emprenda su construcción. Por lo tanto, es una iniciativa esencialmente política ya que pone en juego el orden establecido en tanto posibilidad de reconfiguración de las fuerzas en pugna en la sociedad.

Debido a que la memoria es un proyecto social, entre más polarizada se encuentre la sociedad, más diversas serán las memorias que circulan en ese grupo de personas y, así mismo, más opuestas serán entre ellas estas memorias. De aquí que la naturaleza de la reconfiguración de fuerzas varía según el nivel de reconocimiento, por parte del sistema dominante y de las omisiones e invisibilizaciones que han padecido poblaciones históricamente subalternizadas en virtud de la diferencia.

Por esta razón Todorov (2015) advierte que la memoria no es intrínsecamente positiva o negativa. Dicho de otra manera, la exigencia de recuperar el pasado no habla permite controlar ni prever necesariamente del uso que se hará de él. Después de que las sociedades atraviesan situaciones de horror, los individuos necesitan saber qué pasó, pero el proceso de recuperar la memoria puede terminar justificando actos atroces. La única manera de evitar esto es, según Todorov (2015), que se haga memoria teniendo siempre como horizonte el hacer justicia y tomar lecciones para el futuro. Y la

bibliotecología y la ciencia de la información como ciencias involucradas directamente con la conservación promoción y difusión del capital cultural, debe preguntarse qué tipo de memoria priorizan en su praxis y en tanto cuál es la incidencia de estas decisiones.

Es lo que denomina *memoria ejemplar*. Según el mismo autor, no existe un modo de distinguir de antemano los buenos y los malos usos del pasado, pero sí es posible identificar con cuáles intencionalidades se está construyendo y aquellas que no buscan la justicia no son realmente iniciativas de memoria. En palabras de Reyes Mate:

Si queremos que esa memoria sea algo más que recuerdo de lo que pasó, es decir, si entendemos la memoria de las víctimas como afirmación de una injusticia cometida, entonces hacer memoria es hacer justicia y eso significa reparar el daño personal y también reconocer su carácter ciudadano. Memoria es reparación de lo reparable y reconocimiento de su ser ciudadano (Reyes Mate, 2018).

De aquí que los procesos de memoria aluden principalmente a la experiencia de personas que han experimentado situaciones límite, es decir, situaciones en las que han sido despojados de su condición humana, casos como estos pueden verse en relación con el saqueo cultural de América latina y la imposición de la escritura y la lengua como tecnología de poder para la dominación. Situaciones vinculadas con las dictaduras del cono Sur.

Esta es la razón por la cual E. Jelin inscribe a la memoria en el plano de los derechos humanos (Jelin, 2017). La memoria, en este sentido, es el medio para identificar la continuidad de ciertas violencias y el primer paso para frenarlas (Jelin, 2017). Complementa esta idea Reyes Mate diciendo que, «para poder hablar de política justa, la política tendría que empezar por hacerse memoria para hacer presente las injusticias pasadas» (Reyes Mate, 2018). Entonces de este modo, «si queremos que la política actual, la que nosotros estamos haciendo, ni se base en la violencia ni la reproduzca,

entonces tenemos que cambiar de lógica política, no podemos continuar la trayectoria recibida porque eso significa caminar sobre nuevas injusticias» (Reyes Mate, 2018). ¿Y a todo esto la Bibliotecología y la CI como contribuyen a partir de dispositivos culturales como la biblioteca o de tecnologías de poder como el lenguaje?

El ejercicio de construcción de memoria es, por lo tanto, algo sustancial a la propia vida en democracia. No obstante, advierte Jelin (2017), no hay una relación directa entre memoria y democracia. La relación debe ser construida y para que ello ocurra es necesario ver la memoria como la plantea Reyes Mate, es decir, «como un tipo de racionalidad que cuestiona, por un lado, las verdades establecidas o los valores en boga, y, por otro, las teorías críticas heredadas» (2018, p.18). Ahora bien, retomando a la autora argentina, una memoria así se podría llamar una memoria enfocada en el futuro, o sea, una que posibilita “la construcción de una ciudadanía activa, comprometida con la esfera pública y con convicciones democráticas” (Jelin, 2017). Conviene argumentar lo que plantea la autora en la cita tomada.

La memoria, entonces, se configura como un acto de resistencia cuando enfrenta a la intención de los regímenes totalitarios de distorsionar la verdad y provocaron que la experiencia de las víctimas sea inimaginable e inenarrable. También se establece como un deber cuando es la única manera de revertir tales efectos. Dicho de otra manera, la memoria es un marco narrativo que posibilita que los testimonios de las víctimas sean inteligibles, en otras palabras, que puedan ser escuchados. De nada sirve el testimonio de las víctimas si no hay una comunidad que los escuche.

Pero escuchar a las víctimas significa mucho más que sentarse al frente de ellas y recibir su relato; quien escucha debe estar en capacidad de *conocer* los horrores sufridos por las víctimas, una escucha que, sin embargo, no depende exclusivamente de la capacidad cognitiva del sujeto, ya que esta no es suficiente para *pensar* la condición de la víctima. Dice Reyes Mate (2018) que

[...] pensar, pensar bien, es reconocer que hay acontecimientos o aspectos de los acontecimientos que al intelecto le resultan

impensables, pero que son reales y por eso se convierten en lo que dan que pensar. Eso es la memoria, un modo nuevo de acercarse a la realidad que se impone o propone tras la experiencia de Auschwitz, un lugar en el que ocurrió lo impensable.

Concretamente, poner el acontecimiento delante del conocimiento es a lo que Reyes Mate llama deber de memoria (2018, p. 13). Pero no basta con reconocer el peso del acontecimiento en este sentido porque, nos recuerda Todorov, la memoria también es una selección. Para darle forma a la memoria «ha sido preciso escoger entre todas las informaciones recibidas, en nombre de ciertos criterios» (2015, p. 20). Y seleccionar no es lo mismo que olvidar. De hecho, enfatiza Todorov, la memoria no se opone al olvido. Más bien el olvido es necesario para darle forma a la memoria. En este sentido, los términos que en realidad se oponen son los de supresión y conservación. La memoria es una interacción entre ambos. En otras palabras, no hay memoria sin selección. De aquí que lo que se le critica a los regímenes totalitarios es que se atribuyen para sí el derecho de selección y de aquí también la importancia de la relación entre memoria y democracia, la cual puede verse materializada en las prácticas bibliotecarias vinculadas por la bibliotecología y la ciencia de la información, y en instituciones que apuntan ideales democráticos cómo son las bibliotecas.

3.2 INFORMACIÓN

La polisemia del concepto información tiene una doble cara, por un parte la gran variedad de acepciones ha permitido que se adapte a diversos propósitos disciplinares, pero la otra cara ha sido una fuente de problemas para la constitución de consensos sobre lo qué es la información al interior del trabajo de las comunidades científicas de disciplinas como la Bibliotecología, la Archivística y la Ciencia de la información, por ello establecer qué es información, no es un mero formalismo, sino un imperativo

para delimitar y conducir las acciones conducente a la conformación del núcleo propuesto para la bibliotecología y CI en perspectiva latinoamericana.

García Aguirre (2015) revisa detalladamente las definiciones que sobre información se encuentran en la literatura académica sobre Ciencia de la información en Brasil, Colombia y México, llegando a la agrupación de significados de información en las siguientes categorías: información como derechos, información como concepto ontológico, información como dispositivo de poder, información como concepto semiótico, información como conjunto de datos organizados e información como registro documental.

Las categorías encontradas sobre el concepto de información por García Aguirre son una reafirmación de la polisemia descrita al inicio de este apartado, cada una de las categorías sirve a propósitos disciplinares distintos tanto para el desarrollo teórico como práctico, sin embargo, en esta propuesta proponemos la profundización de tres categorías comprensivas del concepto información: información como concepto ontológico, información como dispositivo de poder e información como concepto semiótico.

Si bien en la investigación de la que emergió la categorización propuesta, se tratan de forma separada las categorías, aquí se apuesta como una conjunción de información como concepto ontológico, dispositivo de poder y concepto semiótico, estableciendo relaciones de dependencia entre cada una de las categorías por lo que ninguna se subsume a la otra, sino que interrelacionadas posibilitan renovar el pensamiento informacional en la Bibliotecología y la Ciencia de la información para dar lugar a la formación de nuevos escenarios de producción conceptual y metodológica en América Latina.

La información como concepto ontológico surge de la naturaleza relacional e interaccionista del campo de los estudios de la información, Gomes & Silva (2014) proponen un marco de análisis para el concepto ontológico de la información desde la perspectiva de la alteridad, desde esta perspectiva la información es analizada y estudiada como producto resultante de la realidad social y la interacción de los sujetos a nivel interpersonal y grupal (2014, p. 3), que requiere de la dilucidación de dos concepciones:

As concepções afirmativas de informação demandam a compreensão primeira do que ela não é em essência (negação) e o que pode ser (diferença), de modo que negação e diferença são elementos vitais para identificar e analisar um determinado fenômeno (Deleuze, 2008). Entendese que a informação para ser compreendida no contexto da diferença alteritária demanda, inicialmente, o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos (humanos e não humanos) e como essas diferenças, em caráter de relação/interação entre eu e o outro podem contribuir para a construção da informação (Gomes & Silva, 2014, p. 11)

El valor de la información como concepto ontológico visto desde la alteridad reside en que pone a discusión la influencia de las diferencias existentes entre las realidades sociales a las que pertenecen y que definen conductas y roles de los individuos participantes del acto informativo, se supera con esta mirada el nivel transferencial de la información y se eleva a un nivel del ser como un agente que moldea y es moldeado por la información y el entorno en el que coexiste con otros y otras.

La información como dispositivo de poder proviene de las contribuciones filosóficas de Foucault, Deleuze, Agamben, entre otros destacados pensadores contemporáneos a los mencionados, de cuyas reflexiones teóricas y estudios sistemáticos sobre el ejercicio de poder en/por los sujetos, las instituciones y los dispositivos, han sido la punta de lanza para los desarrollos teórico-prácticos posteriores al interior de disciplinas mayoritariamente pertenecientes a las Ciencias sociales y las Humanidades. Un dispositivo, de acuerdo con Agamben (2011, p. 250) es:

(...) un conjunto heterogéneo que incluye virtualmente cada cosa, sea discursiva o no: discursos, instituciones, edificios, leyes, medidas

policíacas, proposiciones filosóficas. El dispositivo, tomado en sí mismo, es la red que se tiende entre estos elementos. 2) El dispositivo siempre tiene una función estratégica concreta, que siempre está inscrita en una relación de poder. 3) Como tal, el dispositivo resulta del cruzamiento de relaciones de poder y de saber.

De acuerdo con la definición estructurada por Agamaben en naturaleza y alcance de dispositivo, la información como dispositivo de poder es el conjunto de discursos sobre la información que impactan el funcionamiento de las instituciones y actores directa e indirectamente entre sí en un contexto delimitado espacial y temporalmente. La función de la información, comprendida como dispositivo de poder, depende y está determinada por quienes detentan la producción, análisis, consumo y difusión de la información a través de las instituciones sociales y los sujetos; en este marco, la Bibliotecología y la Ciencia de la información son disciplinas protagónicas en la cadena informativa.

Una última categoría; la información como concepto semiótico, proviene de las teorías de la comunicación, a partir de estas teorías, la información es un conjunto de signos cuyos significados fueron construidos socialmente, desde esta perspectiva el valor de la significación de la información sobrepasa la estimación del medio, esto no debe entenderse como una sustitución de significado por medio, es una ponderación de la dimensión social y cultural de la información.

Finalmente, resulta imprescindible señalar que proponer una definición concisa y delimitada de información iría en contra de la riqueza polisémica que hizo posible la concatenación de tres orientaciones comprensivas para enmarcar las discusiones sobre información, a saber; información como concepto ontológico, información como dispositivo cultural e información como concepto semiótico; sin embargo y con el objetivo de proporcionar un base discursiva sólida enunciamos una definición de información como el constructo social objetivado de datos que sirve para la comunicación entre sujetos, grupos de sujetos e instituciones.

3.3 POSIBLES APORTES DE LMI A LA CIENCIA BIBLIOTECOLÓGICA Y A LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

Como se mencionó anteriormente, este capítulo responde a una discusión inicial del proyecto de investigación *Relaciones entre lenguaje, memoria e información: aportes a un Programa de Investigación Científica para la Ciencia de la Información y la bibliotecología en perspectiva crítica latinoamericana*. por lo que a continuación a modo de cierre lo que se enuncian son una serie de ideas como posibilidades para continuar pensando la bibliotecología y la CI en perspectiva crítica latinoamericana:

- Vincular LMI en términos de fundamentación permite a la bibliotecología y la CI un trabajo inter y extra disciplinar a través del cual convoca a diversos campos del conocimiento a pensar la producción de conocimiento situado cuya producción no se limita a constructos teóricos distanciados de la realidad, sino que implica la vinculación e interpelación de comunidades y territorios en la construcción de la ciencia.
- Las relaciones entre LMI, en perspectiva crítica latinoamericana, alrededor del desarrollo epistemológico aportan como lo propone Feyerabend (2017) a superar el chauvinismo científico que rechaza alternativas al status quo. Implicando con ello la incorporación de nuevas hipótesis auxiliares que permitan mayor dinamismo del PIC.
- Pensar la articulación entre LMI genera la oportunidad de nutrir el cinturón protector del PIC con nuevas hipótesis auxiliares, de modo que se ponga en cuestión las formas de relacionamiento histórico del LMI en la CI y la bibliotecología, esperando que una reflexión de este tipo pueda permitir el desarrollo de conocimiento situado.
- Un análisis de LMI implica asumir y declarar que la bibliotecología y CI latinoamericana y del Caribe, desde Abya-Yala, si bien tiene diversos referentes es autónoma en los procesos de reflexión y

- producción de conocimiento que permitan el fortalecimiento de la ciencia.
- Pensar la articulación entre LMI en perspectiva crítica latinoamericana permite ampliar la comprensión de conceptos como la biblioteca como una institución de la memoria que va más allá de lo definido por la la UNESCO (2015), donde plantea que “Las instituciones encargadas de la memoria pueden ser, entre otras, archivos, bibliotecas” e implica la deconstrucción de este concepto a la luz de las necesidades contextuales de la región apuntando la justicia informacional
 - El análisis de LMI desde Abya-Yala genera una tensión del capital cultural que históricamente ha privilegiado la biblioteca y en tanto abre la posibilidad de la incorporación de lenguajes, lenguajes, textos y textualidades que representen la diversidad y diferencia de latinoamérica y el caribe

REFERENCIAS

- Agamben, G. (2011) ¿Qué es un dispositivo? *Sociológica*, 26(73), 249-264.
- Andruetto, M. T. (2019). *Discurso completo en el Congreso de la Lengua Española en Córdoba*. Disponible en:
<https://www.youtube.com/watch?v=X6BKACMmXzY>
- Butler, J. (2004). *Lenguaje, poder e identidad*. España, Madrid: Síntesis.
- CAPURRO, R. (2014). Pasado, presente y futuro de la noción de información. *Logeion: Filosofia da Informação*, 1(1), p. 110-136.
- Deleuze, G. (1990). ¿Qué es un dispositivo? In *Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-161). Barcelona: Gedisa.
- Feyerabend, P. (2017). *Tratado contra el método: esquema de una teoría anarquista del conocimiento*. España, Madrid: Tecnos.
- Foucault, M. (1975). *Vigilar y castigar*. México: Siglo XXI.

- Foucault, M. (1988). El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, 50(3), 3-20.
- García Aguirre, L. (2016). El concepto de Información en América Latina desde la Ciencia de la Información: Revisión Sistemática de Literatura en Brasil, Colombia y México (2010-2015). *Informatio. Revista del Instituto de Información de la Facultad de Información y Comunicación*, 20(2), 72-95.
- Silva, J. & Gomes, H. (2014). O conceito de informação pelo viés da alteridade. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 7(1):1-21.
- Haraway, D. (1991). Conocimientos situados: la cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial. In: *Ciencia, cyrbogs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. España, Madrid: Cátedra.
- Jelin, E. (2017). *La lucha por el pasado, cómo construimos la memoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.
- Lakatos, I. (1978). *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza.
- Lotman, I.M. (2019). *La semiosfera*. Li-ma, Perú: Universidad de Lima.
- Marín, F., & Torres Velásquez, A. (2005). La Información en la Ciencia de la Información: tras las huellas de un concepto. *Acimed*, 13(5).
- Ong, W. (2009). *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. México, Ciudad de México: FCE.
- Reyes Mate, M. (2018). *El tiempo, tribunal de la historia*. Madrid, España: Trotta.
- Romero, M. A. (2015, 20 nov.). Sociología de la información: ¿fenómeno emergente o realidad existente? *Infotecarios*, [s.l.].
- Todorov, T. (2015). *Los abusos de la memoria*. Barcelona, España: Paidós.





LA PRAXIS SOCIAL Y POLÍTICA EN EL CONTEXTO BIBLIOTECARIO PARA INTERPRETAR Y TRANSFORMAR LA SOCIEDAD

Felipe Meneses-Tello

1 INTRODUCCIÓN

Las bibliotecas son instituciones que preservan la memoria de la humanidad; las bibliotecas son espacios con acervos documentales y servicios destinados para diversas comunidades, para beneficio de la sociedad. La historia de las bibliotecas nos muestra, en momentos cruciales, que son sistemas de información organizada que han colaborado a propiciar diversos movimientos en tanto recursos para apoyar y orientar estrategias de resistencia social, mismos que han contribuido a favorecer relevantes cambios sociales. Desde esta perspectiva, la práctica bibliotecaria, materializada en la creación, el desarrollo y la consolidación de una gran diversidad de bibliotecas en el mundo en general y en América Latina en particular, ha coadyuvado para que personas y organizaciones puedan desafiar a grupos conservadores y regímenes políticos oprobiosos. De modo que el trabajo bibliotecario ha influido para subvertir estructuras sociales opresivas. Pero la otra arista es cuando las bibliotecas han estado vinculadas a hechos de avasallamiento, de injusticia social en, por ejemplo, sucesos de coloniaje, como durante el periodo histórico que vivieron los pueblos de América Latina y el Caribe a lo largo de tres siglos.

Si las bibliotecas han contribuido a mantener el *statu quo*, a reproducir las relaciones sociales de opresión en diversas coordenadas de tiempo y espacio, también es cierto que han ayudado a cambiar el mundo social, pues han apoyado a originar procesos de liberación de gran magnitud. Para

comprender la dualidad que implica interpretación-transformación de la realidad social, el eje toral de este discurso es detallar el fenómeno conocido como “praxis”, haciendo énfasis en diferentes categorías. Entre otras, se detalla la «praxis bibliotecaria», resaltando las aristas marxista y revolucionaria. Es decir, se aborda una temática que se ha subestimado, omitido o ignorado en la teoría-práctica ortodoxa de la bibliotecología (como disciplina) y la biblioteconomía (como profesión).

En virtud que se trata principalmente de un discurso teórico, el procedimiento metodológico se ha basado esencialmente en el método bibliográfico-documental. La búsqueda de información pertinente y relevante se hizo mediante el rastreo de palabras clave en una gran variedad de obras de referencia electrónicas; palabras como: praxis, praxis social, praxis política, praxis bibliotecaria, entre otras. La literatura seleccionada se compiló de acuerdo con los siguientes criterios: 1] la claridad de quienes han escrito sobre el concepto de praxis y aspectos afines, 2] el importante conocimiento interrelacionado que contiene entre bibliotecología, biblioteconomía, praxis y marxismo; 3] la profundidad, el rigor y los desafiantes puntos de vista que expresan los autores en relación con la articulación sobre estos asuntos; y 4] las coordenadas de tiempo y espacio en que han sido publicados estos libros y artículos. Así, se trata de un aparato bibliográfico sustancial que en suma permite tratar un tema prácticamente ignorado hasta hoy en la bibliotecología latinoamericana.

2 CONCEPTO DE PRAxis

Praxis (del griego antiguo *πρᾶξις* = práctica) denota acción. Si bien en nuestro idioma usamos indistintamente «praxis» y «práctica», el primero, de uso restringido, tiene un significado especial en el léxico filosófico; el segundo es de uso común en el vocabulario ordinario, en el lenguaje habitual. La praxis, como concepto central de *conciencia filosófica* apunta a no sólo interpretar, sino a transformar la realidad. La práctica refleja, en el hombre de *conciencia ordinaria*, una vida alienada en el mundo de lo práctico-utilitario, es decir, subsiste como sujeto enajenado en un universo de necesidades inmediatas y con base en sus actos instintivos para satisfacerlas.

La *conciencia reflexiva*, como verdadera concepción de la praxis, supera la conciencia ordinaria de la práctica. Así que, el concepto de «praxis» es “altamente crítico, totalmente radical y apasionadamente interesado en la cuestión del cambio social” (Hoffman, 1977, p. 27). Empero, la acción práctica tiene una gran importancia para el desarrollo del pensamiento, pues la teoría avanzada se apoya en la evolución de la práctica. Es decir, la práctica es la esencia que proporciona los datos para hacer avanzar el pensamiento teórico y viceversa. Y tanto la teoría como la práctica no son elementos inamovibles de la praxis, pues se desarrollan al ritmo de los cambios que suscita la relación teoría-práctica, componente dialéctico de la unidad pensamiento-acción. Abundemos en el siguiente rubro el concepto de praxis.

3 PRAXIS SOCIAL Y POLÍTICA

El concepto de «praxis social» implica acción individual o colectiva que tiene repercusión activa y transformadora en una comunidad. La expresión es propia de las ideologías reivindicadoras y renovadoras de la sociedad en busca de situaciones más justas, surgidas a partir del siglo XIX. Desde el punto de vista filosófico, la praxis social requiere compromiso colectivo para transformar al mundo. En este sentido, adquiere una dimensión de «praxis revolucionaria» que se funda en el anhelo de vivir bien dentro de una sociedad basada en instituciones justas. En este orden de ideas, la praxis social se transfigura en «praxis política». El filósofo marxista Adolfo Sánchez Vázquez (1980, p.259) aseveraría al respecto: “la praxis social es la actividad de grupos o clases sociales que conduce a transformar la organización y dirección del Estado. Esta forma de praxis es justamente la actividad política”.

En concordancia con Sánchez Vázquez, el marxismo es en sí una *filosofía de la praxis* porque ahora de lo que se trata es de empeñarse por transformar a fondo el mundo y no solamente de interpretarlo. John Hoffman abunda al decir que los autores que han escrito sobre la praxis “mantienen que el concepto de la praxis nos proporciona una clave teórica para comprender el marxismo”, porque “es la médula verdadera del marxismo” (1977, p. 28). Como se podrá constatar en un apartado más

adelante, la perspectiva teórica marxista de la realidad social, política, cultural, económica e ideológica ha comenzado, en el presente siglo, a penetrar en la literatura sobre bibliotecología, biblioteconomía y ciencia de la información.

En efecto, se reconoce que la praxis es una categoría central del pensamiento marxista, pues “el marxismo tiene su acta de nacimiento en las Tesis sobre Feuerbach (1845), de Marx” (Sánchez, 1997, p. 17). Concretamente, su reconocido “carácter praxeológico” se encuentra en la Tesis XI, que expresa: “Los filósofos no han hecho más que interpretar el mundo de diversos modos, pero de lo que se trata es de transformarlo” (Marx, 1986, p. 10). Por esto, la filosofía de la praxis se reformula como praxis social y política, siendo la unidad interpretación-transformación del mundo la concepción fundamental. Así, los nexos teoría-práctica y pensamiento-acción configuran el núcleo duro de la praxis. Empero, si bien la prioridad del marxismo es transformar el mundo (Sánchez, 1999, p. 78), la idea de interpretar el mundo es también relevante en la esfera de la praxis.

El postulado «interpretar para transformar la realidad social» alude al concepto de *praxis creadora* “que convierte lo posible en real” (Sánchez, 1997, p. 23). En este sentido, se trata de reconocer la crítica pertinente, sustentada en el conocimiento de lo real, para: 1] interpretar racionalmente la realidad del sistema social capitalista, y 2] transformar para lograr cambios sociales radicales del sistema de dominación y explotación. Entonces, la praxis creadora, en las coordenadas de lo social y lo político, desempeña dos funciones que se entrelazan: la función teórica y la función práctica. Por lo tanto, la praxis es la unión del pensamiento teórico fundamentado con la actividad práctica razonada.

Para que las personas y los grupos sociales puedan *interpretar* el mundo a través del texto se requieren habilidades, recursos e instituciones; para *transformar* el contexto del mundo los individuos y las comunidades necesitan organizar, impulsar y causar acciones. Tanto la praxis social como la praxis política sugieren estudiar y analizar la realidad para alterar o modificar la sociedad. Los individuos no logran espontáneamente la sistémica interpretación del estado de cosas que les rodea y afecta. Para llegar a una etapa de conciencia social y política se necesita educación, formal e

informal. Principalmente de una educación política que muestre con claridad los diversos derroteros de la vida en comunidad. Por esto, el pueblo, elemento fundamental del Estado, necesita de conocimiento e información; de escuelas y bibliotecas; del aprendizaje, práctica y dominio de la lectura y escritura; de acceso libre a libros, revistas y periódicos, entre otros tipos de documentos. Desde esta arista, la praxis conjuga el pensamiento con la acción; la reflexión con la actividad. Es decir, el razonamiento con el procedimiento. Así, “la teoría en algunos casos moldea directamente la práctica mientras que, en otros, la práctica reestructura la teoría como fuerza primaria del cambio” (McLaren, 2011, p. 32). De acuerdo con este punto de vista, la naturaleza de la praxis es indudablemente dialéctica.

Como se sabe, las bibliotecas públicas y sus bibliotecarios, no se han mantenido al margen del escenario social (Meneses, 2013a) y político (Meneses, 2013, 2019). Así, el personal bibliotecario en las diferentes coordenadas de tiempo y espacio no solamente han venido respondiendo al cambio social, sino que ha venido siendo agente de cambio en diferentes situaciones de crisis sociales. La idea fundamental: «las bibliotecas como agentes de cambio social» ha motivado a señalar al “bibliotecario como agente de transformación social». Dicho de otra manera, las bibliotecas son instituciones que empoderan con información y conocimiento a sus comunidades con la finalidad de actuar y transformar (Carneiro y Rocha, 2016). La visión progresista de la biblioteconomía percibe en la primera línea del cambio social a las bibliotecas. Esta perspectiva nos permite dar paso al concepto de «praxis bibliotecaria».

4 PRAXIS BIBLIOTECARIA

La *teoría de la biblioteca* en términos de praxis tiene que conformar su generalidad en una *teoría social de la biblioteca*, pero tanto concebida en la práctica como proyectada con intención práctica. Así, una innovadora *teoría social de la biblioteconomía* podría ejercer un papel orientador en los planos de la táctica y la estrategia. Como escribe Jürgen Habermas, en este “caso se trata de la praxis social que en tanto que síntesis social hace posible el conocimiento; en el otro, de una praxis política que conscientemente aspira a

subvertir el sistema de instituciones existentes” (1993, p. 14). La praxis bibliotecaria, como unidad dialéctica de teoría, práctica y maniobra, apunta a ser una teoría capaz de provocar movimientos basados en la estrecha relación «pensamiento-acción». En este sentido, las instituciones bibliotecarias son, como lo muestra la historia, una fuerza motriz para reinventar y rehacer la sociedad, y no como inertes espacios de información y conocimiento para la simple contemplación y así continuar favoreciendo preferentemente el *statu quo*. Han sido y son sistemas eficaces para suministrar fuerza material a las ideas mediante la acción revolucionaria colectiva en el mundo.

Maria das Graças Targino es quien en América Latina se ha aproximado, en el plano del quehacer bibliotecario, al concepto de praxis. Basándose en la construcción teórico-marxista de la filosofía de la praxis, esboza el término «praxis bibliotecaria». La praxis social del personal bibliotecario tiene como base la *práctica social de la biblioteconomía*, pues como profesión esta rama de la bibliotecología, en un cuño sociológico, está comprometida a modificar la realidad de la sociedad. La discusión de Targino (1997, p. 28), en torno a la praxis bibliotecaria, se basa en cinco aspectos: 1] la función social de la profesión, 2] la información como objeto de trabajo, 3] el carácter técnico-humanista de la profesión, 4] el perfil de bibliotecario actual y 5] el mercado de trabajo. Pero si la praxis social apunta hacia el cambio social como esencia de reajuste, renovación o reorganización de la sociedad, entonces la praxis bibliotecaria no se reduce a la mera acción del personal de las bibliotecas, aún y cuando esta acción sea creativa. Para ser verdaderamente praxis social de este tipo de personal se necesita que esa acción se fundamente en la reflexión teórica, guiada por una clara y sistemática conciencia filosófica. Esto es así porque la praxis es la estrecha relación entre el pensamiento y la acción. Por ende, el personal profesional en bibliotecología, biblioteconomía y ciencia de la información tiene que ser reflexivo. Esto lo puede lograr solo y solo si estudia la teoría para argumentar la práctica, esencia de la acción razonada; si analiza los sistemas de ideas para discurrir el flujo de los movimientos sociales; y si medita con juicio crítico la organización de la información que selecciona y adquiere, entonces la comunidad lectora podría tener la oportunidad de obrar en consecuencia.

La praxis bibliotecaria es praxis social porque, según Targino, “se refiere a las acciones que realizan los profesionales de la información encaminadas al crecimiento y desarrollo humano, dado que el valor de la praxis radica en su función social” (1997, p. 26). Así, la naturaleza de esta praxis deriva o proviene de la praxis social-política-revolucionaria, compaginando pensamiento-teoría-práctica-acción con la finalidad superior de suscitar importantes cambios en la sociedad. De acuerdo con este enfoque, las instituciones bibliotecarias han reflejado, en algunos contextos más que en otros, importante poder de educar para la libertad, la justicia, la igualdad y la equidad. El movimiento de la *escuela ciudadana*, en el marco de la pedagogía de la praxis, se inspira en el aprendizaje para la democracia (Gadotti, 1996, p. 160). Paradigma educativo que es factible ligarlo con los paradigmas democrático, republicano, ciudadano y cívico de la biblioteca pública.

Esta praxis permite distinguir a las bibliotecas como posibles instituciones sociales de transformación social, de emancipación o liberación de los pueblos; como sistemas de información registrada y organizada que permiten ver el contexto como un lugar donde se une el pensamiento (generador de la teoría) con la práctica (productora de la acción); como entornos culturales que han mostrado el poder de marcar la diferencia en situaciones críticas. Ciertamente, los problemas sociales tienen más proyección en torno a los grupos minoritarios, pero no se circunscriben solamente a ellos. La capacidad de poner en tela de juicio los privilegios de raza, clase y género en el sistema social capitalista exige pensar y practicar una *praxis bibliotecaria emancipadora*. Es decir, una *praxis política* comprometida con la acción de construir un mundo latinoamericano que no esté contaminado por tanta injusticia social. Una praxis que permita responder a preguntas como: ¿Por qué hay tanta desigualdad social, en materia de acceso a la información, en el marco de la economía capitalista latinoamericana? ¿por qué, a pesar del avance humanístico, científico y tecnológico, se mantiene la explotación aberrante como forma de vida en las democracias de Latinoamérica? ¿por qué, en la esfera de los sistemas bibliotecarios y de información, existen jerarquías de dominación tan marcadas de raza, clase y género en la sociedad capitalista latinoamericana?

La praxis bibliotecaria en favor de la liberación debe ayudar a despertar, en las comunidades de lectores y usuarios de bibliotecas, la responsabilidad social por transformar el mundo en algo que supere las lacras sociales que genera la grave explotación capitalista, fuente de la desigualdad distributiva en el plano de la denominada economía de libre mercado neoliberal.

Cuando se omiten o ignoran los aspectos teóricos sociales, políticos, económicos, culturales e ideológicos que influyen, directa o indirectamente, en el servicio de biblioteca, la postura puramente pragmática degrada el significado social, comunitario y emancipador de la praxis bibliotecaria. La teoría crítica de la sociedad, como elemento fundamental de la unidad «teoría y práctica», puede ser muy importante en el plano del quehacer bibliotecario latinoamericano porque: 1] apunta a la acción comunitaria para transformar la sociedad, 2] promueve la acción social que intenta realizar las óptimas posibilidades futuras, 3] tiene la intención práctica de desempeñar un papel emancipador, y 4] conlleva hacer más racional un mundo social irracional (Crocker, 1994, p. 53).

Eamon Tewell escribe desde la relación que observa entre servicio de referencia y praxis. Para este autor, en la esfera de la biblioteconomía de referencia (reference librarianship), la praxis implica reciprocidad e intercambio continuo a través del diálogo, lo que permite problematizar los alcances y vinculaciones entre teoría, práctica y praxis. En el plano de la praxis, la teoría adquiere una relevante importancia porque el pensamiento teórico respalda tanto la práctica como la acción. Los sistemas de ideas, materializados en colecciones organizadas de libros, revistas y periódicos que conservan las bibliotecas, son el motor que orientan los movimientos sociales, políticos, económicos y culturales. De modo que Tewell asevera:

En la praxis, las categorías no excluyentes de teoría, práctica y reflexión se superponen, se entremezclan y se informan mutuamente para dar como resultado una acción crítica y contribuir a una mejor comprensión del mundo y cómo podría cambiarse. La praxis es iterativa y continua [...]. Es un componente vital para

identificar e interrumpir las estructuras de dominación y privilegio dentro de las cuales existimos, estructuras que se posicionan como naturales a través de la hegemonía (2018, p. 219).

Marx afirmaría que “la vida social es, en esencia, práctica” (Marx, 1986, p. 9). Pues bien, la actividad práctica del profesional de la bibliotecología/biblioteconomía es, ciertamente, una *praxis bibliográfica-documental humana*, pues une el conocimiento teórico bibliotecológico con el quehacer práctico basado en métodos técnicos biblioteconómicos. Pero para convertirla en genuina praxis social, es menester cultivar una *conciencia filosófica* sobre el entorno de la sociedad en la que se desarrolla. Es decir, la actividad bibliotecaria, como actividad humana, exige lograr conciencia crítica de la realidad para meditar los fines que se pretenden lograr, cuyo propósito es generar cambios en la sociedad. Con base en estas ideas, es pertinente reflexionar la siguiente concepción.

5 PRAXIS BIBLIOTECARIA CON PERSPECTIVA MARXISTA

Cabe mencionar que la teoría científica del marxismo continúa desarrollándose para ajustarse a un mundo histórico cambiante. Teoría que ha estado fundamentando, por ejemplo, el discurso democrático de la biblioteconomía de países occidentales con el objetivo de lograr mejores condiciones de vida. Sobre este tema, en la literatura bibliotecológica destacan algunos autores de habla inglesa. Al respecto véase la obra *Confronting the democratic discourse of librarianship: a marxist approach*, de Sam Popowich (2019). El libro *Class and librarianship: essays at the intersection of information, labor and capital*, editado por Erick Estep y Nathaniel Enright (2016), es otra muestra por el renovado interés en el marxismo y sus conceptos teóricos esenciales de análisis, tales como lucha de clases y explotación. De modo que el marxismo ha estado, en el presente siglo, ejerciendo una influencia real tanto en la disciplina (bibliotecología) como en

la profesión (biblioteconomía). Esta literatura, escasa aún en nuestro campo, ilustra un acercamiento a la aplicación de la teoría marxista al universo transformable de la práctica bibliotecaria y al mundo objetivo como asunto relevante y pertinente de cambio. Y por supuesto, la relación que se observa entre biblioteconomía, información, trabajo, capital y clase, se tiene que fundamentar en torno al concepto de praxis en general y de *praxis revolucionaria* en particular. Categoría a la que se le dedicará unos párrafos más adelante.

Una obra de reciente publicación, desde una perspectiva teórico-histórica, y basada en los sistemas bibliotecarios de la Unión Soviética y Corea del Norte, es el libro *Public libraries and marxism* de Joe Pateman y John Pateman (2021). El contenido, con un marco analítico marxista, presenta un conjunto de propuestas para transformar la biblioteconomía pública Occidental contemporánea en general y las bibliotecas capitalistas de hoy en particular. En síntesis, los autores sugieren cómo las bibliotecas públicas occidentales podrían cambiar su organización y prácticas - sus estrategias, estructuras, sistemas y cultura - para servir mejor a quienes tienen más necesidades en una sociedad plagada de problemas y que evoluciona ante nuevos desafíos.

Por su parte, Doherty (2008, p. 109) ha procurado, en el plano de la biblioteconomía, responder a la pregunta ¿qué es la praxis? Para él “en términos marxistas, se refiere al proceso de aplicar la teoría a través de la práctica para desarrollar una teoría y una práctica más informadas, específicamente en lo que se refiere al cambio social”. En esta perspectiva el objetivo medular, concerniente a transformar socialmente la realidad, es lo que define, en este caso, el término de praxis inherente al personal bibliotecario multicultural. Esto implica que la profesión bibliotecaria, con dimensión de diversidad cultural, no solamente debe poner especial atención a los aspectos prácticos del quehacer bibliotecario. Si, según Doherty, praxis es “reflexión en acción”, entonces la mira multicultural, de quien ejerce la profesión de hacer funcionar los sistemas de bibliotecas, exige un permanente y riguroso estudio de la teoría para ayudar a modificar objetivamente el estado de cosas; y a la inversa, observar detenidamente la existencia real y

efectiva de los diversos contextos para generar nuevos paradigmas teóricos en el plano de la práctica bibliotecaria.

Otra aproximación marxista al tema de la praxis, en el plano de las bibliotecas, se debe a John M. Budd. Se trata de su artículo “The library, praxis, and symbolic power”, en el que afirma que gran parte de la práctica de la biblioteconomía (librarianship) se queda sin teorizar debido que hay, tanto en la academia como en la práctica laboral, una antigua antipatía hacia la teoría. Así, en tanto persista esta situación de animadversión por teorizar los fenómenos y problemas bibliotecológicos, el personal bibliotecario estará impedido para lograr los objetivos de la praxis, definida como “el trabajo crítico, racional, interpretativo, epistémico y ético de una disciplina o profesión” (Budd, 2003, p. 20). En este sentido, la praxis no se reduce al desempeño técnico del trabajo bibliotecario; no se limita al predicamento de la corriente filosófica conocida como «pragmatismo», doctrina idealista basada en el pensamiento burgués. El pragmatismo de la bibliotecología/biblioteconomía no es una «filosofía de la acción», como se podría creer, pues su comprensión de la práctica es subjetiva y propia del individualismo que caracteriza al sistema social capitalista.

Con la finalidad de abundar la praxis bibliotecaria, procuremos pensar en los siguientes rubros en dos ramificaciones: la *praxis bibliográfica* y la *praxis lectora*.

6 PRAXIS BIBLIOGRÁFICA

La figura de Paulo Freire es prominente en torno a la praxis, especialmente en el plano de la pedagogía crítica. Como teórico crítico del texto y del contexto, su literatura pedagógica ha estado siendo analizada en la esfera de la biblioteconomía crítica (Critical librarianship). Y es precisamente a partir de la lectura crítica de sus libros como también ha sido factible plantear el concepto nominado como «praxis bibliográfica», vertiente basada a través de un razonamiento ético-político-pedagógico, pero, remarquemos:

Praxis, no como sinónimo de práctica, sino como un proceso de reflexión-acción del ser

humano sobre el mundo para transformarlo; praxis social que conduce a la necesidad, mediante la contemplación reflexiva conectada con la contemplación de la realidad vivida, de socavar estructuras dominantes y mecanismos opresores para construir un mundo más justo (Meneses, 2009, p. 56).

La *praxis bibliográfica* es una variante que dimana de la *praxis bibliotecaria*. Y, una y otra, enmarcadas en la *praxis social*. Es, en la perspectiva de Freire, la unidad «lectura y bibliografía» en el universo de la *praxis ético-pedagógica* (Meneses, 2009, p. 74). En este sentido, se percibe la *praxis de la lectura*, a la cual se dedica el rubro siguiente. Apreciada desde un claro vértice ético, la lectura como proceso intelectual no es para adaptarse o resignarse a vivir en un mundo plagado de injusticia social, sino para irlo transformando cada día en uno más justo para todas las personas, especialmente para aquellos seres que sobreviven en una situación de alta marginación social (Meneses, 2009, p. 77).

La acción cambiante de la realidad requiere acción creadora fundamentada en la información y el conocimiento, y ambas acciones necesitan de la praxis bibliográfica como sustento del accionar documental. El estudio riguroso del mundo social no es posible sin colecciones bibliográficas organizadas en espacios bibliotecarios. Es la reflexión crítica, forjada en los libros, revistas y periódicos que el personal bibliotecario pone a disposición de la comunidad de lectores y usuarios, lo que históricamente ha hecho posible estar en contra del sometimiento en determinadas contexturas. En este sentido se ha afirmado al considerar la educación como praxis política:

Contra la obediencia hemos de oponer el inconformismo, contra la aceptación y sujeción la perceptibilidad inquisitiva, contra la pasividad receptiva el pensamiento crítico, la imaginación creadora y la acción transformante. Si hasta

ahora, repitiendo a Marx, nos hemos limitado a interpretar el mundo, en adelante tenemos obligación de transformarlo (Gutiérrez, 1993, p.175).

Son los recursos bibliográficos uno de los elementos de la práctica liberadora, pues son los medios materiales concretos de orden intelectual que permiten crear críticamente soluciones a infinidad de problemas sociales que aquejan a la comunidad. La praxis bibliográfica está emparentada con la praxis de la lectura porque los libros ocupan un lugar predominante tanto en el universo de las bibliografías, en tanto obras secundarias de información, como en la esfera de la lectura basada en los materiales de carácter bibliográfico que se disponen mediante los servicios bibliotecarios al público.

7 PRAXIS LECTORA

O praxis de la lectura. La importancia de la lectura radica en que a través de este acto obtenemos información y conocimiento para actuar en el escenario de la sociedad como resultado de la forma en que interpretamos los textos que leemos. Así, la lectura puede potenciar críticamente la experiencia cotidiana del ser humano, puede contribuir, como lo ha hecho históricamente en algunos contextos, a generar posturas de resistencia, resiliencia y fuerza. Transformar situaciones debe ser uno de los objetivos en el universo del uso de los acervos bibliográficos organizados. En este sentido, la comunidad lectora en general y la comunidad lectora de las bibliotecas en particular, “necesitan aprender a leer, no como un proceso de sumisión a la autoridad del texto, sino como un proceso dialéctico de comprensión, crítica y transformación” (McLaren, 2011, p. 31).

Las bibliotecas al desempeñar una clara función de lectura, ofrecen la oportunidad a los grupos en desventaja económica para luchar por la transformación de la sociedad. De tal modo que la praxis de la lectura refleja una confluencia entre lenguaje, cultura, poder e historia. La praxis lectora implica entonces leer críticamente las palabras, las imágenes y los contextos. Praxis que significa leer con la finalidad de saber interpretar con juicio crítico

la realidad en las diversas dimensiones de la vida en sociedad. Pero la praxis lectora no se limita a interpretar la existencia espiritual y material, sino a deducir prácticas sociales opresivas con el plan de oponerse a ellas. Si la práctica de la lectura tiende, por un lado, a reproducir la lógica subyugante del capital, también esta habilidad tiene el potencial de rechazar críticamente el razonamiento que sostiene la dominación del sistema que genera injusticia social. Así, la praxis lectora es un acto que permite la interpretación de las relaciones sociales de poder para producir cambios.

Con base en el pensamiento freireano, la *praxis bibliotecaria popular*, concepción de acción cultural liberadora (Meneses, 2011, pp. 32-34), tiene una estrecha relación con la responsabilidad social y política que deben desempeñar estas instituciones para que la gente aprenda a leer. Si es que el servicio de lectura en las bibliotecas tiene la misión de apoyar la comprensión de la vida social del pueblo. Pero la práctica de la lectura, “con el apoyo auxiliar del personal bibliotecario, tiene que ser en un doble sentido: leer el contenido del libro en contraste con la realidad” (Meneses, 2011, p. 32). La mirada sobre la lectura en Paulo Freire gira en torno a las bibliotecas populares, las cuales se distinguen por estar al servicio de las clases subalternas. Si las bibliotecas oficiales fomentan la cultura del silencio, eje fundamental de la pedagogía crítica de Freire, “las bibliotecas populares deben y pueden ayudar a quebrarla entre los grupos sociales marginados y oprimidos” (Meneses, 2011, p. 33). Esto es así porque el servicio de lectura, a través de la biblioteca popular, implica apoyar la educación liberadora. De tal suerte que este tipo de centros bibliotecarios, humildes por naturaleza, “figuran en el universo de la praxis bibliotecaria como espacios destinados para apoyar la educación popular, la cual es promovida a veces por los propios sectores del pueblo” (Meneses, 2011, p. 35).

Ahora bien, ¿es posible distinguir resultados de la praxis social y política en la práctica bibliotecaria? Los acontecimientos que observamos en diferentes coordenadas de tiempo y espacio, es posible afirmar que el trabajo bibliotecario ha ayudado a motivar, orientar y desencadenar movimientos revolucionarios. Es decir, ha originado verdaderamente praxis revolucionaria, tema sobre el que se reflexiona a continuación.

8 PRAXIS REVOLUCIONARIA EN EL CONTEXTO BIBLIOTECARIO

Marx en su cuarta tesis sobre Feuerbach escribió: “hay que criticar teóricamente y revolucionar prácticamente” (1986, p. 8). Así pues, la praxis revolucionaria es en esencia pensamiento teórico-crítico, pero con el objetivo de producir proyectos de acción, cuya finalidad sea superar las condiciones de miseria, explotación y opresión. Este modelo de praxis radical es una relevante vinculación de la teoría con la práctica, unidad involucrada en el proceso interpretación-transformación de la realidad social. La experiencia histórica de los procesos de cambio total de sistema evidencia el influjo que tienen tanto las ideas (teorías) como las acciones (actividades). Se trata de una praxis vinculada a los procesos de crítica de la teoría y renovación de la sociedad. Es, como proyecto de conocimiento emancipatorio y de práctica creadora para construir una nueva estructura social y política del sistema socioeconómico, la piedra angular de la filosofía de la praxis; es teoría en el desarrollo del pulso de la transformación efectiva de la realidad. La validez y actualidad del marxismo clásico “se justifica sobre todo por la actividad práctica transformadora, o praxis, del mundo existente en dirección a ese mundo inexistente aún, que llamamos socialismo” (Sánchez, 1997, pp. 32-33). De acuerdo con este punto de vista, el marxismo clásico, escrito por Karl Marx y Frederick Engels, es lo que ha permitido fundamentar la praxis revolucionaria del cambio social. Praxis que requiere de conocimiento, pues este recurso es un arma poderosa en la lucha por la emancipación de los pueblos.

En efecto, la historia de las bibliotecas, en los escenarios de cambio social en la estructura del poder, muestra cómo estas instituciones de servicio, para las diversas comunidades de lectores y usuarios, han coadyuvado en el origen de una clara praxis revolucionaria. El papel de los acervos bibliográficos, de libros y periódicos especialmente, ha sido fundamental en tiempos de las revoluciones más connotadas del siglo XX. Un proceso revolucionario, de comienzo a fin, se basa en una abundante producción teórica, aglutinada en documentos que con el paso del tiempo ha sido, en los

sistemas bibliotecarios, catalogada y clasificada como *literatura revolucionaria*.

Así lo muestran Campos, Godoy y Souza (2019, p. 126-128) para el caso de la praxis revolucionaria de los trotskistas brasileños en la ciudad de São Paulo durante los años 1930-1945. En este orden de ideas, destaca la praxis de los intelectuales revolucionarios del proletariado del siglo XIX y XX, pues entre sus principales espacios y recursos de formación y producción teórica han destacado los círculos secretos de estudio, las bibliotecas e imprentas clandestinas, los libros y periódicos prohibidos, las prensas ilegales y las cárceles del aparato represivo del Estado (Meneses, 2010, p. 61). En efecto, la historiografía de la intelectualidad revolucionaria del movimiento obrero ha documentado que las cárceles, algunas de ellas con servicio de biblioteca, han sido reductos característicos de formación teórica, de autoestudio, de aprendizaje de idiomas, de planificación de tácticas y estrategias de acción revolucionaria, etcétera (Meneses, 2010, p. 60). El paradigma de los intelectuales insurrectos de la clase obrera proyecta históricamente una relevante praxis social-política-revolucionaria. De tal suerte que el personal bibliotecario, en determinados contextos que apuntan hacia radicales cambios sociales, se ha convertido en un sujeto clave de praxis bibliotecaria durante ciertas circunstancias revolucionarias. Pero no solamente la dirigencia intelectual se ha beneficiado de los libros y las bibliotecas durante las diferentes facetas de una revolución.

En el contexto de la Revolución Rusa, Oleg Chubarian Stepanovich (1976, pp. 3031) afirmarí que la propaganda del libro, la organización de la lectura masiva entre el pueblo trabajador y la valoración del papel social de las bibliotecas fueron acontecimientos que estuvieron estrechamente relacionados con la lucha revolucionaria del proletariado ruso. Empero las bibliotecas oficiales no podían contribuir a la instrucción del pueblo, como tampoco estaban dotadas para forjar una sólida conciencia de clase. Motivo por lo fue necesario crear bibliotecas clandestinas, con el fin de concentrar, organizar y propagar libros, revistas, folletos y periódicos que impedía leer el régimen zarista. Es decir, serían espacios para difundir las publicaciones marxistas, comúnmente censuradas, y así contribuir a la formación teórica y práctica de la clase trabajadora. En este plan de acción, la lectura de carácter

autodidacta fue esencial. Esto permitió “formar una generación de revolucionarios, de temple ideológico, que dominaban la teoría marxista-leninista y poseían un caudal de conocimientos multifacéticos” (Chubarian, 1975, p. 32). Por esto Lenin supo valorar en su justa dimensión tanto el trabajo de edición como ese tipo de centros bibliotecarios, fuentes fundamentales de formación revolucionaria dirigida a las masas.

Lenin en noviembre de 1917 escribió *Sobre las tareas de la Biblioteca Pública de Petrogrado*, documento en el que afirmó: “Para participar en la revolución de una manera racional, con sensatez y éxito es necesario estudiar” (1975, p. 46). Es decir, para intervenir con juicio y razón en la Revolución Rusa era menester adquirir conocimientos en las bibliotecas. Para él, antes, durante y después del triunfo de una revolución, no debe haber separación entre la lectura de los acervos bibliográficos y la vida práctica, pues sería caer en un error si los lectores solamente se limitaran a recoger lo que dicen los libros que tratan temas sobre el comunismo y asuntos afines. En concreto, aseveró: “Sin trabajo, sin lucha, el conocimiento libresco del comunismo, adquirido en folletos y obras comunistas, no tiene absolutamente ningún valor, ya que no haría más que continuar el antiguo divorcio entre la teoría y la práctica”, rasgo característico “de la vieja sociedad burguesa” (1976, p.238). Así, Lenin tuvo clara la idea referente a la imperiosa necesidad de vincular el estudio, a través de la lectura en las escuelas y bibliotecas, a las tareas prácticas indispensables para la construcción del socialismo, para lograr avanzar la vida social y transformarla. Con base en esta percepción, ajustada a una diáfana praxis revolucionaria, aquel líder de la clase trabajadora observó que “la distribución de periódicos, folletos, revistas y libros entre las bibliotecas y salas de lectura” debía someterse a “una reorganización radical” (Lenin, 1975, p. 115). El objetivo era que los materiales de lectura llegaran a las masas de obreros y campesinos. Así, el punto de vista leninista permite afirmar que las bibliotecas al margen de la lucha revolucionaria, al margen de la política, es un mito.

La praxis revolucionaria, recalca Sánchez Vázquez, implica “la unidad de interpretación y transformación del mundo, de teoría y práctica” (1997, p. 18). La historia material de los libros y las bibliotecas muestra cómo estos instrumentos e instituciones han coadyuvado, en el transcurso de las

movilizaciones que han ocasionado relevantes cambios sociales y políticos, pues han participado: 1] como medios de educación e información, 2] como bienes de memoria y resistencia, y, por supuesto, 2] como recursos de interpretación del conocimiento y transformación del contexto. Esto ha sido así porque la praxis presupone adquirir conocimiento teórico de la realidad con la intención de modificar el sistema social que oprime y explota. Podría parecer exagerado afirmar que los libros y las bibliotecas son, respectivamente, la palanca y el motor de la revolución. No obstante, a través del estudio y análisis de estos recursos, desde la perspectiva del materialismo histórico, sí es posible aseverar que sin ellos una transformación radical de la estructura social del Estado no se logra hacer.

9 PRAXIS BIBLIOTECARIA MULTICULTURAL

El personal bibliotecario, como comunidad de trabajo cultural, necesita pensar en el significado de la opresión, pues las categorías de raza, clase y género conforman una recia estructura de avasallamiento, de clara exclusión social. Con frecuencia, la cultura dominante señala peyorativamente a los grupos marginados con visión *racial* (negros, indígenas, chicanos, latinos, indios orientales, judíos, árabes, asiáticos, etcétera), *sexual* (lesbianas, gais, bisexuales, transgénero), *etaria* (niños, jóvenes, adultos y ancianos) y *clasista* (proletarios, desempleados, jubilados, pobres), con el objetivo de posicionarlos en relaciones sociales de dependencia, y así privarlos de sus derechos humanos igualitarios y equitativos. En la esfera de la práctica bibliotecaria esto se propicia en el marco de las bibliotecas monolíticas o monoculturales, pues este tipo de espacios de lectura, consulta y estudio son categorizados como bibliotecas que excluyen, de diferentes maneras, a individuos y colectivos socialmente marginados. En este contexto se hace evidente la diferencia que existe, en materia de la libertad de acceso la información, entre grupos dominantes y grupos subordinados. La biblioteca monolítica, en una sociedad que se jacta ser pluricultural, intercultural o multicultural, puede convertirse en una verdadera pesadilla cultural para los diversos grupos minoritarios.

El servicio de biblioteca monocultural en la democracia capitalista de supremacía blanca es notorio, por lo que no debe ser ignorado. Así que solo las bibliotecas multiculturales, en países multiétnicos, es el modelo que puede lograr potenciar a sus comunidades de lectores y usuarios para desafiar el *statu quo*. Es esta naturaleza de instituciones culturales que pueden y deben dotar de colecciones y servicios, entre otros recursos, para intervenir en este mundo que se sostiene sobre evidentes estructuras de injusticia. Por ende, la praxis social y política del personal bibliotecario multicultural debe ayudar a sus comunidades que atiende a oponer resistencia intelectual y moral a la opresión; debe vincularse a la política que entraña *liberación cultural*. Estas ideas podrían ser tema a tratar en el discurso de una *teoría social de la biblioteconomía multicultural*. Una biblioteconomía crítica que se fundamente en torno a una dimensión activa del quehacer bibliotecario. Esto es, una biblioteconomía orientada a la praxis que permita acortar la brecha entre la práctica social bibliotecaria y la adquisición de conocimiento crítico por parte de la comunidad atendida por los servicios bibliotecarios multiculturales. Esto implica llevar la teoría, contenida en libros, revistas y periódicos, a las plazas públicas con la finalidad de que la ciudadanía organice movilizaciones; con miras a exigir justicia social y a forjar un civismo crítico.

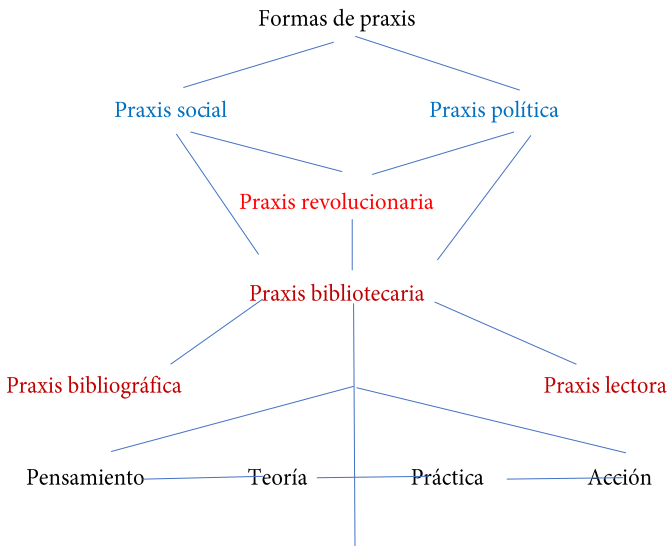
Reconocer la unidad dialéctica entre teoría, práctica y acción es un asunto esencial que el personal bibliotecario, profesional y auxiliar, debe poner atención para potenciar a sus comunidades de lectores y usuarios. Mejorar el mundo en general y la región latinoamericana en particular, demanda de sujetos que cultiven la reflexión y practiquen la acción. Transformar la realidad requiere participar en los discursos y debates públicos sobre asuntos sociales, políticos, ideológicos, económicos y culturales que atañen a la comunidad. Demanda tener presente, asimismo, la responsabilidad multicultural del personal bibliotecario (Meneses, 2018) en el presente siglo.

América Latina es un espacio geográfico que se caracteriza por tener una evidente *diversidad cultural*, eje temático sobre el que se basa la teoría y la práctica de la pluralidad, la interculturalidad y el multiculturalismo. Pero hasta hoy en día, la enseñanza, el aprendizaje, la investigación y la práctica de la bibliotecología, biblioteconomía y ciencia de información en esta región

del mundo ha pasado prácticamente desapercibido el estudio y análisis de estos fenómenos sociológicos. Salvo algunas excepciones, en la literatura bibliotecológica y en los planes de estudios en materia de esas disciplinas sigue predominando la mirada homogénea de las comunidades lectoras y usuarias de las instituciones bibliotecarias. Mientras no nos ocupemos de vincular los servicios bibliotecarios y de información con el fenómeno de la diversidad cultural, las bibliotecas latinoamericanas no superarán el nivel monolítico o monocultural (Meneses, 2021) en las que se encuentran estancadas. Una manera de esquematizar lo escrito se presenta en la siguiente Figura 1.

Para ocasionar cambios sociales

Figura 1 - Formas y elementos de la praxis para transformar radicalmente el mundo



Para ocasionar cambios sociales

Fuente: elaborado por el autor.

10 CONCLUSIONES

Sin duda, tanto en la esfera académica de la bibliotecología, biblioteconomía y ciencia de la información como en el plano cotidiano de la práctica bibliotecaria se requiere no solamente de una constante reflexión crítica, sino también de una permanente acción.

El ejemplo de la biblioteca y la biblioteca como ejemplo en la perspectiva de la praxis social y política permite comprender mejor la importancia que tiene el momento de interpretar el mundo a través del estudio, de la lectura, por un lado, y el momento de transformar el mundo mediante la actividad práctica de las comunidades lectoras, por el otro. Teoría que educa y practica que encamina hacia otras alternativas para mejorar el mundo. Perspectiva que no debe seguir pasando inadvertida entre la comunidad bibliotecaria latinoamericana.

Otra posibilidad que tampoco debe pasar desapercibida, en esta región del mundo, entre el personal profesional y auxiliar bibliotecario es la teoría del marxismo. La bibliotecología/biblioteconomía crítica que se está cultivando en el presente siglo es un claro modelo de que la filosofía de la praxis, sustancia fundamental del pensamiento marxista, es un eje orientador de especial relevancia y pertinencia. Conocer y reconocer la participación de las bibliotecas, en el universo de la praxis revolucionaria, implica valorar el potencial de cambio social que estos espacios de lectura y estudios han tenido en diferentes momentos emancipatorios.

La función teórica de la bibliotecología y la función práctica de la biblioteconomía, en las coordenadas de la interpretación-transformación de la realidad social de los pueblos, es lo que nos puede orientar apropiadamente para abundar y profundizar el discurso inherente a la praxis bibliotecaria, en torno a la que también se logre advertir las implicaciones sociales de la praxis bibliográfica y la praxis lectora.

El servicio de biblioteca se percibe, en el marco del cambio social del poder de Estado, como: referencia teórica, experiencia práctica, relato histórico, paralelo reconocido y paradigma transformador. Los movimientos sociales que han mutado en revoluciones evidencian cómo los dirigentes y las masas han tenido un especial apego a los libros y las bibliotecas. En esta

situación, las bibliotecas han sido, como lo muestra la historiografía del libro, la biblioteca y la lectura, importantes protagonistas en el universo de la praxis revolucionaria. Y con el paso del tiempo estos organismos de información organizada se han constituido en relevantes órganos de la memoria histórica, pues tienden a ser recintos depositarios y legatarios de la literatura revolucionaria. El caso de las bibliotecas clandestinas, creadas durante el movimiento obrero, se observan como espacios de teoría y estrategia para forjar rigor de estudio y espíritu crítico; para argumentar la cohesión colectiva y orientar los imperativos de la acción.

REFERENCIAS

- Budd, J. M. (2003). The library, praxis, and symbolic power. *The Library Quarterly*, 73(1), 19-32.
- Campos, A. L. A., Godoy, M. G. G., & Souza, R. L. (2019). Teoria e práxis revolucionária dos trotskistas brasileiros (São Paulo, 1930-1945). *Historia Crítica*, 72, 115-137.
- Carneiro, D. & Rocha, J. (2016). *Bibliotecas mudam o mundo*. Brasil: Magnolia Cartonera.
- Chubarian, O. S. (1976). *Bibliotecología general*. La Habana: Editorial Científico-Técnica.
- Crocker, D. A. (1994). *Praxis y socialismo democrático*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Doherty, J. J. (2008). Towards self-reflection in librarianship: what is praxis? In: Lewis, A. (ed.). *Questioning library neutrality: essays from progressive librarian* (pp. 109-118). Duluth, Minnesota: Library Juice Press.
- Estep, E. & Enright, N. (ed.). (2016). *Class and librarianship: essays at the intersection of information, labor and capital*. Sacramento, CA: Library Juice Press.

- Gadotti, M. (1996). *Pedagogía de la praxis*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.
- Gutiérrez, F. (1993). *Educación como praxis política*. México: Siglo XXI Editores.
- Habermas, J. (1996). *Teoría y praxis: estudios de filosofía social*. México: Red Editorial Iberoamericana.
- Hathcock, A. M., Vinopal, J. (2017). Feminist praxis in library leadership. In: Lew, S. & Yousefi, B. (ed.). *Feminists among us: resistance and advocacy in library leadership* (pp. 147-171). Sacramento, California: Library Juice Press.
- Hincapié García, A. (2016). Formación y praxis pedagógica revolucionaria: los escritos de juventud de Marx y Benjamin. *Andamios. Revista de Investigación Social*, 13(32), 257-279.
- Hoffman, J. (1977). *Crítica a la teoría de la praxis*. México: Editorial Nuestro Tiempo.
- Lenin, V. I. (1976). *Acerca de la juventud*. Moscú: Editorial Progreso.
- Lenin, V. I. (1975). *La labor cultural y la organización de bibliotecas para las masas: documentos y recuerdos*. Moscú: Editorial Progreso.
- Marx, C., & F. Engels. (1986). *Obras escogidas, tomo I*. Moscú: Editorial Progreso.
- McLaren, P., & Giroux, H. A. (2011). Escritos desde los márgenes; geografías de identidad, pedagogía y poder. In: McLaren, P. *Multiculturalismo revolucionario: pedagogías de disensión para el nuevo milenio* (pp. 17-42). México: Siglo XXI Editores.
- Meneses Tello, F. (2009). La praxis bibliográfica en el pensamiento ético-político-pedagógico de Paulo Freire. In: *Anuario de Bibliotecología y Estudios de la Información* (pp. 55-85). México: UNAM. (Nueva época, Año 1)

- Meneses Tello, F. (2011). Las bibliotecas populares: espacios comprometidos con la educación al servicio del pueblo. *Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional*, 5(13), 30-35.
- Meneses Tello, F. (2009-2010). Universidades, bibliotecas, imprentas y cárceles: espacios de educación, lectura y obra teórica del intelectual revolucionario del proletariado. *Crítica Bibliotecológica: Revista de las Ciencias de la Información*, 2(2) y 3 (1), 52-63.
- Meneses Tello, F. (2013). Bibliotecas y política: el paradigma político de la biblioteca pública. *Anales de Documentación: Revista de Biblioteconomía y Documentación*, 16(2), 1-14.
- Meneses Tello, F. (2013a). Bibliotecas y sociedad: el paradigma social de la biblioteca pública. *Investigación Bibliotecológica: Archivología, Bibliotecología e Información*, 27(61), 157-173.
- Meneses Tello, F. (2018). La responsabilidad multicultural del personal bibliotecario. INFOhome, Londrina, Brasil.
- Meneses Tello, F. (2019). La biblioteca pública como institución política: la correlación entre el bibliotecario público y el bibliotecario político. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 12(3), 905-940.
- Meneses Tello, F. (2021). De la biblioteca monolítica a la biblioteca plural: transición hacia la biblioteca multicultural. INFOhome, Londrina, Brasil.
- Pateman, J. y Pateman, J. (2021). Public libraries and marxism. United Kingdom: Routledge.
- Popowich, S. (2019). *Confronting the democratic discourse of librarianship: a marxist approach*. Sacramento, CA: Library Juice Press.
- Sánchez Vázquez, A. (1997). La filosofía de la praxis. In: Fernando Quesada et al. *Filosofía política I: ideas políticas y movimientos sociales*. Madrid: Editorial Trotta, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Sánchez Vázquez, A. (1980). *Filosofía de la praxis*. México: Editorial Grijalbo.

Targino, M. G. (1997). Práxis bibliotecária. *Informação & Sociedade: Estudos*, 7(1), 26-33.

Tewell, E. (2018). Beyond efficient answers with smile: seeking critical reference praxis. In: Adler, K., Beilin, I., & Tewell, E. (ed). *Reference librarianship & justice: history, practice & praxis* (pp. 219-223). Sacramento, CA: Library Juice Press.



O BEM VIVER ENQUANTO UTOPIA OU EPISTEMOLOGIA PARA A BIBLIOTECONOMIA

Luciana de Souza Gracioso
Luzia Sigoli Fernandes Costa
Jhonny Passos de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Depois de ampla, aprofundada, corajosa e necessária análise crítica do pensamento e das ações biblioteconômicas desenvolvida no texto: “Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia”, Franciéle Carneiro Garcês da Silva nos faz uma indicação:

O que se espera é que o fazer científico leve em conta outras formas de saber e que as perspectivas que buscam a criticidade, a inclusão, o respeito à diversidade e à pluralidade de pensamentos, sejam evidenciadas na Biblioteconomia contemporânea. (Silva, 2020, p. 102).

Situamos esta proposição ao contexto atual a partir da voz de Heloisa Buarque de Hollanda que nos ajuda a entender o momento como o de “profunda crise do capitalismo global, de falta de políticas efetivas de controle de uma crise ambiental sem precedentes, e é marcado pelo desgaste inédito das formas de democracia representativa.” (Hollanda, 2020, p. 11). Partiremos então destas convocações para tecermos algumas reflexões sobre veredas possíveis à Biblioteconomia contemporânea latino americana, ou



ainda, para identificarmos utopias outras, que nos permitam pensar, fabular uma Biblioteconomia de e para o Bem Viver. Acosta (2016) é quem, majoritariamente, nos orienta nesta escolha, uma vez que o autor nos diz que o Bem Viver “pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais.” (Acosta, 2016 p. 33). Trata-se um texto reflexivo, pautado em revisão de literatura narrativa, sem pretensões de abarcar a totalidade dos fenômenos que envolvem as questões subjacentes aos assuntos que serão apresentados. Não há a pretensão de ditar, orientar, predizer qualquer indicação de mudança, ruptura ou revolução epistemológica para o campo biblioteconômico. Almeja-se apenas, ponderar sobre mundos possíveis e práticas desejáveis para uma Biblioteconomia que se quer, para além de utópica, libertadora para todos que se encontram com ela. Nossa artesanania se dará a partir de um pano de fundo local, afetado pelos fluxos de saberes indígenas que transitam e transmutam as relações acadêmicas na Universidade, e destes afetos em construção, repensar as alterações possíveis dos fixos (tal como nos ensina Milton Santos), em especial, no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da informação. De tudo que pretensamente irá se arriscar a dizer, iremos ponderar sobre uma plataforma do Bem viver possível para o campo, considerando, dentre os entendimentos que serão apresentados, que se trata de “*paradigma comunitario de la cultura de la vida para vivir bien*” sustentado en una forma de vivir reflejada en una práctica cotidiana de respeto, armonía y equilibrio con todo lo que existe. (Mamani, 2010, p.11). Como argumento e justificativa central para o desenvolvimento deste texto, contaremos com o recurso da escrita autoetnográfica, a partir da voz indígena do autor Jhonny Passos de Oliveira, bibliotecário indígena e co-autor deste capítulo. Assim, as vozes deste texto estão, em alguns momentos, em terceira pessoa do plural (construção coletiva de argumentos e revisões) e em outros momentos, na primeira pessoa do singular (descrição autoetnobiográfica). Bem Viver, ou “Bien Vivir” ou “Vivir Bien”, são expressões presentes em diferentes cosmovisões de povos originários da Aby Yala e buscaremos ao menos reconhecê-las para, a partir disto, elucubramos sobre alguns de seus reflexos para reorientar os fluxos e os fixos da Biblioteconomia, que agora, possuem a oportunidade de revelar e

se localizar nos cruzamentos de saberes originários, no âmbito dos espaços de formação acadêmica, mesmo que alguns deslocamentos e desobediências sejam necessárias, na peregrinação em busca desta utopia, ou epistemologia.

2 OUTROS FLUXOS E NOVOS FIXOS PARA A BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DOS CAMPOS DE ARACORARA

Este texto⁶ foi produzido na cidade São Carlos, interior do Estado de São Paulo. A cidade tem como símbolo a árvore Araucária (ou, como sugere seu nome científico: *Araucaria angustifolia*. Popularmente é também conhecida como pinheiro-brasileiro e pinheiro-do-paraná⁷ e pelo nome de origem indígena, curi. Dia 24 de junho é o dia nacional da Araucária e ela está em perigo crítico de extinção, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. As Araucárias estão na bandeira de São Carlos, cidade que tem nome de Santo (a origem do nome inicial da cidade, fundada em 1857, tem relação com São Carlos Borromeu, santo padroeiro da família Arruda Botelho, considerada fundadora da cidade. Mas antes, a cidade recebeu como nome “Sesmaria do Pinhal”, depois “São Carlos do Pinhal”, o conde Antônio Carlos Arruda Botelho, era o Conde do Pinhal. Com o tempo, silenciaram a Araucária, dos nomes. O passar do tempo nos desloca para outras relações da Araucária com os espaços e seus habitantes. Estamos falando então, não da cidade de São Carlos, mas dos campos de Aracoara. Marcel Mano em sua tese sobre a história indígena no interior paulista (2006), nos ajuda a fazer justiça a esta contextualização territorial, cultural e histórica e vai nos dizer que “as explicações históricas

⁶ Parte deste texto foi oralmente apresentado durante a palestra conferida ao “Colóquio Saberes Tradicionais – horizontes em Ciência da Informação” os dias 17 e 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCasTH2XXGnPXx3WcYA8cRJA>

⁷ Outros nomes populares (PINHEIRO-DO-PARANÁ, CURI, CURIÚVA, PARANÁ-PINE, PINHEIRO, PINHO, CORI, PINHO-BRASILEIRO, PINHEIRO-BRASILEIRO, PINHEIRO-SÃO-JOSÉ, PINHEIRO-MACACO, PINHEIRO-CAIOVÁ, PINHEIRO-DAS-MISSÕES), são didaticamente apresentados em: <http://www.umpedeque.com.br/arvore.php?id=612>

sobre a formação de uma determinada área ou região devem inserir em seus discursos os povos indígenas e seus contextos.” (Mano, 2006, p. 03).

Os campos de Araraquara (ou Aracoara, palavra indígena que significa morada do sol) é uma macrorregião situada entre os rios Tietê, Mogi-Guaçu, Paraná e Rio Grande, no estado de São Paulo. Segundo Mano (2006), os sítios arqueológicos da região, em especial os ceramistas, revelam registros de diferentes tradições culturais. Em suas constatações são indicados que o local foi habitado “por indígenas de variadas etnias, entre eles os Guayaná, os Itararé, os Aratu-Sapucai e os Tupi Guarani.” E nestes fluxos, há a hipótese de a Araucária ter viajado da região sul do Brasil⁸, para os campos de Aracoara.

Hoje, múltiplas etnias voltam a coabitar os territórios do interior paulista, por outras trilhas – via Universidade. Novos fluxos que resultam de conquistas de lutas, resistências dos povos indígenas, que, em diferentes movimentos, conseguiram criar condições de debate para que ações e políticas públicas de ensino começassem a considerar os povos originários, em diferentes perspectivas. Deste movimento, um conjunto de políticas de ações afirmativas foram estabelecidas em Universidades públicas brasileiras, há pouco mais de uma década. Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva, que é uma das principais construtoras das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e que contemplou, dentre suas ações, o Vestibular Indígena, nos disse que “em uma universidade pública tem que ser representados na comunidade acadêmica, todos os grupos sociais e étnico-sociais que compõem a sociedade. Caso contrário estará sendo mantida com recursos públicos, mas servindo a interesses exclusivos de alguns grupos” (Silva, 2011, p. 45).

A UFSCar vem realizando seu vestibular indígena desde 2008. Até 2006 não há registro de estudantes Indígenas na UFSCar. Mas, podemos considerar que conquistas consideráveis já foram possíveis, desde a iniciativa de efetivação destas políticas. Alguns resultados, coletados dos relatórios de avaliação institucional indicam que atualmente a UFSCar conta com 46 povos indígenas presentes nos quatro campi (São Carlos, Araras, Sorocaba e lagoa

⁸ Ainda não há consenso científico sobre a origem da Araucária no interior paulista. (MANO, 2006, p. 160).

do Sino). Foram formados mais de 40 profissionais nos cursos de Administração, Agroecologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação⁹, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Agrônoma, Fisioterapia, Geografia, Gerontologia, Gestão Análise Ambiental, Imagem e Som, Letras, Medicina, Pedagogia, Psicologia e Turismo, dentre outros. Em relação as etnias dos estudantes indígenas matriculados na UFSCar, no período de 2008 a 2019, registram-se 46 (quarenta e seis). (Silva, Souza, & Palomino, 2020).

Quadro 01 - Chegada de Povos Indígenas na UFSCar.

| ANO | CHEGADA DE POVOS INDÍGENAS NA UFSCAR |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 2008 | Guarani, Manchinery, Terena e Xukurú |
| 2009 | Baniwa, Baré, Kalapalo, Paiter Suruí, Pankararu, Piratapuya, Tupiniquim e Xavante |
| 2010 | Bororo, Kaingang, Kambeba, Krenak, Mayoruna, Umutina, Tariano e Tukano |
| 2011 | Atikum e Kadiwéu |
| 2012 | Kaxinawá e Rikbaktsa |
| 2013 | Dessana, Pankará e Wassu Cocal |
| 2014 | Pataxó e Canela |
| 2015 | Kokama |
| 2016 | Apurinã, Arapaço, Irantxe, Kura-Bakairi, Ticuna, Tuyuka, Wanano, Werekena e Xakriabá |
| 2017 | Guajajara, Kaixana, Kamaiurá, Kayabi/Kawaywete e Marubo |
| 2018 | Waujá |
| 2019 | Koripaco e Kubeo |
| 2020 | Kambiwá, Makuna, Kotiria e Lanawá |

Fonte: Quadro autoral, com base em dados da Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico para Estudantes-CAAPE. UFSCar, 2020.

Especificamente, no Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CBCI), iniciado na respectiva Universidade (UFSCar) em 1994, formaram-se no período de 2014 a 2019, quatro bibliotecários indígenas, indicados no quadro 02 e temos ainda seis estudantes indígenas regularmente matriculados no CBCI.

⁹ O Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar foi iniciada na UFSCar em 1994 e até o presente momento, passou por quatro reformulações curriculares. O Curso é aberto anualmente com 48 vagas, no período noturno e oferta, desde 2010, vaga para o vestibular indígena.

Quadro 02: Bibliotecários indígenas formados na UFSCar

| Nome | Etnia e Estado de origem | Ano de ingresso | Ano de formatura |
|-------------------------------|---------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Wagner Lili Sebastião | Terena - Mato Grosso | 2010/ | 2014 |
| Tainara Toriká Kiri de Castro | Umutina - Mato Grosso | 2012 | 2017 |
| Luciana Maria dos Santos | Pankararu - Pernambuco | 2013 | 2017 |
| Jhonny Passos de Oliveira | Xakriabá - Minas Gerais | 2016 | 2019 |

Fonte: Os autores

Outro movimento importante junto ao Departamento de Ciência da Informação desta Universidade foi a proposição de um Grupo PET (Programa de Educação Tutorial). O PET Conexões Saberes Indígenas, da UFSCar, foi criado em 2010 pela Profa. Cristina Ferraz e hoje é tutorado pela profa. Luzia Sigoli Fernandes Costa. Este grupo, além de ser multidisciplinar e multiétnico, é o único Grupo da UFSCar que atua de forma multicampi com a participação efetiva de estudantes dos campi de São Carlos, Araras e Sorocaba e Lagoa do Sino, que se encontra em fase de acolhimento. Para além do apoio financeiro via bolsas aos estudantes, que por sua vez é essencial para que as políticas propostas se sustentem, o programa se desenvolve respeitando as características dos saberes, da coletividade, da concepção de democracia compartilhada pelos estudantes de diferentes etnias.

Em síntese, desde 2008, passaram pelos fluxos universitários da UFSCar mais de 45 etnias diferentes, de 11 estados do Brasil, com 17 línguas indígenas sendo oralizadas (Apurinã, Bakairi, Baniwa/Coripaco, Cambeba/Omaguá, Xaxinawá, Krenak, Kokama, Mbya-Guarani, Nheengatú, Pataxó, Rikbaktsa, Terena, Tikuna, Tukano, Tupi, Umutina, Xavante, dentre outras). Ainda, segundo o relatório, o site “muitaslínguas” da UFSCar <http://www.muitaslinguas.ufscar.br> apresenta informações sobre a língua e a cultura de alguns dos povos indígenas presentes na UFSCar. A busca pelo vestibular indígena em 2008 era de 127 candidatos e em 2017 chegou a quase

800. Mas ainda, “(o ingresso de estudantes indígenas representa apenas 1% do montante geral de estudantes da Universidade)” (Comissão, 2020, p.29).

É deste lugar e é neste contexto, que nos convencemos da urgência para revisitarmos nossos espaços de formação. Nossos conceitos, nossos fazeres, nossos métodos acadêmicos, em especial, no âmbito da Biblioteconomia brasileira, que agora tem, ainda mais, a oportunidade de reaver suas teorias e práticas, a partir dos fluxos de saberes para além daqueles que até então lhe circunscrevia. Milton Santos (2008, p. 62) nos instrui ao dizer que “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Por isto, garantir o acesso é tão importante, para garantirmos os direitos aos fluxos – mas agora, precisamos garantir também, as condições de alteração para os fixos. E é Boaventura de Souza Santos (2004) mesmo quem também dirá da necessidade de uma reforma democrática e emancipatória da Universidade – propondo um deslocamento do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário. Entendemos então que esta reforma passa tanto pela revisão das estruturas científicas de validação do saber, como pela revisão das matrizes gnosiológicas e ontológicas de áreas do conhecimento e também pela revisão sobre como se configuram os arranjos comunicativos neste lócus de produção de pluri-saberes.

Mas para além das indicações bibliográficas, seguiremos nas nossas argumentações a partir da voz do bibliotecário indígena, que também assina este capítulo. Uma etnobiografia que confirma que outras Biblioteconomias são possíveis e necessárias e deste entendimento, seguiremos na perspectiva de pensar uma Biblioteconomia do Bem Viver.

3 BIBLIOTECONOMIA DO BEM VIVER: POR QUÊ, PARA QUEM?

Eu me chamo Jhonny Passos de Oliveira ou Jhonny Xakriabá, sou do povo indígena Xakriabá. Povo esse que fica localizado às margens esquerdas do Rio São Francisco, no município de São João das Missões no estado de Minas Gerais. Sou formado em Biblioteconomia e Ciência da Informação –

BCI, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e atualmente sou aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela mesma universidade. Usarei este espaço para apresentar um breve relato como estudante indígena do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar.

Passados alguns anos da chegada dos primeiros estudantes indígenas na UFSCar, sempre considereei extremamente necessário estarmos discutindo e refletindo os modos como a universidade vem lidando com a presença dos povos indígenas. Sabemos que o acesso de ex e atuais estudantes indígenas ao ensino superior é marcado por muita luta e derramamento de sangue. Mas, devo ressaltar aqui que, a universidade de fato não está preparada para receber toda a diversidade de povos existente no nosso país, pois estão extremamente focadas no acesso e estão esquecendo do mais importante, que é a permanência destes estudantes. São diversas questões que implicam na permanência e na conclusão do curso de um acadêmico indígena, são questões que vão além de uma bolsa, como por exemplo o preconceito, o ambiente, como é recepcionado, a língua, os métodos de ensino, são vários fatores em que a universidade precisa estar atenta e sempre em diálogo.

Em especial ao curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CBCI) da UFSCar, posso afirmar que vem de uma formação humanista, crítica e reflexiva, de forma pautada em princípios éticos, com o senso de compromisso e responsabilidade social imensa. Forma profissionais que de fato promovem o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano, com o acesso à informação, o respeito às diferenças e a diversidade. É onde o profissional bibliotecário reconhece a importância da sua profissão para com a sociedade.

Diante disso, concluir o CBCI, me proporcionou olhar as coisas de forma crítica e reflexiva. Como por exemplo a produção do conhecimento de estudantes indígenas, na qual em sua maioria são ciências desenvolvidas que carregam consigo um significado e importância imensa. Pois não é apenas “mais um artigo, mais um livro, mais um trabalho ou mais uma pesquisa desenvolvida”, são saberes ancestrais de um povo, de uma comunidade e às vezes até do próprio autor em particular. E durante o curso eu pude desenvolver o senso crítico do porque a universidade não valoriza todo esse

conhecimento produzido? Dar visibilidade a essas ciências deveria ser uma das prioridades da Universidade, com intuito de apresentar e mostrar que nós indígenas também produzimos ciência e ciência essa que é diferenciada, agrupada e com um significado enorme, onde apresenta as relações e definições com o bem viver.

Portanto, nós como bibliotecários e bibliotecárias temos um papel muito importante na valorização desse conhecimento, onde devemos buscar modos e estratégias de apresentar aos meios acadêmicos e científicos a importância dessa ciência diferenciada e a contribuição que ela traz para a sociedade. Contribuição com a medicina, com a cultura e saberes tradicionais, com a natureza e principalmente com o bem viver que onde exista uma relação humanista respeitando as diferenças e as diversidades.

4 “BEM VIVER” COMO PLATAFORMA OU UTOPIA PARA A BIBLIOTECONOMIA?

O relato de Jonhny Passos de Oliveira, deixa evidente os limites que ainda compõe a estrutura universitária em relação a sua ampliação enquanto ambiente pluriversitário e da prática científica do Bem Viver, e seguiremos agora, procurando alcançar mesmo que panoramicamente, os sentidos deste conceito. No prólogo do livro *Buen Vivir/Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*, de Fernando Huanacuni Mamani (2010), Miguel Palacín Quispe, Coordenador General CAOI (Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas) contou que:

Nuestros sabios dicen que estamos en el décimo pachakuti y todo va a cambiar. Ese es el tiempo que nos ha tocado vivir. Por eso los pueblos indígenas somos actores de este proceso de cambio. Un proceso que no se limita a la defensa de los derechos, de los recursos naturales, de nuestras organizaciones: es todo eso y mucho más. Es la defensa de la vida, porque es la vida la que está en peligro. Se podrá salvar el planeta –y lo va a hacer-, pero se va a salvar sin nosotros... si es que no hacemos algo. (Quispe, 2010, p. 7)

O Bem Viver ou Sumak Kawsay (em quíchua) e suma gamaña (em aimará), ou buen vivir e vivir bien, em espanhol, são conceitos relacionados as cosmovisões dos povos indígenas andinos do altiplano. Mamani (2010), como citado na introdução deste texto, apresenta o Bem Viver como *"paradigma comunitario de la cultura de la vida para vivir bien"*, que se sustenta em uma forma de viver orientada na prática cotidiana em que respeito, harmonia e equilíbrio (entre pessoas e natureza) se dão, de modo interconectado, interdependente e interrelacionado. O autor nos ajuda a entender os conceitos a partir de seus termos originais:

Desde la cosmovisión aymara, "del jaya mara aru" o "jaqi aru", "suma qamaña" se traduce de la siguiente forma: Suma: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso. Qamaña: vivir, convivir, estar siendo, ser estando. Entonces, la traducción que más se aproxima de "suma qamaña" es "vida em plenitud". Actualmente se traduce como "vivir bien". Por otro lado, la traducción del kichwa o quechua (runa simi) es la siguiente: lSumak: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior. Kawsay: vida, ser estando, estar siendo. Vemos que la traducción es la misma que en aymara: "vida en plenitud. (Mamani, 2010, p. 13).

Mamani ainda explica que para os povos originários da Amazônia, conforme a Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), o Bem Viver se aproximaria de uma "Volver a la Maloca".

volver a la maloca es retornar hacia nosotros mismos, es valorar aun más el saber ancestral, la relación armoniosa con el medio. Es sentir el placer en la danza que enlaza el cuerpo y el espíritu, es proteger nuestras sabidurías,

tecnologías y sitios sagrados. Es sentir que la maloca esta dentro de cada hijo del sol, del viento, de las aguas, de las rocas, de los árboles, de las estrellas y del universo. Es no ser un ser individual sino colectivo, viviendo en el tiempo circular del gran retorno, donde el futuro está siempre atrás, es el porvenir, el presente y el pasado delante de uno, con las enseñanzas y las lecciones individuales y colectivas del proceso de vida inmemorial. (Mamani, 2010, p. 45).

Mamani, depois de analisar de modo mais pormenorizado as significações do Bem viver desde os povos aymara/quechua da Bolívia, Mapuche do Chile, kolla da Argentina e os povos amazônicos, irá sintetizar a definição dizendo que "Vivir bien es la vida en plenitud. Saber vivir en armonía y equilibrio; en armonía con los ciclos de la Madre Tierra, del cosmos, de la vida y de la historia, y en equilibrio con toda forma de existencia en permanente respeto" (Mamini, 2010, p. 49).

Célio Turino, no prefácio da edição brasileira da obra de Acosta (2016), nos subsidia, inicialmente, para distinguirmos que "(...) podemos entender o Bem Viver em oposição ao "viver melhor" ocidental (ou à dulce vita de alguns), que explora o máximo dos recursos disponíveis até exaurir as fontes básicas da vida." (Acosta, 2016, p. 16). E Acosta propriamente, nos ajuda a perceber que o Bem Viver "(...) supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa." (Acosta, 2016). O Bem Viver, conforme o pensador, não se sustenta com discursos radicais apenas. Ele requer propostas "É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência – sustentada na solidariedade." (Acosta, 2016, p. 27).

Em seu texto o "bem viver" como uma nova utopia Latino-americana Tereza Dulci nos explica que são três correntes de pensamento dentro do Bem Viver: a indigenista, a socialista e a pós-desenvolvimentista. "A indigenista (...) dá relevância ao tema da autodeterminação dos povos indígenas na

construção do bem viver, assim como se baseia nos elementos - chave da cosmologia andina (sobretudo espirituais).” Já a corrente socialista irá tratar “(...) dá relevância à gestão política estatal do bem viver, assim como a elementos relacionados à justiça social”. E a terceira corrente, a pós-desenvolvimentista, “dá relevância à preservação da natureza e à construção democrática e participativa do bem viver.” (Dulci, 2021, p. 307). Lembrando que segundo Acosta “o Bem Viver questiona o capitalismo, que, em essência, acelerou o divórcio entre seres humanos e Natureza. “O Bem Viver, enquanto expressão de democracia radical, questiona toda forma de autoritarismo.” (Acosta, 2016, p. 156).

Alcantara e Sampaio em 2017, desenvolveram um conjunto de entrevistas semiestruturadas juntos a estudantes indígenas de comunidades do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Amazonas no intuito de construir um campo semântico do Bem Viver. Frente aos recortes construídos e justificados, em síntese, é possível compartilhar alguns dos entendimentos a partir da voz dos entrevistados, que pertencem as etnias: Warekena, Baníwa, Xukuru do Ororubá, Tariána, Terena (Bananal e Cachoeirinha), Arapaso e AtikumUmã. Para as comunidades do Amazonas Tariana e Baníwa “(...) o Bem Viver está presente na cosmologia indígena, onde a terra é vista como patrimônio comum, resultando na preservação dos saberes tradicionais, cultura e nas relações com o outro e o meio” (p.22). Já o entendimento das etnias Warekena e Xucuru do Ororubá, pelos estudantes, é o de que o Bem Viver é “(...) a solidariedade, respeito ao próximo e a natureza, preservação da cultura e dos saberes como sendo fatores fundamentais para sua promoção” e indicam ainda que (...) saúde, segurança e educação são fundamentais para manter a comunidade unida e solidária” (p.23). Para os estudantes da etnia Terena da Aldeia do Bananal e de Cachoeirinha do Estado do Mato Grosso do Sul o Bem Viver esta relacionado a: “(...) preservação dos saberes e da cultura; principalmente por meio da medicina tradicional e na preservação das danças, rituais e na convivência.” (p.23). Já dentre os estudantes Arapáso, o Bem Viver está “na solidariedade e na vida em comunidade” e para os Atikum, ela esta presente nas “relações entre a comunidade e natureza” (p.24). Em síntese, o que se propõe como um Bem Viver, é um repensar “(...) reciprocidade entre pessoas, convivência com

outros seres da natureza e profundo respeito pela terra.” (p.26). (Alcantara; Sampaio, 2017).

Para além do campo semântico, a plataforma do Bem Viver é capaz de orientar então, não só para um modo de nos posicionarmos em relação ao mundo (sujeitos e natureza) mas para um outro modo de agenciarmos, relativizarmos ações em todas as instâncias e instituições já instauradas. No âmbito político, as revoluções foram significativas, no momento em que os princípios do Bem Viver conduziram o planejamento e a tomada de decisões. Tereza Dulci (2021) nos conta que desde a década de 1980, movimentos surgiram na América Latina no intuito de combater e reverter as estruturas neoliberais impostas nestes territórios (mais especificamente a partir do Consenso de Washington), territórios estes que buscavam alternativas de condução de políticas que não estivessem atreladas a cultura da morte e da exploração. Destes movimentos, houve um resultado concreto, denominado como Novo Constitucionalismo latino-americano, no qual se formalizaram as novas constituições do Equador (2008), com Rafael Correa e da Bolívia (2009) com Evo Morales. (Dulci, 2021). Neste sentido, Acosta (2016, p. 156) nos explica que:

A plurinacionalidade presente nas constituições da Bolívia e do Equador representa um ressarcimento histórico aos povos e nacionalidades. Simultaneamente, é uma oportunidade para que estas sociedades aprendam com a alteridade, assumindo um compromisso de convivência democrática e equitativa, em que a busca pela harmonia deve ser a marca das relações dos seres humanos entre si e destes com a Natureza.

O grande e determinante diferencial desta construção, se deu em função do modo como as participações das populações, dos povos, se deram: todos e todas tiveram voz. Isto porque este movimento se orientou pelos princípios do Sumak Kawsay (em quíchua) e suma gamaña (em aimará).

Com grande detalhamento dos processos, fatos e eventos que culminam nesta reforma constitucional, Dulci evidencia o quanto o pensamento do Bem Viver foi decisivo para manter a unidade na diversidade entre os atores sociais que estavam agindo nesta construção. (DULCI, 2021).

Ainda, seguindo Tereza Dulci, no Brasil a plataforma do Bem Viver já orientou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Central única dos Trabalhadores (CUT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Associação Brasileira de ONG (ABONG) (Dulci, 2021, p. 306). Esses movimentos parecem ir ao encontro do que Acosta nos disse:

(...) não devemos assumir que o Estado é o único campo de ação estratégico para a construção do Bem Viver – a questão é que temos que pensar este na perspectiva plurinacional e intercultural. (Acosta, 2016, p. 26).

Temos reconhecidamente um número crescente de autoras e autores que tem se dedicado a pensar o Bem Viver em diferentes áreas do conhecimento. Mamini (2010) apresenta este contexto na perspectiva da Educação, da Economia, do Direito. E daqui partiremos para pensar então a Biblioteconomia do Bem viver. Para tanto, neste momento, seguimos apoiados em Puente Hernández (2013), que a partir das proposições da Constituição do Equador de 2008, nos apresenta a força da Biblioteca pública como espaço de fortalecimento da democracia e do Bem Viver. Na Carta política deste país, são apresentadas orientações sustentadas pelo Bem Viver, sendo que muitas delas, estão diretamente relacionadas ao acesso a informação. “Carta Fundamental se establece como aspiración, la construcción de una sociedad del “Buen Vivir” o Sumak Kausay. Para ello se declara, entre otros aspectos, que el Estado ecuatoriano es laico, intercultural y plurinacional.” (Puente Hernandez, 2013, p. 53). E destes pontos de partida, institucionalizados a partir das orientações do Bem Viver, que Hernandez nos situa sobre o quanto que a biblioteca tem um valor central para fazer valer estas prerrogativas, sendo ela o espaço das práticas democráticas de acesso à

informação e a cultura, configurando-se como ambiente público para a construção comunitária de saberes e ações. A biblioteca pública assume também

(...) la función política de la cultura, entendida como generadora de una cultura política o cultura ciudadana que no sólo informa sino que forma una conciencia sobre los deberes y los derechos de los que somos portadores en el ejercicio de la convivencia social. (Puente Hernandez, 2013, p. 15).

Hernandez nos contextualiza sobre as questões particulares das Bibliotecas no Equador, apresentando um cenário ainda sensível no que diz respeito a infra-estrutura e recursos. O autor nos posiciona ainda, sobre da relação a cultura andina e a tradução oral enquanto principal recurso de manutenção e contração de saberes. Neste sentido analisa o lugar da Biblioteca e da escrita, em uma perspectiva decolonial crítica importante. O pesquisador nos apresenta um conjunto de ações e eventos relacionados a construção e concretização de Políticas públicas no Equador, do qual relevamos a conquista de 2009, momento em que foi apresentado o “Plan Nacional para el Buen Vivir 2009 – 2013”, com 12 objetivos nacionais, dentre os quais se incluíam o contexto bibliotecário.

Objetivo 1: Auspiciar la igualdad, cohesión e integración social y territorial en la diversidad. En las bibliotecas públicas su acceso y uso es libre e igualitario para todas las personas sin distinción de sexo, condición social, étnica, edad, etc. Objetivo 2: Mejorar las capacidades y potencialidades de la ciudadanía; mediante el libre acceso a la información y al conocimiento lo que constituye un aporte para que las personas puedan desarrollar sus capacidades y

potencialidades (...) Objetivo 3: Mejorar la calidad de vida de la población; mediante la lectura y las actividades culturales que las bibliotecas deben promocionar. Para poder cumplir con este objetivo el Estado debe dictar políticas públicas sobre bibliotecas, crear más bibliotecas, ampliar y fortalecer a las existentes, sobre todo bibliotecas públicas. Objetivo 7: Construir y fortalecer espacios públicos, interculturales y de encuentro común; la biblioteca pública es uno de esos espacios; por lo que se deben ampliar los servicios de las mismas para llegar a los niños y niñas, a los jóvenes, a los adultos, a los adultos mayores, a las madres de familia, etc. Objetivo 8: Afirmar y fortalecer la identidad nacional, las identidades diversas, la plurinacionalidad y la interculturalidad; mediante actividades con la participación de la diversidad de usuarios de las bibliotecas. Objetivo 10: Garantizar el acceso a la participación pública y política; lo que se expresa en la participación de la comunidad en las distintas actividades programadas por la biblioteca. Objetivo 12: Construir un Estado democrático para el Buen Vivir; todas las actividades de la biblioteca pública precisamente se hallan encaminadas a hacer realidad este objetivo. (Hernandez, 2013, p. 53-54).

Dulci nos diz que na Constituição equatoriana, o Bem Viver aparece como elemento basilar “(...) Apresenta um caráter transversal que integra a interculturalidade e a interdenpedência dos seres humanos em relação à natureza, conectando o Estado plurinacional com a virada biocêntrica.” (Dulci, 2021, p. 307). De fato, o Equador tem como alicerce constitucional, as

ações orientadas pelo Bem Viver e isto possibilita outra perspectiva para a discussão no que diz respeito a construção de políticas do Bem Viver para orientar as ações das Bibliotecas, neste país. No Brasil, este movimento de aproximação dos princípios do Bem Viver, para a orientação de construção de políticas públicas, ainda se dá, apenas, com outra configuração e em movimentos pontuais, como apresentado no início deste texto a partir da obra de Dulci (2021). Ainda assim, iremos defender que podem haver outros pontos de partida para a aproximação da plataforma do Bem Viver, em diferentes espectros de nossas vidas e a Universidade pode ser um deles. É neste espaço que atualmente deveria estar sendo possível construir ou reconstruir outras relações de saberes, frente aos fluxos que se quer crescentes, dos estudantes indígenas de diferentes etnias e dos fluxos de seus cosmo-saberes nos espaços acadêmicos.

5 O BEM VIVER COMO UTOPIA OU EPISTEMOLOGIA PARA A BIBLIOTECONOMIA

Quando nos tornamos bibliotecários prometemos “Tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.” (Juramento regulamentado pela Resolução Nº 6, de 13 de julho de 1966, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)). Assim, já está em nossa missão, o princípio mais essencial do Bem Viver. Para cumprirmos esta promessa, devemos seguir na construção de uma Biblioteconomia pluriversa, cosmológica e cosmogônica, transversal e integradora da interculturalidade¹⁰ e da interdenpendência dos seres humanos em relação à natureza, ciente e atuante no seu lugar de estabelecer relações, fundamentada nas relações dignas entre pessoas, natureza e artefatos culturais construídos no percurso destes encontros. Ao mesmo tempo, a Biblioteconomia do Bem

¹⁰Sobre a interculturalidade na biblioteconomia, temos os trabalhos da pesquisadora colombiana Natalia Duque Cardona, conceito sobre o qual tentaremos nos aproximar com mais propriedade, em trabalhos futuros, a partir dos estudos já desenvolvidos pela autora.

Viver é propositiva, ética e luta pela justiça social, econômica e epistêmica, em todos os territórios, para todos os povos e corpos.

Entendemos que o Bem Viver, é um conceito pragmático, na medida em que seu sentido só se dá no viver, nas ações e relações do mundo da vida. Por isto pensamos sobre o escopo e abrangência da Biblioteconomia, na sua condição de poder ajudar a fazer fluir os fluxos, as cosmo-racionalidades, a semiodiversidade. Pensamos uma Biblioteconomia a serviço e em função da construção de um estado de Bem Viver na atmosfera informacional. Assim como a Biblioteconomia da Guerrilha, a Biblioteconomia Crítica (*Critical Librarianship*), Biblioteconomia Radical (*Radical Librarianship*), a Biblioteconomia Progressiva (Silva, 2020, p. 79), a Biblioteconomia do Bem Viver, assumiria também estas posições e se colocaria em uma perspectiva de construção de outras relações, no entendimento tal como nos propõe Viveiros de Castro, se ocupando também de relacionar saberes semiodiversos. Vinícios Souza de Menezes tem construído uma obra absolutamente relevante para o pensamento biblioteconômico e informacional neste sentido e a produção de seu pós-doutoramento sobre o Pensamento ameríndio, Organização do Conhecimento, Filosofia da Informação: uma perspectiva antropofágica nos estudos informacionais: agenciamentos programáticos, concentra muito dos entendimentos que consideramos ser os necessários para o campo avançar frente as reflexões que tecemos aqui.

Pensar uma Biblioteconomia como cosmogonia (enquanto conjunto de teorias, princípios que explicariam a origem dos pluriversos, incluindo-os em seus entendimentos sobre os sistemas de informação, pensando também em sistemas cosmogônicos da plurinformação). Pensar que uma Biblioteconomia do Bem Viver pode ser Cosmo, antes de ser ciência, ela pode Libertar, antes de regular, ela pode Relativizar, antes de hierarquizar, ela pode ser Cruzada, antes de linear, pode ser Semiodiversa. A Biblioteconomia do Bem Viver, tem seu lugar na desobediência epistêmica ao tentar resistir e lutar por pensamentos científicos independentes, descolonizados. Ela tem seu dever na libertação da sociedade de novas alienações, colaborando na construção de outras consciências sobre as incompletudes do pensamento

racional moderno para a nossa multiculturalidade e para nossa *ajayu* (em quéchua, nossa força e energia cósmica).

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, Autonomia Literária, Fundação Rosa Luxemburgo.
- Alcantara, L. C. S., Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. *Revista Rupturas* 7(2):1-33.
- Comissão de avaliação do ingresso por reserva de vagas e do programa de ações afirmativas. (2020). *Avaliação dos 10 anos do programa de ações afirmativas e do ingresso por reservas de vagas (2007-2017) da UFSCar*. São Carlos: UFSCar.
- Dulci, T. M. S. (2021). O “Bem Viver” como uma nova utopia latino-americana. In: Prado, M. L. (org.). *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura*. São Paulo: Contexto.
- Hollanda, H. B. de (org.) (2020). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Mamani, F. H. (2010). *Buen Vivir/Vivir Bien*. Filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Coodinadora Andina de Organizaciones Indígenas.
- Mano, M. (2006). *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. [Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil].
- Puente Hernández, L. E. (2013). *Biblioteca pública, democracia y buen vivir: aportes para la definición de políticas en Ecuador*. Quito: FLACSO, Sede Ecuador.
- Santos, B. S. (2004). *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez.

- Santos, B. S. (2007). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos estudos CEBRAP*, (79), 71-94.
- Santos, M. (2008). *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.
- Silva, F. C. G. da (2020). Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia. In: Silva, F. C. G. da., & Duque-Cardona, N. *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora. (Selo Nyota).
- Silva, G. D., Souza, M. M., & Palomino, T. J. (2020). O processo de produção e desenvolvimento do acompanhamento pedagógico para e com estudantes indígenas na UFSCar. In: Mello, R. R.; Reyes, C. R. *Indi-age: a presença indígena na universidade* (pp. 123-145). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Silva, P. B. G. (2008). Ações afirmativas na UFSCar – em busca da qualidade acadêmica com compromisso social. *Políticas Educativas – PolEd*, 2(1), 41-53.

OS LIVROS DE ABYA YALA: UMA MIRADA PERSPECTIVA DO MULTINATURALISMO AMERÍNDIO

Vinícios Souza de Menezes

1 A PALAVRAMUNDO: PRELÚDIO DE UM LIVRO OUTRO

[...] Uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.

Paulo Freire, *A importância do ato de ler* (1989, p. 9).

A vida é também para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso.

João Guimarães Rosa, *Aletria e hermenêutica* (2017, p. 483).



Palavramundo é o neologismo cunhado por Paulo Freire (1989, p. 9) para expressar a leitura do mundo que precede a leitura da palavra. A experiência da leitura da *palavramundo* é condição de possibilidade para a leitura da palavra escrita em Paulo Freire. Este processo encontra-se associado à uma perspectiva ampliada da alfabetização. Nas línguas ocidentais, o processo de alfabetização associa-se ao sistema linear da escritura alfabética, baseada na representação dos sons a partir de sinais gráficos (fonologia). Alfabetizar-se é reconhecer as estruturas gramaticais de leitura e escrita da língua e dos discursos do idioma que se busca aprender. Entretanto, este trabalho de decodificação não está reduzido ao exercício memorialístico de decorar os elementos formadores de uma língua. Paulo Freire argumenta que a alfabetização deve ser crítica e o nascimento da criticidade do aprendizado está na origem da formação social: a linguagem popular.

Nas línguas ocidentais, a linearidade da palavra escrita teve no livro, o seu lugar total de representação. Imagem do mundo, o livro ocidental é um livro-raiz (Deleuze & Guattari, 1995), um acumulador etnocêntrico de um pretensão saber absoluto fundado onto-teologicamente (Derrida, 2004, p. 31). Sob este paradigma representacional estão fundamentados os livros das principais teorias da Biblioteconomia europeia: o *Advis Pour Dresser une Bibliotheque* (1627) de Gabriel Naudé, o código de classificação francês, de Jean-Baptiste Massieu, publicado na obra *Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les directoires ont dû ou doivent incessamment apposer les scellés* em 1791, as 91 regras para compilação de catálogo de Antonio Panizzi, publicada sob o título de *Catalogue of Printed Books in the British Museum* em 1841 e o *Traité de Documentation* de Paul Otlet, publicado originalmente em 1934 (Amorim, 2021, p. 102).

Em contraponto, ao modo das argumentações de Paulo Freire (*palavramundo*), Jacques Derrida (*différance*¹¹), Deleuze e Guattari (livro-

¹¹ *Différance* é um neografismo construído por Derrida a partir da introdução da letra “a” no lugar da letra “e” da palavra convencionada pelo idioma francês como “*différence*”: “o a de *différance* propõe-se como uma ‘marca muda’, se escreve ou se lê mas não se ouve. ... A diferença gráfica, marcada na diferença entre o e e o a, escapa à ordem do sensível, fixando apenas uma relação invisível entre termos, traço de uma relação inaparente. Escapa também à inteligibilidade,

rizoma¹²) e dos exemplos concretos dos povos ameríndios, afro-americanos e africanos, o livro ocidental subsiste como uma dobra nas multiplicidades potenciais do livro. O livro ocidental é “apenas” uma atualização diante das diversas possibilidades grafológicas do livro (*biblion*). Em outras palavras, o modelo linear da escritura fonética é um “recalcamento do pensamento simbólico pluridimensional” (Derrida, 2013, p. 107). Ler as virtualidades e os agenciamentos libertários do livro outro é ler o livro da vida em sua amplitude, a palavra que o mundo gesta e nos constitui como seres socialmente condicionados pelas nossas relações com as alteridades humanas e não humanas que nos atravessam.

O livro é sempre outro, muda e se transforma pelo confronto da diversidade de suas partes, evitando assim o movimento linear – o sentido único – da leitura. Além disso, o livro, se desdobrando e se redobrando, se dispersando e se unindo, mostra que não tem nenhuma realidade substancial: nunca está presente, não cessa de se desfazer enquanto se faz. (Blanchot, 2005, p. 357)

Segundo Derrida (2004, p. 21), o *biblion* “não significava primeiramente, nem sempre, ‘obra’ ou *opus*”, não estava vinculado a uma forma determinada (*morphê*), atualizada e efetuada na realidade (*typos*); o *biblion* dizia antes o “suporte particular de escrita” (*hypokeimeinon*), seja esta escrita linear (alfabética) ou não-linear (como os grafismos ameríndios). Portanto, o *biblion* é a “pele” (*membranae*) ou a “película” (*diphthera*) informe que suporta e possibilita potencialmente toda e qualquer escrita,

pois não se oferece como *presença*, como objeto submetido à objetividade da razão, remetendo para uma ordem que não se deixa compreender na oposição fundadora da metafísica entre o *sensível* e o *inteligível*.” (Santiago, 1976, p. 22)

¹² “Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. ... Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível.” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 18)

todo e qualquer possível formato de livro, sem a ele submeter-se. A esta perspectiva originária do livro associada à matéria, ao corpo e ao feminino (Menezes, 2018) e insubmissa aos dispositivos homogêneos da metafísica, Platão chamou de *khóra*¹³ e Aristóteles relacionou à “pura potência” – nas palavras de Agamben (2016, p. 83), “*la página blanca el símbolo, angustiante y al mismo tiempo fecundo, de la pura posibilidad*”. Em sua perspectiva originária, o livro é a potência contingente da liberdade humana. Não sem razão, a tradução latina para livro é *liber*, um homônimo da liberdade. Todavia, como veremos, no mundo grego, romano e, por conseguinte, em um gradiente razoável das sociedades ocidentais, a liberdade é um atributo exclusivo do *anthropos* – o homem livre, isto é, o patriarca. Esta distinção social da liberdade, limita o alcance do conceito de livro, entretanto não apaga o rastro libertário e material oriundo do livro.

La palabra ‘libro’ proviene de un término latino que significa, en origen, ‘madera, corteza’. En griego, el término para ‘materia’ es hyle, que

¹³ “En efecto, recibe siempre todo sin adoptar en lo más mínimo ninguna forma semejante a nada de lo que entra en ella, dado que por naturaleza subyace a todo como una masa que, por ser cambiada y conformada por lo que entra, parece diversa en diversas ocasiones; y tanto lo que ingresa como lo que sale son siempre imitaciones de los seres, **impresos** a partir de ellos de una manera difícil de concebir y admirable que investigaremos más adelante. ... Y también **se puede asemejar el recipiente a la madre**, aquello que se imita, al padre, y la naturaleza intermedia, al hijo, y pensar que, de manera similar, cuando un relieve ha de ser de una gran variedad, **el material en que se va a realizar el grabado estaría bien preparado solo si careciera de todas aquellas formas que ha de recibir de algún lugar**. Si fuera semejante a algo de lo que entra en él, al recibir lo contrario o lo que no está en absoluto relacionado con eso, lo imitaría mal porque manifestaría, además, su propio aspecto. **Portanto, es necesario que se encuentre exento de todas las formas lo que ha de tomar todas las especies en sí mismo**. ... Los que intentan imprimir figuras en algún material blando no permiten en absoluto que haya ninguna figura, sino que lo aplanan primero y lo dejan completamente liso. Igualmente corresponde que lo que va a recibir a menudo y bien en toda su extensión imitaciones de los seres eternos carezca por naturaleza de toda forma. Por tanto, concluyamos que la madre y receptáculo de lo visible devenido y completamente sensible no es ni la tierra, ni el aire, ni el fuego, ni el agua, ni cuanto nace de éstos ni aquello de lo que éstos nacen. Si afirmamos, contrariamente, que **es una cierta especie invisible, amorfa, que admite todo y que participa de la manera más paradójica y difícil de comprender de lo inteligible, no nos equivocaremos.**” (Platão, 1992, §50c-51d, pp. 202, 203, grifo nosso)

significa, precisamente, ‘madera, selva’ – o, como traducen los latinos, silva o materia, que es el término para designar a la madera como material de construcción, distinto a lignium, que es la leña que arde –. Para el mundo clásico, sin embargo, la materia es el lugar mismo de la posibilidad y de la virtualidad: es, de hecho, la posibilidad pura, lo ‘sin forma’ que puede recibir o contener todas las formas, y cuya forma es, de alguna manera, la huella. Es decir, según la imagen de Aristóteles que hemos mencionado, la página blanca, la tablilla para escribir sobre la cual todo puede ser escrito. (Agamben, 2016, p. 84, grifo nosso)

A *huella* que anuncia a condição informe do livro foi denominada por Derrida (2013, p. 79) de rastro. A *huella* manifesta que não há origem absoluta do sentido em geral. O rastro é a *différance* que abre a significação. Articulando o vivo sobre o não-vivo, o rastro “não é mais ideal que real, não mais inteligível que sensível, não mais uma significação transparente que uma energia opaca e nenhum conceito da metafísica pode descrevê-lo” e, complementa Derrida (2013, p. 92): “o rastro *não é nada*, não é um ente, excede a questão *o que é* e eventualmente a possibilita”. A errância incapturável do livro prelude existências diferidas, histórias de livros outros que narram o não acontecido na história oficial dos livros redigidos sob a insígnia da linearidade dos vencedores. São exemplos de livros outros de Abya Yala, os códices mesoamericanos pré-coloniais, como, os livros nahuas (*amoxtli*) dos anos (*xiuhámatl*), os livros dos dias e dos destinos (*tonalámatl*), os livros dos sonhos (*temicámatl*), os livros dos cantos ancestrais (*cuicámatl*), os livros genealógicos (*tlacamecayoámatl*), os livros de terras (*tlalámatl*), dentre tantos outros (León-Portilha, 2012, p. 157). Ao lado dos livros mesoamericanos dos Povos do Sol, este texto dedica-se a apresentar os livros dos Povos da Floresta, localizados na região austral de Abya Yala (“Baixa América Sul”).

Entre a diferença escritural (*différance*), a morada das sociedades ocidentais – a *pólis* | Estado (Goody, 2012) – e o cosmos das sociedades indígenas, em especial, das sociedades ameríndias (*différonce*¹⁴), no limiar do livro da vida (Benjamin, 1987), este texto se localiza. Este é o método de Benjamin citado por Seligmann-Silva (2005, p. 195-196), ler o livro da vida que vegeta nas ruínas do sentido oficial: “o livro da vida está na base. ‘Ler o que nunca foi escrito’ é afirmado em Hoffmannsthal.” Para o crítico popular benjaminiano ou freiriano, ler o que nunca foi escrito é ler o livro da vida informe manifesto nas rasuras gramaticais ancestralmente presentes nas línguas menores (Deleuze & Guattari, 1977). Sob a tábula do palimpsesto vital, escrever as vidas informes é escrever o que não acontece no sentido, “subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 21). Subtrair a unicidade do livro ocidental nos leva à multidimensionalidade da escritura corporal de Abya Yala, inscrita sobre as peles de imagens que fabricam os corpos dissidentes do carrego colonial.

O método é caminho incerto, desvio, como apontava Walter Benjamin (1984, p. 50). Neste texto, os caminhos do livro são desviantes, imanentes às contingências de seus planos¹⁵. Perspectivar o livro a partir de

¹⁴ Eduardo Viveiros de Castro (2018a, pp. 13, 14) argumenta: “A ‘diferOnça’ – que grafo com O maiúsculo para semelhar a gOela aberta da onça – era um trocadilho com outro trocadilho, esse sim de enorme densidade conceitual, que Jacques Derrida faz entre *différence*, com ‘e’, a palavra ‘diferença’ em francês, e *différance*, com ‘a’, que se pronuncia quase igual nessa língua, e que poderia talvez se traduzir por ‘diferância’, ‘diferência’ ou ‘diferrância’, com dois ‘r’, para conectar com ‘errância’, a *errance* que soa ‘dentro’ de ‘*différance*’. ... Brinquei assim com esse conceito de *différance*, e me sai com essa: ‘Não, nosso problema é a *différonce*’. ... uma tentativa de dar substância a esse conceito de diferOnça, de forma que ele exprimisse uma releitura político antropofágica, antropofagicamente política e politicamente antropofágica, dos conceitos de diferença característicos do pós-estruturalismo, presente em Derrida ou (especialmente) Deleuze, pensadores que subverteram a linguagem da diferença, que herdei de minha formação estruturalista. Nesse sentido, pode-se dizer que estou tentando transformar a filosofia da diferença em uma filosofia da diferOnça (uma ‘diferença’ onde ressoe anagramaticamente a ‘fera’ e o ‘fora’, onde se ouça um diferir ferino e feroz).”

¹⁵ “O plano de imanência é ao mesmo tempo o que deve ser pensado e o que não pode ser pensado. Ele seria o não-pensado no pensamento. É a base de todos os planos, imanente a cada plano pensável que não chega a pensá-lo. É o mais íntimo no pensamento, e todavia o fora absoluto. Um fora mais longínquo que todo mundo exterior, porque ele é um dentro mais profundo que todo mundo interior: é a imanência, ‘a intimidade como Fora, o exterior tornado

olhos outros é fazer do método da pesquisa uma travessia incerta visto que múltipla, distante das certezas implicadas pela universalidade das formulações modernas (Descartes, 2011). Diferente dos adjetivos “claro e distinto” do método, como atribuía Descartes em seu discurso, o método desta pesquisa encontra-se atravessado pela opacidade dos negros *grammas* e do devir-negro mundo¹⁶ (Mbembe, 2014, p. 18).

Marcados pela equívocidade dos seus saberes, pela multiplicidade dos seus seres e pela distribuição relacional dos seus poderes, os livros de Abya Yala são acentuados pela aletria de suas linguagens. A retórica ameríndia é uma arte de transformação, nem de convencimento, nem de persuasão, mas de tornar-se, sempre e a cada vez, outro. O idioma simbólico ameríndio é a corporalidade da pessoa humana (Seeger et al., 1979). Entre grafismos corporais e sons assentados, as gramáticas intercambiais dos tambores dos povos ameríndios, afro-americanos e africanos – *indigenous blackness* – ecoam, grafam e preludiam livros outros cujos discursos velam pela vida irrestrita.

Se a chibata é grito de morte, o tambor é discurso de vida. Eles, os tambores rituais, possuem gramáticas próprias: contam histórias, conversam com as mulheres, homens e crianças, modelam condutas e ampliam os horizontes do mundo. Foram eles que muitas vezes

intrusão que sufoca e a inversão de um e de outro⁷. A ida-e-volta incessante do plano, o movimento infinito. Talvez seja o gesto supremo da filosofia: não tanto pensar O plano de imanência, mas mostrar que ele está lá, não pensado em cada plano. O pensar desta maneira, como o fora e o dentro do pensamento, o fora não exterior ou o dentro não interior.” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 73)

¹⁶ “Mais característica ainda da potencial fusão do capitalismo e do animismo é a possibilidade, muito distinta, de transformação dos seres humanos em coisas animadas, em dados digitais e em códigos. Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.” (Mbembe, 2014, p. 18)

expressaram o que a palavra não podia dizer e contaram as histórias que os livros não poderiam contar e as línguas não poderiam exprimir.

Os tocadores dos tambores rituais, normalmente preparados para essa função desde crianças, são alfabetizados nos alfabetos da percussão para aprender o toque adequado para cada orixá, vodum ou inquice. Há, portanto, uma pedagogia do tambor, feita dos silêncios das falas e da resposta dos corpos e fundamentada nas maneiras de ler o mundo sugeridas pelos mitos primordiais. (Simas & Rufino, 2018, p. 58)

2 A DIMENSÃO ANÍMICO-CORPORAL DO LIVRO: OS GRAFISMOS OCIDENTAIS (ALFABETOS)

Se se deixa de entender a escritura em seu sentido estrito de notação linear e fonética, deve-se poder dizer que toda sociedade capaz de produzir, isto é, de obliterar seus nomes próprios e de jogar com a diferença classificatória, pratica a escritura em geral. A expressão de ‘sociedade sem escritura’ não corresponderia, pois, nenhuma realidade nem nenhum conceito. Esta expressão provém do onirismo etnocêntrico, abusando do conceito vulgar, isto é, etnocêntrico, da escritura. O desprezo pela escritura, notemos de passagem, acomoda-se muito bem com este etnocentrismo. Aí há apenas um paradoxo aparente, uma destas contradições onde se profere e se efetiva um desejo perfeitamente coerente. Num único e

mesmo gesto, despreza-se a escritura (alfabética), instrumento servil de uma fala que sonha com sua plenitude e com sua presença a si, e recusa-se a dignidade de escritura aos signos não-alfabéticos.

Jacques Derrida, *Gramatologia* (2013, p. 136).

Não existem culturas ágrafas.

Leda Martins, *Performances da oralitura: corpo, lugar da memória* (2003, p. 78).

De acordo com as primeiras formulações de Aristóteles (2007, §142b, p. 414), ler é uma das competências concernentes à arte da gramática e aos seus *tekhnítes* – os gramáticos –, que Platão (1988, § 389a, p. 110) chamou de fazedores ou artifices de nomes. Ao lado da leitura, a escrita é o outro componente elementar e formador da gramática¹⁷. *Grammateíon* foi o nome dado por Aristóteles (2010, §430a, p. 116) ao livro-pensamento, traduzido pelos comentadores medievais como *rasum tabulae* (Agamben, 1993, p. 35) – pura potência – e pelos modernos como *tabula rasa* (Locke, 1999, p. 57) – a mente representada como uma folha em branco, uma faculdade intrínseca do entendimento da natureza humana¹⁸. *Grammateíon* é o lugar das *grammas*

¹⁷ A letra (*gramma*) é um elemento formador do mundo grego (*stóikheion*), reinterpretada e adotada por Aristóteles. Nos *Tópicos*, Aristóteles (2007, §VI, 5, 142b, p. 414) conceitua a gramática – uma arte das letras –, em termos gerais, como a arte de ler e escrever: “se definir ‘arte gramática’ como ‘saber escrever sob ditado’: seria necessário acrescentar que, nessa arte, cabe também a ‘leitura’. Logo, não dá uma definição completa *de gramática* nem quem só fala em ‘escrever’, nem quem só refere a ‘leitura’, ou seja, nenhum deles isoladamente o faz, mas apenas aquele que mencionar as duas componentes, dado que não é aceitável haver várias definições da mesma coisa.”

¹⁸ As traduções da expressão aristotélica *grammateíon* são notabilizadas por Alberto Magno, em sua tradução do *De Anima*, mas também na *Summa Theologica* de Tomás de Aquino (questão 79), no *Recherche de vérité* de Descartes e nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano* de Leibniz, conforme apresenta Duschinsky (2012, p. 510).

ou das *grammatas*, as letras e suas escritas (*graphê*) – no caso, aristotélico e ocidental, a escrita alfabética. Paul Otlet (1934, p. 12), por exemplo, usa os termos *biblion*, *grapho* (*grammata gramme*), *liber* e *documentum* como sinônimos. Todavia, como argumenta Derrida (2013, p. 106), a escritura no sentido estrito – e principalmente a escritura fonética – enraíza-se num passado de escritura não-linear. A partir destas formulações, este texto buscará apresentar a apropriação ocidental do livro como um ente universal e exclusivo do ser humano do Ocidente e, no tópico seguinte, por meio da abertura conceitual do livro, pretérita ao uso privado do “povo universal”, esta pesquisa imaginará a imanência do livro ameríndio, inscrito nas dobras da corporalidade humana e nos grafismos dos seus idiomas simbólicos.

Tanto na Antiguidade quanto na Modernidade Ocidental, o livro esteve diretamente associado à questão anímica própria da espécie humana. É sob esta condição especista que a dimensão corporal se agrega ao livro, não apenas como um suporte ou continente materializador dos atributos anímicos ou do trabalho intelectual, como dizem os modernos, mas sob a figura anímica da morte. É a partir do corpo sem vida representado pelo vocábulo *soma* (σῶμα) e pelas figuras cadavéricas de Pátroclo e Heitor, que o corpo se inscreve na cartografia do humano de Homero (Diogo, 2015, p. 358). Na angústia de não perder Pátroclo, Aquiles não o enterra, levando-o a “aparecer” para que o sepulte. Pátroclo é um fantasma, uma figura ambígua – um corpo moribundo e visível cuja alma se dá a ver. Somente a partir do rito fúnebre de passagem, a alma destaca-se do corpo e é conduzida ao reino das sombras, onde todos os humanos acabarão.

Através da morte, o corpo nasce no mundo grego como um fantasma à espera de uma cerimônia fúnebre que o encerre em uma lápide. Essa tradição ritualística era muito comum em culturas não-ocidentais e, provavelmente, tenha entrado em contato com o mundo grego através dos egípcios, em especial, a partir de *Thoth* (Hermes) e o mito da escrita. Jacques Derrida (2013, p. 276) já nos dizia: “o cadáver oriental está no livro.”¹⁹ Platão

¹⁹ Esta ideia encontra-se em Plotino (2006, p. 405) quando diz que a matéria, logo o livro, é “um cadáver adornado.” O “cadáver como emblema” está nos maneirismos alegóricos do Barroco (Benjamin, 1984, pp. 239, 243) e, também, no simbolismo de Mallarmé (2010, p. 181): “a dobradura [livro] é um minúsculo túmulo da alma.”

nos deixa uma série de vestígios nesta direção e usa a escrita para tecer os seus argumentos farmacológicos (Derrida, 2005).

Inicialmente, a epigrafia é a arte de fabricar lápides e produzir epitáfios. A epigrafia é uma técnica da Epilogia, a ciência das pedras. Há aqui um sentido literal de tratamento artesanal das pedras, por exemplo, para a produção de lápides ou esculturas, mas, também, uma aletria, um sentido figurado atrelado à palavra. Pedra em grego é *herma* e, originariamente, significava a pedra sepulcral. Este sentido de *herma* está associado a Hermes, o deus psicopompo²⁰, que conduz as almas na psicostasia²¹ da sua pena (*Qalam*²²), feita de cauceu. Hermes é um escrívão poiético de fantasmas: ao escrever transforma o corpo sem vida em fantasma (morto-vivo) e conduz a sua alma. À esta prática hermenêutica, Platão associou o retor e o chamou de logógrafo, o fabricante de discursos (2000, § 257c-d, p. 81). Em seguida, Sócrates pergunta a Fedro (2000, § 261 a-b, p. 90): “não te parece que a retórica é uma *psicogogia*, uma arte de conduzir as almas através das palavras, mediante o discurso?” À diferença do epitáfio do Rei Midas²³, uma escrita fantasmática citada por Platão, a dialética moralista socrática dizia que: “todo o discurso deve ser formado como um ser vivo” (2000, §264 c-d, p. 98-99), como um organismo próprio e harmonioso, com início (cabeça), meio (órgãos internos e externos) e fim (pé).

O *corpus* do discurso epigramático do hermeneuta – retor e sofista – é móvel e espectral, enquanto o discurso socrático é ideal e estático. Enquanto o primeiro é composto por fazedores de nomes (gramáticos) e discursos

²⁰ Psicopompo é a palavra que tem origem no grego *psychopompós*, junção de *psyche* (alma) e *pompós* (guia). No caso de Hermes, ele é o deus que guia para o(s) outro(s) plano(s) a alma do morto.

²¹ *Thoth* – o Hermes grego –, o escrívão da psicostasia no julgamento dos mortos no paraíso de Osíris.

²² “Na tradição árabe, a criação foi, por isto, assimilada a um acto de escrita e o intelecto agente ou poético, que ilumina o passivo e o faz passar ao acto, veio, por isto, a ser identificado com um anjo cujo nome é Pena (*Qalam*).” (Agamben, 2008, p. 15)

²³ “Sócrates – O seu teor [do epitáfio] é este: ‘Virgem de bronze jazo, no sepulcro de Midas / Enquanto correr a água e as grandes árvores renovarem as folhas / De pé, sobre este túmulo onde faço meu pranto / Direi a todos os que passam: Aqui repousa Midas.’ Já terás notado que qualquer um destes versos pode ocupar, indiferentemente, o primeiro e o último lugar?” (Platão, 2000, §264 c-d, p. 99).

(logógrafos)²⁴ e inscreve-se nas performances escriturais dos diferentes grafismos, o segundo é oral, hierático e baseia-se na condição inteligível do vivo enquanto um semelhante, humano e cidadão, capaz de falar na *pólis*. O mundo platônico reúne uma série de distinções: essência e aparência, inteligível e sensível, original e cópia, ideia e imagem. A possibilidade de conhecer a inteligibilidade da coisa é uma condição ontológica da partilha da forma (*eidós*), ou seja, da ontologia do informar²⁵. Os inteligíveis dão a forma a algo – informam, imprimem a forma modeladora da ideia na matéria corporal – e os elementos sensíveis, ao receber a ação da ideia, são apreendidos pela dádiva da fundamentação. Deste modo, conforme a ontologia política platônica, os indivíduos inteligíveis são instituídos politicamente como “boas cópias” (*eidolon*), representantes sensíveis da ideia. Esplêndidas aparências e bem fundamentadas, os seres sensíveis são a imagem e semelhança da Ideia (*eidós*). A tarefa da ontologia informacional platônica é alçar ao sublime a linhagem dos semelhantes (Deleuze, 2006, pp. 368, 374) ao produzi-los assemelhados a um puro livro imaculado pela presença escritural da alma.

Sócrates – E no caso de haver alguém ao seu lado,
**explicar-lhe-á por meio da palavra o que falara
para si mesmo, com o que dirá pela segunda
vez a mesma coisa, transformando, assim, em
discurso o que antes dera o nome de opinião.**

Protarco – Nem poderá ser de outra maneira.

²⁴ Esta distinção da linguagem platônica entre nomes e discursos está refletida em Aristóteles (1995, 1a, §16-28, p. 38) na dupla dimensão semântica (*áneu symplokés*, o que é dito sem uma conexão) e sintática (*katà symplokén*, o que é dito segundo uma conexão). Essas distinções até hoje, com a inclusão do pragmatismo, pautam o debate da filosofia da linguagem, por exemplo, na distinção entre a semântica e a semiótica da linguística estruturalista de Émile Benveniste (1976).

²⁵ Com a modernidade, esta condição epistemológica de conhecer a inteligibilidade da coisa denominou-se teoria do conhecimento e a aquisição do conhecimento, por exemplo, a partir da teoria empirista da tabula rasa de John Locke (1999), será movida pela mente e o *corpus* de experiências adquiridas a partir das impressões informacionais capturadas pela percepção do mundo externo ao sujeito.

Sócrates – Mas se estiver sozinho quando lhe ocorrer semelhante ideia, pode bem dar-se por algum tempo ele continue seu passeio sem comunicá-lo a ninguém.

Protarco – Perfeitamente.

Sócrates – E agora: pensarás exatamente como eu, a respeito dessa questão.

Protarco – De que jeito?

Sócrates – **Acho que nessas ocasiões a alma se assemelha a um livro.**

Protarco – Como assim?

Sócrates – **A memória, unida às sensações, e as paixões que dela dependem, parecem-me quase estar escrevendo palavras nas nossas almas; e quando esta paixão escreve, verazmente, se produzem dentro de nós opiniões e discursos verdadeiros; mas quando o escriba interior escreve o falso, o resultado é contrário ao verdadeiro.**

Protarco – Sou inteiramente da tua opinião, e aceito o que acabas de dizer.

Sócrates – Então aceita também **a presença, ao mesmo tempo, em nossa alma, de um outro artista.**

Protarco – Quem?

Sócrates – **Um pintor que, depois do escriba, desenha na alma as imagens das coisas ditas.**

Protarco – Mas, como e quando?

Sócrates – Quando um homem, **após ter recebido da visão ou de qualquer outro sentido os objetos da opinião e dos discursos, vê de algum modo dentro de si as imagens destes objetos.** Não é assim que acontece? (Platão, 1992, § 39a, p. 74, 75, grifo nosso)

Nesta cena do livro-alma, Platão captura o *corpus* escritural fantasmático e purifica-o ao privar os efeitos da agência do corpo na dimensão da alma. A dupla dimensão de veneno e cura da memória associada ao *pharmakon* escritural (*biblion*) que Hermes (*Thoth*) apresentou ao rei Tamuz no mito da escrita (Platão, 2000, § 274e, p. 121) é subtraída e a escrita passa a ser associada exclusivamente à dimensão inteligível da alma. Todavia, o elemento residual permanece: o Devir – o livro e suas escrituras – e seus fantasmas – os agentes escriturais: o artista, o escriba e o pintor²⁶ (Platão, 2017, §599a-601c, p. 456, 461). Estes elementos materiais subsistem entre o mundo inteligível e o mundo sensível como um mundo obscuro, ilegítimo e de inteligibilidade bastarda (*khóra*), diz-nos Platão (1992, §50c-52b, p. 202, 204). Entre a ideia (modelo) e as imagens (cópias) estão os fantasmas (*phantasmatas*), ou, as “más cópias” – imagens sem semelhança, um puro devir sem medida que escapa da ação da forma. Como vimos, os fantasmas reaparecem aqui como um estigma do corpo e da diferença. Essas aparências fantasmáticas designadas como imitadoras n’A *República* (Platão, 2017, §599a-601c, pp. 456, 461), são classificadas como simulacros malignos, perversos e insinuantes, visto que não respeitam nem o fundamento, nem o fundado. Os fantasmas são informes (*informis*) – não possuem a forma modeladora da ideia (*eidos*) –, não suportam a prova da cópia, nem a exigência do modelo.

O platonismo demarca um gesto de exclusão ontológica na *pólis*, cujo critério seletivo e fabricado de humanidade entre as boas e as más cópias representa a separação entre os seres que estão habilitados a receber a forma – os seres inteligíveis, também conhecidos como humanos²⁷ – e aqueles

²⁶ Para os Povos do Sol de Abya Yala, o artista, o pintor e o escriba eram uma só figura. Para os Mayas, o pintor escriba era chamado de *ah dz’ibob* (*ah dz’ib*). Já os textos em náhuatl, dos povos Nahuas do altiplano central denominavam o pintor escriba de *tlahcuilo* (León-Portilha, 2012).

²⁷ No contexto histórico-social platônico, os humanos da *pólis* eram os homens livres. Em Platão, são humanos plenos, os aristocratas e, sob condições específicas, os metecos – classe de artesãos, comerciantes, estrangeiros admitidos na *pólis*, dentre outros grupos incluídos entre a classe aristocrática e os escravos. Desta maneira, dentro do gradiente de humanidade formulado pela democracia grega, os cidadãos eram os humanos plenos, uma parcela diminuta de homens livres,

“outros seres”, privados da forma e desterrados à condição corporal de não-humanidade dos fantasmas – macrotermo platônico para todos os seres informes, excluídos da República – mulheres, crianças, escravos, estrangeiros, ciganos, poetas, artistas, músicos, animais... Este pensamento platônico expressa a vontade ontológica de exorcizar, excluir e reprimir os dessemelhantes²⁸, simulacros da *pólis*. Em outras palavras, o simulacro (ou fantasma) é a diferença, a imagem demoníaca destinada à expiação, o desclassificado não-ser. A tarefa do livro-alma platônico é informar a ideia, dar às coisas um fundamento, um aspecto e uma forma capaz de ser identificada para assim excluir, eliminar e barrar toda e qualquer pretensão de diferença (Deleuze, 2006, p. 369). O ato de dar a forma algo é uma relação de força que visa reduzir o pensamento da diferença à identidade, o informe matriarcal ao ideal informacional do patriarca. A ontologia platônica limita o livro aos grafismos alfabéticos presentes na alma do patriarca, o homem livre ocidental e seus patrimônios culturais.

O livro-alma platônico reaparece sob outras vestes na Logologia, a ciência aristotélica do *logos*. No livro *De anima* ou *Da alma*, Aristóteles (2010, §430a, p. 116) chama de *grammateion* – a tabuinha de escrever onde nada está escrito – o livro-pensamento, ou, a potência do pensamento²⁹ que

autorizados a conduzir as transações da *pólis*. Para uma consideração a respeito, conferir Platão (2017, §563a, p. 394).

²⁸ Em Atenas, os humanos inteligíveis ao serem convencidos ou persuadidos por educadores e sofistas, classe de indivíduos classificados socialmente como dessemelhantes, poderiam ser castigados com a morte ou com a *atimia*, um dispositivo “republicano” de privação total ou parcial dos direitos de cidadão (Platão, 2017, §492d, p. 280).

²⁹ Giorgio Agamben tem uma interpretação dissidente do cânone ocidental a respeito do *grammateion*. À esta interpretação este texto se associa. Diz Agamben (2008, p. 13): “A mente é, então, não uma coisa, mas um ser de pura potência e a imagem da tabuinha de escrever, sobre a qual nada está ainda escrito, serve precisamente para representar o modo de ser uma pura potência. Toda a potência de ser ou de fazer qualquer coisa é, de facto, para Aristóteles, sempre também potência de não ser ou de não fazer (*dinamis mê einai, mê energêin*), sem a qual a potência passaria já sempre ao acto e se confundiria com ele. ... Esta ‘potência de não’ é o segredo cardeal da doutrina aristotélica sobre a potência, que faz de toda a potência, por si mesma, uma impotência. ... O pensamento existe como uma potência de pensar e de não pensar, como uma tabuinha encerada sobre a qual nada ainda está escrito (o intelecto possível dos filósofos medievais). E, assim como o estrato de cera sensível é num instante grafada pelo estilete do

configura a alma. Em Aristóteles, a substância do ser humano é dar sentido ao seu pensamento, de modo a dizer algo significativo e único ao seu semelhante³⁰. Assim, a obra do ser é o seu *grammateion*, dotá-la de sentido – informá-la – é a sua tarefa antrópica. Todos esses elementos conceituais são figuras estruturantes da metafísica aristotélica e o livro é uma reserva a que se destina a obra de Aristóteles, “o escrivão da natureza, que molhava a pena no pensamento”³¹, como assinala no verbete dedicado a Aristóteles, a *Suda*, um léxico bizantino tardio e uma das primeiras enciclopédias do mundo, escrita no século X d.C.

Antes da cisão aristotélica, o oral e a escrita encontravam-se unidos no ritmo das grafias ou na “oralitura”³², termo do pensamento de Leda Martins (1997, 2003) usado para expressar a textualidade das afrografias dos povos de África e dos desenhos e grafismos ameríndios. Em Aristóteles (2013), nas apropriações do livro *Da interpretação (Peri hermeneias)*, as grafias dos ritmos escriturais são reduzidas à linearidade do sistema fonético da escrita alfabética. O linearismo da escrita alfabética é inseparável do fonologismo³³, que se impõe como o modelo universal da escrita, através da unicidade não-contraditória do sentido.

Nas relações fundamentais da *Metafísica*, Aristóteles (2002, §985, b14-20, p. 25, 27) argumenta que o ritmo é o esquema e o esquema é a forma – radical *in-forma*-cional –, em sua disposição física, moral e conceitual. Ao mesmo tempo que a forma é aspectual e assemelhada em sua função às letras

escriba, assim a potência do pensamento, que em si não é coisa alguma, deixa que advenha o acto da inteligência.”

³⁰ Barbara Cassin (2005) denominou esse princípio aristotélico de “decisão do sentido”. A formulação aristotélica completa encontra-se no livro *Metafísica* (2002, §1006a-1006b, pp. 145, 147).

³¹ A *Suda*, no verbete dedicado a Aristóteles, escreveu: *Aristotéles tês phýseos grammateûs ên, tôn kálamon apobréchon eis noûn*. Na tradução de Giorgio Agamben (2013, p. 23): “Aristóteles era o escrivão da natureza, que molhava a pena no pensamento”.

³² “A essas inscrições e palimpsestos performáticos, grafados pela voz e pelo corpo, denominei oralitura, matizando na noção deste termo a singular inscrição cultural que, como letra (*littera*) cliva a enunciação do sujeito e de sua coletividade, sublinhando ainda no termo seu valor de *litura*, rasura da linguagem, alteração significativa, constitutiva da alteridade dos sujeitos, das culturas e de suas representações simbólicas.” (Martins, 2003, p. 77)

³³ Vide a teoria saussuriana da “linearidade do significante” (Saussure, 2006).

do alfabeto – exemplo que Aristóteles retira da “hipótese primitiva do átomo” de Demócrito –, é também moral e demarcadora do sentido político do humano. O pretense sentido próprio imposto pela letra alfabética demarca o sentido político do humano – a centralidade do *logos* grego que se fez homem, livre, europeu e, por fim, ocidental. Neste aspecto, sob o ponto de vista aristotélico, que perseverará na máquina antropológica do Ocidente (Agamben, 2013), a forma é um substantivo que caracteriza o sentido de ser, isto é, a ontologia funda o *anthropos* através de uma semiogênese. O sentido define o humano, dado que a sua obra (*ergon*) é significar. Este princípio de reconhecimento por meio do sentido é um princípio de determinação do humano e, por meio das suas letras, o livro de histórias da humanidade exclusiva foi escrito à revelia dos seres diferentemente humanos, classificados pela escritura linear etnocêntrica como ágrafos. Fora do sentido ontológico, os “povos ágrafos” foram classificados como *homo alalus*, humanos sem fala articulada, e conduzidos à condição de não-humanidade, como os escravizados, as mulheres, as crianças, os estrangeiros, patrimônios (*patrimonium*) ônticos do déspota patriarca – o homem livre (*anthropos*). Esta afasia não é um drama fonaudiológico, todavia, trata-se de um gesto de exclusão e banimento político à condição ôntica dos seres cujos esquemas classificatórios da linguagem estão atravessados pela diferença e pelo uso em tom menor dos seus corpos. Esse gesto de exclusão, em Aristóteles (2002, §982b 20-28, p. 10-13), funda a filosofia como “única ciência livre” já que “única que é em vista de si mesma” e faz do “homem livre” (*anthropos*) seu operador por excelência, pois o *anthropos* é o único ser “que o é em vista de si mesmo” (*ho hautou héneka*) à revelia de toda e qualquer alteridade.

Os grafismos alfabéticos do pretense povo universal (ocidentais) informam o mundo através da condição anímica do sentido próprio. Segundo a decisão do sentido de Aristóteles (2002, §1006a-1006b, p. 145, 147), informar não é significar uma infinidade de coisas, deste modo não haveria discurso (*ouk an eiê logos*). Não significar uma única coisa é não significar nada absolutamente (*to gar mê hen sêmainein outhen sêmainen estin*), pois não se pode pensar em nada sem pensar em algo único – o livro total. Se não há uma palavra única ou um livro universal para significar “algo”, destrói-se a comunicação, visto que não diz nada (*an de mêthen*), não sustenta discurso

algum (*ton mêthenos ekhonta logon*). Sem realização do sentido, tal homem é semelhante a uma planta (*homois phutôi*), um não humano privado de *logos* e, por consequência, de livro – a materialidade hilemórfica do pensamento. Ao falar por falar (*logou kharin legousin*), sem pretensões de significar e dar forma a algo único, o homem livre cai num impróprio lugar, a animalidade, ou, segundo um *logos* de planta, vegeta. Privado de razão e discurso (*aneu logon*), o homem aliena-se em um não-humano (*alogon pragma*). Sem obra é informe (sem forma). Destituído das letras próprias ao humano, a aletria imprópria dos seres informes se inscreve no corpo da *palavramundo* e no livro da vida, inqualificada (*zoê*) pela repressão patriarcal dos homens demasiadamente humanos.

Nos termos da ciência linguística, na história da metafísica ocidental, a língua se desencarnou da voz e o ser humano tornou-se um conceito e uma forma politicamente distinta da do animal. Portador unívoco da ideia (*eidos*) e do sentido (*ousía*), o humano tornou-se política e informacionalmente capaz de configurar o seu próprio mundo de modo substantivo e exclusivo. Os gramáticos passaram a iniciar os seus tratados com a definição classificatória da voz (*phonê*), como *phoné synkechiméne*, a voz confusa dos animais e das plantas e *phoné enarthros*, a voz articulada pelo sentido dos humanos. A expressão latina *vox articulata* significa a *phoné engrámmatos*, ou seja, a voz que se pode escrever e compreender através das letras³⁴. A voz confusa dos animais e das plantas é “inescrevível”, “irrelata” e sem significação – *não sustentam nenhum discurso [mêthena ekhei logon]* –, enquanto a voz articulada é humana devido à sua possibilidade de ser efetivamente inscrita em uma escritura alfabética. Fora do coro das vozes animais legadas à agrafia e a aletria, os humanos adentram o sentido da língua, do falar e do pensar. O ritmo feito esquema fez o som da voz desencarnar-se da língua (substancializar-se). Um episódio emblemático foi o do mau encontro entre os lusíadas e os Tupinambá no litoral de Pindorama, onde os quinzentistas, cujo patrono era Aristóteles, chegaram em terras ameríndias e logo colocaram em questão a humanidade dos nativos relativos

³⁴ Para a relação umbilical entre as práticas biblioteconômicas e a arte gramatical, conferir o texto *Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação*, de Marc Baratin (2000).

(Viveiros de Castro, 2002), cuja língua não pronunciava *f*, *r*, *s*, ou seja, sem voz articulada e sem gramática falavam sem significar. Desta constatação logocêntrica, os brancos ceticamente colocaram em questão se os povos de Abya Yala possuíam alma ou não, se eram humanos ou não. Como efeito deste “ceticismo misantrópico colonial e racial” (Maldonado-Torres, 2007, p. 136) que ganha novos contornos com a Modernidade, os livros de Abya Yala foram sufocados pela tirania do livro total.

A ideia do livro é a ideia de uma totalidade, finita ou infinita, do significante; essa totalidade do significante somente pode ser o que ela é, uma totalidade, se uma totalidade constituída do significante preexistir a ela, vigiando sua inscrição e seus signos, independentemente dela na sua idealidade. A ideia do livro, que remete sempre a uma totalidade natural, é profundamente estranha ao sentido da escritura. É a proteção enciclopédica da teologia e do logocentrismo contra a disrupção da escritura, contra sua energia aforística e, contra a diferença em geral. (Derrida, 2013, p. 21)

A escritura linear funda o livro total e, politicamente³⁵, transforma em escravizados, os seres informes, sem escritura alfabético-universal

³⁵ “Que o acesso ao signo escrito garanta o poder sagrado de fazer perseverar a existência no rastro e de conhecer a estrutura geral do universo; que todos os cleros, exercendo ou não um poder político, se tenham constituído ao mesmo tempo que a escritura e pela disposição da potência gráfica; que a estratégia, a balística, a diplomacia, a agricultura, a fiscalidade, o direito penal, se liguem em sua história e na sua estrutura à constituição da escritura; que a origem atribuída à escritura o tenha sido segundo esquemas ou cadeias de mitemas sempre análogos nas mais diversas culturas e que tenha comunicado, de maneira complexa mas regulada, com a distribuição do poder político assim como com a estrutura familiar; que a possibilidade da capitalização e da organização político-administrativa tenha sempre passado pela mão dos escribas que anotaram o que esteve em jogo em numerosas guerras e cuja função foi sempre irredutível, qualquer que fosse o desfile das delegações nas quais se pôde vê-la à obra; que, através das defasagens, das desigualdades de desenvolvimento, do jogo das permanências, dos atrasos,

(“ágrafos”). Fora do sentido humano, a condição colonial dos seres informes é a de não-ser, não-poder e não-saber. Epistemicida, o sentido nega a alteridade e a legitimidade dos sujeitos de conhecimento, das suas maneiras de organização social e dos seus modos de conhecer, expressões simbolizadas de maneira multidimensional em seus livros outros rasurados pela identidade linear do livro total. Partículas negativas do sentido (*informis*), para a máquina antropológica do Ocidente, os povos de Abya Yala simbolizam aquilo que ocorre não ser, que absolutamente não é, que não pode e não deve ser, pois não possui um “ai” – trata-se de um nada existencial (*ouk on*). À diferença do homem ontologicamente significativo, existe o seu simetricamente oposto, o humano sem obra (*argos*), ou, cujo livro não diz respeito aos caracteres distintivos da humanidade. Este humano outro, em negativo, semelhantes às plantas e aos animais, na estrutura social e política da metafísica da colonialidade está representado na teoria da escravidão natural (Aristóteles, 1988, §1254b, p. 57, 59), formadora dos escravizados e seus afins não-humanos – os seres informes. Decaído à condição informe, a obra imperfeita do escravizado é o “uso dos corpos” (*he tou somatos chresis*), seu idioma simbólico é a corporalidade das suas performances. Fora do *nous* (intelecto), a obra do escravizado é não-humana (*ergon doulou*), enquanto a do homem livre, reafirma a sua exclusividade senhorial (*ergon anthropou*) de informar. A alma comanda o corpo com um comando despótico, enquanto o intelecto comanda o apetite com um comando político. Em outras palavras, o (livro-)alma está para o corpo(-livro) assim como o senhor está para o escravo. Neste ente escravizado, o corpo encontra-se em uso, enquanto no homem livre, a alma está em obra segundo a razão (Aristóteles, 1988, §1254b, pp. 57, 59). Como nos dizia Derrida (2013, p. 98), “o logocentrismo é uma metafísica etnocêntrica.” Seguindo esta vereda, segundo a hipótese de Claude Lévi-Strauss (1957, p. 318), “a função primária da comunicação escrita é

das difusões etc., permaneça irredutível a solidariedade entre os sistemas ideológico, religioso, científico-técnico etc., e os sistemas de escritura que foram, portanto, mais que, e outra coisa que, ‘meios de comunicação’ ou veículos do significado; que o sentido mesmo do poder e da eficácia em geral, que não pôde aparecer enquanto tal, enquanto sentido e dominação (por idealização), senão com o poder dito ‘simbólico’, tenha sido sempre ligado à disposição da escritura; que a economia monetária ou pré-monetária, e o cálculo gráfico sejam co-originários, que não haja direito sem possibilidade de rastro.” (Derrida, 2013, p. 117)

facilitar a servidão”, através da dominação ostensiva de um grupo sobre outro, da sujeição às leis da *pólis* e do Estado, especialmente o Moderno, com sua manutenção de escravos e seus novos modos de trabalho precarizado. Em Abya Yala, segundo seus princípios onto-teológicos e racistas, o livro-alma fez do corpo nativo e da diáspora africana, um ente condenado e maculado pelo pecado, pelo trabalho e pela reprodução, como manifestado por Frantz Fanon (1968, 2008).

Excluindo aquilo que o torna possível, o sentido é a primeira entidade que não pode tolerar a contradição (Cassin, 2005, p. 96) e o não-contraditório é a essência formal do homem (*anthropos*). O sentido é feito de tal modo que algo ou tem sentido ou não é, ou seja, “é da natureza do sentido o fato de ser totalitário, quer dizer, reduzir a si mesmo tudo o que não é ele” (Cassin, 2005, p. 84, 85).

O escravo, que se define por intermédio desse ‘uso do corpo’, é o homem sem obra, aquele ser vivo que, embora sendo humano, é excluído da humanidade – e, por essa exclusão, incluído nela – para que os homens possam ter uma vida humana, ou seja, política. (Agamben, 2017, p. 41)

A fundamentação ocidental da ontologia informacional revela o informe como a condição de possibilidade e de materialização do ser informacional, ou, nos termos de Sueli Carneiro (2005), o “não-ser como fundamento do ser” – em referência à condição do negro no Brasil –, ou ainda, em marcos mais expansivos, conforme Achille Mbembe (2014), o “dever negro do mundo”, lugar não-onde³⁶ estão circunscritos nos esquemas de classificação do Ocidente, todos os seres informes, os marginais da língua maior (Deleuze & Guattari, 1977) – usuários da biblioteca libertária de livros menores. Sob este ponto de vista da máquina antropológica do Ocidente e seus relacionamentos com o livro total, passamos à véspera desta teleologia

³⁶ “Lugar não-onde” é uma expressão de João Guimarães Rosa (2006, p. 38) para o Ser-tão, o lugar do livro – o Grande Sertão: veredas.

etnocêntrica: a escritura ameríndia e os seus grafismos transformacionais. Comensais da forma e semiófagos do sentido único, os povos de Abya Yala devora toda a pretensão de negatividade, exclusividade e universalização, em favor da possibilidade e da multiplicidade dos modos de vida alterantes, como descrito por Oswald de Andrade no *Manifesto antropofágico* (2011, p. 70, 71):

A magia e a vida. Tínhamos a relação e a distribuição dos bens físicos, dos bens morais, dos bens dignários. E sabíamos transpor o mistério e a morte com o auxílio de algumas formas gramaticais.

Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o.

3 OS LIVROS DE ABYA YALA: UMA PERSPECTIVA MULTINATURALISTA DOS GRAFISMOS AMERÍNDIOS (DESENHOS)

A escrita Baniwa sempre existiu.
André Baniwa (2021).

O livro pode valer pelo muito que nele não
deveu caber
João Guimarães Rosa, *Aletria e hermenêutica*
(2017, p. 490).

Antes da invasão de Abya Yala, os povos de sua região central já possuíam livros escritos em pictoglifos. Os livros Nahuas (*amoxtli*), por exemplo, eram produzidos pelos pintores escribas (*tlahcuilo*) a partir das tintas negras e vermelhas (*tlilli*, *tlapalli*) e sobre múltiplos suportes materiais

– papel amate (figueira), pele de veado, lenços de algodão, cerâmicas policromadas, ossos e pedras. O *tlahcuilo* (pintor escriba) faz-se *tamatini* (sábio) a partir das tintas negras e vermelhas dos livros (*amoxtli*). O corpo e a alma ameríndia dos Nahuas encontram-se alinhadas no livro: “*él son los códices, de él son los códices... en sí mismo es como un libro de pinturas.*” (León-Portilha, 2012, p. 148). Todavia, com as invasões de Abya Yala, as teorias racistas e as atrocidades da modernidade, a condição das humanidades subalternizadas pelas ontologias da efetividade do ser e do comando dos vivos se alongou num “devir-informe” que obliterou dos povos de Abya Yala, o livro.

Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a invasão dos espanhóis, comissões de inquérito foram enviadas para investigar se os indígenas tinham ou não uma alma (Lévi-Strauss, 1952, p. 384) – se eram capazes de informar o seu próprio mundo. Relacionando a base ideológica neoplatônica das interpretações cristãs e a sentença platônica – “a alma se assemelha a um livro” (1992, § 39a, p. 74) –, este ceticismo misantrópico racista e colonial ao colocar em questão a alma do indígena, priva-o de humanidade e faz do livro uma exclusividade do homem branco, o “humano verdadeiro” (*anthropos*). Seguindo a lógica de organização das sociedades ocidentais (Goody, 2019), a escrita e os livros-razão operam na “domesticação da mente selvagem” (Goody, 2012). O livro-alma é um dos instrumentos centrais para a domesticação e o arrefecimento da “inconstância da alma selvagem”. A língua escrita e seu aspecto estruturado são elementos provocadores de um “caráter despersonalizado”, cujos objetivos específicos servem a “propósitos culturais superiores”, num “processo de descontextualização” que ascende à esfera mais “abstrata” dos livros-razão – o “livro-aparelho de Estado” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 25). Através de seus modos unilaterais de grafar o *biblion*, o etnocentrismo visava capturar os corpos e, quiçá, as almas ameríndias por meio do cerceamento e da invisibilização das escritas ancestrais de Abya Yala.

Em agosto de 1530, em Valladolid, Juan Ginés de Sepúlveda, invocou a autoridade de Aristóteles, patrono do debate quinhentista, e declarou, conforme a teoria aristotélica da escravidão natural, que todos os indígenas do “Novo Mundo” eram “escravos naturais” (Hanke, 1959, p. 43). Anos mais tarde, em 1549, o jesuíta Manuel da Nóbrega (2017), cronista do

descobrimto, após o seu encontro com os Tupinambá, afirmou que estes são como homens de cera, prontos para a impressão de uma forma. A antropologia racial de Gilberto Freyre (2006) criou na interpretação do Brasil uma imagética da pura sensibilidade ou da contratilidade vegetal dos indígenas e do vigor animal dos negros. Rememorando os homens-plantas aristotélicos (*homoiis phutôî*), justamente pela inconstância dos seus hábitos e seu relacionismo radical com o corpo do mundo, os indígenas são configurados por Gilberto Freyre como informes – ágeis e inacessíveis à forma do sentido. Serafim Leite, eminente historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Gabriel Soares de Souza, Alexandre Rodrigues Ferreira, Capistrano de Abreu, dentre outros intelectuais oficiais, são unânimes ao assinalar a inconstância e a “amorfia da alma selvagem” (Viveiros de Castro, 2017, pp. 186, 188), presente no mote dos missionários cristãos acerca do “gentio brasileiro”: *Il selvaggio è mobile*. Selvagens, regidos pelos usos dos seus corpos, os “indígenas não conseguiam acreditar nem em Deus, nem no terceiro excluído [aristotélico]” (Viveiros de Castro, 2017, p. 214). A forma escorregava nas dobras do corpo ameríndio e encontrava na *palavramundo* a imanência da vida. Semiófagos, os ameríndios são imunes às tramas identitárias do sentido. Entre os povos de Abya Yala não há diferença ontológica entre ser e ente (Valentim, 2018). A variação do corpo selvagem é a expressão ontológica de um modo de ser relacional onde a troca entre seres diferentemente humanos e não a identidade é o valor fundamental.

Seguindo a semelhança platônica entre alma e livro, aventada no início deste tópico, uma história do missionário Sanchez-Labrador narrada por Lévi-Strauss (1957, p. 195, 196) é exemplar. Partindo do princípio neoplatônico cristão que diz que o homem é a imagem e semelhança de Deus, Sanchez-Labrador ao presenciar os corpos indígenas grafados por desenhos anti-figurativos³⁷, incompreensíveis para os olhos da representação do clérigo cristão, demonstrava incômodo e interpretava a ação dos indígenas como um desprezo pela obra do Criador, pois alteravam as suas aparências e fabricavam

³⁷ Entre os indígenas de Abya Yala, os sistemas gráficos são sistematicamente associados à escrita antes do que à figuração. As figuras que se escondem nos grafismos parecem antes efeitos secundários de uma lógica gráfica própria que tem por principal interesse as relações entre as linhas do que um fim em si. (Lagrou, 2013, p. 80)

um corpo dessemelhante à imagem de Deus³⁸. O que Sanchez-Labrador não entendia é que a humanidade para os povos de Abya Yala é uma condição disseminada para todos os seres que podem potencialmente ocupar um ponto de vista – eis a tese do perspectivismo ameríndio:

Trata-se da concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos. ... Tipicamente, os humanos, em condições normais, veem os humanos como humanos e os animais como animais; quanto aos espíritos, ver estes seres usualmente invisíveis é um signo seguro de que as ‘condições’ não são normais. Os animais predadores e os espíritos, entretanto, veem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa veem os humanos como espíritos ou como animais predadores. ... Vendo-nos como não-humanos, é a si mesmos que os animais e espíritos veem como humanos. Eles se apreendem como, ou se tornam, antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura: veem seu alimento como alimento humano (os jaguares veem o sangue como cauim, os mortos veem os grilos como peixes, os urubus veem os vermes da carne podre como peixe assado etc.), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como

³⁸ Relação similar foi narrada por Derrida (2013, p. 99) ao descrever o encontro dos europeus etnocêntricos com a escritura chinesa, classificada como “uma espécie de alucinação”.

organizado identicamente às instituições humanas (com chefes, xamãs, ritos, regras de casamento etc.). Esse ‘ver como’ refere-se literalmente a perceptos, e não analogicamente a conceitos, ainda que, em alguns casos, a ênfase seja mais no aspecto categorial que sensorial do fenômeno; de qualquer modo, os xamãs, mestres do esquematismo cósmico dedicados a comunicar e administrar as perspectivas cruzadas, estão sempre aí para tornar sensíveis os conceitos ou inteligíveis as intuições. Em suma, os animais são gente, ou se veem como pessoas. (Viveiros de Castro, 2004, p. 225, 227)

Os ameríndios nunca colocariam em questão a alma ou a humanidade de Outrem, mas, ao contrário, o que difere e nos faz diferentemente humanos são os desenhos corporais que grafam o nosso corpo – o nosso livro – e nos torna distintos dos Outros humanos – animais, plantas, espíritos, mortos...³⁹, todo e qualquer ser capaz de ocupar um ponto de vista. E conclui Lévi-Strauss a história do missionário Sanchez-Labrador: para ser humano é preciso estar pintado (1957, p. 196). A inscrição corporal é o que determina a condição de pessoa que está na origem do olhar (Taylor & Viveiros de Castro, 2019, p. 770). Os grafismos, desenhos ou “padrões” (*yonchi*), como apresenta Peter Gow (1999) a partir do povo Piro do rio Bajo Urubamba, na Amazônia peruana, são a precondição para que as pessoas se tornem humanas em meio a tantos humanos, ou seja, habitem um ponto de vista. Pedro Cesarino (2012), acerca do povo Marubo, habitante da bacia do Javari, na Amazônia brasileira, assinala algo similar à Gow. Os Marubo chamam de *kene* esses padrões de

³⁹ “Em resumo, pessoas, carniça, vermes, urubus, mas também rio, pedra e assim por diante, existem antes de tudo como perspectivas humanas e, enquanto tais, são corpos fundamentalmente distintos em outras perspectivas.” (Lima, 2002, p. 13, 14) Um relato indígena multinaturalista, complementar a este sentido outro, é o de Ailton Krenak (2019) quando diz que tudo é natureza, tudo o que consegue pensar é natureza: as paisagens têm sentido – o rio canta, dança e se alegra com os seres que com ele compartilham vida. O rio é o avô Krenak.

desenho (escritura) que descrevem a estória oral-escrita (*oralitura*) do povo em lugares de memória – os livros configurados pelas peles do mundo. Neste âmbito relacional relata um xamã Marubo: “os riscos [a escrita] são o *chinã-kene dos nawa-rasî* [não-índios]. O *nawa-rasî papirî kene* [o *kene* de papel dos não-índios] é a escrita.” (Franchetto, 2018, p. 94)

De anatomia incerta, os livros ameríndios são feitos nos corpos, colares, cestas, vasos, vestuários, abanadores, peneiras, redes, ou, encontrados nas faunas, floras, ou ainda, nos corpos estrangeiros dos outros povos (Gow, 1999, pp. 302, 304). Perante a humanidade disseminada, os livros da Terra Viva não são exclusivos de um povo, estão presentes na gente-onça, na gente-arara, na gente-cobra, na gente-peixe, na gente-folha, na gente-espírito⁴⁰, enfim, nos infinitos e infinitesimais cidadãos das “florestas de cristais” – “arqui-pólis virtual” dos povos de Abya Yala (Viveiros de Castro, 2006, p. 323). Os livros de Abya Yala são potencialmente informes, traços virtuais – um cristal, diria Deleuze (1996, p. 54). Nas florestas de cristais, o livro é uma individuação singular.

Em um mundo onde a humanidade é a natureza do sujeito, ou, a condição ontológica comum aos seres, desenhar grafismos no corpo é fabricar e distinguir a humanidade especista aos olhares outros – particularizar, perante as variações do corpo selvagem, sobre qual ou com qual humano estamos falando. Deste modo, como argumentam Taylor & Castro (2019), o corpo é feito de olhares e a pele, que como vimos, os antigos chamavam de *biblion*, é “um invólucro que unifica as partes e confere ao corpo uma identidade específica”, como nos diz Tânia Stolze Lima⁴¹ (2002, pp. 12, 13), que continua: “é ela [a pele] que atua como um princípio de individuação e que fundamenta a transformação interespecífica de que falam os mitos e os discursos xamânicos: é possível um homem transformar-se em onça ou arara na medida em que é possível vestir uma outra pele.” Este

⁴⁰ A respeito do povo Piro, Peter Gow (1999, p. 303) delimita: “para finalidades analíticas, podemos classificar os padrões Piro em quatro categorias básicas: espécie natural com padrões intrínsecos; coisas com padrões produzidos por seres humanos; aspectos de experiências alucinatórias em que padrões se manifestam; e órgãos do corpo humano.”

⁴¹ Tânia Stolze Lima é a formuladora do perspectivismo ameríndio ao lado de Eduardo Viveiros de Castro.

sentido outro do corpo-pele como um índice das humanidades e dos livros ameríndios é usado por David Kopenawa & Bruce Albert (2015, p. 66, grifo nosso) no livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*, quando Kopenawa oferece seu livro aos brancos dizendo: “Eu, um Yanomami, dou a vocês, os brancos, esta **pele de imagem** que é minha.”

Estariamos assim diante de uma ‘condensação visual’ ... Teríamos a condensação de várias “vestimentas” sobre um só suporte, o corpo do homem. Teríamos então um homem (segundo o seu ponto de vista e o de sua sociedade), cuja pele é o suporte de grafismos (de motivos agentivos que são a imagem – ou parte da imagem – de outros seres segundo seus pontos de vista), vendo realizar sobre si o poder agentivo da transformação gráfica, ou seja, a realização do processo de metamorfose feito pela sobreposição e pela condensação das imagens. (Macedo, 2009, p. 518)

Em seu verbete *Livro da Enciclopedia Einaudi*, Alfonso di Nola (2000) rememora este léxico do livro e suas pragmáticas. Inicialmente, Nola (2000, p. 216, 219) assinala a conexão etimológica que associa o livro à folha, à árvore e à madeira. Um elemento de laboração e construção do livro é a preparação das tabuinhas de madeira (*tabula*), raspadas e preparadas para receberem a escrita (*graphé*) por riscadura incisa (nas tabuinhas com cera) [*grammateíon epitēdeiótēs*], ou, com a pena [*Qalam*], nas tabuinhas recobertas de verniz branco do mundo latino. Agenciado à série livro-casca-árvore-pele, em outras culturas distintas do mundo greco-romano, a raiz semântica da comunicação encontra-se associada ao ‘grafar’, ‘incisar’, ‘traçar sinais’ como ações essenciais onde o ser humano fixa na matéria o seu pensamento para o transmitir. Por exemplo, em hebreu e em algumas línguas semíticas, o livro é *sēfer*, uma incisão ou sinal, próximo ao significado de *sipporen* ‘unha’. Valor semelhante tem os termos hebraicos *kēthāv* e *miktāv*, que aludem à ‘ação do

escrever'. No hebraico moderno, *mikhtāv* torna-se 'letra', mas já pode ser encontrado em textos antigos com o significado de *mēgillāh* – 'rolo' (próximo de *gll* 'enrolar') – e *midrāsh* (dado como 'sermo' ou '*commentarius*'), os quais se referem, o primeiro, ao provável uso do material de escrita em pergaminhos, utilizado até o presente na liturgia sinagoga, o segundo, aos conteúdos da transmissão através do livro, entendida como 'investigação da escrita sacra'. A conexão entre 'livro-grafar' e 'escrever' é aparente. Tal expressão do mundo semítico assemelha-se à ideia de 'incisar' no mundo ariófono ou, numa elaboração semântica posterior, às ideias de 'pintar', 'traçar sinais' presentes em Platão e nas sinonímias gregas para 'escrever' – 'incisar', 'grafar', 'pintar' –, no latim *scribere* 'imprimir', no inglês antigo *writan* 'talhar', 'escrever', no alemão antigo *rīzan* 'desenhar', 'incisar' e no alemão moderno *ritzen* 'raspar' e *reissen* 'incisar'.

Bruno Latour (2000, p. 22, 26), em *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*, utiliza-se do sentido inscrito do livro para desenvolver o seu argumento ideomórfico do conceito de informação⁴², que, por sua vez, ressoa na proposição da neodocumentação de Bernd Frohmann (2008) que diz ser o documento, a materialidade da informação. Em uma anarqueologia da informação, o livro está como um elemento de transformação nas formulações informacionais, seja na Antiguidade – como demonstrado no tópico 2 –, na Modernidade, com a teoria cognitivista do conhecimento e a informação como as impressões sensíveis inscritas sobre a superfície da mente, como exemplificado por Paul Otlet (1934, p. 40) em seu

⁴² "... não é um signo, mas uma relação que se estabelece entre dois lugares, o primeiro que vem a ser uma periferia e o segundo que se torna um centro, com a condição de que entre eles circule um veículo que se costuma chamar de forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu prefiro chamar de inscrição. ... O que é então a informação? O que os membros de uma expedição devem levar, na volta, para que um centro possa fazer uma ideia de outro lugar? ... a informação permite justamente limitar-se à forma, sem ter o embaraço da matéria. ... Verifica-se que a informação não é uma 'forma' no sentido platônico do termo, e sim uma relação muito prática e muito material entre dois lugares ... A informação não é inicialmente um signo, e sim o 'carregamento', em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias... A produção de informações permite, pois, resolver de modo prático, por operações de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar. ... tanto para a amplificação como para a redução, a informação exige uma competência, um trabalho tão material quanto o do embutidor ou do fresador." (Latour, 2000, pp. 22, 26)

esquema *O livro e a representação do mundo* (*Le livre et la représentation du monde*), nas teorias cibernéticas e fiscalistas da informação que compreendem a informação como um sinal, ou, ainda, nas proposições pragmáticas da informação como as de Latour, Frohmann ou de Maria Nélide González de Gómez (1999, p. 25) que abordam a informação como uma inscrição relacional.

Há uma aletria, um sentido figurado que excede a literalidade ou a fisicalidade da matéria-prima do livro e vincula-o à composição do humano e sua condição anímica. A informação é uma dessas tentativas de preenchimento. Este hiato entre a condição estático-passiva do suporte “livro-casca-árvore-pele” e o estado ativo das agências impressivas dos grafos assinalados pela incisão é ocupado, no mundo ocidental, pelas relações anímicas. No mundo ameríndio, esta distinção não existe, o livro é uma disjunção inclusiva agenciada pelo corpo – o livro é ideomórfico. Sandra Benites, antropóloga do povo Guarani, citada por Franchetto (2018, p. 94, 95) diz: “nós do povo Guarani estamos dentro das palavras, para que vivas façam com que *arandu* (conhecimento tradicional) permaneça”, visto que, “vivemos dentro da escrita viva, pois para o ‘bem viver futuramente’ (*teko porã rã*) nosso modo de ser precisa falar o que vivemos e vivemos dentro das palavras e sentimos as palavras que falamos”, complementa Benites. Perder a capacidade de viver na língua implica em virar *nhemyrõ*, uma pessoa desamparada, sem perspectiva, cujo fim é o desejo pela morte. O corpo é um livro selvagem.

O sujeito ameríndio constitui-se a partir do corpo e sua noção de pessoa é delimitada não pelo atributo exclusivo da alma – de onde nasce o conceito de documento enquanto técnica cultural (Otlet, 1934; Briet, 2016) oriunda dos dados intelectuais que inscrevem seus signos representativos num suporte –, mas pelo corpo. Não há um problema de cultura no mundo ameríndio, toda a natureza é humana e portadora de suas técnicas culturais – inclusive o antílope de Briet –, o problema está em como, a partir de seus corpos, cada humanidade autodetermina os seus respectivos mundos, em termos ocidentais, perspectivam seus documentos, que não são iguais para todos, todavia, são homônimos. Como em *Ipásia* do capítulo *As Cidades e os símbolos*, do livro *As cidades invisíveis* de Italo Calvino (2002), as mudanças

de linguagem na Terra Viva não se referem às palavras, mas às coisas – eis a tese multinaturalista do pensamento ameríndio:

O perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo. O relativismo cultural, um ‘multiculturalismo’, supõe uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidentes sobre uma natureza externa, una e total, indiferente à representação; os ameríndios propõem o oposto: uma unidade representativa ou fenomenológica puramente pronominal, aplicada indiferentemente sobre uma diversidade real. Uma só ‘cultura’, múltiplas ‘naturezas’; epistemologia constante, ontologia variável — o perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação. Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. Ser capaz de ocupar o ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma, e os não-humanos são sujeitos na medida em que têm (ou são) um espírito; mas a diferença entre os pontos de vista — e um ponto de vista não é senão diferença – não está na alma. Esta, formalmente idêntica através das espécies, só enxerga a mesma coisa em toda parte; a diferença deve então ser dada pela especificidade dos corpos. (Viveiros de Castro, 2004, p. 239-240)

Entre os mundos ocidentais e ameríndios, a palavra livro pode até ser homônima, um conceito ideomórfico, todavia, materialmente, os livros dos povos de Abya Yala são outros. Esta equivocidade entre mundos passa pela

questão xamânica da tradução (Cunha, 2017). O xamã é o “geógrafo, o decifrador, o tradutor” dos mundos alternativos em que transita (Cunha, 2017, p. 114). Seu trabalho é o de, através das suas viagens interespecíficas, estabelecer as íntimas relações entre as diferentes formas de seres para reconstruir os sentidos das múltiplas perspectivas, não como um nomóteta ocidental que nomeia o que vê, mas como um deceptor dos diversos pontos de vista (Cunha, 2017, p. 109, 115). Os xamãs atuam a partir da aletria de uma fala figurada, com “palavras torcidas” e parciais, aproximando, volteando e remanejando as coisas dos distintos mundos perspectivados pelas relações sociocósmicas das humanidades diferidas. Ao falar e citar os espíritos, o relato xamânico aproxima-se do sentido da fala enquanto *phanai* (Cassin, 2015, p. 131), posto que, perante a multiplicidade das agências, apaga a sua condição de sujeito falante e o privilégio da intenção significativa e, no esforço de tradução, inscreve o itinerário das falas das alteridades apagando a identidade literal do enunciado. O xamã faz-se espírito. Eduardo Viveiros de Castro (2006, p. 322) argumenta que “se o conceito de espírito designa essencialmente uma população de afetos moleculares, uma multiplicidade intensiva, então o mesmo se aplica ao xamã” que é “um ser múltiplo, uma micropopulação de agências xamânicas abrigadas em um corpo.” Sob este sentido, para os selvagens de Abya Yala, citar os encantados é “xamanizar a escrita” (Macedo, 2009; Viveiros de Castro, 2006, p. 322), convocar a corporalidade da pessoa humana acionando uma “bibliografia cósmica”, seja através de desenhos de escrita materializados nas peles do mundo ou de desenhos invisíveis⁴³ aos olhos não transformados, aplicados como

⁴³ Outros modos relacionais dos desenhos corporais são a ausência ou o excesso deles, como índices de reclusão. Não pintar ou pintar em demasia os corpos é um modo de torna-se invisíveis aos olhos do outro, como assinalado por Anne Christine Taylor e Eduardo Viveiros de Castro (2019, p. 793): “A falta de pintura é tão expressiva quanto a presença de motivos elaborados, na medida em que ela indica um estado de ‘invisibilidade cosmológica’. Esse estado pode ser buscado quando uma pessoa se sente ameaçada por tentativas de afiliação emanadas de um coletivo inimigo – por exemplo, em caso de doença. Nessa situação, ela percebe o olhar de outros sobre si, outros que ameaçam fazê-la deslocar-se para uma posição de presa. Ela tenta então tornar-se invisível abstendo-se de ostentar sua roupa de espécie para que não possa ser reconhecida nem categorizada. A invisibilidade garantida pela nudez da pele equivale a uma condição voluntária de isolamento social, eventualmente reforçado pela reclusão em um espaço separado do universo doméstico do parentesco. Uma outra maneira de tornar(-se) invisível é

pharmakon sobre os doentes a serem curados (Cunha, 2017, p. 111). Imaginar um “grafo bibliocósmico” faz parte do trabalho, por fazer, de descolonização do nosso imaginário escritural ocidental.

Eduardo Viveiros de Castro (2006, p. 321) assinala que “o termo *xapiripë* se refere também aos xamãs humanos, e a expressão ‘tornar-se xamã’ é sinônima de ‘tornar-se espírito’, *xapiri-pru*.” Na teoria da multiplicidade do mundo ameríndio, tornar-se xamã é transformar-se em espírito. Acerca dos Wayãpi, povo da família tupi-guarani, que se distribue em aldeias na região Noroeste do estado do Amapá (Brasil) e nas margens dos rios Camopi e Oiapoque, na região Sul da Guiana Francesa, Silvia Macedo (2009) relata a aliança interpretativa entre a “escrita e as práticas xamânicas”, através do uso homônimo de um mesmo termo para designar as práticas gráficas ameríndias e a escrita. Segundo a autora (2009, p. 512), “escrita e grafismo são denominados pelos mesmos termos: *kusiwa*, *ekosiware*, palavras que descrevem grafismos, desenhos, decorações e escrita. *Kusiwa* significa literalmente um trajeto, uma vereda que se chama ‘caminho do risco’.” Esta coexistência dos planos faz da ação de “pintar a pele” (*o-mongy*) simultaneamente um ato ornamental de “decorar-se” e dos desenhos, um classificador transformacional de mudança do estado da pessoa. Desenhar graficamente as falas ancestrais dos encantados constitui um modo de acessar e estabelecer uma comunicação vital com os outros domínios cosmológicos do mundo Wayãpi (Macedo, 2009, p. 513), em um tempo virtual, sem início ou fim, como *O livro de areia* de Jorge Luís Borges (2009, p. 102): “nem o livro nem a areia têm princípio ou fim.” Os grafismos ameríndios são um mapa virtual intensivo, um livro em devir cósmico bi(bli)ográfico, como o mito de formação do mundo Kapon⁴⁴ descrito por Abreu e citado por Cesarino (2012, p. 125):

cobrir inteiramente o corpo com uma camada de pintura negra. A cor faz papel de tela, escondendo o corpo que reveste e tornando-o indetectável aos Inimigos.”

⁴⁴ Os Kapons são um povo indígena que habita o nordeste do estado brasileiro de Roraima, na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, a Guiana, onde, no passado, eram chamados de Uaicás, e a Venezuela.

No começo do mundo, havia uma grande pilha de livros e cada povo retirava dali o seu volume específico. Os Kapon foram os últimos a retirar: não havia mais para eles livros inteiros, mas apenas as folhas que caíam dos volumes quando eles foram retirados. A reunião de todas essas folhas dava surgimento ao livro dos Kapon.

4 LIVRONÇA: CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS DE UMA DISJUNÇÃO INCLUSIVA

O livro que é o Livro é um livro entre outros. É um livro numeroso, que parece se multiplicar por ele mesmo, por um movimento que lhe é próprio e no qual a diversidade do espaço em que se desenvolve, segundo diferentes profundidades, realiza-se necessariamente. O livro necessário é subtraído ao acaso. Escapando ao acaso por sua estrutura e sua delimitação, realiza a essência da linguagem, que desgasta as coisas transformando-as em sua ausência e abrindo essa ausência ao devir rítmico, que é o movimento puro das relações.

Maurice Blanchot, *Ecce liber* (2005, p. 331).

O tambor também é livro e o *aguidavi* – a vareta sagrada que percute o couro – é caneta poderosa para contar as aventuras mundo. Eles educaram mais gente que os nossos olhares, acostumados apenas aos saberes que se cristalizaram formalmente nos bancos acadêmicos e escolas padronizadas, imaginam. Saibamos reconhecer, aprender e ensinar as suas falas.

Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino,
A gramática dos tambores (2018, p. 63).

Diferentemente do *Thoth* psicopompo dos egípcios que ao escrever conduz o já morto ao paraíso de Osíris e concede, de certo modo, a imortalidade para a sua alma e do Hermes platônico que ao escrever envenena o vivo com o discurso morto e o transforma em um fantasma, a escrita ameríndia é um agenciamento de vida, um acontecimento semiofágico de potencialização do corpo a partir do acréscimo das forças vitais que compõem as alteridades do mundo e torna sempre outro o agente deglutidor. A partir do “cogito canibal” (Viveiros de Castro, 2018b), grafar sobre o corpo desenhos alterantes é um ato que guarda relações com o ritual antropofágico, cuja mirada é, ao deglutir e incorporar o outro, transforma-se em um outro Outro – potencializa-se ao agregar as qualidades potenciais do corpo devorado. Sob esta perspectiva, o deus da escrita ameríndia é um deus canibal – um Anti-Hermes. O deus canibal é um outro Outro (Viveiros de Castro, 1986, p. 525) e a sua escrita, atravessada de agências díspares, é um movimento puro de relações. O morto aqui se relaciona com o caráter intercultural da escritura através de uma topologia da *différence* ou do devir-outro. Diz-nos Viveiros de Castro (1986, pp. 607, 608) acerca da antropofagia do morto na cultura Tupinambá:

Eu só serei plenamente após ter sido devorado por meu inimigo – porque, qua morto, sou um inimigo do Sujeito (*Bíde*) celeste, o *Maí* –, ou se devorei (matei) um inimigo na terra, o que me torna um Inimigo, logo um Deus. O sistema é um anel tenso, que não tem avesso: o morto é o inimigo, o inimigo é o deus, o deus é o morto, e o morto é o eu. O cogito canibal: não a geometria narcísica da representação especular, mas a topologia do devir-outro. A peculiar inversão do perspectivismo Araweté, que põe os sujeitos como objetos da antropofagia divina, permite

que se perceba diretamente aquilo que o exo-canibalismo ativo Tupinambá ocultava: que o canibalismo Tupi-Guarani é o contrário de uma ‘incorporação’ narcisista, ao modo dos fantasmas canibalísticos da psicanálise; é uma alteração, um devir-outro, onde o que se incorpora é menos uma imaginária ‘substância’ do inimigo que sua posição – a posição de Inimigo. Identidade ‘ao contrário’, Anti-Narciso.

À diferença dos ocidentais, as metafísicas canibais têm a condição de humanidade inscrita no som encarnado da língua, um devir-humano radical e não exclusivo dos homens, como nos diz Jecupé (1998, p. 61): “homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo [de humanos], com ações interdependentes.” A corporalidade humana da pessoa é o idioma simbólico ameríndio e todo “objeto de interpretação passa a ser entendido como outra pessoa; na verdade, o próprio ato da interpretação pressupõe a condição de pessoa do que está sendo interpretado” como assinala Marilyn Strathern (2006, p. 380). Ou seja, o livro da Terra Viva é vivo e, num gesto reverso ao de *Thoth*, ao inscrever a alteridade, a interpreta como pessoa, seja ela viva, morta ou espiritual, nunca desencantada. A escrita ameríndia, através dos seus desenhos e grafismos, transforma os suportes e concede agência humana aos corpos desenhados: “todo ser que recebe este desenho [de borboleta] tem capacidade de ação humana” (Lagrou, 2013, p. 96) e, mais adiante, complementa Lagrou (2013, p. 105) argumentando que os grafismos auxiliam na constituição da pele, seu papel mediador de interface entre um continente e um conteúdo, um interior e um exterior, faz das linhas traçadas operadores que não deixam o suporte intacto, mas o transforma, a partir dos agenciamentos dos desenhos grafados. Como manifestou Maurice Blanchot (2005, p. 359): “o Livro é assim, discretamente, afirmado no devir que é talvez seu sentido.” Os livros de Abya Yala são uma disjunção inclusiva (Deleuze & Guattari, 2010), uma aliança dentro do regime relacional das multiplicidades entre corpos, alma e mundos ameríndios.

Neste sentido, parafraseando Clarice Lispector em *A paixão segundo G.H.* (2020, p. 38), o desenho não é um ornamento, mas uma escrita carregada pela vitalidade de um mundo todo vivo. André Baniwa (2019, 2021) ensina que a palavra em sua língua materna para escrita se chama *lidana*. *Lidana* pode ser um grafismo na cestaria, petróglifos nas pedras e relaciona-se também com os desenhos, os grafismos, as letras e palavras, índices de acesso ao mundo ancestral do conhecimento tradicional Baniwa. Os desenhos que recobrem as peles (*bibliion*) ameríndias são classificadores do livro canibal, ou, do selvagem livro, anarqueologicamente informe. Informe, o livro canibal é feito onça – o humano, por excelência – ou, sob a perspectiva das afrografias, Exusiaco (Simas & Rufino, 2018, p. 113), uma grande boca que pode receber e conter todas as forças (axé), mas que a nenhuma delas se reduz (*Enugbarijó*). Ao devorar e digerir transforma-se, e, ao restituir, traduz o diferido digerido numa leitura menor (Mostafa, 2018), no caso biblioteconômico, numa linguagem documentária menor (Mostafa & Nova Cruz, 2011) cujos afetos narram uma estória em tom menor. Conhecedor dos selvagens livros, João Guimarães Rosa (2017, p. 483) em *Aletria e hermenêutica* já nos dizia: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História.”

Ludwig Wittgenstein (2010, p. 62), em suas anotações sobre cultura e valor, apontava para a gramática como “os livros de relação da linguagem”. Seguindo esta linha de estudos desdobrada pela ideia de gramatologia de Derrida (2013), Gordon Brotherston (1986) assinalou para uma possível *grammatology of America*, cuja gramática metamórfica assinalaria para possíveis livros transformacionais, deslocados da falaciosa oposição ocidental entre oralidade e escrita – vide, por exemplo, a pictografia Cuna apresentada por Severi (2004). A estes livros transformacionais e selvagens denominamos *livrOnça*, palavra-valise fruto de uma devoração perspectiva e multinatural entre a onça (fera) e o livro (fora)⁴⁵, sendo o “O” grafado com maiúsculo para semelhar a gOela aberta da onça, um *intermezzo* rizomático e gramatológico da diferOnça (*différonce*). O *livrOnça* é o fim do livro como o fim da escritura linear e o começo da escritura ameríndia (Derrida, 2013), sua origem, seu

⁴⁵ “Um livro existe apenas pelo fora e no fora.” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 18)

novo e seu antigo começo, uma possibilidade aberta uma vez mais (Blanchot, 2005, p. 359). O *livrOnça* é uma ‘diferença’ (*différonce*) que ressoa anagramaticamente a ‘fera’ e o ‘fora’ (Viveiros de Castro, 2018a, p. 13, 14) e mira traduzir, isto é, “instalar-se no espaço do equívoco e habitá-lo” para que o equívoco, a anfíbolia e a ambiguidade, inerentes às multiplicidades de mundos, destaque a relação constituinte dos planos ameríndios: uma diferença de perspectiva. Presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco é comunicar modos de produção de conhecimento pela diferença, ou, pela diferOnça do *livrOnça*, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última, presente no livro total⁴⁶, entre o que ele e nós estávamos dizendo (Viveiros de Castro, 2018b, pp. 90, 91). A escrita ameríndia faz rizoma com o mundo (Deleuze & Guattari, 1995, p. 28).

Em *Um lance de dados*, Stéphane Mallarmé (1991) fez do livro uma constelação extemporânea. Dizendo, “não me é dado agir em demasia contra os usos”, Mallarmé (1991, p. 152) fragmenta, numa multiplicidade de pontos de vista cotidianos, o ponto de vista de Deus (*God's point of view*) do livro total onto-teológico. Mallarmé expressa um livro com várias faces e todo pensamento – um livro – emite novos lances de dados, de modo a nunca abolir o acaso, “mesmo quando lançado em circunstâncias eternas”. Nas *Divagações*, Mallarmé (2010, p. 180) cunha a solene frase: “tudo, no mundo, existe para culminar num livro.” Ainda que seja contingencial e marque as “relações entre tudo”, o livro mallarmaico ainda é um “instrumento espiritual”, uma “expansão total da letra”, um “escoadouro, indiferente, onde se esvazia o outro...” (Mallarmé, 2010, p. 180, 182).

O Livro, onde vive o espírito satisfeito, em caso de mal-entendido, um obrigado por alguma pureza de folguedo a sacudir o grosso do

⁴⁶ “É a mesma coisa quanto ao livro e ao mundo: o livro não é a imagem do mundo segundo uma crença enraizada. Ele faz rizoma com o mundo, há evolução a-paralela do livro e do mundo, o livro assegura a desterritorialização do mundo, mas o mundo opera uma reterritorialização do livro, que se desterritorializa por sua vez em si mesmo no mundo (se ele é disto capaz e se ele pode).” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 28)

momento. **Despersonificado, o volume, tanto quanto a gente** se separa dele como autor, não reclama aproximação de leitor. Tal, saiba, entre os acessórios humanos, ele tem lugar totalmente só: feito, sendo. O **sentido sepultado** se move e dispõe, em coro, das folhas. (Mallarmé, 2010, p. 173, grifo nosso)

É preciso devorar Mallarmé, digeri-lo e transcriá-lo em *livrOnça*. O folguedo dos jogos dos livros dos povos de Abya Yala não possui “espírito satisfeito” – são ferozes canibais –, não é “despersonificado” – são anímicos e perspectivos –, seus sentidos não são mortícios – são vivos – e, por fim, no mundo mallarmaico, onde tudo existe para acabar em livro, sob o ponto de vista do devir-América da “diferença entre o livro americano e o livro europeu” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 40), o mundo é multinatural e, se tudo que existe de modo diferentemente humano na Terra Viva estiver destinado para tornar-se livro, que seja um livro outro outro, canibal – um *livrOnça*. Para o livro europeu, conhecer é dessubjetivar. Para o perspectivismo multinaturalista dos livros de Abya Yala, conhecer é personificar, assimilar e não suprimir nas prisões do Um, o Dois e seus múltiplos (Lima, 1996). Em outras palavras, “o perspectivismo xamânico ameríndio é o multinaturalismo como política cósmica” (Viveiros de Castro, 2017, p. 358), cuja relevância é estabelecida segundo o critério de incorporar tudo aquilo que não é meu – a lei do antropófago (Andrade, 2011, p. 67).

Segundo a interpretação blanchotiana (2005, p. 352) que diz que “um lance de dados é o livro por vir”, diríamos, “todo livro emite um livro por vir”: *ecce liber*, um por vir do que está, sempre como dínamo, redemoinho sertanejo e zapatista que se encaracola sobre si e distende-se em seu devir. Uma filosofia outra outra do livro e da informação já está escrita no pensamento ameríndio e na corporalidade humana dos corpos dos povos de Abya Yala, nos sentidos de seus próprios sentidos. Falta-nos aprendermos a lê-los xamanicamente nos esquematismos das *palavramundos* do cosmos, a vê-los em seus traços ancestrais e a ouvi-los nas harmonias dos seus ritmos.

Tornar o classificado classificador é a tarefa anti-narcísica e anti-hermética que nos falta assumir – o amanhã que veio ontem.

*Tsatüeha tsatüeha kakisükope uhitsa leha
kupehe-ni*
Ouçam! ouçam! Nós estamos procurando as
nossas ex-palavras

Narrativa mítica dos Kuikuro, do Xingu,
falantes da família linguística Karib
(Franchetto, 2018, p. 82).

De repente, eh, eu oncei...
João Guimarães Rosa, *Meu tio iauaretê*
(2017, p. 767).

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2017). *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2016). Del libro a la pantalla. Antes y después del libro. In: Agamben, G., *El fuego y el relato*. Ciudad de México: Sextopiso.
- Agamben, G. (2013). *A potência do pensamento*. Lisboa: Relógio D'água.
- Agamben, G. (2008). *Bartleby, escrita da potência: Bartleby, ou Da contingência*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Agamben, G. (1993). *A comunidade que vem*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.

- Amorim, I. (2021). Uma crítica deleuziana à imagem platônica do livro. *In: Amorim, I. S. & Sales, R. de (Orgs.), Ensaios em Organização do Conhecimento* (pp. 101-124). Florianópolis: Editora Udesc.
- Andrade, O. (2011). Manifesto antropófago. *In: Andrade, O., A utopia antropofágica* (pp. 67-74). Porto Alegre: Globo.
- Aristóteles (2013). *Da interpretação*. São Paulo: Editora Unesp.
- Aristóteles (2010). *Da alma*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Aristóteles (2007). *Tópicos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Aristóteles (2002). *Metafísica*. São Paulo: Loyola.
- Aristóteles (1995). *Categorias*. Porto: Porto Editora.
- Aristóteles (1988). *Política*. Barcelona: Gredos.
- Baniwa, A. (2021, 15 maio). A escrita Baniwa sempre existiu. *Uol, Coluna da Julie Dorrico*. São Paulo. Recuperado de <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrico/2021/05/12/a-escrita-baniwa-sempre-existiu.htm>
- Baniwa, A. (2019). *Bem Viver e Viver bem: segundo o Povo Baniwa no Noroeste Amazônico Brasileiro*. Curitiba: Editora UFPR.
- Baratin, M. (2000). Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. *In: Baratin, M. & Jacob, C. (Orgs.), O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente* (pp. 227-233). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Brasiliense.
- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.

- Benveniste, É. (1976). *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Editora Nacional.
- Blanchot, M. (2005). *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes.
- Borges, J. L. (2009). *O livro de areia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Briet, S. (2016). *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos.
- Brotherston, G. (1986). Towards a grammatology of America. In: Hawkes, T. (Ed.), *Literature, Politics and Theory* (pp. 190-209). London: New York: Methuen.
- Calvino, I. (2002). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Cassin, B. (2015). *Se Parmênides*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cassin, B. (2005). *O efeito sofisticado*. São Paulo: Editora 34.
- Cesarino, P. N. (2012). A escrita e os corpos desenhados: transformações do conhecimento xamanístico entre os Marubo. *Revista de Antropologia*, 55(1), 75-137.
- Cunha, M. C. (2017). *Cultura com aspas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Belo Horizonte: Graal.
- Deleuze, G. (1996). O atual e o virtual. In: Alliez, É., *Deleuze filosofia virtual* (pp. 47-57). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2010). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1977). *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago editora.
- Derrida, J. (2013). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Derrida, J. (2005). *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras.
- Derrida, J. (2004). *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Descartes, R. (2011). *Discurso sobre o método*. Patrópolis: Vozes.
- Diogo, J. E. (2015). Cartografia da humanidade: o corpo em Homero. *Revista Filosófica de Coimbra*, 48, 355-366.
- Duschinsky, R. (2012). Tabula Rasa and Human Nature. *Philosophy*, 87(4), 509-529.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Franchetto, B. (2018). Brasil de muitas línguas. In: Cassin, B. (Coord.), *Dicionários dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias* (pp. 77-100). Belo Horizonte: Autêntica.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez Editora.
- Freyre, G. (2006). *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global.
- Frohmann, B. (2008). O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M., Marteleto, R. & Lara, M. (Orgs.), *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação* (pp. 19-34). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- González de Gómez, M. N. (1999). O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, 5(2), 7-31.
- Goody, J. (2019). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Goody, J. (2012). *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gow, P. (1999). A geometria do corpo. In: Novaes, A. (org.), *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hanke, L. (1959). Aristóteles e os índios americanos: um estudo do preconceito de raça no Mundo Moderno. *Revista de História*, 18(37), 15-43.
- Jecupé, K. W. (1998). *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lagrou, E. (2013). Podem os grafismos ameríndios ser considerados quimeras abstratas? Uma reflexão sobre uma arte perspectivista. In: Severi, C., & Lagrou, E. (Orgs.), *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração nas artes indígenas* (pp. 67-110). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Latour, B. (2000). Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Baratin, M. & Jacob, C. (org.), *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente* (pp. 21-44). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- León-Portilha, M. (2012). La riqueza semântica de los códices mesoamericanos. *Estudios de Cultura Náhuatl*, 43, 139-160.
- Lévi-Strauss, C. (1957). *Tristes trópicos*. São Paulo: Edições 70.
- Lévi-Strauss, C. (1952). *Raça e História*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, T. S. (2002). O que é um corpo? *Religião e Sociedade*, 22(1), 9-20.
- Lima, T. S. (1996). O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. *Mana*, 2(2), 21-47.

- Lispector, C. (2020). *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Locke, J. (1999). *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Macedo, S. L. S. (2009). Xamanizando a escrita: aspectos comunicativos da escrita ameríndia. *Mana*, 15(2), 509-528.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- Mallarmé, S. (2010). *Divagações*. Florianópolis: Editora UFSC.
- Mallarmé, S. (1991). *Mallarmé*. (Augusto de Campos, Décio Pignatari, Haroldo de Campos, Trad., notas & il.). São Paulo: Perspectiva.
- Martins, L. (2003). Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, 26, 63-81.
- Martins, L. (1997). *Afrofotografias da memória, o reinado do rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.
- Menezes, V. S. (2018). A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. *Liinc em Revista*, 14(2), 136-151.
- Mostafa, S. P. (2018). Leitura menor: um conceito, um acontecimento. *Biblioteca Escolar em Revista*, 6(2), 1-10.
- Mostafa, S. P., & Nova Cruz, D. V. da (2011). Por uma linguagem documentária menor. In: Boccato, V. R. C. & Gracioso, L. S. (Orgs.), *Estudos de linguagem em Ciência da Informação* (pp. 69-96). São Paulo: Alinea.
- Nóbrega, M. (2017). *Obra completa*. São Paulo: Loyola.

- Nola, A. (2000). Livro. *In: Enciclopedia Einaudi* (Vol. 12) (pp. 215-242). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Otlet, P. (1934). *Traité de documenatation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Editions Mundaneum.
- Platão (2017). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (2000). *Fedro ou Da Beleza*. Lisboa: Guimarães editores.
- Platão (1992). *Filebo, Timeo, Critias*. São Paulo: Grecos.
- Platão (1988). *Teeteto e Crátilo*. Belém: Editora UFPA.
- Plotino (2006). *Enéadas I, II e III*. (José Carlos Baracat Júnior, Trad.). Campinas: Unicamp.
- Rosa, J. G. (2017). *Obras completas* (Vols. 1-2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rosa, J. G. (2006). *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Santiago, S. (1976). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Seeger, A., Da Matta, R., & Viveiros de Castro, E. (1979). A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, 32, 2-19.
- Seligmann-Silva, M. (2005). Walter Benjamin e os sistemas de escritura. *In: Seligmann-Silva, M., O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução* (pp. 181-211). São Paulo: Editora 34.
- Severi, C. (2004). *Il percorso e la voce. Un'antropologia della memoria*. Turim: Einaudi.
- Simas, L. A. & Rufino, L. (2018). *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Strathern, M. (2006). *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Unicamp.

- Taylor, A. C. & Viveiros de Castro, E. (2019). Um corpo feito de olhares (Amazônia). *Revista de Antropologia*, 62(3), 769-818.
- Valentim, M. A. (2018). *Extramundandade e sobrenatureza: ensaios de ontologia fundamental*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.
- Viveiros de Castro, E. (2018a). Rosa e Clarice: a fera e o fora. *Revista Letras*, 98, 9-30.
- Viveiros de Castro, E. (2018b). *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu.
- Viveiros de Castro, E. (2017). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Viveiros de Castro, E. (2006). A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. *Cadernos de Campo*, 14-15, 319-338.
- Viveiros de Castro, E. (2004). Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *O que nos faz pensar*, 18, 225-254.
- Viveiros de Castro, E. (1986). *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wittgenstein, L. (2010). *Gramática filosófica*. São Paulo: Editora Loyola.



O QUE OS SILÊNCIOS ESTÃO FALANDO? ENCONTROS ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E AFETO NA BIBLIOTECA PÚBLICA

Eli Lemos de Oliveira
Andre Vieira de Freitas Araujo

1 INTRODUÇÃO

[...] Como o panteísta se sente árvore [?] e até a flor, eu sinto-me vários seres. Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens, incompletamente de cada [?], por uma suma de não-eus sintetizados num eu posição.⁴⁷

A ativista Naomi Klein, em uma conferência no Canadá (2003), afirmou que ser bibliotecário é uma escolha radical. Seu principal argumento era voltado à defesa de uma informação livre e gratuita, tal qual a defesa da biblioteca como uma instituição pública. De acordo com Naomi, informação e conhecimento não devem ser confundidos com um produto de comércio, porque são fundamentais para a vida, principalmente tendo em vista o avanço da globalização e a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas sociedades contemporâneas.

Se a informação passa a ter valor de venda, a biblioteca pública pode ter a sua existência ameaçada. Pense nos leitores que deixariam de ter acesso

⁴⁷ Pessoa, F. (2003). *Livro do desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. (2. ed.) Brasiliense.

à leitura, à arte, à cultura, ao lazer, ao ensino, às informações para cidadania e, principalmente, a informações livres, caso o serviço da biblioteca fosse privatizado e vendido por um valor de mercado. Pense nas experiências, atravessamentos e transformações que deixariam de existir de maneira fluida, para suprimir-se a um controle de capital.

A biblioteca pública precisa de pessoas bibliotecárias que defendam o seu caráter totalmente público, aberto e dialógico, sobretudo nos contextos em que há uma frágil democracia, como é o caso de muitos países latino-americanos. Com intuito de apresentar o porquê da defesa da biblioteca pública, pretendemos demonstrar que a chave deste lugar são os seus leitores, e também de que maneira os leitores e o lugar da biblioteca pública se relacionam. Nesse sentido, ao conceber a biblioteca pública como um objeto de estudo, escolhemos abordar três conceitos: o de **memória**, o de **identidade** e o de **afetividade**.

Abordar o conceito de memória se justifica por tentar compreender de que maneira esses espaços estão escolhendo o que guardar, o que esquecer, e o que apagar; quais informações são importantes para esta instituição e o que ela define como tendo valor simbólico. Enfim, o que esta biblioteca está representando em seus documentos e nas linguagens documentárias adotadas para mediá-los? As escolhas da biblioteca pública acerca do que deve ser lembrado, esquecido e apagado, que passam pelas dimensões ética e estética, interferirão nos corpos que fruem nesse espaço, tal como a maneira que eles fruem, gerando afetos que irão aproximar ou afastar estes corpos do espaço da biblioteca pública como lugar de memória. Justifica-se esta abordagem à medida que questionamos qual memória e de quem é esta memória que está sendo preservada e disseminada por esse espaço público e institucional. Logo, falar de memória na biblioteca pública é também falar de narrativas, que contam ou contaram um relato de determinado fenômeno que nos foi significativo a ponto de ele continuar existindo. Tratar de narrativas é também tratar de identidade e experiência, porque a depender da construção identitária de quem narra, isso revelará narrativas mais ou menos estáveis que foram se estabelecendo de alguma maneira por experiências vividas. Esse processo identitário demonstra que os sujeitos possuem uma

historicidade que os contextualiza e contextualiza as suas narrativas, e tal é a importância de falar sobre este conceito.

Já abordar o afeto parte da necessidade de tentar explicar este conceito ligado à informação, tendo como norte aspectos desenvolvidos pela área temática da apropriação da informação e sua consequente problematização. Ou seja: de que maneira os afetos do nosso mundo estruturam nossa maneira de se relacionar com a informação? Isto posto, ao tratar de uma “informação afetiva” nós também estamos falando, de alguma maneira, de memória e de identidade.

Tendo como perspectiva os conceitos de memória, de identidade e de afeto, este estudo é conduzido pela seguinte questão: **como se dá a produção de memória, identidade e afeto e suas relações conceituais no contexto da biblioteca pública?**

Nesse sentido, objetiva-se identificar e discutir a produção de memória, identidade e afeto e suas relações conceituais, a partir do estabelecimento de proposições que sustentam as bibliotecas públicas na sua dimensão social e simbólica. Como metodologia adota-se a pesquisa bibliográfica, com base em artigos, livros, anais de evento e revisões de literatura, utilizando-se de busca em bases de dados para recuperação dos materiais que abordam os assuntos propostos, bem como materiais que foram descobertos por *serendipidade*.

A biblioteca pública sendo uma instituição de acesso à informação, de aprendizagem e de diálogo, tendo como potência os seus leitores, que carregam uma infinidade de experiências e narrativas, necessita de um olhar que contempla não somente aquilo que ela reflete de bom, mas também as suas possíveis falhas e contradições nesse processo, para que ela revigore ainda mais sua força de transformação social e possibilite cada vez mais o protagonismo do sujeito frente aos desafios da contemporaneidade.

2 SILÊNCIOS ENTRE O EU E O OUTRO

Pedimos permissão a você leitor, leitora ou leitor para entrar neste espaço, criado neste momento para você e tão somente para você, para que conversemos e possamos, ao menos por um momento, habitarmos a sua

mente consciente e crítica, assim como a inconsciente e afetiva, com fim de explorarmos esse espaço tão extraordinário que é a biblioteca pública, para olharmos – mas não somente: para também o profanarmos na medida que nossa imaginação, razão e, especialmente, os nossos afetos permitirem. Não há pressa, mas a tensão nesta nossa análise irá existir, e, por conseguinte, não se fará de modo confortável. O incômodo é o preço a se pagar pela experiência da profanação. Pedimos: critique-nos em toda esta leitura, pois não queremos fracassar nesse impulso de te movimentar conosco.

Nosso diálogo se fará em silêncio, pois não poderemos te ouvir, e nem você poderá nos ouvir, contando apenas com as palavras de um texto escrito e falho, pois sabemos as limitações da palavra. Assim, apenas almejamos alcançar a reflexão. Esta posição foi e é tomada, por nós e por você, pois discutir sobre memória, identidade e afeto não é um exercício simples, sendo próximo a um exercício filosófico. Mais do que dizem as palavras, ficam os silêncios daquilo que está à margem do discurso, e que tensionamos com fim de nos comunicarmos, mas que não será feito em sua totalidade, uma vez que sempre estamos lidando com o inenarrável, mesmo ao utilizarmos o discurso e a narrativa⁴⁸.

Aproveitaremos o embalo da narrativa para localizar a biblioteca pública como o que ela tem sido⁴⁹: um espaço institucional de comunicação e preservação – preservacionista por possibilitar e valorizar a salvaguarda de documentos, de bens patrimoniais, que possuem valor material e simbólico constituídos por sua memória institucional; e comunicação, não só no sentido puro de ser o *locus* do fazer informacional, mas também no sentido inicial dado à biblioteca pública de produzir um trabalho “civilizatório” e hegemônico com a população, ensinando os valores capitais, sociais e culturais produzidos pelo que antes seria o clero e a nobreza, e atualmente

⁴⁸ A narrativa possui caráter repousante, ordenador e reparador, mas também caótico, pois é uma invenção fragmentada, que para dar conta da experiência humana precisa conter lacunas e existir de maneira não-linear para fazer sentido e manter-se dinâmica como só a experiência o é. Para saber mais, ver *Ler o mundo*, livro de Michèle Petit, (pp. 90-98).

⁴⁹ Para aprofundamento da temática *bibliotecas públicas*, ver Gomes (2014a); Silveira (2014); e, para entender melhor a *formação das bibliotecas públicas no Brasil*, ver Azevedo (2012).

passa pela lógica do Estado democrático liberal⁵⁰ (Gomes, 2014a; Silveira, 2014).

Esse espaço sociocultural da biblioteca pública se constitui pelo processo de representação, organização e mediação da informação, sendo, conseqüentemente, um lugar de relatos, de testemunhos. Em algum sentido ela se constitui como *lugar de memória*, conceito utilizado por Pierre Nora (1993, pp. 12–13), que considerava estes lugares como lugares de restos, lamentando que nesses lugares não ocorrem mais rituais espontâneos, sendo tão somente a testemunha de algo que não está mais em movimento e nem tampouco nos movimenta. Contudo, como diz Murguia (2010, p. 28), a memória tem seu potencial de agenciamento justamente por possibilitar a mobilização de discursos e narrativas. Nesse ínterim, entramos em terreno espinhoso, pois os discursos, tanto da identidade individual e da coletiva como da Estatal, entram em conflitos pelas suas representações ou pelas suas representativas ausências nesse espaço privilegiado.

Por isso cabe questionarmos, para entendermos que tipo de conflito enfrenta a biblioteca pública e seus sujeitos, sobre o que é a identidade, o que ela não é, e o que escapa a este conceito. Para mantermos nosso diálogo socrático, iremos tentar responder com pistas dadas por Stuart Hall *et al.* (2006; 2009), Jô Gondar e Dodebei (2016; 2005) e Vladimir Safatle (2016), mas não intentamos dar uma resposta definitiva, sendo o objetivo desafiar a estabilidade de tais conceitos.

De princípio podemos dizer que a identidade é produzida pela língua e seu sistema de significados⁵¹, já que que para construirmos a nossa identidade nós dependemos de discursos prontos, das nossas narrativas, que sempre terão essa carga plural, pois as recebemos do mundo, da nossa cultura,

⁵⁰ “[...] se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento.” (Le Goff, 1996, p. 132).

⁵¹ “Nós podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas de significado de nossa cultura. A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais.” Hall *et al.* (2006, p. 40).

da nossa relação com o outro. Assim, nossa identidade pode ser vista como uma ficção, uma fantasia de unidade feita por discursos prontos que constroem *posições-de-sujeitos*⁵², como um roteiro de uma peça de teatro, se utilizando de elementos discursivos que se supõe estáveis, sendo que toda enunciação narrativa é por si só fragmentada, e, por isso mesmo, não é dotada de uma coerência que possibilite que a identidade seja, de fato, estável. Dado como um conceito estratégico-posicional, a identidade está no centro da produção de *corpos políticos*⁵³ e das práticas discursivas, que são produzidas em locais históricos ou institucionais específicos, e que se revelam de acordo com interesses que precedem o próprio sujeito do discurso.

Tais corpos são geridos por um *poder regulatório*⁵⁴, que representará o que é normativo, ou seja, que está de acordo com as normas legais, institucionais e sociais. Tal poder é construído, pela visão dada por Safatle (2016) da Psicanálise, por meio da liderança, da autoridade, que nos apresentará como medida de segurança o contrato social – o Direito e as suas leis –, que aceitamos porque temos *medo* do outro, medo do que o diferencia de nós, do que é estranho a tal normalidade, e do que ameaça a essa falsa-segurança dada pelo Estado de direito. O que não é explicitado em tal poder regulatório é que a identificação positivista que ele cria é construída com base na diferença, sendo um e outro processos essencialmente complementares, de tal maneira que se cria esse falso antagonismo que coloca corpos dóceis de um lado e corpos marginalizados de outro – que bem sabemos ser muito

⁵² “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 1995). Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso - aquilo que Stephen Heath, em seu pioneiro ensaio sobre ‘sutura’, chamou de ‘uma intersecção’ (1981, p. 106).” Hall *et al.* (2009, em “Quem precisa da identidade?”).

⁵³ “[...] Kafka nos lembra como compreender o poder é uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, assim como compreender o modelo de individualização que tais corpos produzem, a forma como ele nos implica. Se quisermos mudá-lo, será necessário começar por se perguntar como podemos ser afetados de outra forma, será necessário estar disposto a ser individualizado de outra maneira, a forçar a produção de outros circuitos.” Safatle (2016, em “Introdução”).

⁵⁴ “[...] o poder regulatório produz os sujeitos que controla, que o poder não é simplesmente imposto externamente, mas que funciona como o meio regulatório e normativo pelo qual os sujeitos são formados.” (1993, p. 23). Hall *et al.* (2009, em “Quem precisa da identidade?”).

próximo da sarjeta, porque a lei só acolhe aqueles que possuem capital suficiente para exercer o seu direito, que não deixa de ser uma forma de propriedade legal.

Torna-se necessário pôr em questão o capital e a propriedade individual como medida do direito, pois, aliado a isso, está a sociedade moderna e o seu indivíduo soberano, dono e proprietário de si mesmo, que faz do outro um possível invasor de si⁵⁵. Tal maneira de individualização proprietária ignora que há nuances dos sujeitos que não são predicáveis, e sequer podem ser uma demanda por reconhecimento, posto que elas extrapolam as estruturas da linguagem, de sua definição, da sua expectativa de prontidão, já que muitas situações, afetos, encontros e possibilidades ocorrem em terreno desconhecido, em formas distintas de experiência. A propriedade, que é predicativa, não entende os domínios da experiência e do que é *antipredicativo*⁵⁶, pois ela só compreende a linguagem da definição, do que está explícito, do que pode ser representado. Tal poder sobre suas propriedades também não vê, ou se vê, ignora, que a representação nos mostra a potência que existe no outro, pois será pelo encontro com a alteridade que nós poderemos nos transformar em algo distinto, e, isto posto, nos transformar em algo que se move, que está em constante transformação, repleto de possibilidades que só a criatividade dada no ato do que não é representável pode dar conta, do ato que existe no corpo estranho, que está despossuído, despedaçado, fragmentado e *livre*.

Por mais contraintuitivo que pareça, esse lugar de silêncio, de sombra, de afeto, de estranhamento, de fragmentos, pode se realizar em um lugar

⁵⁵ “A defesa da integridade individual não significa, no entanto, apenas a elevação da conservação da vida à condição última de legitimação do poder. ‘Integridade’ significa aqui também a soma dos predicados que possuo e que determinam minha individualidade, os predicados dos quais sou proprietário.” Safatle (2016).

⁵⁶ “[...] uma política realmente transformadora só pode ser atualmente uma política que não se organize a partir do estabelecimento de institucionalidades e normatividades capazes de permitir o reconhecimento mais exaustivo de predicções dos indivíduos e a conseqüente ordenação social de diferenças. Ao contrário, ela só pode ser uma política que traga à vida social a potência de um horizonte antipredicativo e impessoal que, a sua forma, Marx foi capaz de trazer através de seu conceito de proletariado.” Safatle (2016)

potencial de escuta e criação, que é a biblioteca pública⁵⁷. Mas como podemos inserir este tensionamento já existente – porém não de maneira escancarada – como algo essencial para o cumprimento do papel sociocultural e político da biblioteca pública? A dificuldade se dá, principalmente, pois este lugar institucionalizado, ainda que tenha como foco o seu leitor, parece ainda se importar demasiado com o seu objeto de estudo: o documento, o registro – e, com ele, as suas representações.”. Convém tentarmos guiar respostas (e, conseqüentemente, ainda mais perguntas) para a próxima seção: o que o silêncio da biblioteca está falando? Ouçamos suas vozes...

3 VOZES NOS AFETOS

Não há como tratar sobre afetos sem que falemos, antecipadamente, sobre corpos. Afinal o que é um corpo? A resposta para cada um se dá subjetivamente. O corpo é sentimento? O corpo é experiência? O corpo é contato e relação? O corpo é forma de adquirir conhecimento? O corpo possui alguma coisa? O que o corpo possui? Ele possui regras, normas, jeitos prontos de ser? O corpo é dotado de poder? Ele possui propriedade?

Seguindo estas perguntas, tentaremos trazer algumas possibilidades do que é o corpo seguindo as pistas dadas por Vladimir Safatle (2016) sobre o corpo político e seu circuito de afetos. Se podemos dizer que o corpo é alguma coisa diante disso tudo que questionamos, é que o corpo é *afeto*. Não existe corpo que não se afeta. O que significa dizer que a forma como nós sentimos os nossos corpos ou o corpo do outro é uma maneira de afecção. Nosso contato com o mundo se realiza corporalmente, destarte esta é nossa primeira forma de comunicação: as vozes do corpo⁵⁸.

⁵⁷ Pollak (1989, p. 8) fala que essas zonas de sombra são essas lembranças que “[...] são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.”, sendo a biblioteca pública essa rede potencial de sociabilidade afetiva e política, desde que reveja as suas prioridades enquanto uma instituição pública e democrática.

⁵⁸ “[...] não é possível haver política sem alguma forma de incorporação. Não há política sem a encarnação, em alguma região e momentos precisos, da existência da vida social em seu conjunto de relações. [...] Encarnação que pode se dar sob a figura do líder, da organização política, da classe, da ideia diretiva, dos vínculos a certos arranjos institucionais, da lavadeira; mas que deve se dar de alguma forma.” Safatle (2016)

Sendo dessa maneira, podemos dizer que a biblioteca pública se realiza corporalmente, tanto pela sua forma institucionalizada, como pelos corpos que fruem pelo seu espaço. Ela existe diante da existência de outros corpos. Diante desse encontro a biblioteca pública é como um corpo embrionário onde se produzem formas específicas de incorporação diante da narrativa dos corpos⁵⁹. Esta narrativa se dá por incorporação, que se diferencia sobremaneira da apropriação. Ressalta-se a dimensão desta diferença, uma vez que incorporação e apropriação são formas diferentes de afecção, em que uma entende que o corpo é experiência que a todo tempo está se modificando, pois compreende o caráter caótico e conflituoso da narrativa e da representação, enquanto outra vê este corpo como algo que pode ter propriedade sobre si – o que significa, ao mesmo tempo, ter poder institucional e direito de se defender perante o outro que ameaça a sua coesão representada em sua institucionalidade. Além disso, apropriar-se de algo vai contra a ideia principal da biblioteca pública de que o conhecimento e a informação que fazem parte do seu corpo é de todos para todos⁶⁰.

Apesar do entendimento dado aqui de que a apropriação não é a maneira mais exata de se entender a vinculação que há entre a biblioteca pública e os seus corpos, nas áreas de Comunicação e Informação, como demonstra a pesquisa feita por Santos *et al.* (2017), o uso desse termo é naturalizado a tal ponto que há um conjunto de estudos e de pesquisadores debruçados sobre este conceito. Dos materiais que Santos *et al.* (2017) coletaram, foi feita uma definição abrangente do que seria apropriação da informação, o qual eles mencionam que “[...] extraiu-se dos discursos expostos alguns apontamentos que demonstram consequências positivas da

⁵⁹ Michèle Petit conta como se dá a construção da narrativa se utilizando do exemplo da criança, que serve como metáfora para a formação da biblioteca pública: “E por volta dos três ou quatro anos, elas começam a construir narrativas verbais relacionadas à própria vida. Elas tentam relatar suas experiências apoiando-se em histórias que tenham ouvido, livros que lhes foram lidos e que folhearam, canções, filmes. Elas lançam mão de fragmentos de seu legado cultural que, quando incorporado, passa a fazer parte delas.” Petit & Vidile (2019, p. 90–91)”

⁶⁰ “Como recorda Jesse H. Shera, em sua já citada *Introduction to library science*, a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade.” Fonseca e Houaiss (2007, p. 55).

apropriação do indivíduo: muda as estruturas do pensamento, ressignifica a identidade, altera o saber acumulado, amplia o universo dos conteúdos, produz a subjetividade do sujeito, entre outras.” (Santos *et al.*, 2017).

Mas questionamos se é mesmo a *apropriação* que gera essas mudanças e transformações no que eles chamam de indivíduo. A resposta é afirmativa, na medida que se apropriar é um encadeamento entre o indivíduo e o objeto apropriado. Por isso, vale voltarmos um passo atrás e questionarmos se a categoria *indivíduo* é mesmo adequada para pensar os propósitos essenciais de uma biblioteca, ainda mais se formos apontar como objeto a biblioteca pública⁶¹.

A categoria de indivíduo precisa acabar, como propõe Safatle (2016), pela necessidade que há de acabar com as ficções que existem ao redor do seu conceito, como as fantasias sobre identidade e amparo, que estão contaminadas pelo medo do outro e de seus excessos. É necessário a emergência de *sujeitos políticos*, criando novas formas de se afetar.

4 PROFANANDO O SILÊNCIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA: CONFLITOS E TENSÕES

Convidamos o leitor, com fim de compreender as escolhas das palavras que nomeiam o título desta seção, a ler conosco trecho da Conferência Magna nomeada *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*, em que Ulpiano Meneses conta sobre um cartum que ele visualizou de uma revista ilustrada francesa, e que caberá perfeitamente para compreensão da *profanação* que propomos para a biblioteca pública.

Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em

⁶¹ “Por ter que lidar com uma sociedade enrijecida, a constituição moderna do indivíduo é potencialmente autoritária, pois ela é narcísica, com tendência a projetar para fora o que parece impedir a constituição de uma identidade autárquica e unitária, além de continuamente aberta à identificação com fantasias arcaicas de amparo e segurança.” Safatle (2016).

oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: – “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós. (Meneses, 2012, p. 26)

O questionamento que tal cartum levanta se dá pelo possível espanto quando o guia interrompe a imersão da velhinha em oração para alertar que ela está atrapalhando a visitação. Fica claro que os usos desse espaço cultural ocorrem de jeito diferente para o guia, os turistas e, especialmente, para a velhinha.

A velhinha é habitante – fazendo uso existencial do bem cultural, enquanto o guia seria o especialista mediador que permite o que Meneses chama de *voyeurismo cultural*⁶² feito pelos turistas, que são meros visitantes. Lucia Maciel (2017) é pontual ao dizer que:

Se antes os fiéis e peregrinos participavam do ato sacrificial que restituía as relações entre o humano e o divino, hoje **os turistas vivem a angustiante experiência da destruição de qualquer uso possível**: reúsos e experiências nunca se efetuam, o improvável se consubstancia. A desativação de velhos usos é a

⁶² “De seu lado, a fruição dos turistas consuma-se na mera contemplação de um lugar de culto, agora transformado em lugar de representação do lugar de culto: a catedral tornou-se bem cultural e essa perspectiva esvazia usos antigos e torna anacrônicas as práticas anteriores. A gama diversificada de apreensões possíveis estreita-se, assim, ao limite da visão. Quase poderíamos falar de um *voyeurismo cultural*: o *voyeur*, com efeito, restringe sua gratificação essencialmente à visão e não se expõe, não se compromete, em suma, não muda.” Meneses (2012, p. 28–29, grifo do autor).

única maneira de profanar, de criar novos usos.
(Oliveira, 2017, p. 292, grifo nosso).

Propomos, pensando no uso efetivo, afetivo, estético e ético do patrimônio cultural, que os bens culturais e as instituições culturais, especialmente o nosso objeto de pesquisa, que é a biblioteca pública, sejam profanados para que os sujeitos possam fruir, se transformar, se tornarem protagonistas do seu próprio processo, de modo crítico e consciente. Para isso, seguimos cinco proposições, que serão explicitadas ao longo desta seção.

A primeira destas proposições é que a biblioteca pública é **um bem cultural que deve ser dessacralizado para ser experienciado**. É curioso que ao comparar os usos feitos entre uma biblioteca pública tradicional e uma igreja, o espaço da igreja se mostra mais profano do que o espaço de veneração da biblioteca pública, em seus aspectos para lá de sagrados e sua veneração ao silêncio. Não é de se surpreender que vemos igrejas cheias em pleno domingo, enquanto parte das bibliotecas públicas fecha suas portas para o público. Com isso não queremos propor que a biblioteca pública seja mais um espaço público que seja superlotado e que não dê tempo ou possibilidade para a subjetivação⁶³. Pensamos que este bem cultural pode fazer diversos usos do seu espaço, não sendo somente de silêncios, mas também um espaço de encontros. Um espaço de fruição que diferentes sujeitos possam ter uma abertura para as possibilidades de habitar.

Será perceptível, no momento que os sujeitos habitarem este lugar, que as suas construções e narrativas serão modificadas. Este espaço, que de acordo com Nora (1993) era tido como um *lugar de memória*, de restos, ganha outras formas de experiência, dando voz aos seus habitantes e, por conseguinte, novas maneiras de tecer vínculos sociais. Deste modo, a segunda proposição é que a biblioteca pública é **um lugar de narrativas e um lugar de memória que pode contribuir para a transformação dos indivíduos em sujeitos políticos**.

⁶³ “A experiência ocorre quando podemos subjetivá-la. A visita a museus e centros culturais superlotados, em que o ritmo da visitação é dado pela multidão presente permitiria a efetuação da experiência, o tempo necessário para que a potencialidade da arte e da cultura se consubstancie, para que a vida sem finalidades abra espaço?” Oliveira (2017, p. 288).

A transformação dos indivíduos em sujeitos políticos é possível pela percepção de Safatle (2016). A princípio, para entendermos tal transformação, observamos o indivíduo, que carrega em si afetos políticos construídos por vínculos sociais ligados às propriedades, às predicções, suas identificações supostamente estáveis, e o medo que existe do outro – este *outro* que nos possibilita a travessia desse lugar estável para um que está sempre em movimento. Quando nos encontramos com o *outro*, nos vemos despossuídos e desamparados, tendo possibilidade de nos transformarmos em outra coisa, despossuídos das nossas narrativas para que nos vejamos diante da potência que é o outro e suas diferenças⁶⁴. Saímos de um lugar que tenta ser puramente racional e consciente, de propriedade e consumo, para um lugar inconsciente, ligado aos afetos, que expõe nossa vulnerabilidade, nossa instabilidade, tanto quanto nossas possibilidades de ser, nossos sentimentos, nossas paixões e, diante disso, nos vemos no lugar da transformação do *eu* em *outros eus*, finalmente sujeitos políticos que tem consciência inclusive daquilo que não é possível narrar.

No entanto, a narrativa é essencial para dar ordem à experiência⁶⁵, desde que entendamos as suas limitações e o seu poder de transformação. Mais do que a ordem das experiências, é preciso conceber como se dá essa experiência. Neste sentido, entendemos que nossas experiências se dão em absoluto com o corpo, ou seja, nossas experiências se dão afetivamente, o que

⁶⁴ “Somos despossuídos por outros ‘em um modo que geralmente interrompe a narrativa autoconsciente sobre nós mesmos que procuramos fornecer, em um modo que muda nossa própria noção como autônomos e providos de controle’. Tal despossessão expõe minha vulnerabilidade estrutural aos encontros, assim como a opacidade a mim mesmo daquilo que me leva a vincular-me a outros que me despossuem e me descontrolam.” Safatle (2016, em “Medo, desamparo e poder sem corpo”).

⁶⁵ “Jerome Bruner lembra que ‘nossa *principal* ferramenta para dar ordem à experiência, para forjar uma espécie de continuidade entre o presente, o passado e o possível, é a história, a narração. [...] A narrativa é nosso meio especificamente humano de dar ordem aos acontecimentos ao longo do tempo...’ Da primeira infância à velhice, nossas vidas são inteiramente tecidas com narrativas que ligam elementos descontínuos entre si. Não deixamos nunca de narrar, seja àqueles que nos rodeiam, seja no segredo de nossa vida interior.” Petit e Vidile (2019, p.91–92).

significa dizer que as nossas narrativas e representações também são incontestavelmente – apesar de sua tentativa para a neutralidade – afetivas⁶⁶.

Encontramos, desta maneira, a nossa terceira proposição, de que a biblioteca pública **é um local privilegiado de experiências e não somente de representações memorialísticas e identitárias**. Isso significa dizer que ainda que a biblioteca possa ter uma dimensão patrimonial, esta dimensão não é imanentemente dada pelos seus documentos e/ou edifício, mas pelas relações destes com os sujeitos e suas potencialidades.

Essa relação pode ser dar de diversas formas, algumas inclusive impensáveis e tidas como impossíveis, visto que, se a experiência se dá com o encontro, ela não pode ser previsível, exceto se o foco for apenas em identidades já prontas e roteiros de vida já conhecidos. Sendo este o caso, que encontro é este que não nos defronta com a diferença? Por ser um espaço cultural é sempre preciso ir além e estar na busca do impossível. Dito de outra maneira: a biblioteca pública deve dar ao sujeito a oportunidade de se transformar. Para isso, não podemos contar apenas com o sentido da utilidade das coisas, mas também com o seu sentido dado como inútil, que se dá fundamentado na dimensão estética e sua força de criação.

Para que toquemos a criação, precisamos escapar das representações que já estão dadas. Como propõe Safatle é preciso que saltemos no vazio – que nos leva do lugar de impotência ao espaço do impossível que descobrimos e realizamos na arte. E somente com a arte é possível que novas formas de afeto se criem para nos transformarmos em algo diferente, mantendo relações diversas daquelas já contaminadas com os discursos já esperados⁶⁷ – é o que

⁶⁶ “[...] há de se insistir ser impossível descorporificar o social, pois é impossível purificar o espaço político de todo afeto. Há algo da crença clássica na separação necessária entre razão e afeto a habitar hipóteses dessa natureza. Como se os afetos fossem, necessariamente, a dimensão irracional do comportamento político, devendo ser contraposta à capacidade de entrarmos em um processo de deliberação tendo em vista a identificação do melhor argumento.” Safatle (2016, em “Introdução”).

⁶⁷ “[...] atentar para a potência que a arte embute de não somente resistir ao que aí está e antecipar o que pode vir, mas de algum modo participar da invenção desse lugar que ainda não há.” Anjos (2017, para. 2).

Rancière chama de *partilha do sensível*⁶⁸, gerando novas práticas de representação que estão em constante tensão.

Essas práticas estéticas que geram maneiras alternativas de relatar são mencionadas por Henriette Gomes (2014b) e Lucia Maciel de Oliveira (2017), de jeito que Henriette pontua a importância do ato da mediação do agente cultural para que o sujeito da ação mediadora signifique e ressignifique suas ações, se tornando protagonista do seu processo, enquanto Lucia Maciel relata justamente que os tensionamentos e conflitos criados pelas diferentes narrativas, que são tecidas em diferentes espaços, elimina as mediações, uma vez que esses tensionamentos ocorrem fora desses espaços institucionais. Ambas autoras colocam as intervenções dos sujeitos nos espaços culturais e artísticos, sejam eles institucionais ou não, como primordiais para a apropriação da informação. Entretanto, conforme Safatle (2016), entendemos que o conceito de apropriação não engloba o que de fato ocorre com os afetos nesses espaços. O que parece ocorrer é o processo de incorporação de tais criações, pondo em foco que os processos ocorrem corporalmente e que é justamente o corpo que proporciona essas práticas estéticas que envolvem o relato, sendo essas práticas mediadas ou não.

Concerne à biblioteca pública perceber-se como um **local da diferença, conflitos e tensões**, em que esta é a quarta proposição que fazemos considerando que o encontro dos sujeitos, independente de ocorrerem dentro da biblioteca ou fora dela, devem possibilitar o ato de conhecer o outro, ou seja, a travessia que rompe com o que é próprio. É o que Homi Bhabha chama de terceiro espaço, em que construir uma *terceiridade*⁶⁹ coloca

⁶⁸ “[...] qualquer produção artística está sempre ligada, com menor ou maior evidência ou consciência, aos lugares e aos tempos vividos por seus autores. [...] São criações que estabelecem e que reiteram, a cada ambiente e a cada momento, um conjunto de pistas e de vestígios que desenham maneiras singulares de estar no mundo, próprias a uma dada comunidade. É nesse sentido que se pode dizer que essas criações são equivalentes sensíveis de uma determinada realidade e se configuram, portanto, como práticas de representação. [...] São práticas artísticas que contribuem para delimitar aquilo que é visto, dito e plenamente entendido em conjuntura social específica, estabelecendo o que o filósofo Jacques Rancière chama de uma ‘partilha do sensível.’” Anjos (2017, para. 3).

⁶⁹ “Tal ideia aproxima-se da concepção de terceiro espaço proposta por Homi Bhabha, enquanto âmbito intersticial, intermediário, um espaço e um tempo de ‘terceiridade’ que se produz pela negociação da contradição e da ambivalência. O terceiro espaço ‘tem a ver com negociar a

o sujeito e seus locais de interação em um aspecto privilegiados de transformação e abertura à alteridade e ao devir.

Como mencionamos, esta abertura ao devir será feita no encontro entre corpos que dialogam doravante diferentes narrativas e que apresentam diferentes contextos e experiências. Diante disso, e observando-se os dissensos que ocorrem no ato de narrar e de dialogar com o outro, o **processo de abertura pode ser possível se ocorrer com foco na comunicação dialógica e dialética**, sendo esta a quinta proposição que fazemos sobre a biblioteca pública.

Dito isto, entendemos que a biblioteca pública, como uma instituição cultural, precisa ser participativa, o que ocorrerá com diálogo mediante abertura para diferença. Nesse aspecto entra a mediação da informação, em que convém interperlar: como a informação deve ser mediada? Para Henriette Gomes (2014b), o mediador da informação é um cuidador, e indica a importância de pesquisas de aspecto psicológico, estético e ético que envolvem o processo de mediar. Ainda posiciona o pertencimento como sentimento importante ao ambiente da mediação da informação. No entanto seria o pertencimento e o ato cuidador a resposta para que ocorra diálogo entre o público da biblioteca?

Para Vladimir Safatle (2016) o pertencimento tem em si características das individualidades hegemônicas, o que vai no caminho inverso do princípio da biblioteca pública de garantir abertura para diferença⁷⁰. O objetivo não é acabar com o pertencimento, mas questionarmos o seu destaque como resposta última, entendendo que determinados sujeitos não sentirão pertencimento em um lugar que os afetos são mobilizados de jeito formativo, e não transformativo, visto que a formação tem seu objetivo como algo

alteridade, não com acomodar diversas culturas ou identidades múltiplas em um mesmo lugar' (Bhabha, 2013, p. 32).” Oliveira (2017, p. 288–289).

⁷⁰ “A hipótese freudiana a respeito de nosso pertencimento a uma era teológicopolítica passa assim por insistir como a força do poder pastoral está assentada em sua capacidade de retomar um processo de constituição de individualidades, ainda hegemônico, que se inicia no interior do núcleo familiar. É a repetição entre ordens distintas de socialização, a família e as instituições sociais, que dá ao poder pastoral sua resiliência. [...] Processo de aquiescência à norma através da internalização da autoridade e da violência que Freud descreve graças a sua teoria do supereu.” Safatle (2016).

terminado, e a transformação é algo em contínuo desenvolvimento. Esse desenvolvimento constante possui em si a sensação de incômodo, pois ao envolver o diálogo de modo dialético, nos vemos confrontados com a experiência da negatividade daquilo que é constantemente afirmado⁷¹. Logo, possibilita-se a identificação pelo que nega a identidade, como temos visto nas produções de corpos trans, como é o caso do teórico trans Paul B. Preciado (2019), que evidencia a sua viagem de gênero como um tremor que leva ao desconhecido, que expõe o processo não-identitário como uma cicatriz no regime de subjetividade binária, e da necessidade de se utilizar uma nova ortografia para se produzir novas experiências de vínculo social.

Uma das maneiras de produzir essa experiência com o negativo se dá como consequência da arte e da estética, que, sempre em movimento, permitem finalmente a travessia para uma outra maneira de vinculação social⁷². É o que Teixeira Coelho (2006) já nos alertava para o que seria a ação cultural: um movimento que não se tem um objetivo último, mas que se vê como um processo sem um fim determinado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos nosso percurso tentando estabelecer, como na filosofia, questionamentos que não necessariamente apontam para uma resposta objetiva aos problemas que enfrentamos ao pensarmos a biblioteca pública como um ambiente de acesso público, livre e democrático. Não tentamos fazê-lo de forma objetiva, pois seria arriscado afirmar qualquer coisa, já que não tratamos apenas de uma biblioteca pública, mas várias bibliotecas públicas, com diferentes potencialidades e que se realizam em territórios que exigem demandas específicas. O que une, talvez, todas essas

⁷¹ “Tais identificações, que permitem a efetivação de *uma lógica da incorporação que, de certa forma, nega-se a si mesma*, têm algo de insuportável na medida em que desamparam os sujeitos de determinações estáveis e seguras. Eles os despossuem, produzindo um desencontro que, mesmo sendo violentamente recusado de início, continua ressoando até ser capaz de criar laços políticos completamente novos.” Safatle (2016).

⁷² “[...] o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo.” Safatle (2016).

bibliotecas, seja mesmo essa diferença, característica sublime que pode ser tecida por diversas experiências corporais.

Isso nos faz pensar ainda mais sobre a quinta lei de Ranganathan que, ao colocar a biblioteca como um organismo em crescimento, vemos um corpo que está em movimento, e, por isso, um corpo que se afeta e que afeta outros corpos. Portanto, sua representação, organização e mediação da informação será neste *lugar de memória*, como propõe Nora, com todas as suas problemáticas que podem envolver representações estatais – que envolvem a crise democrática e o poder regulatório –, mas também não se pode perder de vista este espaço como um lugar de narrativas, que poderão transformar esse espaço para que, diante do incômodo e do estranhamento, possa gerar a abertura para novas experiências no corpo da biblioteca pública.

Esta experiência corporal pode ser tecida de maneiras exploratórias e que busque outras formas não eurocêntricas de narrar experiências locais e que tem elo com a memória e a preservação do que nós somos e do que nós fomos, utilizando o que Mirian Aquino e Pereira (2010) denominaram de ética de compreensão diante do diferente. Essas contribuições são de vera relevância para a Ciência da Informação em diálogo com a Teoria do Imaginário⁷³, de Gilbert Durand, onde é oportuno ressaltarmos o impacto das narrativas traçadas pelo mito, que devem ser legitimadas como meios de compreender a realidade, e que não deixa de ser uma narrativa, como é o caso dos relatos dos iorubás mencionados pelas pesquisadoras.

Ou seja, nossas construções ao longo deste capítulo se alinham sobremodo com o conhecimento da perspectiva do Sul e com o Grupo Latino-Americano de Bibliotecas de Abya-Yala, pois entendemos este lugar da biblioteca pública como o lugar da alma que, segundo Zambrano (2003), está além do conhecimento intelectual, pois expressa-se além das vias conscientes do sujeito.

⁷³ “Teoria durandiana vai mostrar que à medida que a razão perde seu espaço de senhora absoluta da verdade e dos problemas que assolam a sociedade, insere-se no universo acadêmico e social o estudo do símbolo e do imaginário, dando-se importância ao mundo subjetivo, interpretativo, imaginário inerente ao homem com o propósito de reconhecer as imagens que estruturam suas obras e a si mesmo, como soluções para o desvendamento de aspectos nunca abordados no estudo humano.” Aquino e Pereira (2010, p. 122).

Assim, retomamos algumas proposições na seção *Profanando o silêncio da biblioteca pública: conflitos e tensões* que se colocam como resultados da nossa pesquisa para pensarmos a biblioteca pública, tendo em foco nossas investigações sobre o afeto e sua relação com esse corpo da biblioteca, que são:

- a) a biblioteca pública é um bem cultural que deve ser dessacralizado para ser experienciado;
- b) a biblioteca pública é um lugar de narrativas e um lugar de memória que pode contribuir para a transformação dos indivíduos em sujeitos políticos;
- c) a biblioteca pública é um local privilegiado de experiências e não somente de representações memorialísticas e identitárias;
- d) perceber a biblioteca pública como um local da diferença, conflitos e tensões;
- e) o processo de abertura para diferença pode ser possível se ocorrer com foco na comunicação dialógica e dialética.

Ao pensar neste local, surgem algumas reflexões sobre como assegurar a existência desta alma sobretudo no contexto de bibliotecas (como é o caso da pública) cuja manutenção parcial depende das políticas culturais públicas sempre tão fragilizadas no contexto brasileiro – que se encontra em estado constantemente frágil diante da democracia sempre em risco. Tão arriscada quanto nossa democracia, é tentar recuperar uma resolução para este problema. Mas tal resolução não pode ser outra, senão buscarmos, na medida que podemos, como profissionais da informação e também como sujeitos políticos, levar esse debate para fora do círculo acadêmico, ouvindo outras vozes, fazendo correr pelos corredores, becos e vielas essa fragilidade que não se trata de algo exclusivamente *nosso*, mas que se refere a todos os corpos políticos da nossa época. Por isso é nosso dever como sujeitos nos jogarmos em espaços que não conhecemos e nos colocarmos à disposição de conhecê-los. Há de se admitir que há um risco em toda possibilidade de movimento, mas se continuarmos estagnados nós continuaremos sendo mortos *todos os dias* (com ou sem pandemia).

Novamente podemos nos deparar diante do conflito, pois ao irmos contra o Estado de direito, não estaríamos indo contra a biblioteca pública? Para respondermos a essa questão, retomando o debate sobre a defesa da biblioteca pública proposto por Naomi Klein, em que precisamos questionar anteriormente o que significa algo ser *público*. Ele é de todos, sem exceção, ou esse público é apenas para aqueles que a instituição valida como dignos de direito? Se falarmos todos, nos livramos de amarras que separam nós dos outros, da diferença, da dualidade e projeção binária da ciência moderna para um movimento decolonial, e então nós poderemos assim, criar, como propõe Preciado e Safatle, novas formas de vínculos sociais. Mudando os vínculos sociais, mudamos a nós, e, desta maneira, também transformamos a maneira como a biblioteca pública se corporifica.

Concluimos que o afeto é um conceito fundamental para se pensar sobre, a partir e com as bibliotecas públicas na contemporaneidade, na medida em que pode se tornar um horizonte para as nossas epistemologias latino-americanas. Será o caso de traçar, para próximas pesquisas, um esforço cada vez maior para nos aproximarmos de uma Ética da libertação, teoria proposta pelo pesquisador argentino Dussel *et al.* (2007), em busca dessa crítica ao conhecimento epistemológico eurocêntrico que foi construído pela marginalização do conhecimento latino-americano. Nossa proposta vem para dar mais um passo no entendimento daquilo que nos cerca, mobilizar tais transformações, ainda mais conscientes de nossas limitações, e, graças a isso, ainda mais perto de encontrar as nossas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- Anjos, M. dos. (2017). *A arte brasileira e a crise de representação*. Instituto Moreira Salles. Recuperado de <https://revistazum.com.br/colunistas/crise-de-representacao/>
- Aquino, M. A., & Pereira, C. C. M. (2010). A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação da memória. *PontodeAcesso*, 6(2), 110–135.

- Azevedo, F. C. de (2012). 200 da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(2), 2–25.
- Coelho, T. (2006). *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense. (Primeiros Passos: v. 216)
- Dussel, E., Alves, E. F., Clasen, J. A., & Orth, L. M. E. (2007). *Ética da libertação: Na idade da globalização e da exclusão* (3. ed.). Petrópolis: Editora Vozes
- Fonseca, E. N. da, & Houaiss, A. (2007). *Introdução à biblioteconomia* (2. ed.). Brasília: Briquet de Lemos.
- Gomes, H. F. (2014a). A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19(spe), 151–163. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2264>
- Gomes, H. F. (2014b). A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, 19(2), 46. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p46>
- Gondar, J. (2016). Cinco proposições sobre memória social. *Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, 9(15), 19–40.
- Gondar, J., & Dodebei, V. (2005). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Hall, S., Silva, T. T. da, & Louro, G. L. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11. ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S., Woodward, K., & Silva, T. T. da. (2009). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (3. ed.). Petrópolis: Editora.
- Klein, N. (2003). *Librarianship as a radical profession*. Recuperado de <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL23/046.pdf>
- Le Goff, J. (1996). *História e memória* (4. ed.). Campinas: Unicamp.

- Meneses, U. T. B. de (2012). *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas* [Conferência Magna]. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto, MG, 2009, v. 2, t. 1-3, 25–39.
- Murguia, E. I. (2010). A memória e a sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. *Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus* (pp. 11-32). [S.l.: s.n.],
- Nora, P., & Aun Houry, T. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10, 7-28.
- Oliveira, L. M. B. de (2017). Sobre conquistas e tensões. *Estudos Avançados*, 32(93), 283-296. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180045>
- Petit, M., & Vidile, J. (2019). *Ler o mundo: Experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*. São Paulo: Ed. 34.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.
- Preciado, P. B. (2019). *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia* ((Eliana Aguiar, Trans.)) [Ebook]. Rio de Janeiro: Zahar.
- Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2. ed.). [Ebook]. Belo Horizonte: Autêntica.
- Santos Neto, J. A. dos., Bortolin, S., & Almeida Júnior, O. F. de (2017). A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área "comunicação e informação" e anais do ENANCIB. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18., 2017, Marília, SP. *Anais [...]* Marília: UNESP.
- Silveira, F. J. N. da. (2014). *Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa* [Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais].

BIBLIOTECA COMO UM CONTRADISPOSITIVO DE RESISTÊNCIA E DECOLONIALIDADE

Rodrigo de Sales
Dirnéle Carneiro Garcez

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que uma biblioteca pode atuar como uma rede de elementos heterogêneos e determinantes que operam como um dispositivo capaz de promover a colonialidade do saber, será que ao confundirmos, ou deslocarmos, a articulação de tais elementos poderíamos potencialmente transformar a biblioteca em um contradispositivo de resistência e decolonialidade? Esta é a principal inquietação que guiou a construção deste ensaio.

Do ponto de vista da abordagem teórico-metodológica, esta construção textual está embasada em reflexões teóricas e produções científicas de pessoas indígenas, negras e de outros grupos étnico-raciais, assim como pensadores do campo cultural, social e biblioteconômico. Definimos como objetivo refletir sobre a biblioteca como um potencial ‘contradispositivo’ de resistência. Para tanto, traçamos algumas aproximações entre o conceito de dispositivo, de Foucault e Agamben, o conceito de decolonialidade, de Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel, e a ideia de paradigma intercultural, de Natalia Duque Cardona, aqui adaptado para o termo ‘abordagem intercultural’, de modo a não colidir com a tradição kuhniana de paradigma.



Nesse sentido, delineamos este texto por meio de reflexões que abordam desde a urgência da decolonialidade, passando pela compreensão de pesquisas colocadas à margem do conhecimento científico e pela consideração de que as críticas são reais produtoras de conhecimentos, até chegarmos aos estudos que se apresentam, a nosso ver, como decoloniais e de resistência. Além disso, destacamos alguns olhares decoloniais no âmbito das bibliotecas e ensaiamos uma busca por transformá-las em ‘contradispositivos’ de resistência decolonial.

2 A URGÊNCIA DA DECOLONIALIDADE

O antropólogo Gálvez González (2018), inspirado pelo pensador e ativista político palestino, Edward Said (1935-2003), lançando um olhar crítico sobre a antropologia moderna-colonial (em prol de uma aproximação da antropologia política aos estudos pós-coloniais), chama-nos a atenção para o fato de que o conhecimento hegemônico ocidental, em grande medida, constituiu-se por meio da construção estereotipada das diferenças culturais e/ou da cultura do outro. Nas palavras do próprio autor, o conhecimento ocidental “fossilizó lo ‘otro’ en una entidad ‘exótica’ radicalmente diferente” (Gálvez González, 2018, p. 20). Essa dicotomização do *nós-eles* falseia um essencialismo de ordem ontológica que consegue disfarçar e/ou maquiar a construção histórico-colonial que discursivamente optou pela separação das culturas e dos povos e pelas distinções colonizadoras, civilizados-selvagens, civilizados-primitivos, civilizados-exóticos etc.

O pensador e ativista político indígena Ailton Krenak, em suas falas mais recentes, vai mais além e nos alerta que a ‘mania’ de separação se dá de forma ainda mais profunda e enganosa, dá-se já na separação do humano com o planeta, desconectando a vida/natureza como um todo, promovendo, com isso, uma relação de dominação-exploração ao invés de uma vivência plena. Em outras palavras, optou-se pelas explorações e dominações desenfreadas ao invés da experiência de se estar ‘radicalmente vivo’. “Alguns povos têm o entendimento de que nossos corpos estão relacionados com tudo o que é vida, que os ciclos da Terra são também os ciclos dos nossos corpos. Observamos a terra, o céu e sentimos que não estamos dissociados dos outros

seres” (Krenak, 2020, p. 45). A herança grega, que em determinado momento da história ocidental resolveu entender o mundo como um mecanismo, e que este mecanismo poderia ser compreendido e dominado pela humanidade, decididamente apavora os pensadores dos povos originários.

Amigos que trabalham com história da filosofia e da tecnologia me disseram que o desvio dos humanos em seu sentimento de pertencimento à totalidade da vida se deu quando descobriram que podiam se apropriar de uma técnica. Atuar sobre a terra, sobre a água, sobre o vento, sobre o fogo, até sobre as tempestades que antes interpretavam como sendo fruto de um poder sobrenatural. Nas tradições que eu compartilho, não existe poder sobrenatural. Todo poder é natural, e nós participamos dele (Krenak, 2020, p. 56).

O pensamento de povos indígenas, como o enunciado por Ailton Krenak, de vivermos como corpos que soam e ressoam, assim como todos os corpos da natureza (rios, montanhas, pedras, ventos, florestas etc.), pode ser um contraponto relevante à cisão construída pelo pensamento ocidental que rivalizou historicamente indivíduo-planeta e civilizados-selvagens. Mas indagar e contrapor esta rivalidade pode ser escopo de um estudo futuro. Por ora, nossa tentativa de decolonização/decolonialidade se deve, dentre outras coisas, ao fato de que tais cisões e tais antagonismos são discursos coloniais que potencializam violências diversas, como é o caso da violência epistêmica.

A socióloga Gaytán Zamudio (2018, p. 31), fazendo referência ao filósofo esloveno Slavoj Žižek e discorrendo sobre violências epistêmicas, afirma que a violência pode ser exercida de diversas formas e “la mayoría de las veces se hace de forma imperceptible, no porque su fuerza sea menos destructiva, sino porque dicho ejercicio es parte ya de nuestra cotidianidad”. Para a autora, a violência epistêmica faz parte de uma violência objetiva que opera tanto no processo de invisibilização e exclusão de quem é oprimido,

quanto na demasiada visibilização e afirmação de quem é opressor, dando vez, assim, a uma realidade condicionante de dominação colonial.

Assim como Gálvez González (2018), inspirada também em Edward Said, Gaytán Zamudio (2018) elucida que o poder de dominação colonial/imperial, no contexto da Modernidade, não se limitou a uma submissão militar e/ou a uma ameaça explícita de morte, mas avançou para as formas de se representar o ‘eu’ e o ‘outro’, reforçando os estereótipos de separação e cristalização das diferenças ancoradas, por sua vez, em discursos que promovem a relação dominantes-dominados. Segundo a autora, “Dicho ejercicio no es menos violento, pero descansa sobre el elemento ideológico” (Gaytán Zamudio, 2018, p. 32).

Embora a crítica à colonialidade não seja uma novidade, pois essa narrativa já marcava presença nas décadas de 1960 e 1970, numa perspectiva anticapitalista limitadamente solidária aos chamados povos de “terceiro mundo”, tal movimento, segundo Gaytán Zamudio (2018), não questionou o quadro epistemológico do próprio discurso, marcado ainda pela lógica eurocêntrica. Por esta razão, a autora, em grande medida, nos desafia a alcançarmos uma postura mais propositiva:

Ya no sólo se trata de denunciar que se encuentran en operación dispositivos de dominación colonial, aun en nuestros discursos anticoloniales más críticos, sino además es necesario construir un camino hacia la decolonización de nuestros saberes que desde una crítica constante sea capaz de recuperar y revitalizar la labor de la teoría crítica (Gaytán Zamudio, 2018, p. 33).

Nosso caminho em direção à decolonialidade se situará naquilo que foi denominado “paradigma intercultural” por Natalia Duque Cardona, pesquisadora colombiana que, juntamente a outras pesquisadoras e pesquisadores, já vêm entoando vozes em prol de uma independência

epistemológica da Biblioteconomia e da Ciência da Informação a partir da América Latina.

Para além dos já consolidados paradigmas enunciados por Rafael Capurro para a Ciência da Informação (paradigmas físico, cognitivo e social), Duque Cardona (2020) propõe a ideia de um paradigma intercultural. Para a autora, os paradigmas anteriores, embora tenham avançado suas perspectivas de uma dimensão individual para uma dimensão coletiva/social, ainda se realizam com base em uma análise disciplinar da Ciência da Informação a partir de um marco analítico eurocêntrico.

A construção de uma abordagem que dê conta da diversidade cultural produzida pela grande pluralidade de existências precisa ser concebida por meio do diálogo de saberes (Duque Cardona, 2020). No entanto, não se trata de saberes necessariamente científicos, mas principalmente de saberes produzidos e disseminados pela pluralidade dos povos ancestrais e originários e pela pluralidade de mulheres, homens e grupos locais e regionais. Segundo a autora, isso implicaria em estarmos atentos aos diversos modos de produção de informação e aos diversos modos de construção do conhecimento, verificáveis a partir da relação dialógica dos saberes aí produzidos.

Duque Cardona (2020) assim delinea os traços característicos do que chamou de paradigma intercultural da Ciência da Informação:

Es posible que una propuesta de este tipo pueda desarrollarse en un marco analítico decolonial y que se fundamente en los estudios culturales y las epistemologías del sur, procurando que la producción y transferencia de la información no responda exclusivamente a la lógica de reproducción de un conocimiento científico, sino que involucre el conocimiento local, situado, contextualizado y en consonancia con la historia y memoria latino-americana (Duque Cardona, 2020, p. 65).

Percebemos, na proposta de Cardona, uma primazia à visibilização dos conhecimentos/saberes produzidos e transferidos por povos locais e historicamente não-representados. Trata-se, assim, de um esforço de construir uma abordagem que combata a lógica hegemônica de violências epistêmicas, como denunciada por Gaytán Zamudio (2018). Entretanto, procurando não colidir com a ideia de paradigma cunhada por Thomas Kuhn, que serviu de base para a identificação dos paradigmas da Ciência da Informação de Rafael Capurro, preferiremos não fazer uso do termo paradigma intercultural, mas sim ‘abordagem intercultural’. Tal postura se explica pelo fato de que para Kuhn (1997), os paradigmas seriam uma espécie de arquétipos ou modelos de pensamentos e de resoluções de problemas identificáveis em determinado período. Nas palavras do próprio autor, “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1997, p. 13). Nos parece que a ideia kuhniana de paradigma remete sempre ao reconhecimento do que já existiu enquanto modelo de fazeres científicos, assim, impossível de ser proposto *a priori*, mas sim identificado e analisado *a posteriori*.

Nesse sentido, entendendo a pertinência e a relevância da proposta de Duque Cardona (2020), que almeja descobrir, tocar e visibilizar conhecimentos latino-americanos ainda sub-representados ou invisibilizados, respeitando diversidades e pluralidades culturais e regionais, preferimos o termo “abordagem intercultural”, em vez de “paradigma intercultural”. Em outras palavras, concordamos com Duque Cardona que uma nova abordagem é necessária para nos decolonizarmos da perspectiva eurocêntrica, e que esta nova abordagem deva ter como horizonte a interculturalidade, mas, para tal, utilizaremos a palavra ‘abordagem’ que, a nosso ver, permiti desbravar ações futuras.

Assim, gostaríamos de explorar esta abordagem experimentando, ainda que preliminarmente, a ideia de que a biblioteca, enquanto associação

que promove redes⁷⁴, pode se tornar um ‘contradispositivo’ em prol de um movimento de resistência e de decolonialidade.

Entendendo que um exercício de decolonialidade não precisa necessariamente se nutrir de rivalizações geográficas, pelo contrário, pode se alimentar muita mais na afirmação e na construção de um processo de visibilização epistêmica (antes invisível) que promova a coexistência de diferentes perspectivas e movimente os holofotes dos protagonismos, lançaremos mão do conceito de “dispositivo” (aquele que coloniza), já denunciado por Foucault e Agamben, para alavancar uma ideia de “contradispositivo” (aquele que pode decolonizar).

3 ESTUDOS DE RESISTÊNCIA COMO UM CAMINHO

A decolonialidade surgiu no instante em que o colonizado interviu e se opôs às pretensões de seus colonizadores (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016). E desde então, interlocuções têm sido realizadas por meio de abordagens contra as perspectivas hegemônicas no conhecimento. Os estudos decoloniais partem de pensamentos de grupos colocados em lugares de opressão e de sub-representação, como mulheres, grupos étnico-raciais e povos originários de populações que estão à margem da sociedade, como é o caso dos de origem latina, indígenas, entre outros.

A decolonialidade tem sido debatida em estudos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas as Ciências Sociais, a Geopolítica, o Direito e áreas afins. Isso demarca o percurso de uma (re)existência epistêmica (Passos, 2019) presente em textos que objetivam estabelecer diálogos entre os atores sociais como no caso de negros, indígenas, ameríndios e outros. Entretanto, muitos dos discursos que se propõem decoloniais estão atribuindo relações entre os sujeitos que foram marginalizados colocando-os no lugar do outro quando abordam a produção de conhecimentos, o que torna então uma recolonização do conhecimento elaborado, em que tais perspectivas são

⁷⁴ Murguía (2010) entende que bibliotecas são associações que congregam, contra ou a favor, diferentes grupos, redes e ideias e, assim, são espaços sociais justamente em seu caráter associativo.

fundamentadas em “um multiculturalismo teórico, racializado e que exotiza estes corpos” (Silva Viana & Moura, 2019, p. 4).

Denominamos estudos decoloniais aqueles que tiverem em suas abordagens assuntos relacionados a: a) discussões sobre opressões, sub-representações e relações de poder e dominação contra populações colocadas à margem, tais como as populações africanas, ameríndias, mulheres, LGBTQIA+ etc.; b) discussões sobre produções de conhecimentos de populações geograficamente privilegiadas (norte global), mas que estão à margem das sociedades que pertencem; c) produções científicas que promovem uma reflexão crítica à colonialidade dentro das diversas áreas do conhecimento e propõem a decolonialidade como alternativa de enfrentamento.

No que concerne à produção de conhecimentos, abordagens que se dispõem a criar reflexões sobre o currículo, a academia e o fazer científico decoloniais também são evidenciadas. Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro apresentam em sua pesquisa, intitulada “Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020)”, meios que permitem a emancipação e decolonização de currículos os quais as autoras consideram insurgentes. Na perspectiva das autoras, currículos insurgentes partem de instituições de ensino que se opõem às matrizes hegemônicas de saber, tendo seus currículos direcionados pelos limites teórico-práticos decoloniais (Passos & Pinheiro, 2021).

De acordo com Michele Guerreiro Ferreira e Janssen Felipe da Silva (2015, p. 82), o currículo é “um território epistêmico onde foram plantadas as sementes da árvore do esquecimento, sendo regadas através de práticas curriculares eurocentradas”. Claudia Miranda (2013) evidencia que as práticas curriculares elegidas pelas instituições de ensino devem ser debatidas como elementos de um mesmo constructo de inspiração, e que isso configura um revés para os atuantes nos embates antirracistas e anticoloniais.

Os movimentos sociais têm se libertado pouco a pouco das amarras coloniais e, ainda de acordo com Ferreira e Silva (2018, p.107), a construção de um currículo deve ser encabeçada por aqueles que atuam “para além da política, da teoria e da prática curricular [e] da relação entre todas estas

dimensões”. Desta forma, ainda que visíveis os sofrimentos causados pela colonização, os fundamentos da racialização e da racionalização são debatidos através da descentralização das relações epistêmicas.

Estudos ligados à História, à Educação, à diversidade cultural e linguística do país também vêm promovendo resistência à colonialidade do saber, entendida como a perpetuação da hegemonia eurocêntrica em que este conhecimento é visto como superior (Silva, Baltar, & Lourenço, 2018). Ana Paula da Silva (2019), em pesquisa intitulada “Saberes tradicionais Tupi: estar junto, aprender, Nhembojera”, retrata a transmissão de saberes e práticas tradicionais dos povos Tupi, fazendo uso de análises classificatórias da fauna e flora desses povos para debater o sistema taxonômico e a língua tupinambá. Segundo a autora, é evidente que esses saberes são perpetuados ao longo das gerações, sendo “fundamentais para futuras elaborações complexas e para renovação e preservação dos saberes tradicionais de um povo” (Silva, 2019, p. 391).

Ainda neste contexto, Isabel Teresa Cristina Taukane aborda as perspectivas contra-coloniais em suas produções sobre os saberes originários de populações indígenas. Em sua tese intitulada “Kurâ Iwenu (a nossa pintura): performance e resistência na pintura corporal Kurâ-Bakairi”, Taukane (2019) discorre sobre a pintura corporal do povo Kurâ-Bakairi e como essa prática de resistência se mantém diante do processo de colonização.

No que concerne às críticas ao conhecimento ocidental e a seus regimes de verdade, Linda Tuhiwai Smith (1999), uma mulher Māori indígena colonizada, apresenta, na obra *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*, a reflexão de como a descolonização estabelece relações com o imperialismo e o colonialismo em diversos níveis, dos quais “um desses níveis está preocupado em ter uma compreensão mais crítica dos pressupostos, motivações e valores subjacentes que informam as práticas de pesquisa” (Smith, 1999, p. 21).

Observamos, assim, que a perspectiva decolonial, as reflexões e produções de conhecimentos contra-hegemônicos e as discussões sobre os lugares de opressão e invisibilidade têm sido debatidas em diversas áreas do

conhecimento. Nossa perspectiva de decolonialidade estará aqui direcionada para o universo das bibliotecas, especialmente das bibliotecas públicas.

4 OLHARES DECOLONIAIS NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS

Seria uma das funções das bibliotecas públicas, de acordo com Tanus et al. (2020, p. 3), atuar “como um espaço sociocultural que disponha produtos, serviços e acervos informacionais para a comunidade em geral, possuindo em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplas materialidades”, sendo este, portanto, um ambiente de pluralidade epistêmica. Entretanto, a existência de uma pluralidade epistêmica em bibliotecas não condiz com a realidade no Brasil, uma vez que nos parece evidente o predomínio de acervos que trazem o olhar do branco de origem europeia, invisibilizando e, quando muito, sub-representando os demais olhares.

Francilene Cardoso (2011, p. 57) apresenta em sua dissertação a biblioteca pública como aparelho hegemônico do Estado e, segundo a autora, essa estrutura social se manteve historicamente através de princípios e convicções provenientes daqueles que estavam no poder (Cardoso, 2011; Silva, 2017). Desta forma, no que concerne a uma hegemonia em bibliotecas públicas, esta ocorre por meio de coleções, acervos e ações culturais apoiados nos “objetivos da classe dominante em garantir a hegemonia política que sustenta seu poder, utilizando, entre outros, a lembrança e o esquecimento como instrumentos para a dominação” (Cardoso, 2011, p. 59).

Na obra “O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra”, Francilene Cardoso (2015) infere que a biblioteca pública atua na promoção do pensamento branco elitizado, uma vez que não se preocupa em construir uma identidade racial, defendendo e representando os conflitos socioculturais e ideológicos. Além disso, como se não fosse muito a ausência de materiais bibliográficos em seus acervos, a população negra tem constantemente seus materiais e memórias excluídas desses espaços informacionais.

Gustavo Tanus e Gabrielle Tanus (2020, p. 258), ao analisarem a inserção da literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas, destacam que essas são lugares que fomentam o pensamento branco, visto que a diversidade cultural brasileira não é retratada em seus acervos, favorecendo a manutenção da branquitude que através do racismo “naturaliza e universaliza as identidades construídas por uma ideologia de superioridade de uma raça frente as outras, que gesta justificativas para privilégios tanto simbólicos quanto materiais” (Tanus & Tanus, 2020, p. 258).

Os saberes considerados científicos são historicamente vinculados ao pensamento colonial, que acaba invisibilizando e excluindo as formas de conhecimentos não hegemônicos produzidos em partes do globo antes vistas como periféricas (Silva, 2020). Amaral, Costa e Pereira (2019) destacam que as produções intelectuais realizadas por pessoas negras não recebem a mesma credibilidade devido ao fato de os negros não serem vistos como produtores de conhecimento científico, bem como à supervalorização das produções oriundas de pessoas não negras, fato que acarreta a violência contra a diversidade étnica brasileira e contra a pluralidade de perspectivas epistemológicas que poderiam compor os acervos de bibliotecas.

Nesse sentido, a biblioteca corre o risco de continuar operando como um dispositivo que promove o pensamento hegemônico e a racialidade branca (Honma, 2005). No entanto ações de insurgências vêm ocorrendo, mesmo que de forma incipiente, no contexto brasileiro, e destacamos aqui duas dessas ações. Julia Judith Supo e Emir José Suaiden (2018) apresentam o impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas na Universidade de Brasília (UnB), além de verificarem as formas de uso e possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes ao fazerem uso destas plataformas. Foi observado pelos autores que, embora ainda com pouca frequência, os estudantes indígenas da UnB acessam sim as bibliotecas digitais, mas com acentuadas dificuldades devido à questão da língua portuguesa e da cultura tecnológica.

Também relacionado aos povos indígenas, o trabalho intitulado “As minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública na Amazônia”, de Soraia Pereira Magalhães (2020), aborda a equidade informacional a partir da análise da biblioteca pública no

município de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas. A autora destacou que além de não dispor de um profissional bibliotecário, a biblioteca também não possuía material bibliográfico que abarcasse as multilinguagens da região, inferindo que embora a área promova reflexões acerca das minorias, não induz à realização de estudos ou a criação de políticas de inclusão nos acervos de bibliotecas.

Embora a discussão atinente aos acervos seja fundamentalmente importante para o debate biblioteconômico, e de igual maneira para o debate decolonial, nossa reflexão abordará aspectos que vão além da questão dos acervos e das coleções, envolvendo assim instrumentos, comportamentos, discursos, pessoas, espaços etc., abordando a biblioteca como uma rede, como um dispositivo, ou como um contradispositivo.

5 BIBLIOTECA COMO UM “CONTRADISPOSITIVO” DE RESISTÊNCIA DECOLONIAL: A PROFANAÇÃO COMO POSSIBILIDADE

Não queremos sugerir que a biblioteca, enquanto possível contradispositivo, não será por vezes composta por coisas ditas e não-ditas ou, talvez, por alguns elementos semelhantes aos que existem nos dispositivos relatados por Foucault e Agamben. Tampouco queremos ingenuamente afirmar que este contradispositivo, que aqui ensaiamos, se libertará de uma vez por todas das redes e estratégias que nos capturam. Menos ainda, procuraremos inocentemente num gesto de mera oposição sugerir que um dispositivo possa virar um contradispositivo se alguns ajustes de enfoque forem realizados, como se um simples ‘virar de chave’ fosse capaz de fazer um dispositivo operar de modo adequado. Giorgio Agamben (2009) já foi categórico ao dizer que é o dispositivo que nos captura, e não o contrário – nem tentaremos aqui em vão persuadir o leitor e a leitora de que teríamos alguma espécie de controle sobre os dispositivos. O que pretendemos, mesmo que em nível especulativo, é criar uma ideia de que as bibliotecas podem ‘estrategicamente’ operar como uma espécie de contradispositivo.

A compreensão de que bibliotecas são espaços sociais, na medida em que seu caráter associativo permite a formação de diferentes redes (Murguia, 2010), é potente no que se refere ao alcance que as bibliotecas podem ter em esferas coletivas/sociais. Por consequência, é igualmente potente para se ensaiar sua função estratégica como um contradispositivo. Entretanto, o promissor alcance social das bibliotecas carece de um exame um pouco mais detalhado. Por isso, algumas alusões às considerações de Victor Flusser nos servirão de inspiração para a construção da ideia de uma biblioteca enquanto contradispositivo operando em um movimento decolonial. No entanto, diferentemente de Flusser (1980), não procuraremos aqui relacionar comparativamente uma biblioteca tradicional a uma “biblioteca-ação cultural”, pois isso poderia dar a falsa impressão de que estamos sugerindo que a primeira fosse uma espécie de dispositivo enquanto a segunda assumiria um papel de contradispositivo. Repetindo o que afirmamos anteriormente, um contradispositivo não será aqui entendido como uma simples oposição ao dispositivo. Ensaiaremos nossa ideia no sentido de que um contradispositivo possa ser aquilo que escape, que escorregue e, mesmo, confunda os elementos dos dispositivos.

Na década de 1980, Victor Flusser, que se auto identificava como um animador cultural no universo biblioteconômico, publicou três artigos que juntos buscavam enunciar traços característicos de uma biblioteca verdadeiramente pública. Para tanto, Flusser (1980) enunciou atributos para aquilo que foi por ele denominado de “biblioteca-ação cultural”, em contraposição às chamadas bibliotecas tradicionais; instigou uma transformação na formação do bibliotecário, que para o autor deveriam ser de fato “animadores culturais” (Flusser, 1982) e; abordou a biblioteca como um legítimo instrumento de ação cultural (Flusser, 1983).

Nos três textos citados acima, o ponto de vista de Flusser (1980, 1982, 1983) esteve direcionado a promover uma biblioteca que se desenvolvesse a partir não somente das necessidades dos chamados públicos reais ou públicos potenciais (que poderiam se tornar reais) mas, principalmente, que se desenvolvesse a partir do “não-público”, invisibilizado não apenas nas e paras as bibliotecas, mas invisibilizados dentro de um amplo projeto de exclusões sociais. Para o autor, para que uma biblioteca fizesse sentido e se tornasse

realmente pública, ela deveria ser um espaço que ecoasse a própria comunidade invisibilizada – o não-público.

Quarenta anos depois, Rodrigo Rabello e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2020) retomam esta ideia do não-público de Flusser e a associa à ideia de ‘ralé brasileira’, do sociólogo Jessé Souza, dando vez ao termo ‘ralé estrutural’ para se referir àqueles que estão à margem das mais variadas esferas sociais, inclusive da biblioteca e da biblioteconomia. Os autores, ao discutirem criticamente a respeito de estudos de comunidades usuárias de informação, nos convidam, pode-se dizer, a compreender o não-público de uma biblioteca como um dos frutos, ou consequências, de um *modus operandi* político-social que fez, ou permitiu, existir a formação de uma ralé estrutural. No citado artigo, Rabello e Almeida Junior (2020) mostram como os usuários de informação (públicos reais ou potenciais) estão distantes do ‘não-público’ vindo da ‘ralé estrutural’ que, por sua vez, se tudo continuar como está, nunca se tornarão público real.

A existência de uma chamada ‘ralé estrutural’, que por si só faz gritar o fracasso da sociedade capitalista, parece se construir num continuado exercício de separação, que separa indivíduos dos objetos (materiais e imateriais) de cultura e conhecimento. Mais que isso, forjam-se conceitos de cultura e conhecimento elitistas que só podem ser acessados por aqueles que possuem um preparo intelectual mínimo, como educação formal, domínio de línguas, capacidade de tocar instrumentos musicais, capacidade de reconhecer obras de arte e por aí vai. Esse pensamento de ser ‘intelectualmente’ ou ‘educadamente’ capaz de acessar à cultura e ao conhecimento (fabricados tão somente para alguns versados) parece ser a chave do segredo (ou chave da segregação) que permite existir estruturas sociais que são consideradas ‘ralés’. Por consequência, permite existir públicos e não-públicos.

Concordando com Flusser (1980) e com Rabello e Almeida Junior (2020), que defendem a ideia de que a biblioteca deve voltar-se ao não-público, construiremos nosso argumento inspirados pela ideia de que para se alcançar um contradispositivo é necessário olhar para o não-público, uma vez que parece ser evidente que os dispositivos vigentes trabalharam com êxito para a construção dos públicos vigentes.

Em entrevista dada ao final da década de 1970, Michel Foucault afirmou que dispositivo é

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2010, p. 244).

O autor considerava que um dispositivo era “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2010, p. 244).

Agamben (2009), buscando identificar onde Foucault teria se inspirado para criar e fazer uso deste termo técnico (dispositivo), traçou uma brevíssima genealogia filológica discorrendo a respeito de termos anteriormente usados como, por exemplo, *oikonomia*, que para os teólogos fazia referência ao cuidar (administrar) a casa, administrar o local. Agamben fez referência também ao termo positividade (*positivité*) trabalhado por Jean Hippolite, que havia sido professor de Foucault. Tanto o termo positividade quanto ao termo *oikonomia*, segundo Agamben (2009), comungavam de um sentido convergente que estaria presente no dispositivo foucaultiano, uma vez que todos os citados termos queriam estrategicamente governar a humanidade, queriam aquilo que Foucault costumava chamar de governabilidade.

Nesse sentido, Agamben, que parece ter conseguido detalhar um pouco melhor a ideia de dispositivo, alargou o conceito de Foucault afirmando

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares [...] (Agamben, 2009, p. 40-1).

Para Agamben, existem de um lado os seres vivos (as coisas, as substâncias) e do outro os dispositivos. Entre esses dois lados existem os sujeitos. Assim, os sujeitos seriam o resultado da relação estabelecida entre as coisas e os dispositivos. Observa-se, aqui, o quão capturados, controlados e governados podemos estar, na concepção de Agamben, enquanto sujeitos. O processo de subjetivação, de tornar-se sujeito, passaria já pelas redes estabelecidas, pelas coisas e pelos dispositivos. Se concordarmos com Agamben, poderemos chegar à triste constatação de que somos, enquanto sujeitos, frutos de articulações de dispositivos.

Uma vez que a captura parece ser a certeza, o próprio Agamben (2009, p. 44) nos apresenta o que podemos entender como uma possibilidade de libertação: “a estratégia que devemos adotar no nosso corpo a corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-lo a um possível uso comum”. Segundo o autor, os dispositivos consagraram o que precisamos profanar. Para as religiões e para o Direito Romano, tornar sagrado seria, de algum modo, tirar algo da esfera humana e passar para uma esfera divina. O que é sagrado não pertence ao indivíduo, não é de uso humano, aos deuses pertence. Profanar o que é sagrado seria restituir ao uso humano, deixar de pertencer ao divino e voltar a pertencer à humanidade. “A profanação é o

contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (Agamben, 2009, p. 45).

Nesse sentido, o que gostaríamos aqui de extrair de Foucault e de Agamben são alguns aspectos que nos permitam a construção de um argumento contradispositivo. De Foucault, pegaremos o fato de que um dispositivo é uma rede de elementos heterogêneos, discursivos ou não, que assumem uma função estratégica para responder a uma urgência. De Agamben, pegaremos a ampliação do conceito de dispositivo e sua ideia de profanação como liberação.

Buscando ‘profanar’ para tentar desestabilizar os dispositivos que sacralizam nossas ações, nossas falas, nossas instituições etc., nos alimentaremos de uma postura que de modo algum negará os dispositivos, mas que tentará superá-los pela intempestividade, pelas fissuras, por meio daquilo que pode os tornar mais porosos e menos poderosos.

Uma biblioteca pode ser compreendida como uma rede que se estabelece na relação entre prédios, salas, instituições, estantes, mesas, balcões, computadores, sistemas informáticos, políticas de funcionamento, documentos normativos, usuários, instrumentos de gestão, processos, escritos, livros, *layouts*, técnicas etc., que juntos desempenham uma função estratégica que pode ser de educação, de cultura, de entretenimento, de formação, de conhecimento, de informação etc. Os elementos que estabelecem a rede (prédios, salas, instituições..., livros, especialidades, técnicas etc.) consolidam os ditos e não-ditos que consagram a biblioteca como a conhecemos hoje, ou seja, como um dispositivo.

Nosso exercício de profanação dessa rede que consagra a biblioteca como tal será feito não pela supressão de seus elementos, os quais efetivamente parecem desempenhar importantes papéis pragmáticos, mas, antes, pela restituição deles, deslocando seus predeterminismos de tal sorte que a rede de poderes e saberes que ali se estabelece possa passar a ser de uso comum. Em outras palavras, gostaríamos que a biblioteca passasse a ser do não-público, que a biblioteca passasse a ser um contradispositivo.

Entendemos que para construir uma biblioteca como contradispositivo não basta substituir seus elementos de captura por outros, mas sim livrá-los de seus caracteres de previsibilidade e determinismo que,

até o momento, parece ter acolhido somente o público (pré)visto. A biblioteca como contradispositivo não tem que atender ao não-público, como uma espécie de corpo estranho que surge em meio à comunidade para ajudá-la, mas sim pertencer ao não-público, ecoar o não-público, tirar da invisibilidade aquilo que os dispositivos esconderam.

A concepção de uma biblioteca, via de regra, parece ser pensada em sua totalidade a partir de uma visão institucional político-acadêmica que define previamente suas instalações (prédio, salas, escadas, rampas, portas, janelas, ventilação, iluminação etc.), *layouts* (estantes, corredores, mesas, balcões, locais de circulação etc.), acervos (documentos e suas ordenações), instrumentos (catálogos, classificações, índices e demais linguagens voltadas aos documentos), sistemas (informatizados ou não), usuários (normalmente os já esperados), profissionais (os tecnicamente capazes), regras e normas (o que pode e o que não pode). Se estes são, minimamente, os elementos que compõem a rede, ou seja, os elementos que determinam como o dispositivo vai operar, parece-nos evidente que tal dispositivo irá funcionar conforme a visão institucional que a concebeu, o que, do ponto de vista técnico, parece não haver grandes problemas, ainda mais se levarmos em conta que o universo biblioteconômico vem ao longo de décadas investindo no aprimoramento de estudos de comunidades usuárias para melhor atender a demandas informacionais, bem como nos estudos de técnicas e tecnologias mais capazes de organizar e recuperar informações. Contudo, arriscamos dizer que esforços que almejam aperfeiçoar ou potencializar ou, ainda, atualizar os elementos que já existem, contribuem muito mais para a sofisticação do dispositivo do que para seu questionamento. Em outras palavras, consagra ainda mais o que já está consagrado enquanto dispositivo.

Como dito anteriormente, investimos aqui na ideia de profanar o que está consagrado, mas não como mera arbitrariedade e teimosia, sim como proposta de restituir ao uso comum. Se os elementos que compõem a rede (biblioteca) são pensados e determinados previamente por e para pessoas já versadas em bibliotecas, provavelmente a biblioteca continuará sendo um dispositivo servindo e capturando parte da população, mas não pertencendo à população. Para se restituir ao uso comum desta rede (biblioteca) é necessário, antes de mais nada, questionar dois aspectos: a “exclusividade” de

sua concepção nas mãos daqueles que foram consagrados a fazê-la e a “previsibilidade” de seus elementos.

Tocante à exclusividade, defendemos que a determinação das instalações, *layouts*, coleções, instrumentos, sistemas, pessoas e regras, ou seja, a existência e funcionamento da biblioteca, não seja uma prerrogativa exclusiva das instituições (políticas, acadêmicas etc.), mas sim fruto de uma “escuta real” entre todos os envolvidos, públicos e não-públicos. O uso comum ocorre quando o sentido é comum. Regras, técnicas, sistemas, espaços, comportamentos são efetivamente comuns quando decididos em comum. Parece esta ser uma forma de profanar a consagração de autoridades ‘exclusivas’ para se pensar a concepção de bibliotecas. Por que membros da comunidade como um todo não podem decidir, junto com profissionais de biblioteca e demais autoridades institucionais, horários de funcionamento, tipos de informações e materiais, assuntos reais e utilitários, ambientes internos e externos, sistemas de acesso, regras de uso de uma biblioteca etc.?

Relativo à previsibilidade dos elementos da rede, uma vez aberta a “escuta comum” para a construção de uma biblioteca, o que diriam os “comuns” a respeito de nossos sistemas de classificação definidos lá no século XIX? O que diriam os “comuns” a respeito de nossos sofisticados sistemas de recuperação e disseminação da informação? E a respeito das informações e documentos que disponibilizamos? Mas para além da crítica ao que existe, porque não pensarmos colaborativamente os elementos que irão compor a rede, de forma a ecoar existências reais?

Abrir efetivo espaço para a escuta e para o pensamento colaborativo, desde a concepção de uma biblioteca, até a especulação de seus elementos, é dar vasão para intempestividade que virá. É permitir que a biblioteca opere como um constante devir, desde sua estrutura até seu funcionamento. Não tentar definir de antemão, com base exclusiva nos ensinamentos acadêmicos e profissionais, o que a biblioteca será e como ela funcionará pode ser uma forma de acompanhar o dinamismo de seu entorno. Pode ser uma forma de deixá-la em constante movimento e abri-la para aquilo que ainda não conhecemos, aquilo que ainda não retratamos, não representamos e violentamente silenciamos.

Se sua estrutura, seu funcionamento e seus elementos não estiverem previamente definidos, mas sim em constante fazer, desfazer e refazer, ecoando desejos de existências humanas diversas que ali estão ou possam estar, provavelmente a biblioteca será atravessada por ditos e não-ditos plurais e interculturais. A representatividade e a visibilidade intercultural, neste caso, não seria uma mera tentativa externa (acadêmica) que muitas vezes não alcança seus objetivos, mas estaria na própria existência e funcionamento da biblioteca que, a esta altura, começaria a confundir a lógica do dispositivo que, em grande medida, conta com elementos que controlam e disciplinam.

As regras (nunca definitivas) de funcionamento da biblioteca, em boa medida, poderiam ser pensadas pelos próprios frequentadores das bibliotecas. Da mesma forma, a cultura, a informação e o conhecimento (materiais ou imateriais) a serem acessados poderiam ser definidos e redefinidos incessantemente pelos próprios frequentadores, bem como os instrumentos que representam tais culturas, informações e conhecimentos. O protagonismo das ações especializadas que gestionam a biblioteca como um todo e dão a ela o caráter de dispositivo seria agora dividido com anseios reais de frequentadores diversos que interfeririam imprevisivelmente no funcionamento da biblioteca.

Ainda, se os elementos discursivos e não-discursivos que formam a biblioteca enquanto rede não estiverem dados de antemão, estrategicamente as funções de orientação, disciplinarização, controle, captura e modelização, que marcam um dispositivo, perderão, em grande medida, seus efeitos. Assim, a não definição prévia dos elementos que compõem a rede, ou seja, a imprevisibilidade de seus elementos, pode enfraquecer de maneira importante o dispositivo controlador. Paralelo a isso, a perda da exclusividade nas tomadas de decisão, ou seja, as decisões sendo tomadas colaborativamente entre profissionais e frequentadores (toda e qualquer pessoa, a despeito do rótulo de usuário), amplia as chances de um número plural de perspectivas culturais habitarem o espaço da biblioteca, sejam nas ações, nos instrumentos, nas coleções e nos usos do ambiente. A interculturalidade, de certa forma, se infiltraria de dentro para fora, de fora para dentro e de todos os lados, permeando toda a existência e

funcionamento da biblioteca. A imprevisibilidade dos elementos aliada à não exclusividade de quem os definem pode ser um caminho para um contradispositivo.

Estrategicamente, se os elementos (regras, instrumentos, *layouts*, documentos, informações, sistemas, pessoas, comportamentos etc.) não são previamente determinados por saberes exclusivos, o dispositivo fica instável, fragilizado pela falta de controle e captura. E isso não significa dizer que pessoas deixarão de acessar informação, cultura e conhecimento, mas, pelo contrário, passarão a experimentar e a vivenciar a informação, a cultura e o conhecimento em um ambiente que é seu, pois escolheram como usá-lo. Restituíram para si o uso comum da biblioteca por meio da profanação daquilo que a consagrava como dispositivo. Chamaremos essa biblioteca disforme, desprendida dos elementos ordenadores do dispositivo, de “contradispositivo”. Ela não rivaliza com a biblioteca-dispositivo por oposição direta, mas sim pelo transbordamento e pela promoção de uma rede mais horizontal, autônoma e imprevisível.

Se a diversidade de culturas, de gêneros, de sexualidades, de etnias, de origens e de regionalidades estiver no centro (nos elementos) de uma biblioteca que se rebela contra as ordenações prévias e exclusivas, potencialmente estaremos diante de um contradispositivo de resistência operando a favor da decolonialidade. O enfrentamento à biblioteca colonizadora pode ser mais contundente e lograr mais êxito quando, além das pessoas, as regras forem colocadas à prova. Se o dispositivo, como visto, arquiteta o controle e a salvaguarda de uma lógica vigente (ao que tudo indica, do hemisfério norte), o contradispositivo pode abrir fissuras no rígido silenciamento epistêmico e na violenta invisibilização do hemisfério sul. Profanar os consagrados dispositivos pode ser o caminho para visibilizar as epistemes do sul, restituindo, assim, ao uso comum a diversidade dos saberes e a diversidade das bibliotecas.

6 CONSIDERAÇÕES

Fizemos uso do conceito de dispositivo de Foucault e Agamben para argumentar a favor da construção de seu potencial inimigo – o contradispositivo. Nossa reflexão abordou a biblioteca como um contradispositivo que não apenas se opõem ao dispositivo, mas o confunde, o perturba, o desgoverna. Ao se desvencilhar das amarras ordenadoras e preestabelecidas que operam para a colonialidade, abre-se espaço para um devir intempestivo que pode interferir nas bibliotecas de forma a resistir ao próprio processo colonizador.

Estrategicamente, nos inspiramos em Natalia Duque Cardona para habitar o espaço da interculturalidade e criarmos nossa abordagem libertária em busca do combate à violência epistêmica, ressaltada por Zamudio, e que são reforçadas pelos dispositivos que nos disciplinam com vozes hegemônicas. Introjetar as inter, multi e pluri culturas nas bibliotecas requer abrir fissuras em todas as bases que ajudam a consolidar os dispositivos que nos colonizam, incluindo aí as bases acadêmicas e institucionais. Nesse sentido, apostamos na profanação do sagrado dispositivo-biblioteca, bem como seus ‘elementos motores’, para fazer existir uma resistência em prol do processo decolonial.

Para contribuições futuras, espera-se que diversos outros esforços sejam postos em prática para reinventarmos a biblioteca. Para criarmos, quem sabe, a biblioteca como um contradispositivo verdadeiramente decolonial, de modo a tirar da mera teoria o argumento aqui ensaiado e edificar concreta e horizontalmente a biblioteca da visibilização das epistemes, da visibilização das interculturalidades.

AGRADECIMENTOS

A coautora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado – Código de Financiamento 001”

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). O que é um dispositivo? *In: Agamben, G. O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (pp. 27-51). Chapecó, SC: Argos.
- Amaral, M. J.; Costa, L. B.; Pereira, V. A. (2019). Perspectiva afrocentrada: narrativas necessárias na educação formal. *In: IV COPENE SUL, 4., 2019, Jaguarão. Anais [...] Jaguarão: Unipampa.*
- Cardoso, F. C. (2011). *A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra*. [Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói].
- Cardoso, F. C. (2015). *O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra*. Curitiba: CRV.
- Duque Cardona, N. (2020). ¿Ciencia de la información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In: Duque Cardona, N., & Silva, F. C. G. da. Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (pp. 45-71). Florianópolis: Rocha.
- Foucault, M. (2010). Sobre a história da sexualidade. *In: Foucault, M. Microfísica do poder* (pp. 243-276). São Paulo: Graal.
- Ferreira, M. G.; Silva, J. F. (2015). Brasil/África: unidos pelo Atlântico, separados pelo currículo escolar? *In: Pereira, J. A. S., & Costa, F. B. da (org.). Saberes Múltiplos*. Recife: Editora Universitária/UFPE.
- Ferreira, M. G., & Silva, J. F. (2018). Confluências entre a pedagogia decolonial e a educação das relações étnico-raciais: elementos de uma práxis curricular outra a partir das contribuições de Franz Fanon e Paulo Freire. *In: Garcia, M. F., & Silva, J. A. N. (org.). Africanidades, afrobrasilidades e processo (des)colonizador: contrinuições à implementação da Lei 10. 639/03*. Recife: Editora UFPB.
- Flusser, V. (1980). Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 9(2), 131-138.*

- Flusser, V. (1982). O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 11(2), 230-236.
- Flusser, V. (1983). A biblioteca como instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(2), 145-169.
- Gálvez González, D. (2018). Antropología y política en Edward Said y Stuart Hall. In: López Nájera, V. R. (Coord.). *De lo poscolonial a la descolonización: genealogías latino-americanas* (pp. 13-27). Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Gaytán Zamudio, R. M. (2018). Violencia epistémica y creación de subjetividades coloniales. In: López Nájera, V. R. (Coord.). *De lo poscolonial a la descolonización: genealogías latino-americanas* (pp. 28-43). Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Honma, T. (2005). Trippin' Over the Color Line: the invisibility of race in Library and Information Studies. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*, 1(2), 1-26.
<https://doi.org/10.5070/D412000540>
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kuhn, T. S. (1997). *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Magalhães, S. P. (2020). Minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública da Amazônia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 25(1), 78-101.
- Miranda, C. (2013). Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. *Revista da ABPN*, 5(11), 100-118.

- Murguia, E. I. (2010). A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. *In: Murguia, E. I. (org.) Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus* (pp. 11-32). São Carlos: Compacta.
- Passos, M. C. A. (2019). O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. *Cadernos de Gênero e Tecnologia, 12*(39), 196-209.
- Passos, M. C. A., & Pinheiro, B. C. S. (2021). Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). *Cadernos de Gênero e Diversidade, 7*, 118-138.
- Rabello, R., & Almeida Junior, O. F. de. (2020). Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. *Informação & Sociedade: Estudos, 30*(4), 1-24.
- Silva, F. P., Baltar, P., & Lourenço, B. (2018). Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, 12*(1), 68-87. 10.21057/10.21057/repamv12n1.2018.29489.
- Silva, F. C. G. (2017). Resenha: Cardoso, Francilene do Carmo. O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 4*(1), 225-229.
- Silva, F. C. G. (2020). Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia. *In: Duque Cardona, N. D., & Silva, F. C. G. da. Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (pp. 73-117). Florianópolis: Rocha.
- Silva, A. P. (2019). Saberes tradicionais Tupi: estar junto, aprender, Nhembojera. *Cadernos CEDES, 39*(109), 379-396.
- Silva Viana, J.; Moura, M. A. (2019). Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra. *In:*

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação –
Enancib, 21., 2019. Florianópolis. *Anais* [...] Florianópolis: ANCIB.

Supo, J. J., & Suaiden, E. J. (2018). O impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas. *RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, 11(1), 675-644.

Taukane, I. T. C. (2019). *Kurâ Iwenu (a nossa pintura): performance e resistência na pintura corporal Kurâ-Bakairi*. [Tese, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso].

Tanus, G.; Tanus, G. F. S. C. (2020). Onde estão os autores e autoras negras? a literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. *Diacrítica*, 34(2), 249-263.

Tanus, G. F. et. al. (2020). A literatura afro-brasileira no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16, 1-24.

A MEDIAÇÃO DA LITERATURA HOMOERÓTICA BRASILEIRA: ABORDAGENS REFLEXIVAS SOBRE O PAPEL CULTURAL DA *BIBLIOTECA UNIVERSAL GUEI*⁷⁵

Diogo Roberto da Silva Andrade
Ana Paula Meneses Alves

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, seus instrumentos, fazeres e saberes são balizadas pelas normas de uma ordem social pautada na heteronormatividade, ou seja, entende-se que o padrão social em que as bibliotecas estão inseridas é constituído sob uma referência masculina, cisgênero e heterossexual. Para atender o paradigma pós-custodial (quando o objetivo não se volta apenas para a salvaguarda dos acervos, mas também para a fruição deste acervo) as bibliotecas precisam propor configurações que acolham e satisfaçam de melhor forma todos os sujeitos da sociedade. Pois, é sabido que o objetivo mais importante das bibliotecas é promover acesso e fomentar as leituras de forma democrática, crítica e diversificada.

⁷⁵ O seguinte capítulo é uma versão revista e condensada da seção original apresentada na monografia apresentada ao curso de graduação em Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “Biblioteca Universal Guei: levantamento bibliográfico da seção de indicação de leitura LGBTQIA+ do Jornal Lampião da Esquina”, sob orientação da Profa. Ana Paula Meneses Alves.



Oliveira (2011) aponta que, as bibliotecas como instituições que estão inclusas no contexto de mudanças sociais permitem que, a partir das leituras os indivíduos possam atuar de forma crítica e participativa no bojo social. Segundo a autora, “a função social da biblioteca enquanto uma instituição social está, principalmente, em ser um fio condutor entre indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam” (Oliveira, 2011, p. 23).

É nesse contexto que se deve questionar como as bibliotecas têm atuado para a promoção de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outros mais (LGBTQIA+). Pode-se discutir, também, se as bibliotecas ao constituir seus acervos e mediar leitura e informação fomentam a literatura para estes leitores. Pois, quando as bibliotecas e seus atores não fazem as mediações de livros e documentos – assim como os(as) escritores(as) – que versem sobre o universo LGBTQIA+ estão promovendo silêncios e invisibilidade, tanto nos acervos quanto na sociedade. Pode-se observar que o silêncio nas estantes se faz uma estratégia política, pois aludem sentidos de interdição e proibição (Ishimoto *et al.*, 2018).

Então, para questionar a atuação das bibliotecas no acesso e mediação das leituras/informação, se propõe uma reflexão histórica sobre a literatura homoerótica (gay e sáfica) nacional. A retrospectiva se dá a partir de estudos realizados sobre bibliografia contida no jornal, nas décadas de 1970-1980, que promovia a literatura para sujeitos LGBTQIA+. Simões Júnior (2013) aponta que aproveitando a brecha democrática na Ditadura Militar no Brasil, em 1978, o *Lampião da Esquina* “constrói e descreve posturas identitárias de uma das parcelas mais excluídas da memória institucionalizada, significando o homossexual enquanto cidadão e ser político [...]” (Simões Júnior, 2013, p. 62).

Entre as seções do jornal a cultura e arte na cena gay brasileira ganhava visibilidade. A seção bibliográfica *Biblioteca Universal Guei* esteve presente entre as edições de dezembro de 1979 e de junho de 1981. A seção em questão realizava papel mediador da literatura homoerótica nacional e internacional, disponibilizando livros que fossem de interesse para pessoas LGBTQIA+. Diversas vezes os livros eram escritos por escritores(as) que se orientam como gays, lésbicas e transexuais. A seção ainda comercializava via caixa-postal os

livros que indicava. A saber, *Biblioteca Universal Guei* se caracterizava como uma bibliografia analítica e comercial, por trazer os dados de entrada (autor, título, imprensa), resumo e valor das obras (Placer, 1955; Figueiredo & Cunha, 1967; Otlet, 1934/2018).

Otlet (1934/2018) propõe que bibliografias fazem o intermédio entre livros e leitores, além disso, são fontes de informação e bases documentais. Portanto, são instrumentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com enfoque nos recursos e serviços de informação, como as bibliografias, que contribuem para o acesso à informação, gerando conhecimento. Apontase, também, o caráter holístico e humanístico que se relaciona ao campo de estudo, pois segundo Freire (1989), o ato de ler emancipa os sujeitos sociais. Logo, a literatura trazida na seção foi uma possibilidade para que as identidades marginalizadas assumissem o protagonismo social, dessa forma – por meio da *Biblioteca Universal Guei* –, os sujeitos não-heterossexuais passaram a ter conhecimento de livros que versassem sobre suas vidas e cotidianos (Simões Júnior, 2013).

Portanto, pode-se inferir que ao se encontrarem refletidos nos livros nacionais não-heterossexuais, mediados pela *Biblioteca Universal Guei*, os sujeitos LGBTQIA+ possam vir a se sentirem pertencentes ao contexto político-social.

Como **objetivo geral** deste trabalho buscou-se analisar o papel social da seção bibliográfica *Biblioteca Universal Guei* na mediação da literatura homoerótica brasileira. Como **objetivos específicos** busca-se: identificar os(as) autores(as) presentes na seção; investigar sob uma perspectiva epistemológica-histórica a literatura homoerótica brasileira; avaliar os discursos do Lampião da Esquina no fomento à cultura LGBTQIA+.

A *Biblioteca Universal Guei*, possuindo presença maciça de obras e autores nacionais, promoveu um discurso latino-americano em meio à ditadura militar. A contracultura presente no jornal e seção atuavam, portanto, em duas frentes, na fruição da literatura homoerótica e na valorização da cultura literária nacional. O *ethos* do jornal é gay e brasileiro, a mediação das leituras e a mediação da informação fala de e para os sujeitos que os lê.

Para contribuir na formação de novas perspectivas e paradigmas nas bibliotecas, a partir do olhar crítico e holístico sobre os serviços e recursos que atendem aos usuários da informação, a revisão histórica da atuação do Lâmpião da Esquina, e de sua seção *Biblioteca Universal Guei*, ampliam os discursos contra hegemônicos que demarcam saberes e fazeres dos profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da informação. As leituras, principalmente aquelas que versam sobre o espaço social em que o sujeito está inserido, fomenta a emancipação dos sujeitos sociais (Freire, 1989), assim, ao abordar questões relacionadas ao apagamento, silenciamento, censura e marginalização da literatura homoerótica, esta pesquisa poderá contribuir para auspiciar novas práticas e ações disseminadoras do conhecimento nos campos do conhecimento e no fazer das bibliotecas e seus atores.

O presente capítulo se divide em: **Introdução**, onde pode-se se orientar dos objetivos e relevância dessa pesquisa; a revisão de literatura que se divide para apresentar um panorama sobre o **Lâmpião da Esquina**, os sujeitos LGBTQIA+, a literatura homoerótica e por fim, a importância da mediação bibliográfica; em **Método** se apresenta o tipo de pesquisa em que se baseia este capítulo para a resolução de seus objetivos; **Análises e desenvolvimento** são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa; finalmente as **Considerações finais** seguida das **Referências**.

2 LÂMPIÃO DA ESQUINA

Os acontecimentos e manifestações sociais ocorridos na década de 1960 deram início a revoluções em diversas esferas (política, social, economia, cultural), no Brasil e em diversos outros países do mundo. No cenário político pôde ser notada uma bipartição, entre direita (igreja, militares e empresários) e a esquerda (trabalhadores urbanos e rurais, os soldados e estudantes)⁷⁶. Já no cenário global social, o período sessentista foi marcado pelas revoluções

⁷⁶ *Esquerda/direita*: terminologia oriunda do parlamento francês do século XVIII, onde os representantes das classes populares, que reivindicavam diversas mudanças, ficavam sentados do lado esquerdo, enquanto à direita se assentavam os aristocratas contrários às grandes reformas. Terminologia corrente, didaticamente simplificadora, em parte problemática em termos de captação da dialética dos fatos (Kothe, 1985).

feministas e no campo das sexualidades, que iniciaram questionamentos sobre estruturas normativas que vinham delineando a moral por séculos; em território brasileiro despontavam movimentos de contracultura, como por exemplo o tropicalismo, que contrapunha o golpe militar de 1964 (Simões Júnior, 2013). Foram alguns destes ciclos de transgressão que abriram caminhos para lutas de outras tantas minorias que não possuíam acesso as políticas públicas.

Segundo Molina (2011), alguns movimentos de contracultura – visionando democracia, cidadania plena e direitos civis – despontaram no Brasil entre o final da década de 1970 e início de 1980, ainda no contexto do regime militar. Nessa época, a abertura social e democrática propiciou diálogos e visibilidade para os movimentos gays, iniciando outro período relevante das discussões de gênero e sexualidades, por exemplo: na cidade de São Paulo, em 1976, João Silvério Trevisan buscou reunir universitários para debater o movimento gay; e no Rio de Janeiro – no mesmo ano – reuniram nos jardins do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro grupos de homossexuais para pensar na reestruturação das lutas (Santos, 2017, p. 87).

Com o início dos estudos de gênero, a revolução sexual entre 1960-1970 teve importante papel para discutir as ações normativas e desatrelar a medicalização patológica dos corpos (Louro, 2019). Foucault (2020) propõe que saber esteja atrelado ao poder, e ambos são circunscritos pelo Estado e por sistemas dominantes no poder, portanto os campos políticos e sociais eram postulados por epístolas de orientação heterossexual-masculina-dominante. Na oportunidade de propor debates tensionando as estruturas hierárquicas, também, na luta por visibilidade dos grupos homossexuais, surge no Brasil em abril de 1978, o jornal *Lampião da Esquina*. Um periódico voltado, mais especificamente, para o público gay, que trazia em seu escopo a máxima foucaultiana: saber para enfrentar o poder (Simões Júnior, 2013).

Com o propósito político-social, o *Lampião da Esquina* “conclama seus leitores a uma leitura que poderia desestabilizar a ideologia dominante” (Simões Júnior, 2013, p. 32). Assim, no seio da imprensa alternativa, paralelamente ao afrouxamento político ditatorial no Brasil no final da década de 1970, em resposta ao tradicionalismo e estruturas de poder, o jornal debateu o não alouçamento e a não marginalização dos sujeitos que se

entendem – à época – como gays, lésbicas e travestis. A partir dessa abertura democrática, pautados pelo cunho social, o jornal fez ecoar vozes contra a segregação das minorias (Simões Júnior).

Simões Júnior (2013), Coelho (2014) e Nascimento (2018) apontam que o *Lampião da Esquina* foi o primeiro jornal da imprensa alternativa, e da contracultura, a circular em nível nacional. De acordo com Simões Júnior, o embrião do jornal surge com a anistia e o retorno dos estudiosos, artista, intelectuais e dos exilados políticos, estes estiveram próximos dos movimentos minoritários quando exilados no exterior. Nesse movimento de retorno João Antônio Mascarenhas realizou entrevista com Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, e dessa tenta, com júbilo da entrevista e o momento político-social-cultural, o pintor Darcy Peteado faz a convocatória para uma reunião que marcou o surgimento do *Lampião da Esquina*, os 11 criadores, e futuros senhores do conselho foram, inicialmente: Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Peteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry (Simões Júnior, 2013).

Segundo Santos (2017) as questões levantadas em comitiva foram tais como: “qual seria a linha editorial adotada? Que tipos de livros seriam publicados pela editora criada para publicar o jornal? Que temas teriam vez no periódico?” (p. 88). Para além do seu caráter de contracultura, o jornal não só versava sobre a livros, como, também, os comercializava. Assim, ampliava seu escopo político, social e cultural para o aspecto informacional, pela publicação do jornal em imprensa alternativa e pela mediação literária voltada pra sujeitos LGBTQIA+.

Por meio de reembolso postal, pelo serviço de caixa postal da *Esquina Editora*, foram anunciados dezenas de livros escritos por autores parceiros e pelos próprios membros do conselho editorial. As obras figuravam em anúncios publicitários, colunas literárias, entrevistas e principalmente na seção bibliográfica *Biblioteca Universal Guei*⁷⁷, como dito.

⁷⁷ O uso da palavra guei aportuguesada se dá, “numa referência ao movimento antropofágico, os homossexuais brasileiros decidiram deglutir a cultura homossexual que vinha dos outros países e regurgitar a sua própria cultura.” (Santos, 2017, p. 52).

Quanto ao título e ícone do jornal, ambos fazem alusão ao rei do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, conhecido Lampião. Em entrevista à Isto É (1977 como citado em Simões Júnior, 2013), Agnaldo Silva diz que o título do jornal subverte o machismo, de mesma forma simboliza a luz que acende um caminho, por fim questiona um possível “armário” do qual o cangeiro nunca abriu as portas. Já João Silvério Trevisan (1999 como citado em Simões Júnior), diz que a ideia era a ‘criação de um jornal feito por e com o ponto de vista de homossexuais, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente nas bancas de todo o país’ (p. 46).

Entre os anos de 1978 e 1981, o Lampião da Esquina publicou 41 edições, que tiveram em média uma tiragem de 10 a 20 mil exemplares por número, o jornal foi vendido em bancas de jornal e por assinatura, para todo o Brasil e, também, exterior (Simões Júnior, 2013; Coelho, 2014). O jornal saía por gráfica própria, Esquina Editora, que publicada, editorava, vendia e distribuía livros, revistas e jornais (Coelho). A Esquina Editora, se localizava no Rio de Janeiro, tem registro de fundação em maio de 1978, sendo lançada pelos membros do conselho. Durante a existência do jornal, a editora teve entre suas funções lançar obras da literatura homoerótica pelo selo Esquina Editora.

O Lampião da Esquina apagou sua chama em junho de 1981 com sua edição de número 37, terceiro e último ano do jornal. Nessa época a imprensa alternativa vinha sendo exterminada pela grande imprensa (Coelho, 2014). Simões Júnior (2013) e Coelho recordam que houve, também, questões financeiras que marcaram o jornal, pois, as vendagens oscilavam e o jornal tinha poucos anunciantes.

Contudo, o legado deixado pelo jornal é símbolo de certa emancipação dos sujeitos LGBTQIA+ no Brasil. Pois, a reprodução dos discursos de poder, amparada pela medicina, burguesia, igreja e militares, ainda invisibilizam e sujeitam os indivíduos e coletivos considerados minoritários. Assim, em contrapartida, “as múltiplas vozes que ecoam em *Lampião* constroem, a cada edição, a possibilidade de novo lugares de enunciação para o homossexual, além de novos sentidos em seus discursos” (Simões Júnior, 2013, p. 73).

A partir desse momento na história, o Lampião da Esquina se torna “um construtivo de memórias”, pois é um elemento do social, um veículo

político e, se torna interesse de pesquisadores e acadêmicos, o jornal se volta como um objeto de interesse geral, não apenas entre os homossexuais da década de 1970 (Simões Júnior, 2014, p. 35). Ao longo de suas publicações o *Lampião da Esquina* possuía sobretudo caráter informativo, buscando abordar sob diversos prismas temas sobre os sujeitos marginais, execrados pela sociedade.

3 ASPECTOS SOBRE OS SUJEITOS LGBTQIA+

Para tratar dos assuntos relacionados à literatura gay e sáfica (a literatura homoerótica), entre outras, é necessário entender primeiramente os sujeitos, identidades de gênero e sexualidades. Sabe-se que o tecido cultural é permeado por costumes adquiridos culturalmente, por consequência seus indivíduos têm se organizado a partir de discursos construídos a toque das hegemonias dominantes (Molina, 2011).

Neste sentido, Mauss (2003) propõe que, “esses ‘hábitos’ variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios” (p. 404). Sendo assim, as performances de gênero que constituem o imaginário popular são frutos da cultura, política e história, logo, precisam ser exemplificadas no sentido de promoverem diálogos transicionais.

O escritor Gore Vidal (1969 – tradução nossa) – poucos meses após a Revolta de *Stonewall* (rebelião dos homossexuais contra a opressão e violência policial, em 1969 no *Greenwich Village* distrito de Nova York) –, diz que:

Para começar, todos somos bissexuais. Trata-se de um fato da nossa natureza. Todos somos sensíveis a estímulos sexuais do nosso próprio sexo bem como do sexo oposto. Certas sociedades, em certas ocasiões, sobretudo pelo interesse em manter o abastecimento de bebês, têm desencorajado a homossexualidade. Outras sociedades, especialmente as militaristas, têm

exaltado a homossexualidade. Mas, independentemente de tabus tribais, a homossexualidade é uma constante da condição humana e não é doença, nem pecado, nem crime... apesar dos melhores esforços das nossas tribos de puritanos para que o seja. A homossexualidade é tão natural como a heterossexualidade. Reparem que utilizo ‘natural’ e não normal⁷⁸. (Vidal, 1969, p. 145).

Os conceitos binários alocados no trecho de Vidal (1969) são frutos de questionamentos promovidos pela segunda onda do feminismo, em 1960, em que se propunha a discutir questões sobre sexo/gênero e biologia/cultura.

Para melhor entendimento, dá-se por **sexo** as distinções biológicas, tais como fatores cromossômicos, gonadais e genitais (“*Promotores e Promotoras da Saúde LGBT para Profissionais no SUS*”, 2018); para as inscrições de **gênero** dá-se como performances estruturadas por convenções sociais, culturais simbólicas e psíquicas (Louro, 2019).

A partir de bases históricas é possível notar que, a sociedade permeada pela classe burguesa, calçada pelo Estado, pela medicina e, também, pelas religiões, marginalizam corpos que não produzem e não se reproduzem – capital e biologicamente (Foucault, 2020). Todas essas instituições mantêm as hegemonias e hierarquias dominantes de forma a sujeitar os indivíduos e as identidades.

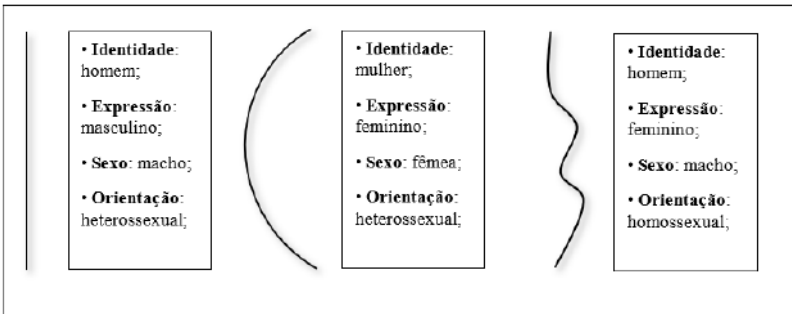
Um novo movimento pode ser notado a partir do século XX, porém, as identidades de gênero binárias (masculino e feminino) são postas como balizas sociais e culturais. Ou seja, o Sistema Estatal ainda busca constituir

⁷⁸ *We are all bisexual to begin with. That is a fact of our condition. And we are all responsive to sexual stimuli from our own as well as from the opposite sex. Certain societies at certain times, usually in the interest of maintaining the baby supply, have discouraged homosexuality. Other societies, particularly militaristic ones, have exalted it. But regardless of tribal taboos, homosexuality is a constant fact of the human condition, and it is not a sickness, not a sin, not a crime ... despite the best efforts of our puritan tribe to make it all three. Homosexuality is as natural as heterosexuality. Notice I use the word “natural,” not normal* (Vidal, 1969, p. 145).

um método político/social/cultural para que as estruturas heteronormativas possam excluir e cercear os sujeitos, fazendo um esvaziamento das possibilidades identitárias.

Na pretensão de compor uma representação dos gêneros e sexualidades, e melhor representar os sujeitos, recomenda-se um exercício mental. A elucidação propõe uma dinâmica representada por três linhas paralelas (Figura 1): a) uma linha reta onde pode ser observada a representação do sujeito que se entende como homem cisgênero, masculino, macho, heterossexual; b) uma linha curva (contrapondo a reta) que busca representar uma mulher cisgênero, feminino, fêmea, heterossexual; c) uma linha sinuosa ou ondulante (marginal) busca abarca os outros corpos e performances, como exemplo um homem cisgênero, que performa o feminino, macho, homossexual.

Figura 1 – Sexualidades e performances de gênero.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Dessa forma busca-se melhor entender a marginalização dos sujeitos, – a partir do paradigma de Killermann (2017) que propõe: identidades de gênero (como os sujeitos se entendem), expressões de gênero (como os sujeitos se expressam e se comportam) e orientações sexuais (por quem esses sujeitos se atraem, ou não). Assim, se pode compreender que as sexualidades não-heterossexuais performam certa fluidez nos campos constituídos pelo social e cultural (o gênero), não se fixam e não estão apenas em contraponto aos designios heterossexuais. De mesmo modo, pode-se melhor simbolizar

suas ocupações nos tecidos sociais; como a orla que contorna e margeia a cidade/oceano, os(as) sujeitos(as) homossexuais, travestis, transsexuais, assexuais etc., os(as) indivíduos e coletivos que são distintos à norma heterossexual são postos em locais de silêncio, dissimulação e segregação (Louro, 2019).

A partir destes delineamentos pode ser notada a heteronormatividade, vista como “obsessão com a sexualidade normatizante heterossexual, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante e imoral”, que sugere uma normalidade régia e não a naturalidade dos sujeitos e corpos (Britzman, 1996 como citada em Molina, 2011, p. 950).

Dessa forma, pode-se melhor compreender o desenho social que alimenta as hegemonias que, nos sistemas de representação socioculturais, se mostram repulsivas a tudo aquilo que julga ignóbil: mulheres, homossexuais, negros, indígenas, estrangeiros, pessoas com deficiência, classes sociais, idosos, vulneráveis, estrangeiros (Ishimoto *et al.*, 2018).

Com isso, observa-se que clarificar e salientar sobre o binário sexo/gênero, as orientações sexuais, os sujeitos sociais e as formas como este se localizam na sociedade auxiliam na compreensão sobre o público, editores e autores mediados pelo Lampião da Esquina. As sexualidades e identidades de gênero necessitam ser discutidas e significadas, uma vez que, elas implicam diretamente nas construções das personagens literárias que refletem – e são reflexos – nos sujeitos leitores. Pois, as questões culturais que constroem as personagens são, também, produtos do imaginário dos próprios autores que desejam espelhar os movimentos da realidade, pois:

[...] quando pensamos nas personagens que povoam a tradição literária e que nos tocam tão de perto que temos a impressão de terem existido numa dimensão que as torna imortais e capazes de falar eternamente das inúmeras possibilidades de existência do homem no mundo, tocamos necessariamente no poder de caracterização de seus criadores. (Brait, 1985, p. 66).

4 LITERATURA HOMOERÓTICA

No âmbito da literatura, principalmente as que foram mediadas e comercializadas pelo Lampião da Esquina, é preciso historicizar alguns conceitos e elementos para melhor apreciar os livros presentes na seção *Biblioteca Universal Guei*. Segundo Santos (2017) o jornal buscava gestos para propor resistência e, concomitantemente, estabelecer uma cultura homossexual como forma de contracultura entre os sujeitos marginalizados. Mauss (2003) defende que cada cultura “tem seus hábitos próprios”, os hábitos por sua vez designam técnicas, porém, não haveria técnicas e transmissões se não houvesse as tradições. Nesse sentido, a literatura é uma forma de simbolizar o social e o cultural que permite a transmissão informacional, logo, a literatura é um instrumento que pode promover o poder.

Na vertente histórica, segundo Coutinho e Coutinho (1986), o Naturalismo surge no Brasil século XIX, adentrando o século XX, juntamente com o Realismo e Parnasianismo. O Naturalismo tem suas primeiras publicações em 1877 e 1881, pelas obras de Inglês de Sousa – sob pseudônimo Luís Dolzani – e Aluísio Azevedo, respectivamente. A escola literária do Naturalismo ocupa o final do século XIX com questões históricas, nacionais/internacionais, paralelas ao advento burguês, democrático, industrial e mecânico (Coutinho & Coutinho,).

O vapor francês trazia para o Brasil modas e costumes europeus, na bagagem cultural trouxe a devoção materialista juntamente da ciência e dos conceitos dos darwinistas (Coutinho & Coutinho, 1986). Entende-se que, a sociedade se realiza como um organismo em evolução, onde o homem é fruto do meio, a existência é antagonista às forças sociais. Nessa concepção de cultos científicos e progressistas, Émile Zola (1840-1902) deu forma literária aos pensamentos da época com o Naturalismo na França (Coutinho & Coutinho).

Prosseguindo, a homossexualidade é tema de interesse do gênero literário naturalista (Bezerra, 2006), quando se nota que, o Naturalismo volta sua atenção para uma ação reformadora, buscando melhorias sociais, assim o Naturalismo propõe que: “[...] nada é desprovido de importância e

significado como assunto, nada que esteja na natureza é indigno da literatura” (Hibbard [18-?] como citado em Coutinho & Coutinho, 1986, p. 12). Obras como *O Crime do Padre Amaro* e *O primo Basílio*, ambos de Eça de Queirós, publicados em 1875 e 1878, *O mulato* e *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicados em 1881 e 1890, são romances com estética do Naturalismo, que tratam de diversas personagens e narrativas homoeróticas.

Como exemplo da literatura homoerótica nacional naturalista, *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, teve sua primeira edição em 1895 e é considerado “um dos primeiros em língua portuguesa a tratar abertamente do homoerotismo masculino,” (Bezerra, 2006, p. 94). Ainda segundo o autor, os romances anteriores ao de Caminha medicalizavam e/ou condenavam moralmente as personagens lésbicas e gays, tal atitude perpassa a literatura que versa sobre o amor não normativo. Salienta-se que ainda que trate com protagonismo a história de uma personagem homossexual o autor não foge à regra de medicalização e condenação, “sua particularidade está em ousar numa estrutura narrativa ficcional possível para os leitores do final do século XIX no Brasil, entre eles o próprio escritor” (Bezerra, p. 96).

O diferencial trazido por o *Bom-Crioulo*, para a literatura mundial – visto que foi traduzido para várias línguas –, é que preenche uma lacuna social ao trazer como protagonista uma personagem “negra, pobre e homossexual [...], fato este que não ocorre em nenhuma outra obra do período” (Bezerra, 2006, p. 96). Anterior a Caminha, já tinham sido publicados outras obras literárias em língua portuguesa com enredos, personagens e narrativas LGBTQIA+, como: *O barão de Lavos*, publicado em 1891 por Abel Botelho; *Um homem gasto*, 1885 por Ferreira Leal; *O ateneu* em 1888, de Raul Pompéia (Bezerra, 2006; Silva, 2012).

Ressalta-se aqui que este recorte temporal se propõe a entender a gênese da literatura homoerótica nacional brasileira. Pois, se considerar o contexto mundial, na Grécia antiga (XII a IX antes da era comum (AEC)) a lírica já versava narrativas homoeróticas entre os deuses do Olimpo e seres humanos – como exemplo Apolo e Jacinto – e, também, os poemas de Safo de Lesbos (630-570 AEC) sobre “mulheres e moças que se reuniam em Mitilene, na ilha de Lesbos, para cultuar a deusa Afrodite” (Rocha, 2012, p. 93).

Em outras décadas, e outras escolas literárias, o cânone gay brasileiro se forma com literaturas escritas por Machado de Assis, João do Rio, Aníbal Machado, Dinah Silveira de Queirós, Moreira Campos, Harry Laus, Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, Autran Dourado, Silviano Santiago, Luiz Vilela, Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, João Gilberto Noll, Myriam Campelo, Caio Fernando de Abreu, Luiz Capucho, entre outros (Silva, 2012). Entre estes, destaca-se a figura do escritor Guimarães Rosa que figura entre os mais célebres escritores brasileiros, na década de 1950 o autor trouxe a travestilidade da personagem Diadorim em *Grande Sertão: Veredas*.

Silva (2012) diz que é a partir do trânsito político/artístico que se cristalizam os conceitos do gênero literário; a literatura homoerótica é rizomática, se dá pelas ramificações políticas, econômicas, culturais, sociais etc. Além disso nota-se que a sociedade divide a literatura em dois polos, um lado erudito e outro trivial, neste jogo de vieses políticos-culturais Kothe (1985) aponta que as narrativas da direita, ainda que defendam a classe alta e seus privilégios são consumidas pela classe baixa, ao passo que “a narrativa artística, tendencialmente questionadora dos valores da classe alta e da estrutura social, acaba sendo consumida entre nós mas pela classe alta” (Kothe, 1985, p. 85).

A título de informação, nas perspectivas de gênero, nas décadas 1980-1990, as literaturas femininas foram classificadas como baixa literatura, principalmente aquelas comercializadas em bancas de jornal, tratadas como clichês que se propunham ao ganho mensal de editoras (Silva, 2012). Igualmente subjugados, se encontram contos homoeróticos que são caracterizados como baixa cultura, pois sua autenticidade não atende a literalidade estética, estes contos são vistos como uma literatura que, “atendem a demandas que se centram apenas no ato de ler/ouvir uma história qualquer que fale sobre o gay” (Silva, 2012, p. 98).

Em síntese, a literatura que seria emancipatória – esta que imbuí papel de refletir criticamente o tecido social e de mesmo modo a política hegemônica e a cultura heteronormativa –, não atinge diretamente as classes mais baixas da sociedade e os sujeitos dos guetos e das margens. Pois ela é colocada pela crítica especializada em lugar excluído, distante de uma erudição e do código literário, delas são negados os valores políticos e socioculturais.

Ou seja, a invisibilidade, segregação e silenciamento da literatura homoerótica se dá, também, de forma burocrática. A parcela de sujeitos no poderio se acha na autoridade e no direito de exigir que obras sejam silenciadas nos acervos, fazendo a manutenção das hegemonias masculinas e dominantes (Ishimoto *et al.*, 2018).

Nas bibliotecas, há também a ação própria dos sujeitos nas unidades de informação, como a autocensura, quando os profissionais da informação e mediadores da literatura/informação empregam sua própria imagem, moral e dogmas às bibliotecas, aos acervos e às coleções (Vergueiro, 1989). Na tentativa de dissolver tais ações a contracultura opera, também, de forma rizomática difundindo por quaisquer meios possíveis sua literatura enunciativa. Como a proposta da seção literária *Biblioteca Universal* Guei em anunciar, promover e mediar a literatura homoerótica brasileira.

5 A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

É a partir de Freire (1981, p. 13) que se postula que, “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Para que os sujeitos possam tomar conhecimento de obras que versem sobre seus mundos, identidades e existências, a mediação da leitura e a mediação da informação são ações importantes para a abertura de caminhos emancipatórios e a busca do “desenvolvimento do protagonismo” (Gomes, 2019).

As mediações são estudadas nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo como eixo principal a percepção das questões que causam lacunas cognitivas no leitor, pretende-se por meio destas pesquisas entender as necessidades do usuário a partir do seu *ethos*. Segundo Martins (2014, p. 174), “no âmbito da Biblioteconomia, a compreensão mais sedimentada de mediação é a de elo e ponte estabelecidos por meio de um elemento terceiro, com vistas ao acesso à leitura e à informação”. Para a Ciência da Informação – com base nos estudos de usuários –, o conceito de mediação designa uma gama de práticas, operações e processos que viabilizam a fruição da informação e a promoção do conhecimento pelos

leitores, as mediações podem se sustentar nos mediadores, bibliotecários e nos dispositivos tecnológicos como as bibliografias (Martins).

Segundo Gomes (2019, p. 16), a articulação dos elementos, pela ótica da Ciência da Informação, se dar por “qualquer tipo de mediação, mas em especial a mediação da informação se caracteriza como um processo que se dá na interrelação de elementos técnicos, humanos, ambientais e semiológicos”, dessa forma permite a produção do conhecimento, tanto quando seu compartilhamento.

A princípio, deu-se juízo de que, a mediação se estabelecia como uma ponte que, permite a aproximação, ou conexão, entre leitor e livro – nota-se que essa concepção está bastante conectada ao senso comum (Martins, 2014; Araújo, 2018). Avançando no percurso de conceituações, Araújo (2018) aponta que, posterior a este pensamento, surgiu a concepção de uma ação mais incisiva dos profissionais e das instituições como selecionadores e orientadores das leituras, portanto, mediar seria como um filtro. Atualmente, a mediação perde seu enfoque de transmissão de conhecimento adquirindo caráter dialógico (inerte/emancipado), a partir das perspectivas de Heráclito (movimento, mudança, transitoriedade e contrariedade); Platão (o diálogo entre emissor e receptor, a partir do *logos*) e Hegel (no processo de tensão e movimento) (Martins).

Sobre a dialética nos serviços e sistemas de informação, Almeida Júnior (2009 como citado em Araújo, 2018), diz que a influência freiriana é presente nas mudanças do paradigma de mediação quando ela se pauta em toda interferência do mediador de forma “direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (p. 57).

Logo, mediação não é uma função auxiliar para que o leitor se aproprie da leitura e da informação, é uma interferência astuciosa dada a partir das atuações dos mediadores. A escolha daquilo que se media fomenta a contracultura e promove diversidades.

O Lampião da Esquina assume lugares públicos de informação e de memória, “atua como acontecimento fundador, instaurando uma ruptura com o modelo do discurso de gênero dicotomicamente estabelecido” (Simões

Júnior, 2013, p. 55). O jornal se torna um elemento onde os sujeitos LGBTQIA+ se reconhecem como comunidade. Por meio de suas capas, entrevistas, seções, anúncios, e, pelos serviços de comercialização livreira, como pela *Biblioteca Universal Guei*.

Entende-se que mediar se dá concomitantemente pela: ruptura do senso comum; leitura e informação como resistência; ação política incorporada nos discursos; dialética entre singular e coletivo; atuação do mediador como papel intelectual e holístico. Martins (2014) propõe que a mediação rompe os limites do pensamento, atravessando o imaginário social estabilizados pelos sistemas de controle, a mediação apresenta ao leitor a indagação e a autonomia, ou seja, mediar atua na emancipação do leitor enquanto sujeito social.

Os multimeios (livro, produtos fílmicos, sonoros, fotográficos, artísticos etc.) que os sujeitos leitores buscam para solucionar suas lacunas informacionais, que se manifestam em seus percursos e vivências, devem ser perpassados pela literatura. O contato com os livros permite uma transformação interna nos leitores, uma vez que estes percebem suas condutas e cotidianos a partir de reflexos e construções de sentidos, com base nos significados que compõem os signos das práticas comunicacionais. No Lâmpião da Esquina a literatura se apresentava sob diversos aspectos, “seja na coluna ‘Literatura’ onde se via textos e gravuras de artistas, conhecidos ou não, que falavam sobre as homossexualidades acompanhadas de críticas sobre as opressões as quais o grupo era exposto”, ou na seção bibliográfica *Biblioteca Universal Guei* que buscava indicar e comercializar livros que retratasse o público LGBTQIA+ (Santos, 2017, p. 101).

Isto posto, percebe-se que as realidades são dicotomizadas pelo exercício da literatura, as linguagens reproduzidas pelos artifícios da literatura (o romance e/ou a ficção) (re)produzem verossimilhanças no ponto em que colidem com as realidades (Freire, 1989). Isto é, o factual e o imaginário produzem para o sujeito leitor representatividade, quando é permitido a este leitor encontrar coerência entre suas personalidades (comportamento, roupas, consumo, cultura) e as leituras (literárias, fílmicas, imagéticas, sonoras e sensíveis).

Portanto, a trilha permitida ao leitor, pela mediação, deve comprometer-se em despossuir as hegemonias heteronormativas (Martins, 2014), construir repertórios culturais (Araújo, 2018), comprometer-se com a realidade dos sujeitos que se encontram as margens do social, público e cultural (Freire, 1989) e ter a comunicação com incumbência (Gomes, 2019).

6 MÉTODO

Prosseguindo com a fundamentação metodológica, segundo Ruiz (1980, p. 109-110) “o método do conhecimento científico é experimental, a ciência caminha apoiada nos fatos reais [sic] e concretos e só afirma aquilo que a experimentação autoriza [...]”. Dispondo de métodos científicos e filosóficos que visam orientar a realização da pesquisa quanto a seu escopo e objetivos. Visando resultados que façam progredir a ciência, e as inquietudes filosóficas.

Quanto aos métodos científico-filosófico, Ruiz (1980, p. 109) diz que, o “conhecimento científico atinge fatos concretos, positivos, fenômenos perceptíveis pelos sentidos mediante instrumentos”; Ruiz (1980, p. 110), também, aponta que “a filosofia indaga, traça rumos, assume posições, estruturam correntes que inspiram ou dominam mentalidades em determinados períodos”. Logo, o método fenomenológico é então empregado na pesquisa, como apontam Gil (1999) e Silva Triviños (1992 como citados em Silva e Menezes, 2005, p. 27): “[...] não é de-dutivo [sic] nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída social-mente [sic] e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado”.

Entende-se que o ser humano, a liberdade e a vida humana tangem uma variedade de fatores (fenômenos) que constituem o sujeito social. Os sujeitos são seres inacabados, que visam poder e estão sentenciados às mazelas, ainda são influenciados pelo meio. Pela fenomenologia pode-se melhor compreender o existencialismo, como estes sujeitos estão para o outro e em (re)construção do ser.

A natureza da pesquisa se dá de forma aplicada, pois, segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa aplicada visa investigação designando a solução

de problemas específicos. Aplicando as abordagens quantitativa e qualitativa, que permitem mensurar informações e a interpretação de fenômenos.

Quanto ao tipo de pesquisa entende-se que esta tem natureza exploratória que, segundo Gil (2002, p. 41), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”. As pesquisas exploratórias têm caráter flexível, que possibilita aprimorar ideias e constituir induções sobre o objeto pesquisado. É também sabido que a natureza exploratória permite às pesquisas de cunho bibliográficas (Gil).

A análise de conteúdo, método voltado para a área de Ciência da Informação, é aplicada para a investigação do conteúdo do periódico a fim de esclarecer os objetivos traçados. Uma vez que o método permite deduções lógicas, “a intenção de qualquer investigação é produzir inferências válidas”, a partir dos dados coletados (Valentim, 2005, p. 124).

Os procedimentos técnicos, ou coleta de dados (Gil, 2002) se dão de forma documental e bibliográfica. Os métodos documentais são aplicados quando os materiais estão, ainda, propensos ao tratamento, segundo Gil “o grande volume de material produzido pelos meios de comunicação e a necessidade de interpretá-lo determinou o aparecimento da análise de conteúdo” (Gil, 2002, p. 89). Já as pesquisas de cunho bibliográfico se voltam para a revisão de literatura sobre um o objeto de estudo, considerando a “identificação das fontes capazes de fornecer as respostas adequadas à solução do problema proposto” (Gil, 2002, p. 64).

Por fim, verifica-se a relevância histórica, social e cultural do tratamento dessa seção de forma holística como objeto de estudo. A partir da coleta de dados nos exemplares do *Lampião da Esquina*, com foco nas seções intituladas *Biblioteca Universal* Guei, foi possível recuperar informações que dessem suporte à produção deste trabalho, os dados também contribuíram para que se tenha uma noção da bibliográfica circulante que possa ser um esboço da cena literária homoerótica no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

7 ANÁLISES E DESENVOLVIMENTO

Observa-se, a partir dos dados tratados que, em algumas edições – como o número Extra 1, de dezembro de 1979, e o número 17, de outubro de 1979 – trazem como título da seção *Biblioteca Universal Guei* o slogan: “Estes livros falam de você. Suas paixões e problemas, suas alegrias e tormentos. Leia-os” (“*Estes livros falam de você*”, 1979, p. 9). Pode-se notar certa intenção para que os leitores LGBTQIA+, sentissem refletidos nas obras selecionadas, fazendo desse reflexo identitário um movimento político e social.

Dentre as 46 entradas de registro de livros na seção analisada– e 53 autores num todo – pôde ser identificado que grande volume das obras relacionadas na seção se repete em variadas edições do periódico, tanto na *Biblioteca Universal Guei* quanto em anúncios publicitários. Este dado pode levar a compreensão de que, por serem obras escritas pelos editores do jornal escritores que participaram do conselho editorial, estes possam ter priorizado a autopublicidade. Considera-se o fato de o jornal ter um selo próprio, o Esquina Editora, a auto publicação dos autores/conselheiros seriam, por sua vez, obras que não dependeriam de terceiros para serem vendidas e veiculadas.

É notado que os livros relacionados pela seção *Biblioteca Universal Guei* trazem obras diversas. Extrapolando a literatura e os construtos sociais da época, se mantendo fiéis às temáticas de gênero e sexualidade. Além de promover visibilidade e reflexo para a comunidade LGBTQIA+, Coelho (2014, p. 23 – grifo do autor) aponta que “o surgimento do Lampião da Esquina foi dar conta dessas questões, fomentar a formação de uma *opinião pública* qualificada no que tange as questões referentes à sexualidade e suas nuances e inserir os sujeitos marginalizados”. Neste sentido de representação identitária, Grigoletto (2018) aponta que, “o gesto bibliográfico [atua] como alicerce de um dispositivo e a mediação como um dispositivo para produtos e processos” (Coelho, 2014, p. 93).

Em suas narrativas, o jornal é veemente incisivos quanto ao conteúdo abordados, quando buscam traços das personagens que possam levar a identificações imediata com o leitor, como pode ser visto no resumo de *Os Solteirões*, de Gasparino da Mata:

Um livro que se dispõe a esmiuçar o mundo dos homossexuais e tudo o que os tolhe: a incompreensão que os cerca, o medo. Escrito sem meias palavras, ele vai buscar a linguagem dos seus personagens lá onde autor os encontrou. (“*Estes livros falam de você*”, 1979, p. 9).

Constatasse que, a grande parcela dos livros indicados eram obras dos criadores do jornal, como o autor **Aguinaldo Silva**, **João Silvério Trevisan**, **Darcy Pentead** e **Gasparino Damata**. Todas as edições do jornal tiveram obras desses autores indicadas na seção *Biblioteca Universal Guei*, as obras eram, também, veiculadas por meio de outras publicidades. Nascimento (2018) aponta que, *Os Solteirões*, de Gasparino Damata foi enviado aos assinantes e figurou entre os anúncios publicitários em várias edições. Destaca-se para a presença reduzida de mulheres, apenas a escritora **Cassandra Rios**, teve duas obras indicadas pela seção, e representando leitores travestis e transexuais notamos a obra *Eu, Ruddy*, de **Ruddy Pinho**.

Após a leitura, análise, levantamento bibliográfico e relação das obras entende-se que, os esforços para a indicação de literatura homoerótica foram realizados pela equipe editorial do *Lampião da Esquina* em todos os seus números. Ainda que alguns números do periódico não contivesse uma relação bibliográfica das obras, os criadores se preocupavam em divulgar literatura homoerótica realizando o papel de mediadores literário e informacional – de obras que se concentram no século XX – para comercialização, pelo método de reembolso postal, por meio de veículos de publicidade de novas obras, também na publicação de contos, crônicas e poesias, assim como colunas que versassem de livros e literatura.

Pelo seu caráter e propósitos político e social o jornal: “foi um dos representantes da imprensa alternativa brasileira que atingiram os mais altos e diversos níveis de transgressão e foi um divisor de águas na construção de identidades gays” (Machado, 2007, p. 62).

Flusser (1980 como citado em Martins, 2014), aponta que a mediação da leitura é “uma ação que tem em vista a síntese entre o contexto cultural e

os acervos, considerando o processo social que culmina na distância entre o público e a biblioteca” (p. 173), no caso da seção a luz do lampião permitiu que seu público-alvo (homens gays) trilhaassem a vereda de suas identidades a parti das leituras indicadas e comercializadas. O Lampião da Esquina atuou, com sua seção bibliográfica, de forma cognitiva, significativa e, ainda, transferencial (Martins).

Com ação de mediação da leitura e da informação pela bibliografia, os leitores tiveram acesso aos registros de informação. Com isso, a *Biblioteca Universal Guei*, propiciou aos seus leitores a construção do conhecimento por meio da literatura e obras de cunho científico, que permitiu aos sujeitos representatividade, vendo refletidas nas personagens e na ciência seus comportamentos, identidades e culturas. Por exemplo, obras como *Estigma do passivo sexual*, de Michel Misse, ampliaram os conceitos hegemônicos sobre sexo, gênero, sexualidade e performance das masculinidades, permitindo aos leitores que se apropriassem da informação e construísem pensamentos a partir de pesquisas nucleares, culminando na autoaceitação.

Por fim, recobra-se que, por meio da relação obtida, se objetiva incentivar outras pesquisas sobre a literatura homoerótica no Brasil e até pelo mesmo *corpus* de pesquisa. De forma a tornar ainda mais relevante a literatura LGBTQIA+ e seus colaboradores, nacionais e internacionais. Fomentando o reflexo das identidades na literatura e o ato de ler que emancipa os sujeitos sociais (Freire, 1989).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa fala da importância da bibliografia para o acesso democrático da informação. Aproveitando este ensejo, se destaca a também importância do acesso aos sistemas de recuperação da informação e das unidades de informação, para que os fazeres bibliotecários, e seus instrumentos, sejam capazes de promover a informação e o conhecimento empírico. A mediação da leitura e a mediação da informação são, de mesma forma uma fazer bibliotecário que depende de técnicas de estudo e atuação.

Isto posto, buscou-se incentivar novas abordagens científicas sobre a literatura e o universo LGBTQIA+ a partir do levantamento bibliográfico

realizado, da seção biobibliográfica do jornal *Lampião da Esquina*, que circulou no Brasil entre os anos de 1978 e 1980. Recordado momento em que o país estava sobre o regime militar, em que se caracterizava visões e conceitos estereotipados sobre as identidades sexuais. Tais preconceitos foram abordados pela diversos discursos e denúncias realizadas pelo jornal, que buscou esclarecimentos e incentivos para que a comunidade LGBTQIA+ não sentisse sujeitada por completo.

Considerando que conseguimos atender aos objetivos da pesquisa. Como objetivo geral notou-se que a mediação literária e informacional se dá de forma direta, consciente, plural coletiva e atravessou os discursos censores, tradicionalistas, segregadores e homofóbicos.

É visto que ainda que na década de 1970-1980 o devir do *Lampião da Esquina* propunha um desenho de sociedade gay brasileira leitora, a partir da promoção de autores nacionais que abordaram em suas literaturas o *ethos* brasileiro. A narrativa presente no jornal, tem a mediação de leitura como potencializadora dos direitos dos sujeitos LGBTQIA+ a partir do reconhecimento de identidades, ampliação de acervo da literatura homoerótica e construção de espaços de diálogos para as obras que versem sobre esses sujeitos e suas realidades que estão às margens das ações governamentais e sociais. Assim, como mediadora de leitura e da informação, a seção bibliográfica do *Lampião* fricciona o tecido social promovendo a ruptura dos padrões hegemônicos ao apresentar a contracultura presente na literatura homoerótica e científica.

A bibliografia extraída do *Lampião da Esquina* e da *Biblioteca Universal* guei evidencia obras da literatura gay e sáfica do século XX, portanto outras pesquisas poderiam ampliar o escopo e possibilidades de análise sobre esse campo de pesquisa. Espera-se que os estudos possam favorecer a ampliação dos conhecimentos científicos – empírico e epistemológico –, fomentando outras pesquisas de identidade e políticos-socioculturais.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C. A. Á. (2018). *O que é ciência da informação*. São Paulo: KMA.
- Bezerra, C. E. (2006). Bom-crioulo: um romance da literatura gay made in Brazil. *Revista de Letras*, 1(28), 94-100.
- Brait, B. (1985). *A personagem*. (2. ed.). São Paulo: Ática.
- Coelho, V. B. G. (2014). *Lampião da Esquina: um porta voz dos homossexuais (1978-1981)*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Coutinho, A., & Coutinho, E. de F. (1986) Estilos de época: era realista/ era de transição. In: Coutinho, A., & Coutinho, E. de F. *A literatura no Brasil*. (3. ed., pp. 1-639). José Olympio. ‘Estes livros falam de você’ (1979, outubro). *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro.
<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/21-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-17-OUTUBRO-1979.pdf>
- Figueiredo, L. M. de, & Cunha, L. G. C. da. (1967). *Curso de bibliografia geral*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.
- Foucault, M. (2020). *História da sexualidade 1: a vontade do saber*. (10. ed.). São Paulo: Paz & Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. (23. ed.). São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4. ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: Filosofia e Informação*, 5(2), 10-21.
- Grigoleto, M. C. (2018). O espaço-tempo da bibliografia e do documento: reflexões sobre epistemes e mediações. *Informação & informação*, 23(2), 78-97.

- Ishimoto, A. T, Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. (2018). Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(2), 351-366.
- Killermann, S. (2017). *A Guide to Gender: the Social Justice Advocate's Handbook*. (2nd ed.). Niterói: Impetus Books.
- Kothe, F. R. (1985). *O herói*. São Paulo: Ática.
- Louro, G. L. (org.). (2019). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (4. ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, F. V. (2007) *Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Martins, A. A. L. (2014) Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19([especial]), 164-185.
- Mauss, M. (2003). As técnicas do corpo. In: Mauss, M. *Sociologia e antropologia* (pp. 399-422). São Paulo: Cosac Naify.
- Molina, L. P. P. (2011). A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. *Antíteses*, 4(8), 949-962.
- Nascimento, D. dos S. (2018). Homorrepresentação dos solteirões em contos de Gasparino Damata. *Sociopoética*, 20(2), 93-104.
- Oliveira, M. de. (2011). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. (2. ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Otlet, P. (2018). *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. (B. de Lemos, Ed. & Trad.). Brasília: Briquet de Lemos. (Trabalho original publicado em 1934)
- Placer, X. (1955). *A bibliografia e sua técnica*. Ministério da Educação e Cultura. 'Promotores e Promotoras da Saúde LGBT para Profissionais no SUS'. (2018). (2. ed.). Porto Alegre: UFRGS.

- Rocha, R. (2012). Lírica grega arcaica e lírica moderna: uma comparação. *Philia & Filia*, 3(2), 84-97.
- RUIZ, J. Á. (1980). *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas.
- Santos, R. R. dos. (2017). *Uma bicha atrevida pede a palavra: o Lampião da Esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Brasília].
- Silva, A. de P. D. da. (2012). A história da literatura brasileira e a literatura gay: aspectos estéticos e políticos. *Leitura*, 49, 83-108.
- Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4. ed.). Florianópolis: UFSC.
- Simões Júnior, A. C. (2013). ...*E Havia um lampião na esquina: memórias identidades e discursos homossexuais no Brasil, do fim da ditadura (1978-1980)*. (2. ed.). Rio de Janeiro: Multifoco.
- Valentim, M. L. P. (2005). Análise de conteúdo. In: Valentim, M. L. P. (org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. Belo Horizonte: Polis.
- Vergueiro, W. de C. S. (1989). *Desenvolvimento de coleções*. Belo Horizonte: Polis: APB.
- Vidal, G. (1969, setembro). A distasteful encounter with William F. Buckley Jr. *Esquire*. <https://classic.esquire.com/article/1969/9/1/a-distasteful-encounter-with-william-f-buckley-jr>

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES COMO ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nathália Lima Romeiro

1 INTRODUÇÃO

Desde o momento em que as questões de gênero, mais especificamente a violência de gênero, passaram a fazer parte do cotidiano passei a observar como a violência se apresenta na cultura popular. Sentia que essas eram questões maiores que a minha existência, mas não conseguia traçar uma origem para o cenário que atravessamos, especialmente ao percorrer *sites* de notícias ou rolar incessante e desesperadamente a “*time line*” das mídias sociais digitais que faço parte.

Por ser uma estudiosa do gênero, os algoritmos retornam cada vez mais conteúdos que se assemelhem aos meus interesses, tornando, dessa forma, o assunto violência de gênero corriqueiro e exaustivo em muitas das interações sociais. Não é necessário ser uma pessoa que estuda gênero para acompanhar que existem diversos conflitos em relação a essa temática. No que diz respeito à violência especificamente, basta acessar qualquer *site* de notícias que você verá, cotidianamente, um ou mais casos em que esse tipo de violência se tornou notícia. Além disso, conflitos em relação aos estereótipos de gênero são massivamente expostos em músicas, filmes, vídeos, novelas, obras de arte, entre outras formas de manifestação cultural. Dessa forma, a cultura surge como um grande campo de investigação para estudar gênero e suas dinâmicas nas relações sociais.



A cultura pode ser construída, legitimada, deslegitimada e transformada de acordo com determinados contextos e interesses. Bauman explica a cultura tanto como

um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autoperpetuação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças. (BAUMAN, 2012, p. [23]).

Roy Wagner (2010) complementa esse pensamento ao dizer que a cultura foi inventada e é reproduzida por meio de elementos simbólicos que podem tanto consagrar tradições quanto inspirar mudanças e ressignificações. Em outras palavras, a cultura foi inventada para explicarmos experiências, vivências e significados também inventados estabelecendo as condições necessárias, a partir da pessoa, da sociedade e do mundo.

Questões de gênero são atravessadas pela cultura e é necessário tensionar essa relação para a formação do pensamento crítico em diversos sujeitos de diferentes idades e fases de aprendizagem (Hooks, 2020). Nesse sentido, as bibliotecas escolares, por serem consideradas um equipamento cultural necessário ao ambiente educativo, tornam-se um importante organismo para que gênero e suas dinâmicas sejam debatidas nas mais diferentes comunidades.

Diante disso, o objetivo geral deste capítulo é: apresentar bibliotecas escolares como um espaço para prevenção e enfrentamento da violência de gênero. Para atender essa proposta, apresentarei na próxima seção estudos de gênero, sexualidade e violência à luz dos estudos sobre colonialidade e decolonialidade. Na terceira seção serão apresentadas as teorias da mediação, pedagogia e Biblioteconomia crítica; e, por fim, estratégias para enfrentamento à violência de gênero em bibliotecas escolares.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA: CONSTRUÇÕES SOCIAIS COLONIZADAS

Nos últimos anos tenho observado o quanto a cultura é movimentada por questões de gênero, afeto e sexualidade. Primeiramente porque são movimentos que iniciam antes mesmo do nascimento do sujeito, como no caso dos “chás de revelação”, que se trata de uma cerimônia para nomear o gênero de uma criança enquanto ainda está no ventre da pessoa que a gera. Essa classificação ocorre a partir da imagem da genitália, ou seja, cria-se um desejo de que aquela pessoa que ainda não nasceu vá atender a uma determinada expectativa social que qualifica arbitrariamente sujeitos como pertencentes a duas possibilidades existenciais: ser menina ou menino, mulher ou homem.

Além disso, para manter um sistema social “funcional” e sólido, foram criadas regras conhecidas como “funções sociais” de mulheres e homens formando estereótipos que orientaram o comportamento desses sujeitos e, em muitos cenários, privilegiaram homens (cisgêneros, brancos e heterossexuais). Assim, as mulheres e pessoas que não se encaixam na norma cisgênero e heterossexual são entendidas como desviantes ou são subalternizadas. Neste texto, violência de gênero será compreendida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra uma pessoa em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Enquanto escrevo esse texto passam duas notícias de violência de gênero no *feed* das minhas redes sociais: a primeira é sobre a denúncia de inúmeros assédios morais e sexuais que envolve um famoso diretor de um programa de comédia na TV aberta; e a segunda se referia ao assassinato de uma mulher transgênero em uma cidade da região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro. Ambas as notícias, apesar de cenários distintos, revelam problemas sociais relacionados a gênero, afeto e sexualidade, tais como a misoginia e a transfobia. Esses assuntos, apesar de atualmente fazerem parte de muitos debates sociais, ainda não podem ser entendidos como superados

ou no caminho de uma superação, haja vista que são muitos os contextos sociais nos quais o tema é recebido, acolhido ou rejeitado.

Enquanto lia as notícias, alguns aspectos foram levantados, são eles:

a) Notícia 1 – o caso do diretor:

- Por que a imagem do assediador permaneceu por tanto tempo ileso em uma sociedade hiper conectada⁷⁹?
- Por que houve tanto silêncio das vítimas até o momento da primeira ocorrência tornada pública?
- Por que sentimos uma certa impotência para solução deste problema?

b) Notícia 2 – assassinato motivado por transfobia:

- Por que tamanho ódio a pessoas transgênero foram orientados na sociedade?
- Como esse assassinato foi noticiado na mídia e como foi comentado?

Em ambos os casos nos deparamos com violência de gênero, apesar de se tratar de realidades distintas. No universo da primeira notícia, as pessoas envolvidas fazem parte de um grupo social aparentemente privilegiado pelas oportunidades de educação, trabalho e informação. A maioria dos casos ocorreram em grandes capitais, lugar onde se costuma ter mais acesso à informação sobre gênero e violência de gênero. Nesse sentido, é possível dizer que essas vítimas supostamente teriam mais possibilidades para se defender, e apesar de parecer um ambiente favorável, os assédios contra diversas mulheres aconteceram. Para responder as questões da primeira notícia precisamos compreender que a violência sexual tem bases nas estruturas patriarcal e capitalista, e que estas bases orientaram a colonização de muitos territórios como o brasileiro, colonizados majoritariamente por portugueses durante e após as grandes navegações.

⁷⁹ Hiper conexão aqui relacionada as interações nas mídias sociais e espetacularização de tragédias nos mais diversos canais de comunicação.

A segunda notícia também trata de violência de gênero, entretanto, com características diferentes, primeiro por resultar em um assassinato, e segundo por relacionar instantaneamente a notícia com uma informação divulgada no relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o qual apresenta o Brasil como o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo. Sendo assim, instigada por essas duas notícias, discutiremos gênero, sexualidade e violência como construções sociais colonizadas para identificarmos os pontos de atravessamento destes conflitos, e apontar a decolonialidade como uma estratégia educativa para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados a gênero e sexualidade.

No que tange à formação da sociedade brasileira, a história mais contada e conhecida é a que reflete o sucesso da colonização. Tal colonização foi implementada e estabelecida aos poucos utilizando diversos elementos coercitivos para delimitar a organização social da colônia. Foi estabelecido qual idioma seria falado, quais os eixos de subordinação estabeleceriam as relações étnico-raciais, a religião aceita, as manifestações culturais aceitas, os relacionamentos afetivos e sexuais permitidos e as identidades de gênero ensinadas como corretas.

Quando o território brasileiro foi colonizado por portugueses, o sistema político vigente era o monárquico e este era amplamente conectado ao patriarcado, entidade ou poder que através de muitos imperativos impôs o privilégio masculino e branco como estruturais nas relações sociais e econômicas. É possível dizer que a base da formação do Brasil enquanto colônia e, posteriormente, Estado-nação obedeceu a orientação deste sistema estruturante (Lerner, 2019). Sendo assim, mesmo deixando de ser uma colônia, o impacto desse sistema foi tamanho foi perpetuado como inconsciente coletivo nas relações sociais e econômicas, de formas distintas considerando tempo, espaço, localizações e relações sociais (familiares, de trabalho, afetiva, sexuais, entre outras) até a contemporaneidade. Para atender a proposta, nos aprofundaremos no impacto da colonização e da colonialidade relacionadas a questões de gênero e sexualidade interseccionados a outros elementos como o pertencimento étnico-racial, classe social e localização geográfica quando necessário, uma vez que os eixos de subordinação são diferentes para diferentes sujeitos.

Quijano (2010, p. 68) define a colonialidade como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”. É um sistema que se sustenta através da imposição de uma classificação racial. Tal classificação concentrou o poder “nas mãos” de um grupo hegemônico que impôs sua cultura e suas estratégias para dominar outros territórios e estabelecer relações exploratórias para obter vantagem, seja ela cultural através de pactos civilizatórios ou econômica, configurando a colonialidade do poder. De acordo com o autor, este movimento se originou e mundializou a partir da América latina.

Além da colonialidade do poder, Quijano também discute a colonialidade do saber que privilegia e sedimenta determinadas teorias, como a das classes sociais, por exemplo, pondo em centralidade a produção de conhecimentos de um grupo dominante. É necessário ressaltar que essa dominação acontece se compararmos o que foi produzido e disseminado por pesquisadores europeus (na maioria homens) em relação a conhecimentos produzidos em outros continentes violentamente colonizados. O autor salienta que houve, desde a colonização da América Latina, resistência ou revolta intelectual contra o modo eurocentrista de produzir conhecimento. Entretanto, tais revoltas levantaram voo e se estruturaram após a segunda guerra mundial, talvez devido a fragilidade que muitos países tidos como dominantes vivenciavam após o período de guerra.

Outro autor que contribui para o debate sobre colonização dos saberes é Walter D. Mignolo, especialmente por tecer uma crítica à manutenção de estruturas coloniais na produção de conhecimento. Mignolo (2020) questiona a relação entre o local geohistórico e a produção dos saberes apresentando histórias locais de agentes e teorias. Uma das questões mais importantes apresentadas pelo autor são as relações de dominação do mesmo geopolítico (na época representado pela Europa, Estados Unidos e União Soviética) sobre o outro geopolítico, que basicamente são os países ou grupos políticos diferentes do primeiro. A relação de dominância-submissão geopolítica tem como força motriz a estrutura capitalista, e é permitido dizer que o sistema patriarcal (na medida em que este dá suporte para ascensão e consolidação do capitalismo), pois determina relações de dependência entre o mesmo e o outro geopolítico como no caso da América Latina.

Mignolo, assim como Quijano, realiza um debate em relação às teorias dominantes. Ele pontua a cegueira de teóricos europeus como Marx em relação a América Latina e apresenta teorias sociais que contrapõem o eurocentrismo como a filosofia da libertação, na década de 1970, e a colonialidade do poder. É importante destacar o foco do autor sobre a dependência que Estados latino-americanos têm em relação a países do mesmo geopolítico. Tal dependência está nas relações econômicas, nos ideais coloniais que ainda se fazem presentes nas relações comerciais no chamado mundo globalizado.

É pertinente pontuar que a divisão geopolítica mundial tem base em ideologias religiosas, especialmente no cristianismo. Sendo assim, as religiões e ideologias judaico-cristãs sustentam não só a colonialidade como também apoiaram a instauração do capitalismo. No que se refere a questões de gênero e colonialidade, nem Quijano, nem Mignolo discutem o tema em profundidade, os autores apontam que há necessidade de problematizar tais desigualdades, mas o tema entra em discussão especificamente nos estudos de Rita Segato, Diana Taylor, Maria Lugones.

Rita Segato, leitora e crítica de Quijano, apresenta em sua discussão uma reflexão sobre a colonialidade do poder criticando o eurocentrismo e defendendo, assim como Quijano, a heterogeneidade como um modo de existência plural, na qual a hegemonia (política, econômica, cultural) deve ser combatida. A autora apresenta as dimensões econômica, social e civilizatória como mobilizadoras do padrão global de controle do trabalho, o que favoreceu a mundialização do capitalismo. Um dos aspectos mais interessantes em relação as ideias de Segato é a apresentação da mestiçagem como um projeto da colonização, inclusive, o estímulo a mestiçagem impactou não só no “branqueamento” físico (população) e epistêmico (produção de conhecimento) como também estabeleceu e reproduziu violência de gênero, especialmente violência sexual já que o estupro foi amplamente utilizado como ação de dominação.

Segato discutiu a dominação dos homens sobre as mulheres ao relacionar colonialidade e o patriarcado. A autora pontuou a objetificação dos corpos não brancos e destacou que o patriarcado é uma invenção colonial. Nesse sentido, tal como iniciei a discussão desta seção, permito-me identificar

o patriarcado como uma cultura inventada para garantir a dominação dos homens (especialmente cisgêneros, heterossexuais e brancos) sobre outras pessoas, são elas: mulheres - cisgêneras e transgêneras, homens trans, pessoas não brancas e pessoas que não se enquadram na dinâmica binária como agênero, gênero não binário, entre outras.

Antes de aprofundar nas discussões sobre gênero e colonialidade é necessário pontuar a visão de Segato (2018, p. 57) sobre a decolonialidade e o giro decolonial como “o regresso do futuro”. Esse giro caracteriza-se pela subversão epistêmica do poder (teórica, estética, ética e política) apresentando um novo plano histórico que significa uma releitura do passado e tem como projeto a produção democrática de uma sociedade democrática. Apesar de ainda ser considerada uma utopia, o giro decolonial pode ser entendido como uma esperança num futuro não só de sobrevivência, mas também como estratégia de enfrentamento ao domínio colonizador.

Diana Taylor (2013, p. 128) apresenta a memória como prática cultural - “um ato de imaginação e interconexão” - e analisa a problemática da mestiçagem ao discutir sobre a peça “A intermediária”. Tanto a peça como as análises de Taylor (2013, p. 130) explicitam que a paisagem, assim como a cultura e os povos são “produtos de práticas sociais violentas que se definem mutuamente e se caracteriza por códigos duplos e triplos” enraizados nas relações sociais. Assim como exposto nos escritos de Segato, Taylor também problematiza opressões raciais e de gênero como “moldadoras” da memória cultural, especialmente ao trazer mestiçagem e hibridismo para a discussão.

É comum, nos estudos de gênero, a problematização dos estereótipos, inicialmente sob uma perspectiva binária e posteriormente com o reconhecimento de outras identidades não binárias. Nessa perspectiva, foram construídos arquétipos que localizaram o feminino como escuridão, ligado à terra, a humildade e procriação, enquanto o masculino foi associado à iluminação, aos céus, às guerras e à glória. Diante disso, as mulheres foram vistas como veículos ou objetos não só para a transmissão da vida, através da procriação, mas na manutenção de “bens culturais específicos, como direito de propriedade” (Taylor, 2013, p. 137). Foram estabelecidos privilégios sociais separando a mulher como aquela responsável por produzir mão de obra (quando pobres) ou herdeiros (quando ricas). Nesse sentido, a

mestiçagem, que de forma simplificada significa a “mistura de raças”, criou dois horizontes distantes em relação a identidade étnico-racial de indivíduos, ocasionando em crises existenciais em relação a subjetividade deste indivíduo que pode não se sentir pertencente a nenhuma das identidades que o constitui. Nessa abordagem, a mulher foi colocada historicamente como “agente produtivo por meio de um ato de violação” (Taylor, 2013, p. 147), uma vez que lhes foi imposta a responsabilidade pela geração de vidas humanas.

Nos escritos de Taylor há um destaque entre dois conceitos que são importantes e que não devem ser utilizados como sinônimos: mestiçagem e hibridismo. De acordo com a autora, ambos transmitem imagens de reprodução tanto humana quanto botânica. A mestiçagem é estabelecida na reprodução humana através das relações heterossexuais interraciais que estabeleceu relações de poder desiguais através da violência sexual (estupro), e se encontra em um entre-lugar entre duas identidades étnico-raciais distintas. Já o Hibridismo se trata de um termo botânico que dá a ideia de enxerto - desprezando a questão da sexualidade, portanto, assexual - propositalmente “planejado de suas entidades dessemelhantes” (Taylor, 2013, p. 144) para constituição do outro. Esses conceitos representam estudos oriundos da América Latina (mestiçagem), e, da Ásia e diáspora africana (hibridismo).

É interessante observar como a botânica se tornou, ao longo do tempo, uma metáfora para as classificações. É necessário destacar que tal classificação da natureza foi realizada a partir da nomeação e hierarquização das espécies, e esta perspectiva hierárquica foi utilizada para outras esferas da classificação social. Aníbal Quijano (2010) fundamenta sua teoria sobre colonialidade do poder e classificação social das classes ressaltando as identidades raciais como consequência de uma expressão profunda e duradoura da colonização.

Assim como Rita Segato (2018), Maria Lugones (2020) também teceu uma crítica sobre a obra de Quijano sobre relação entre colonialidade do poder e gênero. Ambas apontam o fato de o autor não ter se aprofundado nessas questões e destacam a importância desses estudos para entender não só a colonialidade como também a opressão de gênero como fundamental para consolidação do colonialismo. Em seus escritos, Lugones (2020, p. 63)

afirmou que “Quijano não percebeu sua conformidade com significado hegemônico de gênero”. A autora tensionou a discussão inicialmente na relação de homens e mulheres com o mundo do trabalho e destacou que a remuneração pelo trabalho historicamente privilegiou homens, especialmente os brancos. Além disso, a autora apontou a conformidade de Quijano ao dar como certa a disputa entre homens no que diz respeito ao controle dos recursos entendidos como femininos, também problematizou o fato de os homens não serem interpretados dessa forma nos encontros sexuais. Para ela, na conjuntura colonialismo-patriarcado, as mulheres não disputam o controle do acesso ao sexo. Lugones entende que as diferenças entre gêneros são “pensadas nos mesmos termos em que a sociedade entende a biologia reprodutiva”. (Lugones, 2020, p. 69).

As contribuições de Lugones para os estudos de gênero e decolonialidade são importantes, pois propõem uma reflexão para além da concepção binária dos gêneros (homem e mulher), reconhecendo a existências de outros como terceiro gênero em sociedades tradicionais latino-americanas. Ademais, a autora contribui para a movimentação de um pensamento que reposicione a organização social rompendo com ideais colonizadores. Para isso, exemplificou a existência de organizações sociais nativo americanas nas quais não havia hierarquia na divisão do trabalho determinadas por gênero. Tais comunidades entendiam o gênero de forma mais equânime e não na dinâmica de subordinação proposta no modelo de organização social capitalista.

A concepção binária do gênero é substancialmente violenta, especialmente porque estabelece uma definição de sexo oficial, atribuindo, a partir da genitália, o gênero em que determinada pessoa deverá performar. Nessa perspectiva, a colonialidade enquanto ideologia, amparada pelo patriarcado em função do capitalismo, inventou, a partir de nomeações biológicas, uma interpretação do gênero ao relacionar pênis como pertencente ao masculino e vagina ao feminino. Nesse sentido, tal sistema não só não reconhece a identidade intersexual como estabelece que corpos intersexuais devem ser cirurgicamente corrigidos. Sendo assim, o diferente do padrão - sexo oficial - de cada gênero é visto como deformação e serve à

“exploração/dominação capitalista global eurocêntrica”. (Lugones, 2020, p. [72]).

A identidade intersexual se apresenta como um desafio em relação ao gênero. Sobretudo, porque não corresponde a uma das primeiras formas de classificação generificadas presente nas identidades masculino e feminino, nas quais muito se especula e cria mitos sociais através de comportamentos orientados pela estrutura dominante. Compreender a intersexualidade é uma demanda atual, assim como questionar a interferência da medicina e a expectativa parental de “correção do sexo biológico” também o é. A pessoa intersexo que não passa por uma intervenção cirúrgica não obedeceu a norma social esperada e, por muito tempo, foi colocada em uma situação de não pertencimento, de exclusão.

Assim como acreditava-se que os gêneros estavam diretamente relacionados a uma questão biológica, as performances, ou seja, a forma como uma pessoa se identifica e se apresenta para o mundo, obedeceriam a lógica binária. Homem e mulher, duas categorias, duas identidades aceitas. Uma figura, poder; a segunda, o outro. A centralidade do poder essencialmente privilegiava o masculino em diversas sociedades, como o modelo político e econômico das colônias latino-americanas obedeciam às regras e cultura de países europeus, as performances aceitas também atendiam a essa expectativa. Lugones (2019) destaca que:

A imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam [...] a cuidar do mundo ou a destruí-lo. (Lugones, 2019, p. 357).

A colonialidade precisa da exploração para “dar certo”, e foram utilizadas diversas formas de violência como o genocídio de povos originários, a escravidão de pessoas africanas e indígenas, e o matrimônio e procriação como condição para aceitação social de uma pessoa ou grupo.

Nesse escopo, a orientação para a vida essencialmente visava preencher um único ciclo apontado como natural: nascer – crescer – reproduzir – morrer e, por estarmos inseridos em um sistema capitalista, produzir herança e herdeiros. Nessa perspectiva, a binaridade, representada na cisgeneridade, e a heterossexualidade tornaram-se imperativos universais e excluíram da sociedade todas as pessoas que não se identificavam como homem ou mulher e/ou não se identificavam como heterossexuais. As identidades não-binárias, por exemplo, não encontravam espaço nesse modelo social imperativo de performance de gênero, assim como pessoas não heterossexuais também foram excluídas. É necessário que cada vez mais sejam questionadas essas estruturas para que o giro decolonial, com atenção às questões de gênero de sexualidade, um dia deixe de ser um ideal e se materialize nas relações sociais. Para atender a esse propósito, considero a mediação da informação, no sentido de torná-la acessível, uma via para ampliar o debate. No próximo capítulo apresentarei a mediação da informação em bibliotecas escolares como estratégia para enfrentamento à violência de gênero.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Como ciência social aplicada, a ciência da informação é percebida como área do conhecimento interdisciplinar, uma vez que, dependendo da concentração do estudo desenvolvido, estabelece conexões com outras áreas do conhecimento, bem como aplica conceitos e teorias de outras áreas na investigação de fenômenos informacionais. Nesse sentido, a informação, assim como sua organização e uso, se torna objeto central das pesquisas desenvolvidas pelo campo. Diversas são as definições de informação, entretanto, para essa discussão, adotam-se duas definições: a desenvolvida por Regina Marteleto (2007, p. 15), na qual a autora descreve a informação como “artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura”; e a defendida por Henriette Gomes

(2017, p. 31) que compreende “informação como conhecimento em estado de compartilhamento”.

Uma forma de representação praticada na ciência da informação é a representação da informação através de códigos e sistemas de classificação. As classificações representam a hierarquização do conhecimento a partir de sua estruturação. Também é possível dizer que refletem as visões de mundo de quem criou determinado sistema de organização do conhecimento. Nesse sentido, a organização e representação da informação também podem normatizar estruturas hegemônicas e hierarquizar identidades e diferenças, haja vista que a informação enquanto objeto de estudo é “socialmente produzido, compartilhado e simbolizado” (Perdigão, 2020, p. 104). De acordo com Juliana Perdigão (2020, p. 105), “a informação deve ser analisada em seu espectro crítico e no espaço social em que diferentes visões de mundo se colocam em disputa”.

Marco Antônio Almeida diz que a ideia de mediação para as ciências da informação abarca tanto concepções de atendimento ao usuário, especialmente realizado por um agente cultural em determinada instituição, como a construção de produtos culturais “destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências” (Almeida, 2008, p. 3). O autor e sua coautora também apontam que a mediação, enquanto prática deve ser contextualizada, haja vista a plasticidade do conceito que tem suas fronteiras estendidas para dar conta de realidades diferentes (Almeida; Crippa, 2008).

Ana Amélia Martins (2019) também acrescentou que a mediação é uma categoria destinada à compreensão, e que ela atua na transformação do real. Aqui, destaco as transformações possíveis no seu caráter revolucionário, sobretudo na práxis, nas ações sociais de enfrentamento à violência de gênero, sejam elas por meio de ações de organização social coletivas ou nas propostas dialógicas individuais. No entendimento da mediação como práxis, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2015) contribui ao destacar que os nossos conhecimentos se constroem através de uma mediação. Todavia, da mesma forma, o contrário também acontece e nos tornamos, em algum momento, “mediadores na construção do conhecimento dos outros” (Almeida Júnior, 2015, p. 11). Outro importante aspecto apresentado pelo autor é a questão de

a informação não poder ser dominada. Para o autor, a informação apenas pode ser apropriada para determinado uso. Quando apropriada, a informação pode ser reconstruída ou transformada em uma outra coisa que incluirá, em algum momento, uma mediação.

Se pensarmos na mediação realizada na escola, especialmente na biblioteca escolar, espaço em que se espera ser gerenciado por profissionais de Biblioteconomia, é possível enxergar este espaço como território fértil para prevenção à violência de gênero não só com estudantes, mas com toda a comunidade escolar envolvida.

Oliveira e Souza (2021, p. 132), explicam que as bibliotecas escolares passaram a fazer parte do organismo escolar de forma mais abrangente apenas no século XX especialmente a partir do movimento escola nova, considerado revolucionário por sua dimensão crítica-reflexiva. Além desse movimento, outras ações como a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) “foram estratégicas para o fomento de projetos e políticas voltadas para a escola, os livros e as bibliotecas, com vista consolidar no campo cultural e educacional” (Oliveira; Souza, 2021, p. 132).

De forma generalista, a biblioteca escolar é definida como:

[...] “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”, que terá uma série de objetivos, como disponibilizar e democratizar a informação, promover as habilidades e constituir-se como espaço de recursos educativos. (Agência Câmara de Notícias, 2019, não paginado)

Complementando essa ideia, presume-se que a biblioteca escolar como equipamento cultural, espaço de aprendizagem e organismo em crescimento deve incluir em sua rotina uma diversidade de conhecimentos que visem a democratização da informação para combater desigualdades

sociais como as de gênero, por exemplo. Nesse sentido, é fundamental que a atuação profissional se manifeste de forma crítica.

Para além do espaço e da atuação profissional, é necessário que a comunidade envolvida esteja aberta ao desenvolvimento de um pensamento crítico e que esta comunidade seja motivada e comprometida com uma relação de ensino-aprendizagem críticos.

Nesse sentido, conhecimentos sobre pedagogia crítica e biblioteconomia crítica com foco nos estudos decoloniais podem contribuir substancialmente para a atuação de profissionais de biblioteconomia, especialmente em atividades de mediação com o objetivo de promover a compreensão sobre determinado assunto ou conteúdo pedagógico.

A pedagogia crítica ou pedagogia radical foi proposta inicialmente por Henry Giroux (1986, 1987) e tem como cerne de sua constituição o fazer pedagógico emancipado da educação tradicional. Consiste em desenvolver práticas e estratégias de ensino que visem a autonomia de estudantes, propõe-se a atuar de forma participativa, problematiza as relações de poder e descentraliza a hierarquia docente-estudante. Lenita Schultz (2001) salienta que a pedagogia crítica envolveu

[...] estudiosos preocupados com a construção de uma pedagogia crítica, radical, abrangente, que considere a sociologia, a história, centrados em uma perspectiva criativa e autônoma e no poder transformador da ação humana em contraposição com o paradigma tradicional pedagógico (Schultz, 2001, p. 110).

No Brasil, a pedagogia crítica tem como um de seus principais representantes o educador Paulo Freire, um dos pesquisadores brasileiros mais citados em todo o mundo, Freire (1967, 1987, 1989, 1997a, 1997b) considerava o pensamento marxista como direcionador do seu pensamento e defendia a educação como prática da liberdade. Um de seus grandes ensinamentos norteava-se com base na leitura de mundo antes da leitura da palavra, e o autor acreditava que a formação educacional deveria incluir em

seus ensinamentos a familiaridade com o contexto de estudantes, valorizando a cultura popular, o pensamento crítico e a problematização político-social.

José Rubens Jardimino e Diana Soto Arango (2020, p. 1077) consideram o legado dos estudos de Paulo Freire como “um clássico latino-americano, não só da pedagogia, mas do pensamento das humanidades do continente” e complementam que o teórico era “conhecido como educador popular progressista”. Autor e autora destacaram o inovador método de alfabetização de adultos proposto por Paulo Freire, sendo seu método considerado pelo ministro da educação do governo de João Goulart, Paulo Tarso Santos, para ser implementado em todo o território nacional. Tal proposta foi derrubada após o golpe militar de 1964, que ocasionou na prisão e exílio de Paulo Freire. Durante o exílio, Paulo Freire entrou em contato com outros pesquisadores e pesquisadoras e divulgou suas produções e pensamentos em diversos países, colecionando admiradores, incluindo Henry Giroux (2010) que o caracterizava um dos fundadores da pedagogia crítica e um dos educadores críticos mais importantes do século XX. Paulo Freire tornou-se uma referência em pedagogia crítica, publicou dezenas de livros traduzidos em mais de 20 idiomas, tendo como maior destaque as obras: *A educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1987), *A importância do ato de ler* (1989), *Pedagogia da autonomia* (1997a) e *Pedagogia da esperança* (1997b).

Além de Paulo Freire, destaco os estudos da educadora estadunidense bell hooks, educadora, teórica feminista e antirracista que se inspirou no pensamento de Paulo Freire para defender a educação como prática da liberdade e a pedagogia engajada. A autora, considerada uma das mais importantes intelectuais da atualidade, experienciou a segregação racial na infância junto a outras opressões relacionadas a classe e gênero e usou tais experiências de forma combativa em defesa da pedagogia engajada e do pensamento crítico. Dentre suas obras, destacam-se os livros: *Não sou eu uma mulher?* (2019), *Teoria feminista: da margem ao centro* (2019), *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), *Olhares negros: raça e representação* (2019) e *Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática* (2020).

A partir dos estudos críticos e da pedagogia crítica, pesquisadoras e pesquisadores da Biblioteconomia e Ciência da informação impulsionaram a discussão sobre Biblioteconomia Crítica no Brasil destacando o pensamento crítico como fundamental e a emancipação das pessoas contra hegemonias impulsionadas pelo sistema capitalista (de classe, raça/etnia e gênero) através da prática bibliotecária.

Andrea Doyle (2018) em seu artigo “Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica” tem como objetivo

[...] fazer uma aproximação entre a academia e movimentos sociais que se dedicam a resistir aos efeitos nefastos do sistema capitalista hegemônico, ou seja, uma aproximação entre teoria e práxis. (Doyle, 2018, p. 25)

As autoras Gabrielle Tanus e Daniela Cândido da Silva através do artigo “Biblioteconomia social, crítica e progressista” se propuseram a “[...] identificar a ocorrência dos termos “Biblioteconomia Social”, “Biblioteconomia Progressista” e “Biblioteconomia Crítica”, assim como os termos correspondentes em inglês, em bases de dados nacionais e internacionais para verificar a produção científica sobre a temática na Biblioteconomia e Ciência da informação.

Além deste artigo, a autora Gabrielle Tanus também avançou na temática na publicação “Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica” (2019), na qual destacou que

[...] a Biblioteconomia Progressista e Crítica vem assumindo, nas últimas décadas, cada vez mais força de atuação e de reflexão, questionando com vigor a neutralidade, a imparcialidade, a estrutura social opressora, o sistema capitalista e a mercantilização da informação. (Tanus, 2021, p. 1).

Além dos referidos trabalhos, destaco as contribuições de Franciéle Carneiro Garcês da Silva para a temática, através de dois capítulos publicados no livro “Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil”. O primeiro capítulo, intitulado “Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia” (2020), é o único texto produzido até o momento que discute a Biblioteconomia crítica com enfoque na discussão étnico/racial. A autora tem como proposta

[...] evidenciar bibliotecárias(os) e movimentos que contribuem criticamente para a construção epistemológica e práxis em Biblioteconomia. Procura-se, aqui, identificar outras linhas epistemológicas de construção do campo biblioteconômico informacional que visem elucidar a pluralidade de saberes e de práticas – em especial, evidenciando as questões étnicoraciais e população negra – que demonstrem a crítica às tendências hegemônicas de produção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). (Silva, 2020, p. 74).

O segundo capítulo da autora que merece ser destacado, apesar de não tratar especificamente sobre Biblioteconomia crítica, se relaciona essencialmente com este estudo uma vez que se insere no contexto de estudos decoloniais. No capítulo intitulado “Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias”, a autora apresenta estudos sobre a colonialidade do ser, saber e poder presentes na formação bibliotecária e nas epistemologias que fundamentaram o ensino de Biblioteconomia ao ressaltar que

[...] docentes e pesquisadores(as) colaboram (mesmo que de forma inconsciente) para a

manutenção da colonialidade do poder [...], a partir do uso de elementos que constituem o padrão mundial de poder capitalista do século XXI. Tais elementos - que advêm do colonialismo, imperialismo e eurocentrismo [...] - operam via dependência epistêmica, epistemicídio e hierarquização étnico-racial da população presente no mundo e influenciam nos diversos âmbitos da sociedade, nas subjetividades e imaginários socialmente construídos. (Silva, 2020, p. 121-122)

No que se refere à aplicação dos estudos tratados neste capítulo com a prática bibliotecária em bibliotecas escolares, apresento as seguintes ações para enfrentamento a violência de gênero:

- a) **Contação de histórias:** Consiste na inserção de livros e outros recursos audiovisuais que abordem a temática de gênero adequando estes conhecimentos à realidade e faixa etária das pessoas participantes. Devem ser inseridos livros de literatura que apresentem a diversidade de gênero e sexualidade de forma a desmitificar o pensamento conservador. Temáticas como **diversidade e família; corpo, gênero e sexualidade; desmitificação de estereótipos de gênero; consentimento nas relações afetivas e denúncia da violência experienciada** podem ser abordadas respeitando o estágio de desenvolvimento de aprendizagem da pessoa estudante. Seguem sugestões de livros para discutir gênero nas escolas: *Coisa de menina de menina* (2016) e *Coisa de menino* (2017), da autora Pri Ferrari; *50 brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer* (2018), de Dora Tomé; *Histórias para ninar garotas rebeldes* (2017), de Elena Faville e Francesca Cavallo; *Do jeito que a gente é* (2021), de Márcia Leite; *Tal pai, tal filho?* (2014), de Georgina Martins; *A história de Júlia e sua sombra de menino* (2020), de Christian Bruel e Anne Bozellec, entre outras obras.

- b) **Organização de eventos:** Consiste no planejamento e mediação de eventos na biblioteca com o propósito de ampliar o debate sobre gênero e violência no ambiente escolar. Tais eventos podem ser palestras, sessão de cinema comentada, oficinas sobre educação sexual e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, rodas de conversa, sarais literários, entre outras manifestações artísticas e culturais para proporcionar o aprendizado de maneira formal e não-formal, estimulando o pensamento crítico e a valorização de saberes locais.

- c) **Concursos culturais:** Promoção de concursos de poesia, pintura, desenho, composição musical, batalhas de *rap*, entre outras formas de manifestação artística e cultural com enfoque nas questões de gênero e sexualidade com apoio de docentes das escolas e conectados a currículo do grupo envolvido.

- d) **Quadros informativos:** Disponibilização de um espaço na biblioteca com informações sobre combate à violência de gênero incluindo contato com instituições de saúde, segurança pública e assistência social que atendem a comunidade. Além dessas informações, os quadros podem incluir informações básicas sobre respeito à diversidade como, por exemplo, o uso do pronome ao qual as pessoas preferem ser chamadas; o uso da linguagem neutra nas comunicações ou a exposição de um quadro com explicação de termos essenciais para enfrentamento à violência de gênero na linguagem; divulgação telefones úteis para atendimento imediato e agendados; divulgação de materiais digitais; divulgação da programação da biblioteca, entre outras informações.

É necessário que estudos como os citados nesta seção sejam ampliados no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, especialmente aliados à prática bibliotecária em bibliotecas escolares, uma vez que este espaço pode ser reconhecido como terreno fértil para aplicar conhecimentos sobre mediação da informação, pedagogia crítica e biblioteconomia crítica.

Ademais, é necessário incluir os estudos de gênero e decolonialidade neste bojo, pois são fundamentais para desestruturar a violência de gênero na sociedade. Violência esta, que assim como as questões étnico-raciais e de classe, contribui para a geração de riqueza e poder para os homens (majoritariamente brancos e heterossexuais) no sistema capitalista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como iniciei este texto orientando a reflexão de quem o lê para questões de gênero presentes na cultura, finalizo reiterando a necessidade de ampliar tal discussão no ambiente escolar, especialmente em atividades de mediação da informação oferecidas nas bibliotecas escolares. Aqui foi proposta uma discussão conectada aos estudos de gênero, especialmente relacionados a estudos sobre colonialidade e perspectivas decoloniais. Entender o contexto e os efeitos da colonialidade na cultura são importantes para que se reposicionem as referências de gênero e sexualidade no imaginário social estimulando o pensamento crítico.

Também foi abordado neste estudo as teorias da mediação da informação entendendo a informação como conhecimento em estado de compartilhamento, conforme salientou Gomes (2017). Nesse sentido, uma vez que a informação é apropriada, compreendida e compartilhada passa a fazer parte das discussões sociais transformando determinada realidade, assim como pode contribuir para a construção e emancipação do pensamento de outras pessoas.

Para orientar a prática bibliotecária em relação a esta temática foram apresentadas as contribuições da pedagogia e biblioteconomia críticas, assim como foram apresentadas estratégias para enfrentamento à violência de gênero a serem desenvolvidas em bibliotecas escolares, incluindo a inserção da temática nas atividades de contação de histórias, a organização de eventos valorizando saberes da comunidade envolvida, a promoção de concursos culturais para reforçar e desenvolver habilidades artísticas, e a utilização de quadros informativos para divulgação dos serviços e de informações básicas com o intuito de combater a desigualdade de gênero. Por fim, assim como as

pensadoras e pensadores aqui citados, defendo a formação crítica de profissionais da educação e biblioteconomia, pois sem a formulação do pensamento crítico a biblioteca escolar pode ser vista apenas como um mero espaço para suporte curricular e não como um equipamento cultural necessário no processo educativo.

REFERÊNCIAS

- Agência Câmara de Notícias. (2019). *CCJ aprova novo conceito de biblioteca escolar e amplia prazo para criação de acervo*. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/noticias/570741-ccj-aprova-novo-conceito-de-biblioteca-escolar-e-amplia-prazo-para-criacao-de-acervo>. Acesso em: 05 maio 2022.
- Almeida, M. A. de. (2007). Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a Ciência da Informação a partir das ciências sociais. In: Lara, M. L. G. de, & Fujino, A.; Noronha, D. P. (org.). *Informação e contemporaneidade: perspectivas* (pp. 96-118). Recife: Nectar.
- Almeida, M. A. de. (2008). Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 1(1), 1-24.
- Almeida, M. A. de., & Crippa, G. (2008). A ex-posição: uma experiência de mediação cultural. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. *Anais [...]*. São Paulo, SP: Universidade São Paulo. p. 1-12.
- Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In: Bortolin, S., & Santos Neto, J. A. dos., & Silva, R. J. da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9-32). Londrina: ABECIN.
- Bauman, Z. Cultura como conceito. In: Bauman, Z. (2012). *Ensaios sobre o conceito de cultura* (pp. 83-154). Rio de Janeiro: Zahar.

- Doyle, A. (2018). Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. *Folha de Rostov*, 4(1), 25-33.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Freire, P. (1997b). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997b). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gomes, H. F. (2017). Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt. In: Gomes, H. F., & Novo, H. F. (orgs.). *Informação e protagonismo social* (pp. 27-45). Salvador: Edufba.
- Giroux, H. (1986). *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Giroux, H. (1987). *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez.
- Hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante Editora.
- Hooks, b. (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante.
- Hooks, b. (2019a). *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Hooks, b. (2019b). *Teoria feminista*. São Paulo: Editora Perspectiva.

- Jardilino, J. R. L., & Soto-Arango, D. E. (2020). Paulo Freire e a Pedagogia Crítica: seu legado para uma nova pedagogia do Sul. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(3), 1072-1093.
- Lugones, M. (2020) Colonialidade e gênero. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 53-83). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Marteleteo, R. M. (2007). O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: Lara, M. L. G. de., Fujino, A., & Noronha, D. P. (org.) *Informação e contemporaneidade: perspectivas* (pp. 13-26). Recife: Nectar.
- Martins, A. A. L. (2019). Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. *Investigación Bibliotecológica*, 33(80), 133-154.
- Mignolo, W. D. (2020). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG.
- Perdigão, J. A. (2020). *Informação simbólica, representações sociais e identidade: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva do Cordeiro*. [Tese, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte].
- Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (org.). *Epistemologias do sul* (pp. 84-130). São Paulo: Cortez.
- Wagner, R. (2010). O poder da invenção. In: Wagner, R. *A invenção da cultura* (pp. 73-119). São Paulo: Cosac Naify.
- Schultz, L. M. J. (2001). Por uma Pedagogia Crítica: reflexões sobre algumas tendências em educação. *Educação em Revista*, 2(1), 110-128.
- Segato, R. (2018). *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros.

- Silva, F. C. G. da. (2020a). Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia. *In: Cardona, N. D., & Silva, F. C. G. da. (org.). Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (pp. 73-117). Florianópolis: Rocha.
- Silva, F. C. G. da. (2020b). Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In: Cardona, N. D., & Silva, F. C. G. da. (org.). Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis: Rocha.
- Tanus, G. F. S. C., & Silva, D. C. (2019). Biblioteconomia social, crítica e progressista. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, 3(1), 1-28, 2019.
- Tanus, G. F. S. C. (2022). Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. *Em Questão*, 28(1), 432-457.
- Taylor, D. (2013). *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.





UMA “ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS”: BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ana Carla Bilhar

Ana Claudia Perpétuo de Oliveira

Laila Figueiredo Di Pietro

1 “O PASSADO É UMA ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS”

A canção “Velha Roupas Coloridas” de 1976, foi composta por Belchior⁸⁰, que se intitulava “apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”⁸¹. Foi eternizada na voz de Elis Regina, um dos hinos contra o autoritarismo e a repressão no Brasil dos anos 70. A “roupa que não nos serve mais” se referia ao passado e retorno do conservadorismo, uma crítica à ditadura militar no Brasil, um tempo que

⁸⁰ Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes (Sobral, Ceará, 1946 – Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2017). Foi compositor, cantor, pintor, desenhista e caricaturista. Destacou-se por composições que falam de amor e paz e ao mesmo tempo incitam às lutas sociais (Itaú Cultural, 2020).

⁸¹ Música de Belchior “Apenas um rapaz latino-americano”, lançada em 1976, mesmo ano de “Velha Roupas Coloridas”

durante 21 anos cerceou liberdade, democracia e direitos diversos. Este passado deixou marcas profundas na sociedade brasileira, impactando-a em diversos setores, inclusive nas bibliotecas públicas.

Um dos componentes que reificam uma estrutura autoritária é a lida com a informação, no sentido torná-la dificultosa, centralizada, passível de manipulação e restrita a determinados grupos sociais. A atividade principal de quem atua no ambiente das bibliotecas públicas consiste em mediar a informação para os indivíduos indistintamente. Em um cenário de restrição e monitoramento de atividades ligadas à educação e cultura no período de obscurantismo que foi a ditadura militar brasileira, questionamos como se deu o contexto de atuação de servidores nas bibliotecas públicas. Para tentar levantar algumas vivências de indivíduos que atuaram nestes ambientes durante o período, foi realizada uma investigação de campo, como o objetivo de investigar as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas em tempos de ditadura militar brasileira.

Resultados sobre pesquisas anteriores envolvendo a temática se relacionam com a censura e sua relação com a difusão cultural literária, com as bibliotecas universitárias, entretanto, a abordagem deste estudo recai sobre as bibliotecas públicas. Duas produções se fizeram relevantes apresentando lacunas a serem preenchidas com a realização deste estudo. A primeira, apresenta depoimentos a respeito da censura de profissionais contemporâneos ao regime militar, além de incentivar novas pesquisas e estudos sobre o tema, na perspectiva do bibliotecário (Silva, 2018). A segunda, “destaca também a importância da biblioteca pública como espaço para a preservação e acesso à diversidade de pensamento e acesso ao conhecimento plural e libertário” (Leitão, 2010, p. 8).

Como fundamentação teórica e metodológica foram utilizados, respectivamente, o construcionismo social de Peter Berger e Thomas Luckmann e a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici. Resultou de um estudo de campo com coleta dos discursos de agentes que atuaram em bibliotecas públicas neste período. Para análise destes discursos foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Também foram utilizados como fonte de estudo os anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) que ocorreram durante a ditadura

militar, com intuito de analisar se houveram posicionamentos questionadores sobre a conjuntura social que estava posta.

2 “NO PRESENTE, A MENTE, O CORPO, É DIFERENTE”: CAMINHOS PARA BUSCAR, TRATAR E ANALISAR O DISCURSO

O estudo está pautado no relato das vivências dos agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da ditadura brasileira. Ainda parafraseando Belchior, com sua “Velha Roupas Coloridas” que dá título a este texto, no presente, também para estes indivíduos entrevistados, “a mente, o corpo” estão diferentes. Representam fatos vivenciados no passado com a mente do tempo presente. Marková (2006), levando em consideração que representar é pensar, articula que as representações sociais são como pensamentos em movimento.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) serve de fundamento para a metodologia proposta porque reabilita o senso comum, a crença, o vivido, as percepções. O que se pensa sobre seu modo de vida, os sentidos, se atribui às instituições, imagens que partilhamos das coisas, são parte constitutiva da realidade. Quem representa traz para o presente coisas ausentes, em uma coerência argumentativa e é importante que isso seja feito de forma comunicativa, não há outros meios que não seja pelos discursos e sentidos que contém. (Moscovici, 2009).

A Teoria das Representações Sociais embasa a análise dos discursos que foram coletados nesta pesquisa de campo, realizada por meio de entrevista semiestruturada via Google Meet⁸², com gravações realizadas no período entre agosto e setembro do ano de 2020. Os áudios das entrevistas foram posteriormente transcritos para tratamento e análise por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Segundo Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 16), responsáveis por criar o DSC, a técnica oferece ferramentas e procedimentos metodológicos que orientam para o tratamento e análise dos discursos.

⁸² Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

Foram entrevistadas três pessoas (duas delas bibliotecárias) que atuaram em bibliotecas públicas de São Paulo, maior cidade da América Latina, e que como procedimento ético tiveram suas identidades preservadas. As perguntas foram elaboradas para suscitar um “falar à vontade”, com perguntas sobre o papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários, sobre o período da ditadura militar no Brasil, a vivência como bibliotecário e agente neste período e as relações entre os profissionais que atuavam em bibliotecas públicas.

Além das entrevistas, foram realizadas pesquisas nos anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) que ocorreram durante a ditadura militar. O CBBBD é o maior evento da Biblioteconomia brasileira, realizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), que trabalha em prol do movimento associativo. Feito o recorte entre bibliotecas públicas e bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas, buscou-se publicações que tratassem da temática no período do regime militar no Brasil.

3 CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO VISÃO DE MUNDO DA INVESTIGAÇÃO

As análises realizadas foram possíveis a partir da escuta atenta das falas dos agentes que atuaram em bibliotecas públicas nos chamados “anos de chumbo” brasileiro. O construcionismo social de Peter Berger e Thomas Luckmann é fundamento para este estudo pautado na realidade da vida cotidiana e no conhecimento que dirige a conduta desses indivíduos. A sociologia do conhecimento, proposta que engloba esta perspectiva, busca conhecer o processo de desenvolvimento, transmissão e manutenção do conhecimento humano em situações sociais, retificando uma “realidade” para os indivíduos. O senso comum, a partir das representações dos agentes de bibliotecas públicas, se demonstra relevante no construcionismo social e também na TRS – teoria que fundamenta o procedimento metodológico da investigação.

Berger e Luckmann (1995) afirmam que não é possível existir cotidianamente sem estar em constante comunicação e interação com outras

peças, e que mesmo estando nesta situação, perspectivas diferem entre sujeitos. Assim, é possível constatar que mesmo com percepções diferentes, somos participantes de um senso comum, de uma realidade de vida que é predominante.

Os autores observam a questão da realidade e sua relatividade social, mostrando que o que pode ser real para determinado sujeito pode não fazer sentido algum para outro. Concepções de realidade são influenciadas por contextos específicos, não somente os que tratam de uma atualidade vivenciada, mas sim de toda uma bagagem de vida, suas lutas, glórias e infortúnios. (Berger & Luckmann, 1995, p. 13). Além disso, nossas percepções também se dão por conta das circunstâncias vividas nas relações que cultivamos, como afirma Norbert Elias (1994, p. 17): “Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social — seja este qual for”.

Não nascemos membros da sociedade, mas nos tornamos membros a partir da compreensão de nossos semelhantes e ao interiorizar acontecimentos vividos. Somos então construtores da nossa própria realidade? Berger e Luckmann (1995, p. 72) afirmam que sim, que o homem se constrói, produz a si mesmo. Nesta construção, atividades que repetimos tendem a se tornar hábitos, o que é importante se pensarmos em nosso dia a dia, nos compromissos, na quantidade de informação que nos perpassa.

A inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta. O próprio homem tem de se especializar e dirigir seus impulsos. Estes fatos biológicos servem de premissas para produzirem a ordem social. (Berger & Luckmann, 1995, p. 77).

Essa situação pode se perpetuar e quando isso acontece, passamos a percebê-la ao mesmo tempo como natural, normal, “correta”, padrão, institucionalizada. Quanto mais institucionalizada, mais a conduta se torna predizível e controlada, delineando papéis sociais que não devem,

supostamente, “desviar da realidade” que está posta (Berger & Luckmann, 1995, p. 89). O construcionismo social, portanto, demonstrou-se relevante para a pesquisa, que se fundamentou-se em percepções de indivíduos que atuaram como profissionais e vivenciaram um período histórico que se colocou como realidade, explicitando como cada um estabeleceu sua relação com essa realidade.

4 DITADURA MILITAR BRASILEIRA, BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS

O Brasil é considerado uma jovem nação de 500 anos, porém “[...] mais jovem ainda é a sua democracia.” (Silva Filho, 2010). Vivemos um recente passado sob a ditadura militar. Ditadura é uma palavra que tem origem “na *dictatura* romana”, atualmente, seu significado é “diferente da instituição que o termo designava na Roma republicana”. Na ditadura romana o ditador era nomeado por meio de proposta do Senado e tinha prazo estabelecido para o exercício de seu cargo. Além de ser um mecanismo extraordinário (ou excepcional), o ditador não podia autonegociar-se. (Bobbio *et al*, 1998, p. 368).

Na sociedade contemporânea, as ditaduras são definidas como regimes não-democráticos, e podem ter diferentes orientações ideológicas. Nestes contextos, os governos ditatoriais se colocam acima das leis, rompendo com regras constitucionais e limites de poder, operando com diversos instrumentos de controle. A ditadura se instaura “[...] utilizando a mobilização política de uma grande parte da sociedade, ao mesmo tempo que subjuga com a violência uma outra parte”. (Bobbio *et al.*, 1998, p. 371)

No Brasil, o dia 1º de abril de 1964 ficou marcado como a data em que ocorreu o golpe de Estado que instituiu o regime militar, com base na doutrina de guerra influenciada pelos Estados Unidos (Alves, 2005, p. 9). Este período longo e sombrio arrastou-se até 1985, e durou 21 anos, com reflexos até os dias atuais. Segundo Alves (2005, p. 9), a conspiração para o golpe deu-se na justificativa de “[...] combater o chamado ‘inimigo interno’ que poderia ser comunista”. Além disso, os golpistas contaram com a mobilização das “[...] classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de

distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual.” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 445).

Assim, autoritariamente teve fim o governo do presidente João Goulart, defensor de reformas de base que pretendiam modificar a profunda desigualdade social do país (Schwarcz & Starling, 2015). Wasserman (2004, p. 27) afirma que “[...] a despeito de ter sido desfechado em nome da segurança nacional e da promessa de defesa e respeito às normas democráticas, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de insegurança e arbítrio”. Neste nebuloso cenário, alguns dias após o golpe, assumiu o comando do país o general Humberto de Alencar Castello Branco. A estrutura do país foi completamente afetada.

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 449, grifo nosso).

O governo de Castello Branco teve fim em 1967, e o poder foi assumido por Costa e Silva. O general Costa e Silva teve seu governo atravessado por uma crise militar, em seu período à frente do comando, colocou em vigor o AI-5, ato institucional que suspendia a concessão de habeas corpus, e a constitucionalidade da liberdade de expressão e reunião. O ato ainda permitia a cassação de mandatos e direitos civis, e determinou

que os crimes políticos fossem julgados em tribunais militares (Schwarcz & Starling, 2015, p. 455).

O que já era ruim poderia piorar e, em 1969, o Exército indicou o general Emílio Garrastazu Médici para o poder. Médici dirigia o Serviço Nacional de Informações (SNI), e como ditador comandou o pior período da ditadura, “os anos de chumbo” com muita repressão, tortura e violência política (Schwarcz & Starling, 2015). Ainda assim, em seu comando, de 1969 a 1974, ocorreu o maior desenvolvimento econômico da ditadura, “os anos de ouro” (Reis, 2014). Este desenvolvimento já vinha ocorrendo desde 1967, por conta de acordos com empresas nacionais e multinacionais, com concentração de riquezas e retirada de direitos democráticos, entretanto, teve grande auxílio na legitimação do regime militar (Ridenti, 2014).

O quarto governo da ditadura foi comandado pelo general Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, e se caracterizou pelo início do processo de afrouxamento da tensão política e mecanismos de coerção, para alcançar uma nova legitimidade do regime militar (Alves, 2005). Deste modo,

A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição. (Alves, 2005, p. 224).

Ainda que tivesse início o processo de distensão, muita incerteza pairava no ar, pois o aparelhamento repressivo seguia operando contra a sociedade civil que fazia oposição à ditadura. Contudo, com diversas

mobilizações coletivas e apoio de instituições, foi tomando força a luta pela liberdade de expressão e contra a cultura do medo (Alves, 2005).

Após o período Geisel, passou à chefia o general João Batista Figueiredo, entre 1979 a 1984. Em 1979 foi concedida a anistia e neste momento iniciou-se a abertura política, porém, isso ocorreu inicialmente para a elite da oposição (Alves, 2005). De acordo com Alves (2005, p. 273), “grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática”. Era fato que as configurações sociopolíticas estavam tomando novos rumos e com o passar da governança de Figueiredo, sua atuação foi se desgastando, por conta de escândalos financeiros e alta inflação (Schwarcz & Starling, 2015).

Os movimentos de oposição à ditadura passaram a mobilizar a sociedade civil para modificar as regras de sucessão do governo Figueiredo. Foi assim que em 1983 se iniciou o movimento “Diretas Já”. O movimento das “Diretas Já” mobilizou o país, com caravanas, manifestações e a busca pela retomada da democracia. Havia sido formalizada por Dante de Oliveira uma Emenda que reinstaurava as eleições diretas no Brasil, entretanto, mesmo com a maior parte dos votos favoráveis, esta não foi aprovada no Congresso Nacional por conta de quórum insuficiente. (Schwarcz & Starling, 2015)

Após o início do processo de abertura e a derrota do movimento da “Diretas Já”, foram realizadas eleições indiretas. A ruptura precisava acontecer, a população clamava por democracia. Em 15 de janeiro de 1985 foi eleito o presidente civil, Tancredo Neves, que veio a falecer logo em seguida e em seu lugar tomou posse o seu vice, José Sarney (Schwarcz & Starling, 2015). Sarney teve aproximação com a ditadura e estava onde havia poder. Sua posse certamente não era o que esperava a população contrária à ditadura, contudo, neste momento chegou formalmente ao fim o regime militar brasileiro que durou vinte e um anos e marcou profundamente o país.

Sintetizando o que se desenhava antes do golpe, e o que aconteceu durante a ditadura, Wasserman (2006, p. 60) afirma:

A ditadura, entre 1964 e 1985, deu um golpe certo no projeto reformista, calou a

intelectualidade brasileira, desmoralizou o movimento estudantil, ceifou esperanças de uma nova estética artística no teatro, cinema e outros âmbitos da cultura nacional, destruiu a imprensa engajada e politizada castigou severamente o projeto de educação e alfabetização chamado “pedagogia do oprimido” e feriu de morte os movimentos operário e camponês.

O regime militar foi um tempo difícil para os sonhadores. Com liberdades privadas, censura prévia, violência, tortura, forte aparato de informação institucional do governo e perseguição à imprensa civil. Com todo este cenário e os diferentes posicionamentos na sociedade, como se deu a atuação das bibliotecas públicas? Como atuaram seus bibliotecários e agentes pela educação e cultura nestes espaços?

Com a crescente produção de ciência e tecnologia relacionada à Segunda Guerra Mundial, sucedeu-se a explosão informacional e a idealização e surgimento de tecnologias de comunicação e informação que transformaram o mundo (Bush, 1945). A sociedade compreendeu que “informação é poder, e poder se disputa” (Abramo, 2009). A informação demonstra-se importante pelas oportunidades de transformação social que são possíveis através da mediação da leitura e da cultura, sementes de reflexões críticas e consciência de nosso lugar no mundo. E informação, como lembra Almeida Júnior (1997, p. 63), “é o objeto de trabalho das bibliotecas públicas”.

O Manifesto sobre bibliotecas públicas, elaborado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reitera que “a biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (IFLA, 1994).

Este documento declara a crença da UNESCO nas bibliotecas públicas como dispositivos essenciais e convida governos nacionais e locais a

trabalharem pelas bibliotecas públicas. As bibliotecas públicas são organismos políticos e devem ser ambientes garantidores de direitos dos cidadãos, de acesso à informação e de liberdade de expressão. Ambientes que representam a sociedade em todo seu âmbito, independente dos interesses e aparelhamento político dos governantes.

Estas ações só podem existir por meio de um trabalho de pessoas, pois a biblioteca em si é apenas um prédio e seus serviços são gerados diretamente pelos seus agentes. (Lankes 2016, p. 133). O bibliotecário está entre os vários atores que animam o ambiente das bibliotecas públicas e a forma como esses profissionais agem irá impactar a prestação de serviços desses organismos. Castrillón (2011, p. 41) ressalta que o bibliotecário como intelectual comprometido deve fazer sua parte na resistência à restrição da liberdade de pensamento e as violações dos princípios universais de justiça e liberdade, a partir do instrumento de democratização que deveriam ser as bibliotecas.

Portanto, neutralidade e aversão à participação política são condições que não cabem para este profissional, embora se configurem desafios para o bibliotecário que é formado no Brasil, como se percebe nos registros de diversas publicações da área (Almeida Júnior, 1997; Lewis, 2008; Lima; Galindo; 2018; Silva, 2018). Almeida Júnior (1997, p. 107) compreende que o bibliotecário precisa ser um profissional participativo e questionador de sua realidade.

A atuação do bibliotecário brasileiro tem previsão legal, foi regulamentada pela Lei nº 401.084, de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre a profissão e regula seu exercício, um pouco antes de ser instituído o golpe militar. (Brasil, 1962). Ocorre que se o negócio da biblioteca, que configura um discurso sempre presente, é dar acesso à informação para todos indistintamente, a partir deste instrumento de democratização de direitos fundamentais e se o bibliotecário é reconhecido e legitimado na estrutura social brasileira, este profissional figura como agente primordial e responsável na garantia desses direitos e na preservação e mediação da memória social. Logo, “[...] sua responsabilidade é com a sociedade do passado, do presente e do futuro. Sua função é, portanto, preservar o passado, cultivar o presente proporcionando escolhas para as próximas gerações.” (Leitão, 2010, p. 150)

Como foi estar nessa condição profissional em tempos de ditadura militar brasileira, que como vimos, representou um tempo de cerceamento e repressão do acesso à informação, liberdade de pensamento e demais direitos que configuram cidadania em um estado de direito? Como era o ambiente de trabalho para o profissional engajado com o acesso à informação irrestrita? O que estava em jogo para os que atuavam em ambientes públicos de informação, como as bibliotecas públicas?

As políticas de trabalho nas bibliotecas públicas durante o regime militar foram direcionadas pelo Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado por Gustavo Capanema em 1937, durante o Estado Novo de Vargas (FGV, 2020). O INL esteve vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e norteou suas atividades seguindo os programas de educação e cultura do departamento. Em 1968 aconteceu a fusão entre Sistema Nacional de Bibliotecas do MEC e o INL, quando este iniciou a coordenação da política de bibliotecas públicas no país (Oliveira, 1994).

As bibliotecas públicas passaram a ser criadas como estímulo para a expansão do mercado editorial brasileiro, com uma ideia do livro como veículo de cultura e desenvolvimento econômico. Entretanto, não existiam discussões sobre suas funções na sociedade e as necessidades do seu público (Oliveira, 1994). As políticas para bibliotecas públicas durante a ditadura visavam “[...] o dirigismo estatal da sociedade, a adoção do planejamento para a atividade econômica e para as demais atividades governamentais e o estímulo e controle do processo cultural e informativo”. (Oliveira, 1994, p. 87).

A partir de 1970 as políticas para bibliotecas públicas e livros passaram da concepção da esfera cultural para educacional, transformando muitas bibliotecas públicas em bibliotecas escolares e lotando seus acervos de livros didáticos (Oliveira, 1994). Podemos dizer que este foi um resultado da falta de investimentos na biblioteca escolar e de uma nação com grande número de pessoas analfabetas, tendo a reforma do ensino se apoiado nas bibliotecas públicas para sua concretização. Segundo Lemos (1979, p. 1159) a leitura nas bibliotecas públicas havia se tornado “[...] um mero cumprimento de um dever escolar [...]”.

Em 1967, foi realizado o primeiro CBBB após o golpe militar, na cidade de São Paulo, sendo sua quinta edição. Quanto aos congressos realizados no final do regime militar, os últimos anais a que tivemos acesso tratam do XI CBBB, realizado em João Pessoa, na Paraíba, em 1982. De 1967 a 1977 foi possível perceber um “silêncio ensurdecedor” em relação à manifestação de opiniões contrárias à conjuntura de controle da época. A institucionalização do controle estatal deu a impressão de uma realidade paralela estar sendo vivida pelos profissionais da época e, ousamos dizer, talvez por toda sociedade, se pensarmos que nossas vivências constroem a realidade como destacam Berger e Luckmann, já mencionados. As palavras de Vergueiro (1987, p. 22) definem esta percepção: “fica-se tentado a imaginar o que passou pela cabeça de bibliotecários e bibliotecárias brasileiros quando os atos de censura eram perpetrados. Tomaram conhecimento dos mesmos? Se souberam, por que calaram? Por medo? Por omissão? Por concordância? Por desconhecimento?”.

Observando ainda as possíveis discussões dos bibliotecários acerca da conjuntura, foram analisadas as publicações do X CBBB, realizado em 1979, na capital do Paraná, Curitiba. Nesta ocasião, Lemos (1979), fez uma comparação da biblioteca pública com a classe média da época, amparada em seus valores morais, atitudes e preconceitos. Sobre a classe média, vemos que ela está abaixo da “nobreza”, porém acima da pobreza, e reproduz uma lógica de que a classe mais pobre, que serve os ricos, serve a classe média também. Desta forma, a classe média se nivela aos mesmos ideais dos ricos, que são a classe dominante. Para se perpetuar nesta condição, seguem o ideal de trabalho individualizado e meritocrático, servindo os ricos, mas se vendo iguais a eles e repetindo a lógica exploradora e excludente sobre as classes mais pobres (Souza, 2018).

Lemos (1979) afirma ainda que raramente houveram ocasiões para a classe bibliotecária manifestar seu posicionamento sobre a censura. Temos de lembrar que a postura política é inerente à existência humana e cidadã e no momento que se afirma a postura apolítica, está se afirmando um fazer político. Mesmo que este fazer não divirja do que está posto, o silêncio consente a realidade dominante, que neste caso se trata de um sistema opressor, de desenvolvimento capitalista, que ignora a cultura do seu povo e

segue a lógica colonizadora desde a invasão do Brasil. Sobre a postura de atuação profissional bibliotecária contra a censura, Lemos (1979, p. 1158) declara:

Contra a censura oficial, do ponto de vista profissional, pouco há o que fazer, uma vez que os bibliotecários, como funcionários do Estado e também como cidadãos devem acatar essas leis; leis que embora existam, não quer isto dizer que sejam legítimas. Cabe então ao profissional, e através dos mecanismos de pressão da sociedade civil, tratar de lutar contra uma lei injusta, contra uma lei iníqua e assim tocar a sociedade para frente de uma maneira realmente democrática. [grifo nosso].

Após o fim do período ditatorial, talvez fosse menos conturbado olhar para trás e fazer um balanço do que aconteceu. Vergueiro (1987, p. 21) afirma ser fácil, de certa forma, ser a favor da liberdade intelectual e contra a censura nas bibliotecas “quando os interlocutores são outros bibliotecários que se reuniram para tomar um aperitivo ou para debates em reuniões ou seminários profissionais”. O autor continua afirmando que difícil é atuar contra as pressões de autoridades e indivíduos “que se sentem no direito de exigir a retirada, da coleção da biblioteca, de livros e outros materiais que veiculem conceitos dos quais discordam e que não gostariam de ver disseminados entre os outros membros da comunidade.” (Vergueiro, 1987, p. 21).

Se posicionar neste contexto com certeza não configura tarefa tranquila. Mas compreendemos que o mesmo ocorre sobre não se posicionar, independente da esfera de atuação. Se devemos ser autores da nossa história, que possamos escrevê-la por caminhos sólidos de dignidade, liberdade e humanidade. É preciso pautar a atuação bibliotecária menos pelas atividades técnicas, e mais pelo propósito final das bibliotecas públicas.

5 “VOCÊ NÃO SENTE, NÃO VÊ”: A ANÁLISE DO DISCURSO

“Você pisava no chão, mas não sabia muito bem se estava pisando no chão”

A frase que inaugura a análise é de um dos entrevistados sobre a experiência de ter atuado em bibliotecas públicas na ditadura brasileira. Neste estudo de percepção, acessamos o vivido, os sentidos. A análise foi realizada a partir das falas do DSC final, que se intitula fala do sujeito coletivo, que está destacada em itálico nesta análise.

Entre 1964 e 1984, as políticas para as bibliotecas públicas estavam restritas à política do livro, o INL seguiu sua atuação no contexto da difusão, com foco na distribuição de livros, com intuito de estabelecer “uma leitura culturalmente adequada à população”. A biblioteca pública, sendo concebida por escritores e intelectuais, nem sempre esteve voltada para as necessidades da população, o que pode ter auxiliado no distanciamento do seu papel de articuladora com a sociedade (Oliveira, 1994). Com foco no que se entendia como desenvolvimento do país, a educação passou a ser priorizada e parte dessa responsabilidade foi dividida com a biblioteca pública, que passou a receber livros didáticos e ser espaço para pesquisa escolar (Oliveira, 1994). Neste momento, a leitura pareceu estar imposta para modelar um perfil de cidadão.

O sujeito coletivo, em princípio, discorre sobre a escolarização da biblioteca pública naquele momento da história brasileira:

[...] era o nosso trauma naquele momento [...], o apoio da biblioteca pública ao desenvolvimento do ensino, desenvolvimento escolar [...]. [...] a função do bibliotecário era achar o livro na estante [...].

No contexto ditatorial, a situação da biblioteca pública como apoio ao ensino e o fator da distribuição de livros em uma nação na época composta em grande parte por analfabetos, prejudicou ainda mais a atuação da

biblioteca e dos bibliotecários, que não conheciam as necessidades e motivações de leitura dos usuários (Oliveira, 1994). Observando a biblioteca pública de ontem, percebemos reflexos de suas ações no presente.

O sujeito coletivo destaca tentativas de mediação e incentivo à autonomia dos usuários:

[...] a gente introduziu uma prática que era de pegar o livro [...] um bom tempo ainda, mas não entregar [...] aberto, na página que o sujeito tinha que copiar. [...] a gente apresentava o sumário e dizia: Aqui você tem [...] toda lista, os assuntos que você vai encontrar no todo do livro [...].

Também narra a participação de professores atuantes nos quadros das bibliotecas e destaca que *[...] vários professores foram muito participativos [...]. Porque [...] estes meninos vinham completamente despencados da escola para realizar uma coisa que eles não sabiam o que era, não sabiam pra que servia [...].*

Neste momento, percebe-se mais uma vez a importância da percepção e apropriação dos sentidos. Assim, a singularidade de diversas realidades é compreendida e valorizada, ao invés apenas do cumprimento superficial de obrigações sem internalização.

Quanto ao processo de expansão das bibliotecas públicas, a fala coletiva relata que

[...] começou a se fazer bibliotecas mais em região periférica, mas não eram nem de 2ª qualidade, eram de 5ª qualidade [...] os prédios realmente [...] ruins, o mobiliário [...]. [...] onde tinha vereador [...] que queria ganhar voto [...] vamos abrir uma biblioteca! [...] às vezes alugavam um galpão e faziam neste galpão uma biblioteca [...]. [...] Os móveis eram escuros [...]. [...] Móveis pesados, de excelente qualidade, mas [...] de uma

linguagem absolutamente de escritório, biblioteca lá da década de 30, da década de 40 [...].

Se tudo o que o homem faz, se faz em vista das circunstâncias, como afirmam Ortega e Gasset (2006, p. 54), as circunstâncias daquele período se refletiam também na gestão das bibliotecas públicas do país, de contexto autoritário, de acordo com a dinâmica do regime militar, um [...] *modelo de gestão [...] técnico burocrático [...], em que você tem lá o “chefete” que manda, e os outros têm que obedecer [...].*

Os acervos das bibliotecas também acompanhavam esta dinâmica e eram

[...] comprados por uma divisão de processos técnicos, que faz a seleção de acervo [...] a gente não sabia se passava ou não por uma lista avaliativa mesmo de censura de títulos, [...] era tudo muito assim, nebuloso. [...] nessa época a linha editorial era mais voltada [...] pra essa coisa do nacionalismo, de valorizar o Brasil [...] sem o viés crítico.

Após a ditadura militar no país, Vergueiro (1987), uma das principais referências sobre desenvolvimento de coleções no Brasil, acredita que a dinâmica entre seleção de materiais e censura é uma linha tênue. O autor compreende que as restrições por pressão da sociedade “são devidas a preconceitos pessoais que podem ser resultado de concepções políticas, religiosas, econômicas ou estéticas”. (Vergueiro, 1987, p. 24)

O sujeito coletivo destaca também sobre a vivência no contexto de biblioteca pública infantil e ressalta que

[...] sempre foi uma biblioteca em que os moralistas e doutrinadores [...] estiveram ali muito presentes [...] a censura esteve sempre muito presente [...]. [...] cê falou em sexualidade,

tá proibido, cê falou em racismo que tem no Brasil, tá proibido... [...] em religião então, nem pensar [...] dava bate-boca essas questões, bate-boca bravo [...].

Como mencionam Berger e Luckmann (1995) situações que se perpetuam são percebidas como “naturais”, “corretas” e tendem a se institucionalizar. Neste tipo de política, o moralismo se faz presente pela doutrinação, que prioriza — ou desprivilegia — a educação como forma de manutenção de uma conduta conservadora, usando a difusão cultural para isso. Entendemos que a falta de interação com a diversidade de culturas limita visões de mundo, favorecendo o surgimento de padrões culturais. Padrões culturais perpetuados podem se tornar padrões morais, e com isso visões únicas e limitadoras são naturalizadas e manifestadas na sociedade.

Compreendemos que privar as pessoas de conhecerem a pluralidade cultural existente é criar uma história única. Em uma conferência do evento Technology, Entertainment and Design (TED), falando sobre a autenticidade da voz cultural, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) manifesta em sua fala o perigo da história única afirmando e a impossibilidade de falar sobre isso sem falar sobre poder: “[...] mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará. [...]”. Por conta do poder, a história única ignora a identidade de um povo e impõe uma narrativa construída sem este povo. Uma situação bastante parecida com a censura e com as dinâmicas do regime militar brasileiro.

Diversos atores fazem parte do ambiente da biblioteca pública, com suas histórias, particularidades e posicionamentos. No contexto da ditadura militar no Brasil, o sujeito coletivo lembra que

[...] tinha pessoas [...] que pensavam seriamente a biblioteca. Tinha aqueles [...] técnicos, especialistas, aprenderam o “beabá” [...] “vamos fazer assim e ponto final” [...]. [...] tinha aqueles [...] ideológicos [...] “somos assim porque tem que

ser assim” [...]. [...] tinha pessoas de vanguarda [...], “vamos mudar isso” [...] e [...] pessoas tradicionalistas [...] para manter o que estava dado, e aqueles [...] técnicos burocratas [...]. [...] tinham professores que trabalhavam nas bibliotecas [...].

Este estudo entrevistou agentes que atuaram em bibliotecas públicas. Entre os agentes o bibliotecário é um profissional de destaque no contexto, no Brasil há formação universitária para sua atuação nestes ambientes e, como já mencionado, há prerrogativa legal que lhe confere reserva de mercado, bem como, Conselhos nas diversas regiões que fiscalizam as ações dos profissionais.

Dentro das concepções da atuação profissional, conflitos de ideias e posicionamentos permearam as bibliotecas públicas. Tal situação fica evidente quando o sujeito coletivo destaca que

[...] o pessoal que vem a partir de 1970 [...], vem [...] com uma visão diferenciada do país [...], se contrapõe a um quadro de bibliotecários com [...] mais idade muitas vezes [...]. [...] tinha quadros mais antigos que estavam [...] conformadas com essa dinâmica de trabalho, com uma direção [...] controladora. [...] instáveis pela chegada desses novos bibliotecários [...], com uma visão [...] crítica da própria biblioteca [...], com gás para querer mudar uma série de coisas [...]. Houve [...] situações de conflitos [...] de posições mais radicais [...]. Mas a gente também sabia o mundo que a gente tava vivendo [...].

E que mundo era esse? Um mundo cerceado pelo controle, pelo autoritarismo “da ditadura militar que sufocou nossa sociedade” (Almeida Júnior, 1997, p. 92). Para o sujeito coletivo, o controle na direção das

bibliotecas se deu [...] *entre um temperamento que era centralizador, que era autoritário, apoiado [...] por uma ordem política [...].*

Além disso, percebe que [...] *às vezes tinha uma certa guerra interna [...]. Ciente da conjuntura que fez parte, relata que [...] naquela época [...], pega uma panela de pressão, tampa, mete fogo embaixo, não vai explodir? [...] uma hora explode [...]. É matemático [...]: Onde não tem expressão, cê vai encontrar explosão.*

É impossível conhecer a realidade de todos os profissionais que atuaram em bibliotecas públicas durante o regime militar. Entretanto, o sujeito coletivo afirma que houveram tentativas de articulação ao lembrar que:

[...] os espaços de discussão [...] a gente cavava [...], literalmente. [...] eram espaços de participação em Congressos de Biblioteconomia, [...] isso se conseguia vez ou outra fazer. [...] Mas eram espaços para aquisição de informação, [...] e não neste outro quadro para se debater, [...] reconhecer uma prática [...] se construir saberes e fazeres com base nas vivências.

Neste cenário realmente não faria sentido o interesse do governo ditatorial pela formação de profissionais atuantes em bibliotecas públicas, pois a formação implica em reflexão, que não parecia ser um dever do bibliotecário naquele momento. Assim, a formação continuada, tão importante para atualização e obtenção de novos conhecimentos, também foi prejudicada, pois os espaços eram de informação, não de formação. A fala do sujeito coletivo retrata que somente

[...] a partir de 1982, 1983, que começou haver uma abertura, inclusive por uma outra direção do departamento [...] que convidou pessoas [...] para fazer formação dos bibliotecários e dos quadros funcionais [...]. [...] nessa fase [...] a

gente começa a [...] discutir o papel da biblioteca [...] na formação de leitores, nos processos de apropriação de leitura [...]. [...] tinha toda [...] dificuldade, toda [...] luta no sentido de [...], redefinir as práticas de bibliotecas [...], fazer reuniões [...].

Boa parte dos estudos da biblioteconomia estão voltados para organização e administração. Deste modo, soa até estranho conceber a falta de diálogo para construção de políticas de trabalho, ainda mais na esfera pública, que deve atuar para transformar a estrutura social (Almeida Júnior, 1997, p. 91). Contudo, não interessava ao poder de Estado uma transformação estrutural democrática, mas sim o cumprimento da ordem vigente.

Sobre a falta de diálogo para a atuação profissional, o sujeito coletivo expressa:

[...] A gente não tinha espaços de construção dessa experiência. [...] um grupinho maiorzinho ali reunido [...], [...] tinha lógica de [...] conspiração. E via de regra virava mesmo, [...] a gente sempre caía: Mas não é um absurdo isso, absurdo aquilo [...]. [...] a gente não tinha metodologia nenhuma, era tudo muito na raça, [...] na vontade de que algumas coisas dessem certo. [...] as reuniões, as trocas, no âmbito do departamento, [...] eram fundamentalmente administrativas, da supervisão [...], [...] com as chefias [...]. Os bibliotecários funcionais trabalhavam dentro de uma [...] rotina, não havia uma dinâmica em que os quadros funcionais participassem ativamente, trocando experiências [...].

Exemplificando a situação da falta de trocas e direcionamentos diante do nebuloso período, o sujeito coletivo ilustra:

[...] você era lançado assim [...]: O pressuposto era que você já sáisse dançando no palco, entendeu? Assinou a nomeação, sai dançando no palco! [...].

Sabemos que existiu uma rede de bibliotecas públicas, porém, uma rede de bibliotecários isolados. É possível constatar isso nos discursos, que manifestam momentos em que estes organismos não souberam se apropriar do capital humano e cultural que tinham disponível, ou talvez este realmente não fosse um interesse do período.

6 “PRECISAMOS TODOS REJUVENESCER”: OBSERVAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa realidade é uma soma de experiências vividas anteriormente. Olhar para o passado não significa que voltaremos para este lugar, mas que existe a possibilidade de compreender o hoje, e se julgarmos adequado, fazer diferente.

As percepções apresentadas revelaram a importância da mediação cultural, da formação de leitores e da garantia de direitos como papéis da biblioteca pública. Dessa forma, se constitui uma biblioteca plural, para uma sociedade consciente de seu poder e mais justa. É destacada ainda, a necessidade do profissional bibliotecário ser leitor para tornar-se um agente de leitura, afirmando a missão social da biblioteca como negociadora de culturas.

Quanto às percepções sobre o período da ditadura militar, a pesquisa evidenciou que o autoritarismo e controle na gestão das bibliotecas públicas estavam presentes por meio da atuação de figuras que ocupavam cargos de chefia, e em momento algum faziam oposição à ordem política vigente. Existiram diferentes opiniões sobre o cenário que se apresentava, entretanto, a violência e difusão de uma cultura nacionalista engendradora traziam insegurança e medo, influenciando a falta de manifestações sobre qualquer

posicionamento. Foram inexistentes os espaços para o pensamento crítico, formação continuada e a conduta bibliotecária poderia caminhar — controlada — somente nos limites do repertório cultural estabelecido.

Outro processo marcante foi a escolarização das bibliotecas públicas. A fala do sujeito coletivo mostra o duro trabalho diante um governo que agia com intuito de estabelecer uma nova cultura na nação, renegando suas origens, a origem de seu povo. Neste sistema, foram distribuídos livros “adequados à população”, sem conhecimento das reais necessidades dos cidadãos, e além disso, sem a participação de bibliotecários na seleção bibliográfica. Mas como atuar profissionalmente sem poder argumentar sobre as dinâmicas e projetos de trabalho? Além disso, no momento em que a biblioteca pública assume o apoio ao ensino, e o papel da difusão cultural, privilegia apenas parte da sociedade, marginalizando e excluindo as pessoas que mais necessitam de seus serviços.

Foram muitas as incertezas sobre as técnicas de censura adotadas pelo Estado, visto que a seleção de acervo dificilmente passava pelos bibliotecários. Há um destaque para a presença de diversas formas de imposições morais e preconceitos, vindas de frequentadores da biblioteca pública que defendiam o governo militar. Nesta dinâmica, diversos conflitos permearam o ambiente das bibliotecas públicas e fica evidente que a censura nestes ambientes existiu principalmente de forma institucionalizada.

No contexto da troca de experiências e diálogo entre profissionais, percebemos a falta de espaços de expressão. Opiniões progressistas estavam em choque com opiniões conservadoras e a tensão pairava no ar. A impressão é que não poderia haver espaço para ser crítico e questionador, características inerentes da atuação de bibliotecários e agentes que trabalham com informação, educação e cultura.

Também foi praticamente inexistente o diálogo e a troca de experiências para formação profissional. Os profissionais relatam que apesar de fazerem parte de uma rede de bibliotecas, por vezes se sentiam isolados em suas realidades. O que ocorria eram poucas oportunidades para obtenção de informação, em congressos da área. Ressaltamos, que formação e informação são bastante distintas, pois a formação possibilita a apropriação de

conhecimento, a internalização de sentidos, enquanto a informação se constitui pela organização de dados.

Por fim, consideramos que evidenciar as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no contexto do período da ditadura militar no Brasil, no contexto do construcionismo social, se faz de grande importância neste momento político do país, um momento de tensão, quando alusões à ditadura militar ainda são feitas por líderes que deveriam abominar um período tão cruel na história da nação. Deixar de olhar para os vinte e um anos do regime militar é ser conivente com a negação do sofrimento vivido por torturados, famílias de desaparecidos, com a censura, com a supressão da diversidade e não agir no sentido da mudança. Consideramos que a biblioteca pública na atuação de seus agentes figura como instituição essencial para defesa e promoção da democracia. Para que ninguém esqueça. Para que nunca mais aconteça. Para que o país rejuvenesça.

REFERÊNCIAS

- Abramo, C. W. (2009, 2 de abril). *Informação, poder e disputa*. Informação pública. <http://informacaopublica.org.br/?p=702>.
- Almeida Júnior, O. F. (1997). *Sociedade e Biblioteconomia*. Belo Horizonte: Polis.
- Alves, M. H. M. (2005). *Estado e declarações no Brasil (1964-1984)*. Florianópolis: Edusc.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1995). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. (12. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*. (11. ed., pp. 368-378). Brasília: Universidade de Brasília.
- Brasil. *Lei n. 4084, de 30 de junho de 1962*. (1962). Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm.
- Bush, V. (1945). *As we may think*. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>.

- Castrillón, S. (2011). *O direito de ler e de escrever*. São Paulo: Pulo do Gato.
- Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story*. Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fundação Getúlio Vargas, FGV. (2020). *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Instituto Nacional do Livro*.
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>.
- International Federation of Library Associations and Institutions, IFLA (1994). *International Federation of Library Associations and Institutions. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*.
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/%20publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>
- Itaú Cultural (2020). *Belchior*. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa101849/belchior>
- Lankes, D. R. (2016). *Expect More: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: Febab.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A. M. C. (2003). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Leitão, B. J. M. (2010). *A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil].
- Lemos, A. G. B. (1979). *Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras*. Repositório – FEBAB, São Paulo.
<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2038>
- Lewis, A. (2008). *Questioning library neutrality: essays from progressive librarian*. Sacramento: Library Juice Press.

- Lima; A. K. A. & Galindo, M. (2018). Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 19., 2018, Londrina. *Anais* [...] Londrina: UEL.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124707>
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, Z. C. P. (1994). *A biblioteca "fora do tempo": políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil].
- Reis, D. A. (2014). A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In: Reis, D. A., Ridenti, M. & Motta, R. P. S. (Eds), A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (pp. 7-23). Rio de Janeiro: Zahar.
- Ridenti, M. (2014). As oposições à ditadura: resistência e integração. *In: Reis, D. A., Ridenti, M. & Motta, R. P. S. (Eds), A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (pp. 24-39). Rio de Janeiro: Zahar.
- Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, F. C. G. (2018). Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia. *In: Silva, F. C. G & Duque Cardona, N. D. (Eds), Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil* (pp. 73-118). Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora: Selo Nyota.
- Silva Filho, J. C. M. (2010). Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da comissão de anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. *In: Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Repressão e memória política no contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal* (pp. 186-227).

- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. São Paulo: Estação Brasil.
- Wasserman, C. (2006). O golpe de 1964: tudo o que se perdeu. In: Padrós, E. S. (Ed.), *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul* (pp. 55-61). Porto Alegre: Corag.
- Wasserman, C. (2004). O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: Wasserman, C. & Guazzelli, C. A. B. (Eds.), *Ditaduras Militares na América Latina* (pp. 27-44). Porto Alegre: Editora da Universidade.



APROXIMACIÓN DEL BIBLIOTECARIO ESCOLAR EN CUBA COMO PROMOTOR DE LECTURA EN LA ESCUELA PRIMARIA

Mercedes Alfonso Chomat

1 INTRODUCCIÓN

En la actualidad la escuela cubana se ha convertido en el principal agente de cambio social en el siglo XXI: efectúa grandes transformaciones en su estructura interna, eleva el nivel de los contenidos docentes, perfecciona las formas organizativas e introduce en el quehacer diario, métodos y estilos más efectivos para los procesos directivos en la educación.

En la escuela primaria y por ende en la biblioteca escolar, institución cultural y de información que se encuentra enmarcada dentro de un centro docente, se producen transformaciones necesarias acorde a los momentos actuales al tener en cuenta el nuevo modelo económico al que aspiramos en nuestra sociedad a partir de las condiciones económicas, políticas, sociales y culturales por las que atravesamos. Al respecto García Remis (2000, p. 20) afirma que:

En las transformaciones que se proponen se establece una propuesta curricular más interdisciplinaria, que debe permitir la atención a la diversidad en la realidad cubana y fundamentalmente a los estudiantes en desventaja social; la formación de un hombre



portador de una cultura general integral, mediante el empleo de recursos diversos de orden tecnológico y de las posibilidades de contar con trabajadores sociales, programas de desarrollo cultural comunitario y el fortalecimiento de las bibliotecas escolares.

Los procesos culturales y los problemas sociales que acontecen a diario, convierten al bibliotecario escolar cubano de manera general en un observador crítico y en agente de cambio, de manera que existen condiciones objetivas para que incorpore a su actividad profesional nuevos modos de actuación. Estos procesos contemplan aspectos históricos, sociopolíticos, económicos, científicos y culturales.

Para enfrentar estos retos dentro de la sociedad de la información y el conocimiento, el bibliotecario escolar cubano necesita estar informado y preparado para desarrollar competencias relacionadas con la lectura y su promoción de manera dinámica, con modos de pensamientos hacia el futuro en los diferentes campos del saber y debe aprender a combinar el conocimiento, la iniciativa, la comunicación y las nuevas tecnologías, conservar los valores éticos y desarrollar investigaciones sobre la base de los problemas relacionados con la lectura, para buscar por la vía científica su solución.

El desarrollo acelerado de las nuevas tecnologías de la información y las comunicaciones vinculadas a las ciencias humanísticas y sociales que fundamentan su accionar en leyes y métodos específicos son propicios para dar solución a los problemas prácticos y teóricos que enfrenta en los momentos actuales la biblioteca escolar en Cuba y que contribuye a la formación en valores en los seres humanos. Para recorrer por este proceso histórico, esta institución de información debe contribuir a elevar la calidad del proceso de enseñanza aprendizaje y apoyarse para estructurar un proceso pedagógico acertado en las ciencias, que constituyen la base y el soporte para su perfeccionamiento.

Los problemas educativos y los relacionados con la lectura y su promoción son problemas sociales y existe la necesidad de buscar solución a ellos desde las aristas educativas y sociales.

A partir de la experiencia de la autora que durante 38 años trabajó en la actividad bibliotecaria, los resultados obtenidos en su tesis de maestría y la aplicación de diferentes instrumentos a nivel nacional, se evidencia que en sentido general existe:

- Poca motivación por parte de los bibliotecarios escolares hacia la lectura.
- En los resultados de los Concursos que se desarrollan a nivel nacional “Sabe más quien lee más” y “Leer a Martí,” se identifican regularidades en la lectura como son la interpretación y la comprensión del texto.
- El estudio de la literatura acerca de investigaciones realizadas hasta el momento dirigidas a la búsqueda de soluciones a los problemas relacionados con la lectura, la promoción y animación presentes en los bibliotecarios escolares, apuntan a escasos trabajos acerca del tema. Solo se han podido constatar en artículos y ponencias presentadas a eventos nacionales e internacionales que corroboran lo planteado anteriormente.

Ante la siguiente interrogante ¿Qué clima social de lectura existe hoy en Cuba? Podemos asegurar que existe un clima social favorable porque cada día más, se intensifican y extiende el discurso sobre la lectura, su importancia y prestigio, existe la circulación extensiva e intensiva del libro donde se desarrollan diferentes actividades como son las ferias internacionales del libro, las jornadas dedicadas a la divulgación y la promoción de obras de autores nacionales e internacionales, el desarrollo de diferentes concursos que promueven la lectura de obras clásicas y contemporáneas, así como la circulación de productos simbólico-culturales a favor de la lectura y el libro (vídeo-clips, consignas, afiches, carteles, periódicos, postales, sport).

Sin embargo, ante la siguiente pregunta realizada a los estudiantes de la escuela primaria:

¿Por qué asistes a la Feria del libro?, las respuestas mayoritarias son:
Porque es el momento para comprar libros.
Porque es el momento para actualizar los libros.
Porque es el momento para comprar libros infantiles.
Para pasar un rato agradable con amigos y familiares.
Por lo que no sabemos exactamente si se lee más y si se lee mejor.

Somos del criterio que aún la biblioteca escolar no ha logrado perfeccionar la labor de promoción y animación a la lectura y que la lectura no se ha convertido en una línea de investigación con identidad propia y sostenida por parte de los bibliotecarios escolares.

De ahí que me plantee como problema social de la ciencia:

- La necesidad de atender por la vía científica, la promoción y animación a la lectura en la escuela primaria.

Y como objetivo:

- Revelar la importancia social que tiene la promoción y animación a la lectura en la biblioteca escolar de la escuela primaria dentro del III Perfeccionamiento del Sistema Nacional de Educación.

Esta es una investigación de tipo teórico, que interrelaciona las modalidades histórica y prospectiva, en la que se emplearon métodos del nivel teórico como el histórico – lógico para sistematizar la metodología empleada. Se combinan los métodos inductivos – deductivo y analítico sintético en la búsqueda de información teórica y empírica para revelar las regularidades en el proceso de promoción y animación a la lectura. Prevalcen los análisis cualitativos y se utilizan los resultados obtenidos en los concursos, las visitas a las bibliotecas escolares y las entrevistas realizadas a diferentes profesionales de la información.

La autora es de la opinión que para lograr que el estudiante de la escuela primaria se desempeñe como buen lector hay que buscar acciones pedagógicas que evidencien las potencialidades reales del desarrollo de los

alumnos mediante actividades comunicativas en relaciones conjuntas y luego medir lo que logra cada individuo.

La biblioteca escolar en Cuba, se ocupa fundamentalmente por elevar la cultura general integral, como base de un eficiente trabajo de promoción y animación a la lectura. Los nuevos modelos están diseñados para garantizar un trabajo educativo más efectivo con los estudiantes, donde se logre un mayor desarrollo de su conciencia, así como de la espiritualidad y de los sentimientos solidarios y humanos, con un amplio sentido de la identidad cultural y nacional, del patriotismo y del pensamiento creativo y transformador de la realidad en que vive. Para el desarrollo social, intelectual, espiritual y moral del ser humano, leer es un medio muy efectivo. La lectura es un estímulo para desarrollar el pensamiento; en la esfera educativa constituye un medio eficaz para el aprendizaje y el trabajo independiente. En la esfera psicológica proporciona placer, bienestar y recreación.

Resulta de vital importancia que la comunidad bibliotecaria cubana asuma la labor que en consecuencia le corresponde desarrollar por lo que se hace necesario modelar actividades de promoción y animación a la lectura que tengan en cuenta un enfoque educativo y una concepción histórico-cultural, donde se prioricen las formas de comunicación en el proceso de educación, con atención en las complejas relaciones objeto-sujeto.

Es precisamente en este contexto que el presente trabajo pretende revelar la importancia de la promoción y animación a la lectura para el desarrollo de los escolares en el nivel primario; labor eficiente que debe asumir el bibliotecario escolar cubano, profesional que trabaja en una institución cultural y de información, que a su vez está enmarcada dentro de la escuela como institución docente que realiza cambios para perfeccionar su accionar y orientan un sistema bibliotecario en correspondencia con la igualdad de oportunidades y posibilidades de mayor justicia, elevación de la autoestima y atención a las necesidades morales y sociales de los niños y niñas de la escuela primaria.

2 DESARROLLO

2.1 LA LECTURA COMO PRÁCTICA SOCIAL DENTRO DE LA ESCUELA PRIMARIA

En el contexto de las transformaciones del III Proceso de Perfeccionamiento del Sistema Nacional de Educación, en la escuela cubana actual en el que se introducen cambios, nuevas formas y estilos de trabajo, así como el creciente trabajo de investigación que se vienen desarrollando, implican modificaciones en la actividad docente-educativa, a la vez que demandan de un bibliotecario escolar mejor preparado que pueda asumir los retos actuales porque la labor que desempeña es un elemento básico dentro del proceso docente educativo de la escuela.

En tal sentido, los objetivos de la biblioteca tienen como punto de partida los propios objetivos del nivel primario y se adaptan a las características de cada grado, pero específicamente se centraran en la promoción y animación a la lectura mediante diferentes actividades y servicios que se ofrecen, que permiten desarrollar habilidades para la lectura, la búsqueda, recopilación, utilización y formas de compartir la información, apoyar el desarrollo del proceso de enseñanza aprendizaje, producir el enriquecimiento cultural y espiritual y desarrollar procedimientos, habilidades, hábitos y capacidades para perfeccionar el trabajo independiente con las fuentes de información en cualquier soporte que se presente.

La lectura como práctica social ocupa un lugar privilegiado en la cultura y no es solo la decodificación de letras y símbolos, es reflexionar y comprende el mensaje que nos transmite el texto. Se puede realizar múltiples lecturas: en diferentes formatos, soportes, géneros, estilos, etc. El bibliotecario puede aprovechar la lectura para trabajar los gustos, las afinidades, las reacciones, y las interpretaciones, entre otros aspectos que considere conveniente. Por ello y para dar cumplimiento al Programa Nacional por la Lectura auspiciado por la Biblioteca Nacional de Cuba desde el año 1998, se ha generado el Currículo para la biblioteca escolar que reúne los proyectos de las mejores prácticas relacionadas con la lectura y su promoción al tomar en

cuenta las aspiraciones de desarrollo que deben tenerse al utilizar la información.

Durante el desarrollo de la humanidad, los procesos educativos han sido preocupación y objeto de estudio de grandes pensadores. Las reflexiones acerca de las formas de organizarlos han constituido un proceso complejo, que tiene entre sus antecedentes teóricos más significativos la *Didáctica Magna* de Juan Amos Comenius. Por su parte, la Bibliotecología y las Ciencias de la Información también se han ocupado, desde sus orígenes, de proyectar una estructura u organización que contribuya a la formación y preparación del ser humano. Es en este sentido que esta disciplina se vincula con los procesos educativos mediante la educación de usuarios.

En lo relacionado con la promoción y animación a la lectura existen limitaciones en el trabajo que desarrolla actualmente los bibliotecarios escolares cubanos. Ningún ser humano es capaz de transmitir lo que no conoce, en tal sentido, debemos trabajar intensamente para que el bibliotecario escolar cubano eleve su preparación profesional para que sea capaz de enseñar a utilizar documentos diversos en varios soportes; en desarrollar en ellos el gusto e interés por la lectura y en su preparación para poder utilizar otros tipos de bibliotecas.

Se han de buscar aquellos eventos, sucesos o procesos que provoquen un impacto perdurable, para producir un vuelco incuestionable en las formas de enfrentar la promoción y animación a la lectura, problema latente en las bibliotecas escolares cubanas y que se dan en un contexto cambiante donde actúan diferentes agentes de cambio y tienen que ver fundamentalmente con la preparación, los escenarios y el desempeño de los bibliotecarios escolares y es la vía científica la encargada de encontrar la solución que ayudará a resolver estas dificultades.

La existencia de investigaciones dirigidas a la búsqueda de soluciones a los problemas relacionados con la lectura, la promoción y animación presentes en los bibliotecarios escolares cubanos, son muy pocas. Solo se destacan en este sentido experiencias pedagógicas de avanzada presentadas en algunos eventos nacionales e internacionales y en los Congresos de Pedagogía y de Lectura, en las que regularmente están encaminadas a la propuesta de acciones que incentiven el hábito por la lectura. Por tal razón,

es necesario profundizar en las causas que frenan el desarrollo de la promoción y animación a la lectura en la biblioteca escolar cubana dentro de las transformaciones aspiradas en un proceso social y pedagógico, que transcurre y se desarrolla en condiciones muy cambiantes con influencias diversas y muy pocas veces estudiadas.

La familia constituye el primer contacto del niño y la niña con el mundo, es un eslabón fundamental en la transmisión de conocimientos. Los niños, cuando crecen rodeados de personas que leen y de libros casi siempre llegar a ser buenos lectores. Cuando sus padres y demás familiares, les cantan canciones de cuna, los están acercando al contacto con la literatura en la primera infancia. Los niños aprenden a conocer la expresividad de las palabras, el ritmo y la música. Si los niños dentro del marco familiar ven a sus padres leyendo, estos los llevan de paseo a los teatros, a las bibliotecas, museos, exposiciones, etc. Están creciendo en un ambiente cultural muy favorable para que se conviertan en buenos lectores.

Sin lugar a dudas, es a la escuela a quien corresponde el papel principal en la motivación del interés por la lectura y en la formación y desarrollo de hábitos de lectura. En la escuela primaria adquiere un papel rector el bibliotecario y el maestro. Debo aclarar que en Cuba, generalmente existe una biblioteca en cada institución educativa y que el bibliotecario escolar es considerado personal docente. La autora es de la opinión de que el maestro ejerce una gran influencia principalmente, a través de la asignatura Lengua Española, no obstante, la lectura no puede ser una actividad exclusiva de área del lenguaje, sino que debe formar parte de todas las áreas del conocimiento, todos los maestros deben poner especial interés en las actividades relacionadas con ella.

Leer es un fenómeno con acciones continuadas en el que el lector busca algo en el texto o en cualquier otro soporte con un propósito determinado. Se lee para resolver problemas prácticos, para informarse sobre un tema de interés, para profundizar en los conocimientos adquiridos, para buscar informaciones específicas que se necesitan por algún motivo. Se lee por placer y para saber más sobre el universo que nos rodea. La lectura es un poderoso instrumento para apropiarnos de la información que nos permite explorar mundos diferentes al nuestro, que nos acerca a las personas y a sus

ideas donde se adquiere un mayor conocimiento y por consiguiente mayor cultura. También es bueno precisar que el estudiante realiza otros tipos de lecturas que ofrecen diferentes informaciones, entre ellas podemos destacar la lectura de los sonidos, de las imágenes, de los olores entre otras.

La Lectura es un acto transformativo de todos los elementos que intervienen en ella y que tales transformaciones no pueden ser dejadas al azar, sino que desde el punto de vista pedagógico se precisa una intensa preparación y planificación porque a partir de cómo se comporte el lector, nos ofrecerá elementos para poder valorar la práctica de la lectura dentro de la cultura escrita que desarrolla.

Rodríguez Pérez (2009) pondera que Leer es un proceso activo que relaciona de manera muy especial a un lector con un texto dado. Leer no es hablar. Leer no es escribir. La habilidad de leer –que supone por supuesto, interpretar– ha sido históricamente atendida, aunque no siempre con los resultados deseados. Aprender a leer y leer para aprender constituye una unidad dialéctica que requiere de mucha atención por parte de la escuela, la familia y la comunidad. (p.2)

2.2 EL BIBLIOTECARIO ESCOLAR COMO PROMOTOR DE LECTURA EN LA ESCUELA PRIMARIA

El bibliotecario escolar cubano constituye un factor de medular importancia para la dinamización de la calidad de la labor de la escuela primaria en el ámbito del desarrollo de una cultura general e integral en los escolares, en la que la lectura, constituye un medio fundamental para el desarrollo intelectual de la personalidad de los seres humanos, por lo que este profesional desempeña un papel primordial en la formación de lectores. No es lo mismo enseñar a leer que formar un lector. Esta distinción parece fundamental a la hora de reflexionar qué puede hacer el bibliotecario escolar para potenciar la capacidad que tienen los estudiantes para leer múltiples lecturas, de manera independiente, con placer. Asociado a esta situación, y que hay que tener muy presente, en la actualidad existen nuevas formas de leer: Hoy leemos de modo discontinuo (pantalla de TV, computadora, navegamos por Internet; Leemos y producimos a la par, apremiados por el

tiempo y el espacio, leemos en pantallas y escribimos con teclado, tenemos audiencias pluriculturales y casi instantáneas.

Dentro de las perspectivas actuales del bibliotecario escolar cubano, está desarrollar la creatividad, la comprensión educativa, las relaciones comunitarias, la aceptación de la tecnología y la facilidad para acceder a ella, la habilidad para proveer servicios a la comunidad educativa en general y a los estudiantes con la utilización de todo tipo de soportes y medios. Este profesional debe propiciar todo su accionar para que la biblioteca escolar sirva de soporte al currículo escolar, priorizando la lectura en cualquier nivel.

Para enfrentar este tema es conveniente partir de la definición de **Promoción**, según el Diccionario de la Real Academia Española (1984) considera este término como la acción y el efecto de promover. A la vez que **Promover**, se origina del latín “Promovere” que significa iniciar o adelantar una cosa procurando su logro. Para la autora **Promover** significa buscar vías, utilizar estrategias, emplear métodos, producir un cambio, dar a conocer, informar, divulgar, motivar, impulsar, sensibilizar, entre otras acciones.

La promoción es una acción de promover algo y el promotor es la persona que impulsa, incita, inicia. Se convierte en agente de cambio social y tiene que lograr entusiasmarse él para poder entusiasmar a los demás. Ello implica acceder a niveles superiores y emplear diferentes técnicas, su funcionamiento es macrosocial, es un proceso difusivo, conduce a la ejecución de acciones en diferentes niveles de decisión en aras de la participación y se basa en la pedagogía activa.

Fowler Calzada (2000) considera que Es un sistema de influencias sobre el individuo, integrado por los siguientes elementos:

- **El lector:** Sujeto que recibe la influencia de modo crítico, modo que presupone el dialogismo.
- **La lectura:** Acto durante el cual el mensaje de influencia es descodificado por el sujeto y actualizado según sus necesidades.
- **El libro:** Dispositivo complejo que integra el hecho de ser a la vez sujeto comunicador- el autor "habla" en él -, canal portador de mensaje y mensaje mismo.

- Promoción: Acción según la cual se busca correspondencia óptima entre los participantes de la cadena lector-libro-lectura. Tal acción cumple un papel esencialmente “modelador”.
- Promotor: Sujeto que ejecuta la acción de promoción. Puesto que está ubicado entre el lector y el libro puede ejercer como redundancia o como ruido. (p.16)

Para la autora la promoción de la lectura es un proyecto de educación permanente por lo que debe existir entre sus necesidades internas una adecuada interrelación dialéctica. Su éxito radica en la comprensión y organización de este proceso, y una de las acciones principales para su éxito es la animación. Consideramos oportuno aclarar que la animación a la lectura se inserta dentro de las acciones de promoción, pero se entiende directamente con los textos; es un proceso educativo porque la escuela enseña a leer, y desde los conocimientos que tiene el estudiante de la enseñanza de la lectura parte la animación.

Según el diccionario de la Real Academia Española, (1984) Animar es dotar de movimiento las cosas inanimadas y Animación proviene del latín “animation” que es la acción y efecto de animar.

Sarto Montserrat (1998) afirma que: Es un método que se utiliza para lograr la educación lectora. Es educar para leer. La animación a la lectura utiliza diferentes estrategias de manera planificada, en las que se combinan acciones creativas para lograr que los estudiantes sientan motivación e interés por la lectura, desarrollen la capacidad lectora y cultivan su inteligencia. El método de animación utiliza las estrategias que son prácticas en la animación lectora. Es el elemento que se emplea para educar al niño en la lectura. Son creadas para contribuir al desarrollo de la capacidad lectora que tiene el ser humano. (p.19)

Para la autora la animación a la lectura es un método que pretende ser una solución al problema de la educación del lector, tiene como principal objetivo que los estudiantes se conviertan en lectores que leen para sí, para obtener respuestas a sus incógnitas, desarrollar la imaginación, la creatividad, recrearse, soñar, aprender y tener conocimientos sobre temas variados. Utiliza las estrategias que son actividades que tienen como objetivo animar el

texto, dotar de vida a los libros, requieren de un profesional que sea conocedor tanto de los estudiantes a los que van dirigidas, así como del material literario que se desea difundir entre ellos. Se desarrolla con el propósito de crea una relación afable entre el libro y el grupo de niños lectores.

Los estudiantes en la escuela primaria necesitan de un mediador que los eduque para leer, que sirva de puente entre ellos y el libro. Sin lugar a dudas dentro de la escuela, el bibliotecario escolar constituye un mediador insustituible, hay que lograr por la vía científica que este profesional asuma los nuevos retos y que sea capaz de cultivar la inteligencia en sus estudiantes para lograr la perfección de la lectura. Para formar lectores no podemos conformarnos con entregarles materiales para que los estudiantes lean, debemos tener una colaboración estrecha y sistemática con todos los implicados que intervienen en este proceso hasta que los escolares logren interesarse por leer. Hay que conocer la personalidad, los gustos y los problemas de cada estudiante, para que verdaderamente los bibliotecarios escolares puedan convertirse en mediadores entre los escolares y el libro en cualquier soporte de información en que se encuentre.

Es conveniente aclarar que toda actividad de animación es una actividad de promoción, pero no viceversa. La animación siempre está vinculada a un texto o un libro o un documento. Las actividades de promoción no tienen que estar vinculadas a un título en particular están dirigidas a aspectos más generales, son acciones de distintos tipos, destinadas a estimular y sensibilizar a los estudiantes y a la población en general hacia la utilización de los materiales de lectura. Entre ellas podemos mencionar las ferias de libros, los concursos, las exposiciones de libros, las proyecciones de películas y vídeos, los círculos de lectores, el desarrollo de actividades en las que se invite a la escuela a un ilustrador, autor, editor, etc.

Entre los autores consultados que se han dedicado a estudiar este tema a nivel internacional se destacan Richard Bamberger; Luís Darío Bernal Pinilla, Isabel Solé y Monserrat Sarto, entre otros. En el ámbito nacional entre los más representativos que han trabajado este asunto en estrecha relación con la educación, se encuentran Leticia Rodríguez Pérez, Georgina Arias

Leyva, Orlando Antonio Rodríguez, Juan Ramón Montano y Víctor Fowler Calzada.

La red de bibliotecas escolares de Cuba, dentro del diseño de su concepción estratégica, definió como visión ***La información educativa cultural y científica hasta el ser humano***. Para lograr esta aspiración se concretaron objetivos estratégicos asociados, áreas de resultado clave, dimensiones e indicadores.

Los objetivos formativos de la biblioteca tienen como punto de partida los propios objetivos de la educación y se adaptan a las características de cada grado, pero específicamente se centran en las actividades y servicios que se ofrecen, los que permiten desarrollar habilidades para la lectura, búsqueda, recopilación, utilización y formas de compartir la información y desarrollar procedimientos, habilidades, y capacidades para perfeccionar el trabajo independiente con las fuentes de información. Entre ellos se encuentran los siguientes:

- Fomentar el gusto e interés por la lectura desde las edades más tempranas.
- Conocer el currículo escolar correspondiente al nivel en que se desempeña.
- Dominar el Currículo para la Biblioteca Escolar y desarrollar acciones en función del cumplimiento de sus objetivos propuestos.
- Promover la participación activa de los estudiantes en los concursos “Leer a Martí” y “Sabe más quien lee más”, velando por la calidad de los trabajos presentados.

Esta red, centra su trabajo en el apoyo continuo al proceso de enseñanza aprendizaje, para así contribuir a las transformaciones del sistema educacional, por lo que resulta esencial estrechar más los vínculos con los docentes a nivel de escuela e intensificar los espacios de intercambio con las estructuras de dirección. Para lograr el cambio que necesitamos, proponemos la interacción y articulación de tres áreas de resultado clave: Funcionamiento,

Vínculos y proyectos de trabajo y Profesionalización, con sus respectivas dimensiones e indicadores como aspectos esenciales a tener en cuenta para el desarrollo de acciones metodológicas, dinámicas y participativas de servicios de información acorde con los momentos actuales.

De manera general, la actuación del bibliotecario escolar se fundamenta en dos componentes esenciales: El pedagógico y el bibliotecológico, la que tiene como educador y la que en sí mismo lo convierte en especialista que trabaja con la información. Para acercarnos al bibliotecario escolar al que aspiramos y que cumpla con el encargo que la sociedad precisa, se ha profundizado desde la estructura nacional en las siguientes interrogantes:

¿Son los bibliotecarios promotores de la lectura en las instituciones educativas y en la comunidad?

¿Realizan el diagnóstico de forma correcta? ¿Qué hacen? ¿Cómo? ¿Para qué?

¿Sistematizan e individualizan las actividades de promoción y animación a la lectura? ¿Cómo?

¿Cuáles son las principales necesidades de los estudiantes? ¿Cómo se atienden? ¿En cuántas bibliotecas se hace?

¿Cómo la biblioteca escolar hace que la escuela sea más atractiva, agradable y participativa desde la organización escolar?

Estas consideraciones del diagnóstico permitieron elaborar una propuesta de concepción estratégica a partir de las áreas de resultado clave, dimensiones e indicadores que permiten potenciar el cambio en los modos de actuación y el desempeño del bibliotecario escolar como promotor de la lectura y el encargado fundamental de convertir la biblioteca en la casa de la cultura dentro de la escuela y por ende, en el centro cultural más importante de la comunidad.

A continuación se ofrecen un ejemplo de cómo puede trabajar el bibliotecario escolar con un indicado dentro del área de Funcionamiento.

- Dimensión: Efectividad en los servicios.
- Indicador: Control de los servicios, entre ellos, de manera especial, la promoción y animación a la lectura.

A través de este indicador se debe estimular en el estudiante la creatividad y el espíritu investigativo. Se pueden elaborar actividades que siendo desarrolladas con acciones y alternativas concretas, estimulen los aprendizajes contextualizados y significativos, que sean flexibles y creativas y que brinden las formas de convertir la información en un nuevo conocimiento.

La experiencia práctica radica en qué contenidos seleccionar, qué métodos y formas organizativas debe utilizar para plantear actividades de aprendizaje motivantes que permitan conectar conocimientos, habilidades y la formación en valores.

El bibliotecario puede aprovechar la lectura para trabajar los gustos, las afinidades, las reacciones, y las interpretaciones, entre otros aspectos. Debe continuar adiestrando a los estudiantes en el conocimiento de la literatura infantil y juvenil; para ello intentará familiarizar a los lectores con los géneros literarios, autores, contemporáneos y de la localidad, ilustradores, temas y tendencias existentes en la literatura para niños y jóvenes, en este caso, debe dar una importancia vital al lector como intérprete, en la comprensión del mensaje del texto.

Un aspecto que merece atención es el referido a la importancia que debe tener para el bibliotecario enseñar a apreciar las ilustraciones de los libros y su relación con el texto, por la repercusión que tiene en la apreciación estética, en el desarrollo sensorial y expresivo de los estudiantes. Para desarrollar este indicador, se pueden utilizar diferentes estrategias de manera planificada, en las que se combinan acciones creativas para lograr que los estudiantes sientan motivación e interés por la lectura, desarrollen la capacidad de leer y cultiven su inteligencia.

3 CONCLUSIONES

En la llamada sociedad de la información y el conocimiento, con grandes cambios científicos, económicos, sociales y tecnológicos, se avanza en lo que es el conocimiento del proceso de lectura; diferentes ciencias –desde la psicología cognitiva hasta la neurociencia contribuyen a ello. Por lo que es necesario e importante reflexionar sobre cómo el bibliotecario escolar cubano

puede contribuir al mejoramiento de los procesos educativos y de manera puntual en la formación de lectores en la escuela primaria, porque implica una transformación de las actividades pedagógicas relacionadas con la lectura y en la formación de una concepción científica del mundo.

La biblioteca escolar, sin lugar a dudas, es el centro por excelencia de promoción cultural de la escuela y la comunidad. Potencia la construcción de conocimientos y saberes a partir de los vínculos y proyectos de trabajo que se establecen con los directivos, maestros, organismos, instituciones culturales y de información de la localidad donde se encuentra ubicada, nos permiten desarrollar actividades que posibiliten el apoyo al proceso de enseñanza aprendizaje, el amor por la lectura y el desarrollo en el uso y manejo de la información.

Por tales razones, asumimos una posición estratégica que permita configurar un sistema de indicadores para potenciar el buen desempeño del bibliotecario escolar con influencia directa en la calidad del aprendizaje, con implicación en los sentimientos y la cultura de los estudiantes, la educación en valores, el cultivo de la inteligencia y los sentimientos de identidad, que contribuya a desarrollar el pensamiento reflexivo y crítico, en consonancia con la política educacional cubana en aras de buscar una nueva imagen y encontrar el camino que nos lleve a encontrar el bibliotecario escolar que necesitamos.

REFERENCIAS

- García Remis, L. (2020). *Modelo para la transformación de la escuela cubana actual*. Resultado científico del Instituto Central de Ciencias Pedagógicas, La Habana, Cuba.
- Fowler Calzada, V. (2000). *La lectura ese poliedro*. La Habana, Cuba: Biblioteca Nacional José Martí.
- Rodríguez Pérez, L. (2009). *Las cosas que se quedan*. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación.
- Sarto, M. (1998). *Animación a la lectura con nuevas estrategias*. Madrid: SM.

SOBRE O PREFACIADOR

RUBENS ALVES DA SILVA

Antropólogo e Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, vinculado à Escola de Ciência da Informação. É Doutor em Antropologia Social, com Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Sociologia (área de concentração: Sociologia da Cultura) e graduado em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pela UFMG. É coordenador do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais da UFMG [NEPPaMCs], e pesquisador do Núcleo de Antropologia, Performance e Drama da Universidade de São Paulo - NAPEDRA/USP. Possui experiência profissional consolidada nas áreas da Antropologia e Sociologia, tendo ministrado as disciplinas de Antropologia Cultural e Social, Sociologia da Cultura e Sociologia da Religião; e desenvolvido pesquisas nos campos da Antropologia das Formas Expressivas (Antropologia da Experiência e da Performance), com abordagem das temáticas: tradições culturais afrobrasileiras (reinado/congado e capoeira, comunidades tradicionais quilombolas. Como professor e pesquisador vinculado ao curso de Ciência e Informação da UFMG, tem ministrado disciplinas que dialogam na interface dessa área do conhecimento com a Antropologia (atuando na pós-graduação e graduação - Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), com abordagem das temáticas: cultura e informação; diversidade epistêmica; patrimônio cultural, performances; memória social; mediação cultural.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1516-0683>

Email: rubssilva@gmail.com







SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

ANA CARLA BILHAR

Bacharel em Biblioteconomia pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Curso de formação em Direitos Humanos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), extensão universitária em Educação Ambiental, Sustentabilidade, Economia local, Gênero e Empreendedorismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Interesse de pesquisa em Direitos Humanos, Gênero e Memória. ORCID: 0000-0003-4538-2615. E-mail: aninhabilhar@gmail.com

ANA CLAUDIA PERPÉTUO DE OLIVEIRA

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCin - UFSC). Bacharel em Educação Artística-Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e em Biblioteconomia pela UFSC. Especialista em Gestão de Pessoas nas Organizações pela UFSC. É integrante do Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade (Grits/UFSC). Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Santa Catarina (CIN/UFSC) desde 2013. ORCID: 0000-0003-4502-4076. E-mail: ana.oliveira@ufsc.br e anapo72@gmail.com

ANDRE VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche na *Alma Mater Studiorum - Università di Bologna* (UNIBO), Itália. Mestre em História Social pela USP. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor Adjunto do Departamento de Ciência e Gestão da Informação (DECIGI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI-ECA-USP). É um dos idealizadores e organizadores do seminário internacional e itinerante *A Arte da Bibliografia*. Membro da

ISKO-Brasil. Como bibliotecário, desenvolveu trabalhos em instituições e projetos diversos, ligados à organização, preservação e mediação de documentos históricos, dos quais se destaca a Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo, fundada em 1598. Foi bibliotecário consultor em projetos da Fundação Telefônica (Projeto Coleção Sino Azul), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Biblioteca de São Paulo (BSP), Miateca da Mediapost Angola e Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (CEDOC-SINDMETAL). Atua nas áreas de Bibliografia (História e Teoria), Bibliografia Histórica, Informação e Cultura, Organização do Conhecimento (Aspectos Históricos e Epistemológicos), Estudos Gesnerianos, Patrimônio e Memória, História do Livro e das Bibliotecas, Patrimônio Bibliográfico, Políticas de Preservação Documental, Bibliotecas e Arquivos Beneditinos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3003-7424>. Email: armarius.araujo@gmail.com

DIRNÉLE CARNEIRO GARCEZ

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com bolsa CAPES - Código de Financiamento 001. Mestra em Ciência da Informação pelo mesmo Programa. Compõe o quadro de integrantes dos grupos de pesquisas: Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes, Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat), Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC). Temas de estudo: comunicação científica, gestão da informação, organização dos saberes, organização do conhecimento, feminismo negro e mídias sociais. ORCID: 0000-0002-3061-9352. E-mail: dirnele.garcez@yahoo.com.br



ELI LEMOS DE OLIVEIRA

Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (UFRJ). Participou da Rede CoInfo e como organizador do evento *Fórum sobre Competência em Informação* e da *Diálogos MIL*. Esteve como representante do Centro Acadêmico da UFRJ (CABG), participando de reuniões de colegiado como representante discente e colaborando com a organização da *Semana de Biblioteconomia da UFRJ*. Foi bolsista de pesquisa e extensão do projeto *Biblioteca Comunitária da Vila Residencial* com os professores Patricia Mallmann, Danilo Freitas e Luciano Coutinho; e bolsista como monitor da disciplina Recursos Informacionais ministrada pela professora Marianna Zattar. Tem interesse nos estudos sobre Identidade, Memória, Afeto e Corpo, Biblioteconomia Social e Ação Cultural. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6404-7962>. E-mail: lemoselioliveira@gmail.com

FELIPE MENESES-TELLO

Cursó la Licenciatura y la Maestría en Bibliotecología en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Título de licenciado y grado de maestro con Mención Honorífica. Obtuvo el grado de doctor en Bibliotecología y Estudios de la Información en la misma sede académica. Desde hace más de veinticinco años es profesor de asignatura definitivo en el Colegio de Bibliotecología de la Facultad de Filosofía y Letras de UNAM. Actualmente imparte en este plantel los cursos de Lectura, Lectores y Bibliotecas y Servicios Bibliotecarios y de Información, ambos con perspectiva social. Ha sido también profesor Seminario de Tesis en la Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía del Instituto Politécnico Nacional. En 2011 propuso al Comité Académico del Programa de la Maestría en Bibliotecología y Estudios de la Información - mismo que se imparte en la División de Estudios de Posgrado de la FFyL de la UNAM - un nuevo seminario denominado *Servicios Bibliotecarios para Comunidades Multiculturales*. La cátedra fue aprobada por lo que comenzó a impartirla a partir de 2012 a la fecha. Desde 1991 es Coordinador de la Biblioteca del

Instituto de Matemáticas⁸³ de la UNAM. Desde mayo de 2010 es Bibliotecario representante del Consejo Académico del Área de las Ciencias Físico Matemáticas y de las Ingenierías ante el Consejo del Sistema Bibliotecario de la Universidad Nacional Autónoma de México. En julio de 2011 se hizo acreedor de la Medalla y diploma por 25 años de servicios académicos en la UNAM. El 15 de mayo de 2012 se le otorgó la Medalla y diploma «Al mérito universitario» como un testimonio de gratitud a la meritoria labor académica realizada durante 25 años en esa máxima casa de estudios. En agosto de 2016 se le otorgó la medalla y diploma por 30 años de servicios académicos en la Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: felipemt@matem.unam.mx

JHONNY PASSOS DE OLIVEIRA

Bibliotecário indígena. Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde realiza pesquisa em Análise da Produção Científica. Bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexões Saberes Indígenas. E-mail: jhonny.ufscar@gmail.com

LAILA FIGUEIREDO DI PIETRO

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB (PPGCinf - FCI/UnB). Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB). Especialista em Arquivos e Direitos Humanos pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Professora substituta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Santa Catarina (CIN/UFSC) de 2019 a 2021. Membro do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH), no grupo de trabalho Acervo. Aluna da Especialização em Computação Aplicada à Educação do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC-USP).
ORCID: 0000-0002-7071-0185. E-mail: lailadietiro@gmail.com

⁸³ Link: <http://biblioteca.matem.unam.mx/>

LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO

Bibliotecária e Professora. Possui pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra (2019). Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Associada III no Departamento de Ciência da informação da UFSCar. Chefe do Departamento de Ciência da Informação (2019). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação - PPGCI (2016-2017) e Coordenadora de Curso de Graduação (2009-2014). Atua como docente permanente no PPGCI e no Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). Foi Professora Visitante no Exterior (PVE CAPES) junto ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2018-2019). E-mail: luciana@ufscar.br

LUZIA SIGOLI FERNANDES COSTA

Bibliotecária e Professora. Possui graduação em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (1979), mestrado em Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2001) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008).

ORCID: 0000-0002-6320-4946. E-mail: luzia@ufscar.br

MARÍA CAMILA RESTREPO FERNÁNDEZ

Licenciada en Bibliotecología de la Universidad de Antioquia (Colombia) y Maestra en Bibliotecología y Estudios de la Información (UNAM). Docente e investigadora en la Universidad de Antioquia, nas áreas de interés de los estudios de lectura y alfabetización, Organización del conocimiento y Fundamentos de bibliotecología. Investigadora. Grupo de investigación Información, Conocimiento y Sociedad, Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia UdeA, Medellín, Colombia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9043-3306>.

E-mail: mcamila.restrepo@udea.edu.co

MERCEDES ALFONSO CHOMAT

Licenciada em Educação Primária. Máster en Bibliotecología y Ciencias de la Información. Bibliotecaria Escolar e Investigadora agregada del Instituto Central de Ciencias Pedagógicas del Ministerio de Educación de la República de Cuba. Se ha desempeñado como profesora en diferentes postgrados y diplomados sobre Promoción de Lectura y Gestión de la Información. Tiene entre sus líneas de investigación las relacionadas con las bibliotecas escolares dentro del III Perfeccionamiento del Sistema Nacional de Educación. Ha participado como delegada en congresos nacionales e internacionales, entre los que se destacan los congresos de la Federación Internacional de Bibliotecarios, de Lectura y Pedagogía. Ha colaborado en el proyecto de Lectura del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. Ha impartido talleres sobre Promoción de lectura en Cuba, México y Venezuela. Tiene publicado artículos en la revista Educación y Biblioteca, de España, EIDISIS, de Chile y en la revista electrónica Ciencias Pedagógicas, de Cuba. Participó como coautora de los libros “Currículo para la biblioteca escolar” y “Proposiciones para la lectura desde la biblioteca escolar”. Ha participado como jurado en los concursos nacionales “Sabe más quien lee más”, “Leer a Martí” y el Premio “Al mejor maestro promotor de lectura”. Es vicepresidenta del Comité Cubano del IBBY.

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Mestra em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É organizadora do livro O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação (2018), O Protagonismo da Mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação (2019) e O protagonismo da mulher na BCI: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latinoamericana (2020), em conjunto com Franciéle Carneiro Garcês da Silva, do livro Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação (2019) em parceria com Bruno Almeida e Carlos Wellington Martins; e do

livro *Repensar o Sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional* em parceria com Diogo Jorge de Melo, Luane Bento dos Santos e Thayron Rodrigues Rangel. Primeiro lugar no prêmio ANCIB de teses e dissertações (2020) e autora do livro *#VAMOSFAZERUMESCÂNDALO: Folksonomia e Ativismo Digital* (2021). Áreas de estudo: Estudos de gênero, Violência contra a mulher, Direito da Mulher, Mídias Sociais, O protagonismo da mulher na ciência, Ensino de Biblioteconomia e, Licenciatura em Biblioteconomia. ORCID: 0000-0002-6274-4836. E-mail: ntromeiro91@gmail.com

RODRIGO DE SALES

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC). Coordenador do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC. ORCID: 0000-0002-8695-9807
E-mail: rodrigo.sales.s@gmail.com

SANTIAGO VELÁSQUEZ YEPES

Maestrando en Ciencia de la Información con énfasis en memoria y sociedad de la Universidad de Antioquia, Bibliotecólogo, Profesora de Cátedra de la Escuela Interamericana de Bibliotecología. Investigador del Grupo Información, Conocimiento y Sociedad, de la Universidad de Antioquia, UdeA, Medellín – Colombia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8247-7798>. E-mail: santiago.velasquez@udea.edu.co

VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017. Professor do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4511-4477>

Email: viniciosmenezes@academico.ufs.br menezes.vinicios@gmail.com



SOBRE AS ORGANIZADORAS

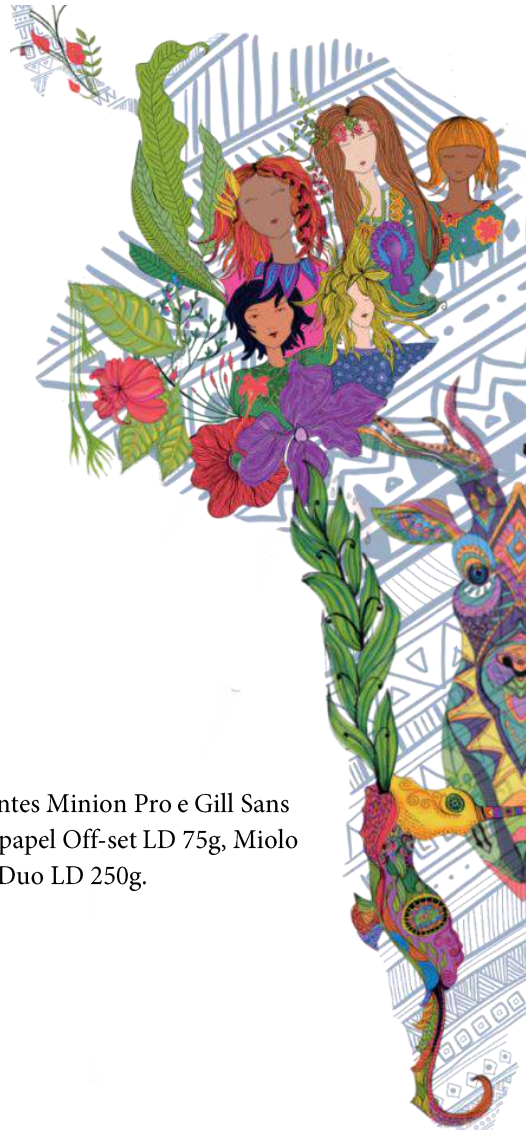
FRANCIÉLE CARNEIRO GARCÊS DA SILVA

Bibliotecária negra, Doutoranda em Ciência da Informação na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É idealizadora e gerente do projeto social Quilombo Intelectual, coordenadora o Selo Editorial Nyota em conjunto com Nathália Romeiro. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat), do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Pesquisadora da Black Librarianship Americana e Biblioteconomia Negra Brasileira, Estudos Críticos da Branquitude em BCI, Epistemologias negro-africanas em BCI, Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades, Teoria Crítica Racial em BCI; Justiça social, racial e informacional em BCI, Mulheres negras na BCI e Organização dos saberes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>
E-mail: francigarces@yahoo.com.br

NATALIA DUQUE CARDONA

Doctora en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia. Magíster en Educación de la Universidad de Antioquia, Profesora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología. Investigadora del Grupo Información, Conocimiento y Sociedad y Coordinadora del Grupo de Investigación Diverser de la Universidad de Antioquia, UdeA, Medellín – Colombia. Su principal foco de interés es la recuperación de la memoria a

través del lenguaje y sus elementos constitutivos: lectura-escritura-oralidad y las epistemologías del Sur puestas al servicio del lenguaje, considerados ambos campos de trabajo desde un enfoque latinoamericano y anti-colonial. Es miembro fundadora del Colectivo Social Bibliotecas A La Calle (BAC) y parte del Directorio de la Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales (SOLEI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6416-2410>
E-mail: natalia.duque@udea.edu.co



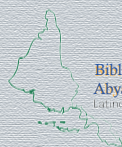
Esta obra foi elaborada com as fontes Minion Pro e Gill Sans
MT Ext Condensed. Impressa em papel Off-set LD 75g, Miolo
P&B e capa Triplex Duo LD 250g.

O presente livro é a expressão de “um sonho” – e acrescento com outras palavras cantadas – “um sonho que se sonha junto”. Nas palavras das organizadoras – “Esta publicación es uno de los primeros pasos para el trabajo que soñamos seguir.” Reúne escritos de pesquisadoras e pesquisadores convidados para com suas ideias, reflexões teóricas e relatos de experiências de pesquisa contribuir para a fundamentação e fortalecimento almejado do projeto de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação crítica. Pensada com ênfase numa abordagem pluriépistêmica, inspirada nos estudos de Boaventura dos Santos sobre as “epistemologias do sur” em diálogo com demais referências teóricas pós-colonial e decolonial, cuja proposta evidencia a ressonância da voz coletiva dos movimentos sociais (indígenas, negros, feministas, LGBTQA+ e outros correlatos), que desde o século XX lutam por justiça social e os direitos humanos.

Rubens Alves da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil



NEPPAMCs
Núcleo de estudos
sobre performance,
patrimônio e
mediações culturais da
U.F.M.G.



Bibliotecas desde
Abya-Yala
Latinoamérica y el Caribe

